

PUCRS

PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE HUMANIDADES - LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

CRISTIANO SANDIM PASCHOAL

**A MALHA VALORATIVO-DISCURSIVA DA ATUAL EXTREMA DIREITA BRASILEIRA:
ECOS NAZIFASCISTAS E VESTÍGIOS DA POLÍTICA DO “NÓS” *VERSUS* “ELES”**

PORTO ALEGRE
2021

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

CRISTIANO SANDIM PASCHOAL

**A MALHA VALORATIVO-DISCURSIVA DA ATUAL EXTREMA DIREITA
BRASILEIRA: ECOS NAZIFASCISTAS E VESTÍGIOS DA POLÍTICA DO “NÓS”
VERSUS “ELES”**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a
obtenção do grau de Mestre em Linguística pelo
Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
Área de concentração: Linguística – Teorias e Uso da
Linguagem.

Orientadora: Profa. Dra. Maria da Glória Corrêa di Fanti.

Porto Alegre

2021

Ficha Catalográfica

P279m Paschoal, Cristiano Sandim

A malha valorativo-discursiva da atual extrema direita brasileira : ecos nazifascistas e vestígios da política do “nós” versus “eles” / Cristiano Sandim Paschoal. – 2021.

203.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Letras, PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Maria da Glória Corrêa Di Fanti.

1. Nazifascismo. 2. Ideologia. 3. Extrema direita brasileira. 4. Malha valorativo-discursiva. 5. Círculo de Bakhtin. I. Di Fanti, Maria da Glória Corrêa. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

CRISTIANO SANDIM PASCHOAL

**A MALHA VALORATIVO-DISCURSIVA DA ATUAL EXTREMA DIREITA
BRASILEIRA: ECOS NAZIFASCISTAS E VESTÍGIOS DA POLÍTICA DO “NÓS”
VERSUS “ELES”**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a
obtenção do grau de Mestre em Linguística pelo
Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
Área de concentração: Linguística – Teorias e Uso da
Linguagem.

Aprovada em: 1 de março de 2021.

Profa. Dra. Luciane de Paula – UNESP

Profa. Dra. Laura Lorena Utrera – UNR

Profa. Dra. Maria da Glória Corrêa di Fanti – PUCRS
(Orientadora)

Porto Alegre
2021

*Dedico este trabalho às vozes sociais que gritam pelo direito à
legitimidade dos seus universos plurais.*

AGRADECIMENTOS

Tendo em vista que “todas as palavras [...], além de minhas próprias, são palavras do outro”, existem vozes sociais importantes que habitam em mim e por isso me orientaram a responder ao mundo por meio desta pesquisa. Sendo assim, embora seja impossível contemplar todas as palavras outras que no meu microuniverso discursivo ressoam, devido à infinitude da vida na e pela linguagem, destaco algumas vozes que, para esta investigação, foram caras e essenciais.

Agradeço, primeiramente, a Deus (ou Deusa) – não devemos encaixar em gênero esta força transcendental que nos rege.

Aos meus pais, por eu estar e, também, por insistirem em manter as rodinhas que seguram a bicicleta, mesmo sabendo que as quedas na vida são inevitáveis.

À professora Cristiane Dall Cortivo Lebler, minha orientadora de Iniciação Científica, que me apresentou o universo teórico da enunciação e, como ninguém, levou-me a acreditar um pouco mais no “eu” pesquisador que em mim existe. Não esquecerei jamais de suas palavras dela endereçadas a mim, sempre revestidas com tons afetuosos e de esperança intelectual.

Aos meus professores da graduação em Letras da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), René Carlos Ayres, Ana Cláudia Munary, Vera Travi e Rosane Cardoso, pelo carinho desmedido e pela confiança em meu devir.

Aos meus colegas e amigos, também da graduação, Letícia da Rosa Fregapani, Giulio Mello e Kadine Saraiva, por me fazerem perceber que, em um ambiente hostil como a esfera acadêmica, podemos encontrar pessoas de coração leve e sorrisos verdadeiros.

À minha orientadora de mestrado, Maria da Glória Corrêa di Fanti, por me apresentar o universo bakhtiniano de forma ímpar e mostrar que a alteridade da filosofia dialógica da linguagem deve estar na vida, não apenas na teoria. Não me esquecerei jamais do quanto ela foi compreensiva e humana para com os percalços da vida que enfrentei durante o período do Mestrado.

Ao grupo de pesquisa *GenTe – Tessitura: Vozes em (Dis)curso*, com o qual aprendi muito, principalmente sobre a convergência entre a vida e a teoria. De maneiras distintas, ecoamos, em uníssono, um clamar pelo pluralismo.

Aos meus amigos de Mestrado, Luciana Saratt, Renée de Souza Hasperoy, Fernanda Peres Lopes e Vanessa Cardoso Gabbi, pelas interlocuções carinhosas na vida e na ciência.

À banca avaliadora desta dissertação, composta pelas professoras Laura Lorena Utrera (UNR) e Luciane de Paula (Unesp), por representarem de maneira inimaginável a força feminina e, com efeito, ultrapassarem as arestas do teoricismo, lançando seus conhecimentos com o coração.

À Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, pela qualidade do ensino a mim ofertado e pela excelência dos demais serviços a mim prestados.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por fomentar a possibilidade de existência enunciativo-discursiva do presente trabalho.

Por fim (e sem fim), ao Círculo de Bakhtin, por desvestir a linguagem, auxiliando-nos a vislumbrar as desigualdades sociais que nela e por ela são configuradas.



Schot (2018)

Mesmo os sentidos do passado, isto é, nascidos no diálogo dos séculos passados, jamais podem ser estáveis (concluídos, acabados de uma vez por todas) [...] em determinados momentos do sucessivo desenvolvimento do diálogo, tais sentidos serão lembrados e reviverão em forma renovada (em um novo contexto). Não existe nada absolutamente morto: cada sentido terá sua festa de renovação.

Bakhtin (2017)

RESUMO

Considerando que a linguagem-discurso – por ser uma prática social – organiza, representa e configura a realidade concreta humana, a presente pesquisa lança-se ao seu percurso investigativo alicerçada na hipótese de que no discurso político da atual extrema direita brasileira há a presença de valores ideológicos do nazifascismo. Ancorando-se nos postulados teórico-metodológicos do Círculo de Bakhtin, cuja compreensão é de que os sentidos de séculos passados podem renascer, serem ressignificados e adquirirem novas tonalidades semântico-axiológicas, este estudo busca responder às seguintes questões norteadoras: a) Por qual motivo é possível afirmar que no discurso atual da política de extrema direita brasileira há a presença de ecos ideológicos do nazifascismo? b) De que maneira as ressonâncias verboaxiológicas nazifascistas se fazem projetadas no discurso da extrema direita? c) Do ponto de vista da teoria dialógica do discurso, tudo que é discursivizado possui uma ideologização e, conseqüentemente, reflete e refrata uma determinada realidade social. Nesse sentido, quais conseqüências sociodiscursivas, ocasionadas pela existência dessas dialogicidades, podem ser observadas na sociedade brasileira atual? A partir desses questionamentos, estabeleceu-se como objetivo principal investigar o modo pelo qual as ideologias nazifascistas se fazem reverberadas pelo discurso da extrema direita brasileira formando uma malha valorativo-discursiva que lhe é própria, marcada pelo movimento discursivo do “nós” *versus* “eles”. Como objetivos secundários esta pesquisa visa a: a) Analisar o modo pelo qual as ideologias nazifascistas se fazem reverberadas em enunciados proferidos por representantes da atual extrema direita brasileira; b) Verificar os elementos verbais que compõem os enunciados contemplados, bem como os elementos não verbais e extraverbais que constituem os seus sentidos (atmosfera social, linguagem gestual do locutor, elementos verbo-visuais etc.); c) Perscrutar quais as conseqüências causadas pela presença de ecos ideológicos nazifascistas nas enunciações de Jair Messias Bolsonaro e seu coral de apoio ministerial no horizonte social brasileiro, sugerindo, nesse vislumar, a possibilidade decorrente de um fenômeno de reflexo e refração; d) Averiguar de que maneira o conjunto de enunciados analisados sugerem uma malha discursiva cujos valores são habitados por ideologias nazifascistas, resultando em uma política regimental marcada pelo “nós” *versus* “eles que estratifica a sociedade, dando ao “eles” um arquétipo de inimigo nacional. Para o cotejo de tais objetivos, foram selecionados como objeto de investigação cinco enunciados proferidos por membros do atual governo federal, analisados em dois momentos: no primeiro, destacamos as ideologias nazifascistas que da análise emergem; no segundo, sugerimos um possível fenômeno de reflexo e refração dos sentidos averiguados

no horizonte social brasileiro. Durante o perscrutar enunciativo-discursivo, observou-se que os enunciados analisados apresentaram os seguintes epicentros semântico-axiológicos no fio de suas discursividades: a construção de um inimigo político, a edificação imaginária de um passado mítico, o anti-intelectualismo, o antissemitismo e a religiosidade da qual emergem o preconceito religioso e racial. Todos esses sentidos, entrecruzados dialogicamente, sugerem a existência de uma malha valorativo-discursiva singular do governo brasileiro atual, que, situado no espectro político da extrema direita, caracteriza-se, dentre muitas coisas, por uma visão axiológica marcada por ecos nazifascistas que insiste em estratificar a sociedade em “nós” *versus* “eles”, concebendo o “eles” como inimigo nacional.

Palavras-Chave: Nazifascismo. Ideologia. Extrema direita brasileira. Malha valorativo-discursiva. Círculo de Bakhtin.

ABSTRACT

Considering that language – as a social practice – organizes, represents, and conceives the concrete reality of a society, this study is based on the hypothesis that the current Brazilian far-right political discourse contains Nazifascism ideological values. Supported by theoretical and methodological postulates of the Bakhtin Circle, whose understanding is that meanings from past centuries can be reborn, re-signified and acquire new semantic-axiological tones, the study comprises the following questions guiding: a) For what reason is it possible to affirm the presence of Nazifascism ideology in the current Brazilian far-right political discourse? b) How are Nazifascist verbal-axiological resonances projected in the far-right discourse? c) According to the dialogic discourse theory, every discursive idea is ideological and, consequently, reflects and refracts a certain social reality. Therefore, what socio-discursive consequences, caused by dialogic existence, can be observed in the Brazilian society nowadays? From these questions, this research main objective is to investigate how Nazifascist ideologies are reverberated by the Brazilian far-right discourse, forming its own evaluative-discursive network, marked by the discursive idea of “us” versus “them”. As secondary objectives, this research aims to: a) Analyze how Nazifascist ideologies are reverberated in the speech of exponents in the current Brazilian far-right; b) Examine verbal elements that comprise the enunciations, as well as the non-verbal and extraverbal elements that constitute their meanings (social atmosphere, the body language of the speakers, verbal-visual elements, etc.); c) Investigate the consequences of Nazifascist ideologies present in the statements pronounced by Jair Messias Bolsonaro and his ministerial support towards the Brazilian social horizon, suggesting the possibility arising from a phenomenon of reflection and refraction; d) Investigate how the analyzed statements indicate a discursive network filled by Nazi-fascist ideologies, resulting in a regimental policy marked by “us” versus “them” that divide society, turning “them” into a national enemy archetype. Five statements pronounced by members of the current Brazilian Federal government were selected for analysis. Regarding the methodology, the analytical path for each statement was elaborated in two moments: the first moment involved the examination of the Nazifascist ideologies that emerge from the statements; the second moment speculated a phenomenal possibility of reflection and refraction from the meanings investigated regarding the Brazilian socio-discursive horizon. The analysis showed that the statements presented the following semantic-axiological epicenters: the construction of a political enemy, the imaginary construction of a mythical past, anti-intellectualism, anti-Semitism and religiosity, from which religious and racial prejudice emerge. All these meanings, dialogically intertwined, indicate the existence of

a singular evaluative-discursive print within the current Brazilian government, which, in the political spectrum of the far-right, is characterized, among many things, by an axiological vision marked by Nazifascist echoes that aim the stratification of society into “us” versus “them”, conceiving “them” as a national enemy.

Keywords: Nazifascism. Ideology. Brazilian far-right. Evaluative-discursive print. Bakhtin circle.

RESUMEN

Considerando que el lenguaje-discurso – por ser una práctica social – organiza, representa y configura la realidad concreta humana, la presente investigación se apunta a su recorrido investigativo basada en la hipótesis de que en el discurso político de la actual extrema derecha brasileña hay la presencia de valores ideológicos del nazi fascismo. Anclándose en los postulados teórico-metodológicos del Círculo de Bakhtin, cuya comprensión es de que los sentidos de siglos pasados pueden renacer, ser re significados y adquirieren nuevas tonalidades semántico-axiológicas, este estudio busca contestar a las siguientes cuestiones norteadoras: a) ¿Por cuál motivo es posible afirmar que en el discurso actual de la política de extrema derecha brasileña hay la presencia de ecos ideológicos del nazi fascismo? b) ¿De qué manera las resonancias verbo axiológicas nazi fascistas se hacen proyectadas en el discurso de la extrema derecha? c) Del punto de vista de la teoría dialógica del discurso, todo que es discursivizado posee una ideologización y, consecuentemente, refleja y refracta una determinada realidad social. En ese sentido, ¿cuáles consecuencias socio discursivas ocasionadas por la existencia de esas dialogicidades, pueden ser observadas en la sociedad brasileña actual? A partir de esos cuestionamientos, se estableció como el objetivo principal investigar el modo por el cual las ideologías nazi fascistas se hacen reverberadas por el discurso de la extrema derecha brasileña formando una malla valorativo-discursiva que le es propia, marcada por el movimiento discursivo del “nosotros” *versus* “ellos”. Como objetivos secundarios esta pesquisa visa: a) Analizar el modo por el cual las ideologías nazi fascistas se hacen reverberadas en enunciados proferidos por representantes de la actual extrema derecha brasileña; b) Verificar los elementos verbales que componen los enunciados contemplados, así como los elementos no verbales y extra verbales que constituyen sus sentidos (atmósfera social, lenguaje gestual del locutor, elementos verbo-visuales etc.); c) Escrutar cuales las consecuencias causadas por la presencia de ecos ideológicos nazi fascistas en las enunciaciones de Jair Messias Bolsonaro y su grupo de apoyo ministerial en el horizonte social brasileño, sugiriendo, en ese vislumbrar, la posibilidad decurrente de un fenómeno de reflejo y refracción; d) Averiguar de qué manera el conjunto de enunciados analizados sugieren una malla discursiva cuyos valores son habitados por ideologías nazi fascistas, resultando en una política regimental marcada por el “nosotros” *versus* “ellos” que estratifica la sociedad, dando al “ellos” un arquetipo de enemigo nacional. Para el cotejo de tales objetivos, fueron seleccionados como objeto de investigación cinco enunciados proferidos por miembros del actual gobierno federal, analizados en dos momentos: en el primero, destacamos las ideologías nazi fascistas que del análisis emergen; en el segundo,

sugerimos un posible fenómeno de reflejo y refracción de los sentidos averiguados en el horizonte social brasileño. Durante el escutar enunciativo-discursivo, se observó que los enunciados analizados presentaron los siguientes epicentros semántico-axiológicos en el hilo de sus discursividades: la construcción de un enemigo político, la edificación imaginaria de un pasado mítico, el anti-intelectualismo, el antisemitismo y la religiosidad de la cual emergen el prejuicio religioso y racial. Todos esos sentidos, entrecruzados dialógicamente, sugieren la existencia de una malla valorativo-discursiva singular del gobierno brasileño actual, que, ubicado en el espectro político de la extrema derecha, se caracteriza, entre muchas cosas, por una visión axiológica marcada por ecos nazi fascistas que insiste en estratificar la sociedad en “nosotros” *versus* “ellos”, concibiendo el “ellos” como enemigo nacional.

Palabras-Clave: Nazi fascismo. Ideología. Extrema derecha brasileña. Malla valorativo-discursiva. Círculo de Bakhtin.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Símbolo do Partido Nacional Fascista	38
Figura 2 – Marcha sobre Roma	42
Figura 3 – Marcha sobre Berlim.....	45
Figura 4 – Campo de concentração Auschwitz	58
Figura 5 – Manifesto <i>Diretas Já!</i>	76
Figura 6 – <i>Outdoor</i> de Bolsonaro em Martinópolis/São Paulo	95
Figura 7 – Suástica	99
Figura 8 – Montagem Maduro e Haddad.....	134
Figura 9 – Projeção corpóreo-discursiva <i>Heil Hitler</i>	139
Figura 10 – Projeção corpóreo-discursiva da arminha	142
Figura 11 – As responsabilidades do L em riste	145
Figura 12 – Pronunciamento de Roberto Alvin.....	149
Figura 13 – Reflexos e Refrações do discurso de Alvim	153
Figura 14 – Imagem do programa <i>Brasil Urgente</i>	158
Figura 15 – O grupo 300	164
Figura 16 – Protesto do movimento negro	179

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Objetivos da pesquisa	122
Quadro 2 – Arquitetônica enunciativa.....	125
Quadro 3 – Proximidade retórica entre Alvim e Goebbels	152
Quadro 4 – Síntese da malha valorativo-discursiva de atual extrema direita brasileira.....	181

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	19
2 O NAZIFASCISMO SOB O VIÉS FILOSÓFICO-HISTÓRICO MARXISTA: GÊNESE, ASCENSÃO, PRINCÍPIOS IDEOLÓGICOS E EXPANSÃO	33
2.1 MUSSOLINI E A ASCENSÃO DO FASCISMO ITALIANO	35
2.2 HITLER E A ASCENSÃO DO NAZISMO ALEMÃO	42
2.3 EIXOS E PRINCÍPIOS IDEOLÓGICOS	46
2.3.1 O passado mítico.....	50
2.3.2 A criação de um inimigo	52
2.3.3 O anti-intelectualismo	54
2.3.4 O antissemitismo.....	56
2.3.5 A religiosidade	59
2.4 O NAZIFASCISMO PARA ALÉM DA EUROPA: UM BERÇO ESPLÊNDIDO NA AMÉRICA LATINA	61
3 BRASIL: ENTRE AMORES AUTORITÁRIOS E FLERTES DEMOCRÁTICOS....	65
3.1 BRASIL PRÉ-HISTÓRICO, COLONIAL E MONÁRQUICO: A DESUMANIZAÇÃO DO ÍNDIO, DO NEGRO E DA MULHER	66
3.2 BRASIL REPÚBLICA: UM MUSEU DE GRANDES NOVIDADES.....	69
3.3 BRASIL REPÚBLICA: DO CONTRADITÓRIO VARGAS À DITADURA MILITAR	71
3.4 A REDEMOCRATIZAÇÃO E SUAS “POSSIBILIDADES” SOCIALISTAS: A DIREITA, A ESQUERDA E SUAS DIVERGÊNCIAS CIVILIZADAS	77
3.5 JAIR BOLSONARO E A ASCENSÃO DA EXTREMA DIREITA: DA ASFIXIA ELITISTA ÀS ELEIÇÕES DE 2018	82
4 O CÍRCULO DE BAKHTIN E A FESTA DE RENOVAÇÃO DOS SENTIDOS: ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS FUNDANTES	88
4.1 O CÍRCULO DE BAKHTIN PARA ALÉM DAS ARESTAS DO FORMALISMO	89
4.1.1 Dialogismo: os sujeitos e os sentidos em relação constitutiva.....	93
4.1.2 Ideologia: a linguagem enquanto arena de vozes sociais	96
4.1.2.1 O corpo enquanto signo ideológico: um biológico que, ao enunciar, enuncia-se	102
4.1.3 Enunciado concreto: a encruzilhada da linguagem	106
4.2 A METODOLOGIA BAKHTINIANA E A DIALÉTICA ENTRE PESQUISADOR E OBJETO: O NOSSO ATO RESPONSÁVEL E RESPONSÍVEL E SUA DESCRIÇÃO	112

4.2.1 Dos procedimentos de coleta e seleção.....	113
4.2.2 Dos procedimentos de análise.....	120
5 A MALHA VALORATIVO-DISCURSIVA DA ATUAL EXTREMA DIREITA BRASILEIRA: ECOS NAZIFASCISTAS E VESTÍGIOS DA POLÍTICA DO “NÓS” VERSUS “ELES”.....	128
5.1 O PROCESSO DE FASCISTIZAÇÃO (CAMPANHA ELEITORAL): O INIMIGO POLÍTICO NACIONAL E O PROCESSO DE CORPORIFICAÇÃO NAZIFASCISTA....	128
5.2 FASCISMO INSTAURADO: OS EIXOS REFLETIDOS E REFRAATADOS (O LÍDER E SEU CORAL DE APOIO)	147
5.2.1 O passado mítico.....	148
5.2.2 O anti-intelectualismo	154
5.2.3 O antissemitismo.....	166
5.2.4 A religiosidade	175
5.2.5 Os fios da malha.....	180
6 CONSIDERAÇÕES (NUNCA) FINAIS.....	185
REFERÊNCIAS	193
ANEXO A – PESQUISA NO PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES	203

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Após o período paleolítico (de 500.000 a 10.000 a. C.), momento em que a espécie humana começa a se organizar em termos civilizatórios, puderam ser presenciadas práticas sociopolíticas marcadas pelo autoritarismo. Conforme perscrutam Chalton e Macardle (2017), nas civilizações da Antiguidade Oriental, por exemplo, no chamado Reino do Alto Egito (3.200 a. C.), a historiografia relata o primeiro indício de dinastia¹, quando o faraó Menés unifica seu reino que margeia o vale do Nilo com a tribo nomo² da região do Delta, centralizando, dessa forma, seu poder político. Também a civilização ocidental, desenvolvida na Antiguidade Europeia, junto ao Mar Mediterrâneo, apresenta, em sua gênese estrutural, uma orgânica que indicia práticas autoritárias. Na civilização grega, cujas maiores cidades foram Esparta e Atenas, embora configuradas com disparidades no que tange à governabilidade, limitavam o poder aos cidadãos eupátridas, que eram proprietários de terras mantidas por servos, aos quais direitos políticos e militares eram negados. A civilização romana, por sua vez – cujo nascimento se deu no centro da Península Itálica, por volta do século VIII a. C. –, apresentou uma organização política singular, subdividida nos períodos **Realeza**, **República** e **Império**, que, mesmo estruturados com particularidades, deram privilégios aos patrícios³ em detrimento do povo plebeu. Assim, a humanidade – desde sua formação enquanto sociedade na Antiguidade, passando pela Idade Média e pela Idade Moderna, até chegar à Idade Contemporânea – demonstra, por meio de suas práticas socioculturais, sua natureza abrupta e mandatária.

No que diz respeito ao Autoritarismo, enquanto regime político na contemporaneidade, existe, na seara investigativa das ciências sociais e humanas, uma gama de especialistas que se lançam a perscrutar regimes alicerçados nesse espectro. Nesse sentido, no âmbito da literatura que se propõe a versar sobre o Autoritarismo, atesta-se uma consonância quanto às suas características enquanto regime político estabelecido. Embora se evitem generalizações no campo dos estudos científicos, uma vez que cada regime autoritário instaurado historicamente apresentou sua própria cosmologia espaço-temporal, observa-se que toda forma autoritária teve, com diferentes nuances, um líder social que almejou poder absoluto. Atreladas a esse limbo figurativo de Estados de exceção, presenciam-se práticas políticas coercitivas, muitas vezes

¹ Sistema governamental em que se sucedem diversos reis e rainhas de uma mesma família.

² Termo que serve para designar as primeiras populações do Egito, agrupadas em tribos.

³ É importante observar, mesmo que de maneira secundária, como os processos sócio-históricos se fazem refletidos na interação verbal. Os Patrícios, na Civilização Romana, eram aristocratas que possuíam grandes propriedades de terras e de bens materiais que viviam sob os moldes de famílias patriarcais. Atualmente, na sociedade brasileira, os termos “patrícia/o” e “patricinha/inho” servem para designar jovens que possuem regalias sociais por serem prole de pessoas que fazem parte da elite.

acompanhadas de força bruta militar, limitações ao pluralismo político e considerável cerceamento de liberdades, que afetam desde individualidades humanas até atividades da esfera jornalística. Nessa conjuntura autoritária e, conseqüentemente, ditatorial, inúmeros governos, do ocidente ao oriente, instauraram-se, historicamente, demonstrando os mais elevados traços da tirania humana. Contudo, na esteira de sistemas políticos nefastos, a forma governamental que atingiu a maior insígnia do Autoritarismo fora o Nazifascismo.

Emergindo-se no decorrer da Primeira Guerra Mundial, por meio dos olhares de diferentes figuras emblemáticas da Europa Ocidental do século XX que chafurdavam os ideais liberais democráticos da época, o Totalitarismo representou o sistema político governamental mais extremista do escopo do Autoritarismo. Dentre os seus regimes de maior destaque histórico, compreendem-se o Fascismo italiano e o Nazismo alemão. No entanto, faz-se necessário salientar que há, dentre os estudiosos que investigam as gêneses totalitárias, uma divergência quanto ao Stalinismo⁴ da União Soviética. Estudiosos como Voltaire Schilling (2019) e Hannah Arendt (1989) consideram o governo de Josef Stalin como sendo um regime totalitário, estendendo, a partir desse movimento investigativo, a arqueologia fascista a partidos considerados de esquerda⁵. Nesse sentido, embora o presente estudo não pretenda adentrar questionamentos pormenores no que diz respeito à taxionomia do Totalitarismo, opta-se por considerá-lo, no âmbito geral, sob a ótica marxista, pois

o recurso aos conceitos de “direita” e “esquerda” tem sido, ultimamente, muito questionado. Porém, se formos verificar, perceberemos que aqueles que negam validade à contraposição clássica de direita e esquerda nunca são homens de esquerda. [...] Na realidade, o conceito de direita é imprescindível a uma correta compreensão do conceito de fascismo, embora seja mais amplo do que este: a direita é o gênero de que o fascismo é uma espécie. [...] Em sua essência, a ideologia de direita representa sempre a existência (e as exigências) de forças sociais empenhadas em conservar determinados privilégios, isto é, em conservar um determinado sistema sócio-econômico que garante o estatuto de propriedade de que tais forças são beneficiárias. (KONDER, 1977, p. 4)

Portanto, à luz do posicionamento precedente, o Totalitarismo deve ser entendido a partir do nazifascismo, termo que configura o entrecruzamento entre o Fascismo e o Nazismo, uma vez que esses regimes se situam nos contornos de uma política aproximada dos interesses

⁴ O Stalinismo teve sua gênese ideológica no espectro de esquerda, porém, ao alcançar o poder, abandonou seus preceitos.

⁵ As diferenças centrais entre os conceitos de direita e esquerda estão esboçadas no primeiro capítulo deste trabalho, bem como se encontra pormenorizada a nossa discordância no que tange a alguns teóricos que, por meio de suas investigações, tornam possível a concepção de ditadura/autoritarismo/totalitarismo de esquerda. Esta abordagem preliminar se faz justificada pelo intuito de, desde o início, deixar elucidado nosso vínculo ao ideário intelectual marxista.

socioeconômicos de governos direitistas. Ademais, em relação à questão do autoritarismo, atenta-se para o indício de que muitas investigações histórico-sociais destacam o fato de que, embora em regimes totalitários possam ser encontradas significativas ressonâncias autoritárias, não se pode confundir Autoritarismo com Totalitarismo. No entanto, apesar de essa afirmativa estar associada às alusões feitas aos regimes instaurados, o que a torna justificável, ao mesmo tempo, possibilita a estudos de diferentes naturezas epistemológicas observarem características nazifascistas em regimes de ordem autoritária.

Independentemente do embate taxionômico existente entre os teóricos que adentram o universo dos regimes políticos, é importante destacar que tanto o Fascismo quanto o Nazismo, quando instaurados, apresentaram características mancomunadas de Autoritarismo e Totalitarismo. Além disso, a relação geopolítica entre Itália e Alemanha não se deu apenas no nível de proximidades regimentais, mas, sobretudo, deu-se por meio de alianças em conflitos mundiais; na Guerra Civil Espanhola, entre 1936 e 1939, por exemplo, alemães e italianos traçaram uma parceria militar. Alguns anos depois, Adolf Hitler, principal líder nazista, descumpru o Tratado de Versalhes⁶, tomando as regiões de Sarre e da Renânia. Esse abrupto movimento de invasão sociogeográfica, associado à grande depressão, às divergências do Tratado, à segunda Revolução Industrial e, principalmente, à necessidade dos regimes fascistas e nazistas em crescerem, econômica e geograficamente, às expensas nações menores, desencadeou a Segunda Guerra Mundial, considerada, por historiadores, o maior conflito militar já assistido pela humanidade. Ao fim do conflito, com o processo de descolonização afro-asiática e o declínio de impérios coloniais, ocorreu um aumento significativo de nações, o que produziu um efeito contrário aos anseios nazifascistas, pois essa ampliação resultou no enfraquecimento das antigas potências europeias, “promovendo a democracia e propagando-a por grande parte do mundo. Tal modelo político, que faculta a todos os adultos o direito de participar da vida política elegendo seus representantes, amadureceu no século 20, quando, então as mulheres obtiveram direito ao voto” (CHALTON; MACARDLE, 2017, p. 108).

Ademais, vicejaram as fronteiras diplomáticas, resultando no processo de formação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 26 de julho de 1945, inicialmente formulada por cinquenta países com vistas a estabelecer a paz mundial e, sob o olhar da Comissão de Direitos Humanos, promover a preservação do ser humano, tendo este direito à vida, à liberdade pessoal e de pensamento de qualquer ordem, do político ao religioso. Apesar dessa aparente roupagem

⁶ O Tratado de Versalhes foi um documento de paz que deu fim à Primeira Guerra Mundial, assinado em 1919 pelos países que compunham os dois grupos combatentes no conflito, conhecidos como Tríplice Aliança e Tríplice Entente.

democrática do período pós-guerra, em que se preconizava a universalização entre as nações, via-se um mundo polarizado, em que um lado propunha acordos geopolíticos internacionais e o outro, por sua vez, encontrava-se arraigado às vetustas concepções de políticas autoritárias.

Dessa forma, embora o mundo estivesse avistando o progresso político de vestes democráticas e humanitárias, inúmeros conflitos locais, em diferentes cantos do planeta, puderam ser presenciados, apresentando, em diferentes matizes, ressonâncias do nazifascismo. Um exemplo exímio foi o golpe militar de 1964 no Brasil, que, alinhado ao bloco capitalista coordenado pelos EUA no pós-guerra e sob uma pretensa desconstrução discursivo-ideológica da política do bloco comunista (URSS), contribuiu para a conjuntura da Guerra Fria. Comungando-se ao ideário capitalista estadunidense, a ditadura militar brasileira era sustentada por uma espinha dorsal ideológica que preconizava o impedimento de mobilizações populares e uma premeditada defesa nacional contra o comunismo sem precedentes, instituindo, via AI-2⁷, um sistema político bipartidário.

Todavia, de acordo com Costa (2016), a narrativa falaciosa do “milagre econômico” enunciada pela ditadura mostrou-se arrefeçada por uma crise internacional do petróleo, o que resultou em índices de inflação nacional descomunais e em uma classe média insatisfeita. Em 1974, a partir da posse do general Geisel, começa a ser desenhada, gradativamente, aos moldes de um grupo seleto de militares, a participação popular no poder, dando fim ao AI-5⁸ e desencadeando a mobilização social das **Diretas Já!**, movimento popular de considerável responsabilidade pelo fim do período autoritário (com reflexos totalitários) e pela restauração da democracia política brasileira. Contudo, há “quem caracterize a história como uma ciência da mudança no tempo. Quase ninguém destaca, no entanto, sua genuína potencialidade para reiterar e repetir. E a história brasileira não tem como escapar a essas ambiguidades fundamentais” (SCHWARCZ, 2019, p. 223).

Diante disso, enunciou-se, até o momento, sobre regimes autoritários, dando o devido destaque ao Totalitarismo do Fascismo e do Nazismo, regimes instaurados no início do século XX, respectivamente na Itália e na Alemanha. Porém, embora se acredite que o ideário nazifascista tenha ficado na memória historiográfica da humanidade, o historiador Manuel Loff (2019), especialista em regimes autoritários, observa que, a partir dos anos de 1970, há um

⁷ Foi o Ato Institucional de número 2, imposto, em 1965, pelo regime militar que, dentre as muitas arbitrariedades, extinguiu todos os partidos políticos da época, permitindo apenas a existência bipartidária entre o partido Arena (Aliança Renovadora Nacional) e o partido MDB (Movimento Democrático Brasileiro).

⁸ Considerado por historiadores como sendo o ato mais duro do regime militar, o Ato Institucional de número 5, além de reiterar as arbitrariedades contidas nos atos que o antecederam, institucionalizou a tortura como instrumento estatal para castigar os parlamentares e os civis que se mostravam contrários à ditadura.

considerável crescimento de políticas de extrema direita, caracterizadas por ressonâncias nazifascistas. Para o estudioso, em âmbito mundial, a democracia, juntamente com os Estados de Direito, sofre grandes riscos e

o Brasil é dos casos mais avançados, porque a agenda política do governo atual inclui um programa aberto, explícito, de repressão e intimidação dos adversários, ameaça de ilegalização do maior partido da oposição, repressão sobre os movimentos sociais e ameaça de detenção de dirigentes políticos da oposição. E ainda que isso não se concretizasse... Bem, o Lula está preso, o Fernando Haddad ainda não, mas houve uma ameaça nesse sentido; Bolsonaro disse abertamente que ele deveria ser preso e o PT, ilegalizado. (LOFF, 2019, s./p].)

Depreende-se, a partir dessa afirmativa, que o Brasil, mesmo sob uma pretensa forma democrática, vivencia uma onda de conservadorismo ditatorial que contradiz a própria democracia. No entanto, o ato de despir as vestes da democracia, em qualquer regime totalitário e/ou autoritário, inicia-se na maneira pela qual um determinado grupo governamental que rege uma nação concebe a realidade e apresenta a sua visão de mundo. Esse movimento de construção da vida em sociedade só é possível por aquilo que diferencia o ser humano de outras espécies: o uso da linguagem.

Embora existam estudos da área das ciências biológicas que atestem a presença de uma linguagem no reino animal, não se pode aproximar o seu código elementar comunicacional à complexidade da interação humana, uma vez que esta se fundamenta por uma consciência lapidada na e pela linguagem. Desse modo, ancorando-se nos pressupostos teórico-metodológicos desenvolvidos pelo Círculo de Bakhtin⁹, cujo arcabouço será desenvolvido e pormenorizado no decorrer desta pesquisa, realizemos o seguinte exercício:

Tentemos definir o seguinte: o que é nossa consciência? Fechemos os olhos e comecemos a refletir sobre a questão. A primeira coisa que percebemos é um *fluxo de palavras*, às vezes unidas em determinadas frases, porém quase sempre correndo em uma alternância ininterrupta de fragmentos de pensamentos, de expressões habituais, de impressões conjuntas gerais de objetos ou fenômenos da vida. E essa ciranda verbal multicolor se movimenta o tempo todo, ora se afastando, ora se aproximando do seu tema principal: daquela questão sobre a qual tentamos refletir. Contudo, agora tentemos abstrair de quaisquer palavras. O que podemos observar em nós mesmos? É possível que surjam algumas representações visuais ou sonoras, fragmentos de imagens da natureza, outrora vistos, ou pedaços de melodia já ouvidas. Abstraiamos também disso. É bem provável que sintamos os batimentos do coração, ou o fluxo

⁹ As expressões “Círculo de Bakhtin” e “Teoria Dialógica do Discurso” foram criadas por leitores do arcabouço bakhtiniano para se referirem ao grupo de pensadores de diferentes áreas do conhecimento que se reuniam com Mikhail Bakhtin, entre 1919 a 1929, a fim de discutirem questões de sua contemporaneidade. Em nosso trabalho, consideramos os autores Mikhail Bakhtin, Valentin Volóchinov e Pável Medviédev, os quais tinham uma estreita parceria, que se refletia no pensamento sobre a linguagem, questão central desta pesquisa. Também consideramos como produção do Círculo os trabalhos produzidos após o término dos encontros do grupo, tendo em vista o aparente diálogo entre as concepções ao longo das produções de cada autor. Nesta investigação, utilizar-se-á a terminologia “Teoria Dialógica do Discurso” com iniciais maiúsculas para se referir ao construto teórico como um todo, por percebermos no arcabouço subsídios que podem ensinar uma análise discursiva.

do sangue nos ouvidos, ou que surjam representações “motoras” (de movimento). Entretanto, se conseguíssemos, por meio de um esforço excepcional da vontade, nos apartar também dessas representações motoras (de movimento), o que restaria da nossa consciência? *Nada*. Uma completa não existência, semelhante a um estado de inconsciência ou de sono sem sonhos. (VOLÓCHINOV, 2019, p. 253, grifos do autor).

Dessa forma, apreende-se que tanto a existência humana quanto a organização da sociedade dão-se por meio da linguagem, a partir da relação dialética existente entre discurso interior e discurso social, relação em que ambos se autoconstituem e se retroalimentam. Por isso, para que qualquer ação sociopolítica se institua, há a necessidade de mecanismos discursivos, uma vez que, sob a perspectiva bakhtiniana, é no e pelo discurso que o universo social se organiza, representa e configura a realidade concreta humana. Isso sugere que, antes de o nazifascismo se instalar enquanto poder, houve um processo discursivo e, após sua instauração, tal processo legitimou-se.

Devido à percepção atestada por diversos meios midiáticos e intelectuais brasileiros de um latente processo de reconstrução de discursos autoritários pelo atual governo nacional, a motivação inicial deste empreendimento analítico é entender como esse processo está sendo arquitetado discursivamente. Segundo os pressupostos teóricos edificados pelo Círculo de Bakhtin, a linguagem, sobretudo a verbal, traduz o mundo. Porém, essa tradução não é homogênea, na medida em que cada sujeito social, em sua unicidade e singularidade, concebe seu universo e realidade sociossemiótica¹⁰ a partir de sua lente, que, permeada por lentes alheias, traduz-se e traduz universos outros de maneira plural. Para tanto, busca-se, entretanto, entender como o universo brasileiro está sendo traduzido e configurado, a partir das discursivizações projetadas pelos representantes políticos que agora regem o país, formando uma malha valorativo-discursiva, ou seja, um conjunto de ideologias que lhes é própria e que, como um todo, evidencia a visão de mundo de um determinado espectro político-partidário. Nesse perscrutar, o discurso é visto como sendo

um fenômeno social complexo, multifacetado, que nasce a partir do diálogo entre discursos diversos. Constitui-se no âmbito do já-dito e, ao mesmo tempo, é orientado para o discurso-resposta que é solicitado a surgir. Todo discurso responde a outros dizeres e, por conseguinte, é tecido heterogeneamente por uma diversidade de vozes (posições sociais, ponto de vista) mais ou menos aparentes. [...] Configura-se a partir de um entrelaçamento de interações sociais complexas, pois em todos os seus caminhos até o objeto, em todas as direções, o discurso se encontra com o discurso de outrem. (DI FANTI, 2009, p. 84)

¹⁰ Nesta pesquisa, o termo **sociossemiótica** se refere à materialidade concreta da realidade humana. Trata-se de uma escolha lexical que demonstra o nosso vínculo estreito com o pensamento filosófico do materialismo histórico.

Vinculando-se à área de Linguística do Programa de Pós-Graduação em Letras, sob a linha de pesquisa *Teorias e Uso da Linguagem*, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, e circunscrita ao grupo de pesquisa *GenTe – Tessitura: Vozes em (Dis)curso*, sob a coordenação da profa. Dra. Maria da Glória Corrêa di Fanti, esta pesquisa tem como fio temático inicial a presença valorativa do nazifascismo no discurso político da atual extrema direita brasileira. Dada à amplitude e complexidade temática, durante o lapidar do processo investigatório, delimitou-se a temática preambular para os reflexos ideológicos do nazifascismo nas enunciações dos atores sociais da extrema direita brasileira e seus efeitos sociodiscursivos. Definida e delimitada a temática, foram levantados alguns questionamentos, cuja principal função é a de nortear o percurso teórico-analítico, suscitando problemas que, no decorrer deste processo dissertativo, podem encontrar algum mote esclarecedor, embora, sob o viés discursivo-dialógico, não haja respostas definitivas, tampouco únicas. Desencadeiam-se, assim, as seguintes questões norteadoras: a) Por qual motivo é possível afirmar que, no discurso atual da política de extrema direita brasileira, há a presença de ecos ideológicos do nazifascismo? b) De que maneira as ressonâncias verboaxiológicas nazifascistas se fazem projetadas no discurso da extrema direita? c) Do ponto de vista da teoria dialógica do discurso, tudo que é discursivizado possui uma ideologização e, conseqüentemente, reflete e refrata uma determinada realidade social. Nesse sentido, quais conseqüências sociodiscursivas, ocasionadas pela existência dessas dialogicidades, podem ser observadas na sociedade brasileira atual?

A partir desses questionamentos, elencou-se como sendo o objetivo principal desta pesquisa investigar o modo pelo qual as ideologias nazifascistas se fazem reverberadas pelo discurso da extrema direita brasileira, formando uma malha valorativo-discursiva que lhe é própria, marcada pelo movimento discursivo do “nós” *versus* “eles”. Desmembrando-se do objetivo central da pesquisa, emergem os objetivos secundários e suas respectivas especificidades: a) Analisar o modo pelo qual as ideologias nazifascistas se fazem reverberadas em enunciados proferidos por representantes da atual extrema direita brasileira; b) Verificar os elementos verbais que compõem os enunciados contemplados, bem como os elementos não verbais e extraverbais que constituem os seus sentidos (atmosfera social, linguagem gestual do locutor, elementos verbo-visuais etc.); c) Perscrutar quais as conseqüências causadas pela presença de ecos ideológicos nazifascistas nas enunciações de Jair Messias Bolsonaro e seu coral de apoio ministerial no horizonte social brasileiro, sugerindo, nesse vislumbrar, a possibilidade decorrente de um fenômeno de reflexo e refração; d) Averiguar de que maneira o conjunto de enunciados analisados sugerem uma malha discursiva cujos valores são habitados

por ideologias nazifascistas, resultando em uma política regimental marcada pelo “nós” *versus* “eles” que estratifica a sociedade, dando ao “eles” um arquétipo de inimigo nacional.

Diante das predileções elementares até então mencionadas e antes de adentrarmos os caminhos investigativos propostos nesta pesquisa, convém justificar nossa legitimidade propositiva, que se configura a partir de dois polos interdependentes, sendo eles o acadêmico-científico e o social. No que diz respeito ao polo acadêmico-científico, averiguou-se, inicialmente, a produção científica na seara dos estudos discursivos relacionados à temática do nazifascismo.

Como pode ser avistado na tabela referente ao anexo A, uma busca¹¹ no portal de periódicos da plataforma digital da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) deu-se por meio de três flancos investigativos. O flanco que integra a seara da Análise do Discurso diz respeito às investigações ancoradas em teóricos da linha francesa, que, em termos quantitativos, apresenta o maior número de trabalhos acadêmicos averiguados, mais precisamente um total de 292 textos, os quais variam entre os gêneros artigo científico e livro. Nessa esteira investigativa, puderam ser encontrados 21 artigos científicos que versam, especificamente, sobre as discursivizações de Jair Bolsonaro. No entanto, em nenhum deles fora presenciado um atrelar direto de sua discursividade com os valores nazifascistas. O flanco que concerne à Análise Dialógica do Discurso¹², se relacionado quantitativamente às investigações discursivas de ordem francesa, pode ser considerado inexpressivo, uma vez que, durante a busca, encontramos 19 artigos científicos, sendo que, em nenhum deles, há a observação do dialogar entre o fascismo italiano e o nazismo alemão, tampouco as proximidades destes movimentos com o atual governo brasileiro. Por fim, no flanco cujas rubricas centrais de busca se vinculavam ao Círculo de Bakhtin¹³, foram encontrados apenas 9 artigos científicos, que, assim como aqueles localizados na busca precedente, não correlacionam o fascismo italiano com o nazismo alemão, ou seja, não perscrutam o nazifascismo, bem como não apresentam a dialogicidade entre os discursos fascistas com a

¹¹ O período de coleta ocorreu entre novembro de 2019 e janeiro de 2021.

¹² O termo “Análise Dialógica do Discurso” fora ensejado pela pesquisadora Beth Brait (2018). Segundo a investigadora, o Círculo de Bakhtin não propôs, formalmente, uma teoria direcionada à análise discursiva como pode ser presenciado nas linhas de ordem francesa ou da anglo-saxã. Entretanto, no conjunto arquitetônico autoral bakhtiniano, podem ser encontrados subsídios envergados que possibilitam uma análise/teoria do discurso. Conforme sustenta a estudiosa, em sua obra organizada *Bakhtin: outros conceitos chave*, durante sua retórica escrita, o conjunto da obra bakhtiniana permite, aos que se propõem a investigá-la, considerá-la uma Análise/Teoria Dialógica do Discurso.

¹³ A escolha terminológica **Círculo de Bakhtin** se justifica pelo fato de essa ser uma designação recorrente no âmbito acadêmico brasileiro para referenciar o grupo de intelectuais russos.

figura de Jair Messias Bolsonaro e/ou atores políticos que compõem o seu regime governamental.

Como se pôde perceber, ainda que haja um número significativo de pesquisas com caráter acadêmico no que diz respeito ao discurso do nazifascismo, estas, em sua maioria, fazem-no ancoradas na Análise do Discurso de linha francesa. Por meio de uma leitura tangencial dos resumos que lhes integram, não se percebeu que apresentam como intento central a averiguação de uma possível proximidade semântica entre os discursos nazifascistas com a atual extrema direita brasileira. Contudo, é importante salientar que, atualmente, observa-se um crescimento de investigações alicerçadas na perspectiva bakhtiniana que procuram perscrutar os fenômenos discursivos que afloram do bolsonarismo. Por este apresentar em sua arquitetura verboaxiológica política tonalidades semânticas autoritárias, presenciam-se pesquisas que, sobretudo, propõem-se a aclarar

estudos da (in)tolerância com uma perspectiva mais ampla, o que também permite trazer a público pesquisas sobre chaves discursivas, culturais e socioeconômicas, destacando certos grupos considerados historicamente como vítimas de intolerância [...] um debate sobre umas caricaturas mais ou menos blasfemas ou sobre um discurso extremista, populista, a cargo de um político ou de uma pessoa influente específica que, em determinado lugar, propaga difamações, injúrias ou propaganda discriminatória. (MUÑOZ; DI FANTI; MALCORRA, 2020, p. 2)¹⁴

Sendo assim, tendo em vista que “um texto só tem vida contatando com outro texto” (BAKHTIN, 2017, p. 67), este estudo traça interlocução com as vozes intelectuais preocupadas com os pressupostos supracitados, contemplando, neste percurso, um objeto de relevância temática atual, o qual aponta para um ideário político em curso que flerta com o totalitarismo. Ademais, apesar de se observar uma aparente carência de estudos da Teoria Dialógica do Discurso quanto à díade nazifascismo-governo brasileiro, ressalta-se que, mesmo se houvesse uma sobressalente proporcionalidade de investigações acerca desse assunto, ainda insistiríamos em investigá-lo. Esse posicionamento epistemológico se justifica pelo fato de estarmos alicerçados na ótica bakhtiniana e, por isso, concebermos o sujeito pesquisador como detentor de uma dimensão social e dialógica, ou seja, perpassado e coabitado por vozes outras, mas, ao mesmo tempo, detentor de uma dimensão singular, que o faz ser único, irrepetível e insubstituível, por ser responsável por suas responsabilidades sociais. Dessa forma, ainda que

¹⁴ Esta citação integra o texto inicial da revista científica *Letrônica*, periódico vinculada ao Programa de Pós-graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Compondo o número temático, tem-se 18 artigos científicos e duas resenhas com a finalidade de desenvolver reflexões concernentes ao surgimento de discursos intolerantes na contemporaneidade.

emergem no campo acadêmico inúmeras pesquisas que contemplem o cerne semântico do nosso conteúdo temático, esta é

a pesquisa de um dado pesquisador, sua contribuição para o gênero. Não é pois mera repetição de uma fórmula, mas o enquadramento numa forma, que se quer arquitetônica, que vai além do composicional. De certo modo, o composicional é a exigência formal, mas o arquitetônico desta, e não de outra pesquisa, é a exigência maior, porque, se bastasse seguir normas, toda pesquisa seria a “mesma” pesquisa, e não respondendo a coisa alguma, não teria razão de ser. (SOBRAL, 2018, p. 117)

Consequentemente, acoplada a essa singularidade, pôde-se averiguar uma expansão, mesmo que singela, na concepção de esfera política circunscrita na seara da Teoria Dialógica do Discurso. A partir das averiguações empreendidas nesta investigação, transgrediu-se, tangencialmente, o entendimento de centro de valor bakhtiniano e seu habitar na aparição de enunciados evênticos e singulares, possibilitando observá-lo na relação com outros enunciados que formam uma malha discursiva de um determinado espectro político. Nesse orquestrar de visualização, operaram-se forma e conteúdo, repetível e irrepetível, significação e tema, construção composicional individual e interindividual, não apenas no singular, mas, sempre, no plural, no conjunto de atores sociopolíticos que, ao enunciarem, singularizam-se enquanto sujeitos e, ao mesmo tempo, singularizam um conjunto de sujeitos já não tão únicos e evênticos, pois, no todo, formam uma malha valorativo-discursiva cujo fio semântico repetível é o do “nós” *versus* “eles”.

Este fio semântico presenciado faz emergir o nosso polo social, que, em seu empreendimento, traz o arcabouço bakhtiniano para aclarar discursos conspícuos cujas ideologias descortinam um cenário de possibilidades que malogram o nosso Estado de direito, tornando-se, para além de acadêmica, uma pesquisa que se volta a desvelar facetas pouco aparentes dos discursos autoritários na contemporaneidade. Trata-se de uma singularidade científica que se propõe a escrever e vivenciar a história de seu tempo, a partir de um lugar epistemológico cuja lente filosófica, além de mirar a linguagem, foca a vida pelo ângulo discursivo. Nesse sentido, a presente pesquisa alicerça sua justificativa social tendo em vista a contribuição de reflexões que contemplem a relação imbricada entre a sociedade, a política e a linguagem, cuja inerência organiza e configura as vicissitudes históricas de uma nação. Arelado a isso, almeja-se, ainda que de forma singela, a construção de um olhar crítico quanto às práticas políticas atuais, sobretudo quanto a atores sociopolíticos cuja função principal é a de gerir e fomentar interesses públicos.

Delimitados os princípios elementares que subjazem à escrita desta dissertação, faz-se premente, ainda, uma descrição preliminar e sumária dos capítulos que a compõem e contribuem para a sua arquitetônica enunciativa.

No primeiro capítulo, são apresentados alguns pormenores da vida de Benito Mussolini e Adolf Hitler, sublinhando-se os aspectos históricos centrais que os levaram ao poder na Itália e na Alemanha, respectivamente. Além do processo de fascistização, esboça-se, sumariamente, o projeto de expansão nazista no território brasileiro. Por conseguinte, destacam-se os eixos e os princípios ideológicos centrais que marcam o nazifascismo enquanto movimento axiológico totalitário.

No segundo capítulo, atrelam-se as características autoritárias do nazifascismo à historiografia política brasileira, destacando-se períodos governamentais do Brasil marcados pela coerção social, bem como o momento processual de ruptura com essas formas de governabilidade, conhecido na literatura como o **período de redemocratização**. Também nesse capítulo, para fins de contextualização ampla da atmosfera social que precede a cronotopia dos enunciados contemplados na análise deste trabalho, disserta-se sobre o período eleitoral de 2018 e seus fatos circundantes principais.

No que tange aos dois primeiros capítulos que integram este trabalho dissertativo, é importante observar que, em ambos, por estarem destinados à narrativa de aspectos sociopolíticos, utilizou-se uma gama de intelectuais alinhados ao materialismo dialético-histórico, os quais, ao nosso ver, comungam com a perspectiva de Nicos Poulantzas (1978), teórico do fascismo, cujo olhar direciona esta pesquisa, por entender que regimes nazifascistas são processuais e se circunscrevem em sociedades que se encontram sob a égide do sistema capitalista. Por não sermos historiadores de formação, os fatos/acontecimentos históricos aqui narrados estão sob a ótica desses intelectuais, em certa medida, marxistas, por dois principais motivos: o primeiro concerne ao fato de que, ao se alinharem ao materialismo dialético, traçam uma possível interlocução com o arcabouço bakhtiniano; o segundo diz respeito ao fato de a Teoria Dialógica do Discurso, ao atribuir à linguagem uma dimensão social, indicia, em suas entrelinhas teóricas, que a palavra e a história da sociedade traçam seus percursos juntas.

O capítulo posterior, de número 3, discorre sobre a Teoria Dialógica do Discurso, que apresenta a ancoragem teórico-metodológica desta pesquisa de natureza discursiva. Nesse momento, embora se tente ressaltar a amplitude do alcance da concepção de linguagem na teoria bakhtiniana, destacam-se, em prol do recorte analítico, os conceitos de **dialogismo**, **signo ideológico**, **corpo ideológico**, **coral de apoio** e **enunciado concreto**; todos, dialeticamente, relacionados e perpassados pela rubrica dialógica asseverada pelo arcabouço bakhtiniano. Na

sequência de desenvolvimento teórico dos conceitos, descrevem-se os procedimentos metodológicos e analíticos, justificando-se a escolha dos enunciados governamentais selecionados para a investigação discursiva. No que tange à metodologia analítica, anuncia-se de antemão que, considerando-se os pressupostos teóricos bakhtinianos mobilizados e a singularidade arquitetônica de cada discurso, analisou-se, em um primeiro momento, de que maneira cada enunciado investigado estabelece relações axiológicas e dialógicas com as ideologias nazifascistas, observando-se os efeitos de sentido também fascistas que desta aproximação semântica emergem. Em um segundo momento, buscou-se averiguar de que forma as ressonâncias nazifascistas encontradas refletem e refratam o horizonte social brasileiro.

O quarto capítulo, por sua vez, destina-se à elaboração das análises propriamente ditas. Durante o percurso analítico, a investigação fora subdividida em dois flancos de averiguação, a saber: o período de fascistização e o fascismo instaurado. No que diz respeito ao momento que se refere ao período de fascistização, analisou-se um enunciado circunscrito ao pleito eleitoral de 2018. Observou-se, no projeto enunciativo em voga, o eco ideológico nazifascista da construção de um inimigo político que, no contexto brasileiro, remete, principalmente, aos apoiadores do petismo. No que tange ao momento denominado de fascismo instaurado, trata-se do período a partir do qual o movimento bolsonarista, com vestes autoritárias, assume o poder governamental. Nessa conjuntura analítica, foram analisados os outros quatro enunciados selecionados pela pesquisa, os quais apresentaram, respectivamente, os seguintes epicentros semântico-axiológicos no fio de suas discursividades: a construção de um passado mítico, o anti-intelectualismo, o antissemitismo e a religiosidade. Ademais, salienta-se que, na seção analítica, foram trazidos, eventualmente, outros enunciados já ditos pelos membros do poder executivo federal, os quais servem de respaldo para sustentarmos nossas sugestões quanto aos sentidos que observamos ecoarem nos projetos de dizer. Para a legitimidade da compreensão dialógico-discursiva e a averiguação do leitor presumido desta pesquisa, os *links* para acesso dos enunciados que porventura circundaram as análises podem ser encontrados na seção de referências. Por fim, lapidam-se as considerações finais, que, em suma, retomam as reflexões empreendidas na investigação, dando um devido destaque aos sentidos emergidos no processo analítico sem, evidentemente, a veleidade de asfixiar os diferentes flancos semânticos que os sentidos previstos durante a análise podem atingir.

Apresentados os capítulos que irão compor a presente dissertação, cabe, por fim, reiterar a sua necessidade contemplativa. Diante deste silenciar amuado da democracia brasileira, a sociedade mundial clama, por diferentes mecanismos, um olhar mais atento para o nosso *status quo*, como a predileção imagética em nossa epígrafe, do cartunista Bas van der Shot, no jornal

holandês “de Volkskrant”, na segunda-feira do dia 28 de outubro de 2018, após o segundo turno das eleições que elegeram Jair Messias Bolsonaro como presidente do Brasil. Utilizando-se das cores da bandeira nacional brasileira, bem como os chinelos típicos brasileiros, as **havaianas**, o artista, ideologicamente, numa crítica contundente ao novo cenário político, sugere uma ressignificação da suástica que, por ora, axiologiza-se pela tropicalização, evidenciando as novas vestes da identidade do Brasil.

Inspirando-se nesse papel social, sob a ótica do Círculo de Bakhtin, arriscamo-nos a, para além de desvelar, perscrutar como se estilizam as novas vestes fascistas à brasileira, anunciadas no e pelo discurso. Como principia Bakhtin (2017, p. 79), “não existe nada absolutamente morto: cada sentido terá sua festa de renovação. Questão do grande tempo”. E, talvez, os princípios nazifascistas estejam de festa em solo brasileiro. Lançamo-nos, enfim (e sem fim), a penetrar nesta festividade com o intento de elucidar as atuais forças que tentam nos tolher uma democracia que, apesar de jovem, já nos permitia o devir.



Barbosa (2017)

Os perigos da política fascista vêm da maneira específica como ela desumaniza segmentos da população. Ao excluir esses grupos, limita a capacidade de empatia entre outros cidadãos, levando à justificação do tratamento desumano, da repressão da liberdade, da prisão em massa e da expulsão, até, em casos extremos, o extermínio generalizado.

Stanley (2018)

2 O NAZIFASCISMO SOB O VIÉS FILOSÓFICO-HISTÓRICO MARXISTA: GÊNESE, ASCENSÃO, PRINCÍPIOS IDEOLÓGICOS E EXPANSÃO

Por se circunscrever à esteira investigativa das Ciências Humanas e Sociais, o conceito de **fascismo** admite múltiplas vicissitudes interpretativas. Dentre as variadas possibilidades de percepção, destacam-se, na literatura que se propõe a versar sobre o assunto, dois vieses: o liberal-conservador e o filosófico-marxista.

Segundo Konder (1977), o olhar liberal-conservador dado ao fascismo compreende grande parte das investigações que se inclinam a observá-lo, presenciando-se a maior parte delas filiadas à teoria do Totalitarismo. Além de esses inúmeros estudos conceberem o nazifascismo como sendo um fato histórico situado, encontram-se, até hoje, atrelados “às forças intrinsecamente conservadoras que não haviam chegado a se comprometer com o fascismo e que nutriam pelo socialismo uma visceral aversão” (KONDER, 1977, p. 69).

No contraponto desta frente investigativa, tem-se o viés filosófico-marxista, cujos preceitos nodais ancoram esta dissertação. Conforme Poulantzas (1978), fortemente influenciado pela dialética histórica gramsciana, o fascismo precisa ser observado não como um fato histórico isolado, mas, sim, enquanto um movimento que pode ressurgir em qualquer sociedade que se configura sob os moldes de um estado capitalista. Ao se lançarem às investigações, no que tange ao fenômeno do fascismo e à sua relação com o aspecto conjuntural dos mecanismos do capital, as lentes marxistas poulantzianas asseveram que

o fascismo corresponde a uma conjuntura específica da luta de classes. Mas é preciso ir mais longe: o fascismo, efetivamente, não constitui uma simples forma diferencial do Estado capitalista num estágio determinado de seu desenvolvimento. O fascismo constitui uma forma de Estado e uma forma de regime “limite” do Estado capitalista. [...] O que já é colocar o problema da crise política – porque é precisamente a uma crise política que corresponde à instauração do fascismo. (POULANTZAS, 1978, p. 63)

Partindo dessa visão filosófico-marxista processual poulantziana, cuja visão sobre as facetas do surgimento do fascismo alude a aspectos processuais que orbitam em torno de um Estado sob a égide capitalista, pode-se observar que – durante o início do século XX, mais precisamente até 1920 – a sociedade em âmbito mundial, sobretudo a europeia, sustentando-se via pensamento liberalista, adotou o capitalismo como sendo o principal meio de funcionamento econômico. Contudo, visto que sua finalidade central era visar ao lucro, ocorreu uma excessiva produção que, em meio aos diversos desequilíbrios socioeconômicos, não conseguiu, organicamente, alcançar o resultado capitalista almejado. Com isso, a própria visão

lucrativa do capitalismo, alicerçada na industrialização, passou a substituir, de forma desmedida, o trabalho humano pelo maquinário, o que resultou em drásticas quedas de consumos nacionais, uma vez que a população, sobretudo as camadas menos favorecidas, havia perdido o poder de compra.

Atrelada a esta crise econômica, travou-se, entre os países de destaque industrial, uma crise tensiva no que tange às questões políticas. Intuindo proteger suas economias, principalmente pelo fato da existência de um armamentismo crescente, muitos países europeus criaram a denominada Política de Aliança, que consistiu, em termos gerais, numa compilação de acordos político-militares, subdivididos em dois blocos nacionais: a Tríplice Aliança, composta por Império Austro-Húngaro, Itália e Alemanha; e a Tríplice Entente, formada por Rússia, Inglaterra e França. Entretanto,

esses países foram mergulhados em uma guerra que julgavam ser necessária para assegurar as respectivas liberdades. Achavam que o confronto terminaria em poucos e heroicos meses, e que poria um fim a todas as guerras. Na verdade, era o início de um novo tipo de guerra total, que envolveria a mobilização de civis em solo pátrio. Uma guerra em que a tecnologia assumiria uma importância destrutiva sem precedentes, uma guerra que provocaria ainda mais conflitos. (CHALTON; MACARDLE, 2017, p. 33)

Após a Primeira Guerra Mundial, que perdurou por quatro anos, os países vencedores da Tríplice Entente puderam desfrutar das vantagens políticas e econômicas traçadas no Tratado de Versalhes. Em contrapartida, os países vencidos sofreram perdas de territórios, o que acarretou desempenhos desastrosos nas áreas industrial, agrícola e comerciária. Nesse contexto social, de crise pós-guerra, emerge uma ideologia política que marca, historicamente, talvez o percurso mais nefasto à que a narrativa mundial já assistiu: o **nazifascismo**. O termo **nazifascismo** sugere o cruzamento ideológico dos dois maiores regimes políticos totalitários, sob uma perspectiva filosófico-histórica, ocorridos na Itália e na Alemanha, coordenados, respectivamente, por Benito Mussolini e Adolf Hitler.

Apesar de que a arqueologia ideológica do nazifascismo será, posteriormente, esboçada para prospectivas análises, é crucial, neste momento, o resgate histórico singular tanto do fascismo quanto do nazismo, uma vez que, segundo Poulantzas (1978), embora ambos estejam na esteira taxionômica do fascismo, cada qual apresentou suas particularidades espaço-temporais semiodiscursivas para sua ascensão e tomada de poder. Além disso, ainda que haja um considerável distanciamento histórico com as atuais conjunturas da política brasileira, faz-se imperativo este reaver contextual, pois, à luz da teoria bakhtiniana, não apenas importa a

situação social mais próxima que circunda um processo enunciativo-discursivo, mas, também, o seu dialogar com âmbitos sociais mais amplos, haja vista que

o homem do fim da época capitalista se interessa por quase tudo, começando pelas regiões da terra mais remotas e terminando pelas estrelas mais distantes. Essa ampliação do horizonte valorativo se realiza de forma dialética. Os novos aspectos da existência que passam a integrar o horizonte de interesses sociais abordados pela palavra e pelo *pathos* humano não esquecem dos elementos da existência integrados anteriormente, mas entram em embate com ele, reavaliando-os, alterando o seu lugar na unidade do horizonte valorativo. [...] Um sentido novo se revela em um antigo. (VOLÓCHINOV, 2017, p. 238)

Ancorando-se neste olhar fenomenológico em relação às práticas socio-humanas, em que os integrantes da tríade sujeito-linguagem-política se reintegram e se reinventam dialeticamente, principia-se o nazifascismo não como sendo um fato histórico, mas, sim, um movimento, uma prática sociopolítica que pode ser reproduzida, recriada e ressignificada por diferentes facetas. Cabe lembrar que, enquanto movimento político, seu surgimento foi processual e orquestrado pela **palavra**, pois é nela, como veremos a seguir, que surgem as mudanças sociais, das ínfimas às mais perturbadoras.

Aclarada a esteira teórica na qual esta investigação se faz circunscrita frente ao fenômeno do fascismo, lancemo-nos ao propósito central deste capítulo primeiro, cujo intento é esboçar os aspectos historiográficos que o permearam. Para tanto, o capítulo lapidar-se-á da seguinte forma: em um primeiro momento, são narrados os processos de ascensão do fascismo italiano e alemão, dando-se, respectivamente, centralidade às figuras de Benito Mussolini e Adolf Hitler. No segundo momento, apresentam-se os eixos ideológicos que marcaram a visão de mundo nazifascista. Por fim, relatam-se, sumariamente, os mecanismos pretensiosos de expansão territorial do nazifascismo.

2.1 MUSSOLINI E A ASCENSÃO DO FASCISMO ITALIANO

O Fascismo italiano, situado como um movimento sociopolítico de extrema direita, emergiu, em termos gerais, a partir de ressentimentos por parte de representantes políticos, uma vez que a Itália, ao fim da guerra, percebeu-se pouco beneficiada: além de grandes perdas financeiras e humanas, Inglaterra e França cumpriram apenas suas promessas parcialmente traçadas pelo Tratado de Versalhes (CHALTON; MACARDLE, 2017, p. 68). Desse modo, com grande parte da sociedade decepcionada com o governo e sua fragilidade estatal, surgem, entre 1919 e 1920, diversas manifestações sociais, sendo que muitas delas anunciavam uma possível

revolução comunista aos moldes da Revolução Russa. Em concomitância, “emergiram os fascistas, que prometiam deter o avanço do comunismo e trazer glória à Itália. O grupo foi fundado pelo carismático Benito Mussolini, apoiado pelos Camisas Negras, sua violenta milícia. Mussolini glorificava a luta armada” (CHALTON; MACARDLE, 2017, p. 67).

No entanto, como grande parte de movimentos sociopolíticos, o Fascismo não apresentou seu ideário ideológico inicial como um organismo acabado. Sua arqueologia teórica foi delineada aos poucos e, nesse sentido,

o discurso é fundamental, porque o fascismo movimento é uma constante da história do fascismo; uma constante que aos poucos perde importância, hegemonia, que se torna sempre secundária, mas que está sempre presente. O fascismo movimento é o ‘fio vermelho’ que liga março de 1919 a abril de 1945; o fascismo regime, o fascismo partido, por outro lado é outra coisa. (DE FELICE; GENTILE, 1988, p. 29)

Nesse limbo entre o fascismo enquanto movimento e o fascismo como regime instaurado, destaca-se a figura de Benito Almicare Andrea Mussolini (1883-1945), anteriormente apontado em uma citação como sendo o ator social central das discursivizações do ideário fascista na Itália. Nascido em uma pequena cidade provinciana de Forli, desde sua infância, sob a influência doutrinária socialista de seu pai – Alessandro Mussolini –, encontrou-se imerso no universo da vida política.

Segundo Konder (1977), quando jovem, Mussolini construiu sua carreira política no Partido Socialista da Itália, demonstrando-se como um fervoroso defensor das ideias esquerdistas. Nessa época, em meados de 1911, tornou-se diretor do jornal do partido intitulado *Avanti!*, cujas principais produções enunciativas dedicavam-se a fazer críticas ao pensamento dos partidários do conservadorismo e do nacionalismo de direita, bem como retratar reivindicações possíveis por parte da população operária. Em meio a este escopo de retóricas e discussões sociopolíticas, presenciava-se a hipotética participação italiana na Primeira Guerra Mundial.

Em 1914, embora a Itália tivesse abandonado a Tríplice Aliança e recusado sua participação inicial na guerra, diversos subgrupos patriótico-nacionalistas surgiram na sociedade civil de várias regiões do país, apregoando, em função de promessas territoriais, a sua entrada no conflito. Em contrapartida, a ala esquerdista italiana, representada principalmente pelo Partido Socialista, posicionou-se contrária ao adentramento da nação na batalha (KONDER, 1977, p. 30).

Em meio a este embate ideológico nacional, Benito Mussolini, preconizando a aderência nacional à guerra, rompe com o partido, deixa a direção de seu jornal e cria, por meio de

financiamentos de empresários direitistas, um periódico jornalístico cuja principal funcionalidade era a de produzir discursos pró-guerra (KONDER, 1977, p. 32). Assim, alinhando-se, contraditoriamente, às frentes políticas conservadoras – que, nesse momento, já haviam persuadido as lideranças nacionais a aderirem à guerra –, Mussolini se alista nas forças armadas do país, mostrando, durante o combate, excelente desempenho militar.

No término do conflito, em 1918, tem-se uma Itália vitoriosa, junto a Inglaterra, França e Estados Unidos, porém desgostosa com o descumprimento do pacto feito em 1915 com franceses e ingleses, cuja cordata central era a devolução das regiões que se encontravam sob o domínio do império austro-húngaro. Ademais, havia entre os ex-combatentes um sentimento de indignação, uma vez que seus esforços, além de não frutíferos, foram recepcionados com pouca cordialidade por uma parcela da sociedade civil italiana que, desde o início, concatenada ao socialismo, mostrou-se contrária à aderência guerrilheira. Nesse contexto sócio-histórico difuso, Mussolini, ao perceber um suntuoso corpo político,

decidiu se apoiar na massa de ex-combatentes. Até então, seu jornal, o *Popolo d'Italia*, ainda tinha subtítulo de “giornale socialista”; ao terminar a guerra, o subtítulo passou a ser “organo dei combattenti e produttori” (órgão dos combatentes e produtores). E começou uma luta inclemente contra os grandes responsáveis pela crise italiana, contra os inimigos da vocação da Itália para a grandeza: a democracia e o socialismo. [...] A Itália se batera com imenso sacrifício e dedicação, conseguira afinal uma vitória heroica, mas os fracos dirigentes da liberal-democracia tinham cedido às pressões imperialistas de outros governos: em lugar de defenderem com firmeza os legítimos interesses nacionais (por exemplo, a posse de Fiume), permitiram covardemente que a vitória da Itália na guerra fosse “mutilada”. (KONDER, 1977, p. 31, *grifos do autor*)

De acordo com Paris (1972), Benito Mussolini, absorto nesse posicionamento, não apenas conduzia uma pretensa união para as diversas associações de ex-combatentes, como também se opunha, veementemente, ao governo de Vittorino Emanuele Orlandi, que, sob os reflexos do pós-guerra¹⁵, endividara-se com países europeus e com os Estados Unidos, levando a sociedade italiana a uma crise que, em termos gerais, estendia-se desde o setor industriário até as classes mais baixas. Como o final do ano de 1919 seria eleitoral¹⁶, o rei italiano Victorio Emanuele III convida Francesco Saverio Nitti para compor o corpo governamental, sem votação direta, a fim de reestruturar a organização orçamentária do país. Inicialmente, para sanar a chamada “crise do pão” italiana, Nitti decide aumentar os índices de arrecadação

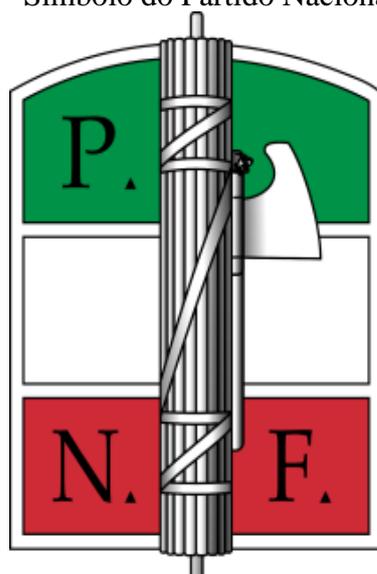
¹⁵ Mesmo estando no eixo vitorioso da Primeira Guerra Mundial, a Itália, em diversas batalhas, não teve bom desempenho, pois não possuía poderio bélico como as outras nações parceiras, necessitando, conseqüentemente, de empréstimos destas.

¹⁶ Na época, o sistema político italiano era monárquico-parlamentarista, em que o chefe de governo é um monarca (rei ou imperador) e o chefe de estado (quem, efetivamente, governa) é um primeiro-ministro, denominado *chanceler*.

governamental, obrigando, judicialmente, os camponeses a entregarem parte de suas colheitas trigueiras aos produtores de panificação local, evitando a importação de trigo. Essa medida resultou na estagnação do preço do pão, mas, por outro lado, levou o governo a presenciar uma camada camponesa e de grandes fazendeiros insatisfeita.

Entretanto, intuindo uma possível participação no quadro eleitoral que se desenharia em novembro de 1920, Benito Mussolini, no dia 2 de março, por meio do periódico jornalístico *Popolo d'Italia*, convida seus leitores para a formação de um movimento intitulado *fasci di combattimento*, composto, inicialmente, por uma maioria de paramilitares (ex-combatentes). Segundo Konder (1977), o termo **fascismo**, lançado por Mussolini, origina-se de *fascio*, etimologicamente significando “feixe”, que, na época da Roma antiga, simbolizava a força de um líder. A partir dessa criação simbólica, o Partido Nacional Fascista constrói o seu logotipo:

Figura 1 – Símbolo do Partido Nacional Fascista



Fonte: Partido ([s/d], [s/p]).

Afixados pelo mito da romanidade, os fascistas, sobretudo Mussolini, remetiam em sua discursividade sentidos atribuídos à República Romana. O ditador, em suas aparições públicas, disponibilizadas atualmente pela iconografia, demonstrava ares de cesarianismo¹⁷ e altivez em sua linguagem corporal. Assim, a simbologia partidária, resume, em sua linguagem visual, a necessidade fascista de se voltar no tempo dos césores, em que

¹⁷ Refere-se aos sujeitos do espectro político que comungam com os ideais de Caio Júlio Cesar, o qual fora militar, patrício e líder político no Império Romano.

os magistrados eram precedidos por funcionários – *os littori* – que empunhavam machados cujos cabos compridos eram reforçados por muitas varas fortemente atadas em torno da haste central. Os machados simbolizavam o poder do Estado de *decapitar* os inimigos da ordem pública. E as varas amarradas em redor do cabo constituíam um *feixe* que representava a unidade do povo em torno de sua liderança. (KONDER, 1977, p. 29, grifos do autor).

Durante a proliferação do movimento que, gradualmente, adquiria cada vez mais adeptos da sociedade civil, desenhava-se sua natureza febril e agressiva, levando adeptos a atear fogo, em 15 de abril de 1919, na sede do jornal socialista *Avanti!* (PARIS, 1972, p. 67). Aproveitando os rumores de seu ainda inicial progresso, o movimento enuncia oficialmente seus princípios elementares:

PROGRAMA DOS FASCI ITALIANI DI COMBATTIMENTO.

Italianos!

Eis o programa nacional de um movimento sadiamente italiano.

Revolucionário, porque antidogmático e antidemagógico; poderosamente inovador porque desprovido de apriorismos.

Colocamos acima de tudo e de todos a valorização da guerra revolucionária.

Os outros problemas: burocracia, administração, direito, escolas, colônias etc., nós os esboçaremos quando tivermos criado a classe dirigente.

É por isso que QUEREMOS:

Para o problema político:

- a) Sufrágio universal com escrutínio de lista regional e representação proporcional, direito de voto e elegibilidade para as mulheres.
- b) Redução do limite de idade – dezoito anos – para os eleitores, e vinte e cinco para os Deputados.
- c) Abolição do Senado.
- d) Convocação, para um período de três anos, de uma Assembleia Nacional que deverá, como tarefa essencial, estabelecer a forma de constituição do Estado.
- e) Formação de Conselhos nacionais técnicos do trabalho, da indústria, dos transportes, da higiene social, das comunicações etc., eleitos pelas coletividades profissionais ou de ofício, com poderes legislativos e o direito de eleger um Comissário-Geral com poderes de Ministro.

Para o problema social:

QUEREMOS:

- a) Promulgação rápida de uma Lei que sancione, para todos os trabalhadores, a jornada legal de oito horas de trabalho.
- b) O salário-mínimo.
- c) A participação dos representantes dos trabalhadores no funcionamento técnico da indústria.
- d) A concessão, para as próprias organizações proletárias (contanto que elas sejam dignas moral e tecnicamente), da administração de indústrias ou de serviços públicos.
- e) A organização rápida e completa dos ferroviários e de todas as indústrias dos transportes.
- f) Uma modificação necessária do projeto de lei de segurança por invalidez ou velhice, que diminua o limite de idade de 65 anos para 55 anos.

Para o problema militar:

QUEREMOS:

- a) Instituição de uma Milícia Nacional, com breves períodos de instrução e um objetivo exclusivamente defensivo.
- b) Nacionalização de todas as indústrias de armamentos explosivos.
- c) Política exterior nacional que valorize, nas competições pacíficas da civilização, a nação italiana no mundo.

Para o problema financeiro:

QUEREMOS:

- a) Um grande imposto extraordinário de caráter progressivo sobre o capital, que represente uma autêntica EXPROPRIAÇÃO PARCIAL de todas as riquezas.
- b) O confisco de todos os bens das Congregações religiosas e a supressão de todos os rendimentos episcopais, que constituem um déficit enorme para a Nação, e um privilégio para uma minoria.
- c) A revisão de todos os contratos de provisões de guerra e o confisco de 85% dos benefícios de guerra.

Fonte: *Il Popolo d'Italia*, 6/6/1919

(In: PARIS, 1972, p. 91)

Embora este capítulo não seja designado à análise dialógico-discursiva, há, no projeto enunciativo que a citação precedente esboça, alguns elementos que suscitem breves pontuações. Durante seu processo de ascensão, o fascismo italiano, na tentativa de alcançar um considerável populismo, coopta ao seu discurso preceitos socialistas, como pôde ser percebido em seu projeto inicial político precedente. No âmbito político, há uma promessa de elegibilidade às mulheres; e, no âmbito social, um subconjunto de direitos direcionados à classe operária; por fim, destaca-se, no plano financeiro, a supressão dos rendimentos financeiros das organizações religiosas com vistas a equilibrar a equidade social. No entanto, como veremos em seus eixos ideológicos, tais promessas não serão cumpridas, pois o núcleo fascista coaduna com uma elite minoritária, preza pela manutenção da figura masculina e acaba, durante seu processo, comungando-se àquilo que Poulantzas (1978) denominará de **catastrofismo economicista**, que consiste numa visão de mundo que acaba por

privilegiar as forças produtivas à custa das relações de produção: o que é acompanhado, em segundo lugar, por uma concepção economicista-tecnicista do processo de produção e das forças produtivas, de algum modo consideradas independentes das *relações de produção*. [...] *A luta de classes é escamoteada*, no sentido em que é reduzido a um processo econômico de feitura economicista. (POULANTZAS, 1978, p. 43, grifos do autor).

Ainda que o movimento inicial organizado por Mussolini apresentasse um considerável crescimento de adesão, a predileção do movimento mussoliniano não foi atingida nas eleições de novembro de 1919, que, por sua vez, resultaram em um quadro parlamentar ideologicamente desalinhado. Conforme relata Konder (1977), o Partido Socialista obteve o maior número de cadeiras, seguido pelo Partido Liberal de Nitti e precedido pelo eminente Partido Popular, que se caracterizava pelo cunho católico e clerical. Devido à maioria socialista parlamentar, Francesco Saverio Nitti viu-se com maiores dificuldades para governar a Itália, uma vez que a sua órbita governamental era centrada em medidas de ordem liberal-capitalista. Não suportando os rechaços dos socialistas, Nitti se demite, sendo substituído, à indicação do rei Vittorio Emanuele II, por Giovanni Giolitti, que fora ministro da Itália e membro do Partido Liberal.

Insatisfeito com a performance do *fasci di combattimento* nas eleições e ávido por sua convallescência, Benito Mussolini inicia, por meio de mecanismos discursivos, um movimento que prediz a criação de um partido com liturgia própria. Além de se opor abruptamente às ações socialistas no parlamento e se mostrar avesso ao clericalismo do Partido Popular, o político italiano empreende um fluxo ininterrupto de discursos com profundas críticas à monarquia italiana habitual:

Quando a monarquia mantém no poder aqueles que decididamente passam carimbados com a marca da infâmia ocorrida em Fiume; quando ela dissolve a Câmara e tolera que Nitti pronuncie um discurso no qual se faz um claro apelo às forças bolchevique da Nação; quando tolera no poder um homem que não é Kerenski, mas Karoly; quando enfim ratifica a paz por decreto real, então eu voz digo claramente que o problema monárquico, que ontem não existia para nós de modo prejudicial, se põe hoje para todos os seus fins. A monarquia talvez tenha cumprido a sua função procurando, e em parte conseguindo, unificar a Itália. Agora deveria ser a tarefa da República de uni-la e descentralizá-la regional e socialmente, e garantir a grandeza que nós queremos para todo o povo italiano. (MUSSOLINI, 1921, p. 83, tradução nossa)¹⁸.

A evidente opacidade desse discurso indica um sujeito cuja voz social se coloca a contragosto do que está ocorrendo na política italiana desenvolvida pelo rei Vitor Manuel III e por seu assessor Giolliti, que, segundo Mussolini, desenhava uma monarquia frágil e entreguista. Assim como nesse, em outros tantos projetos enunciativos, “*Il Duce*” (como seus seguidores o chamavam), por meio de sua habitual linguagem gestual abrupta e discursivização cava e crítica, constrói um percurso de aparições públicas, divulgadas no jornal *Popolo d’Italia*, culminando na **Marcha sob Roma**, ilustrada a seguir:

¹⁸ No original: “[...] quando la monarchia mantiene al potere quello che ermai passa bollato col marchio d’infamia trovalo a Fiume; quando essa scioglie la Camera e tolera che Nitti pronunci un discorso in cui si fa un chiaro appell forse bolsciviche della Nazione; quando essa tolera al potere un uomo che non è Kerenski, ma Karoly; quando infine ratifica la pace per decreto reale, allora io vi dico chiaramente che il problema monarchico che ieri non esisteva per noi in línea pregiudiziale; si pone oggi in tutti i suoi termini. La monarchia há forse compiuto la sua funzione ercando ed in parte riuscendo ad unificare l’Italia. Ora dovrebbe essere compito della republica di unirla e decentrarla regionalmente e socialmente, di garantir ela grandeza che noi vogliamo di tutto il popolo italiano”.

Figura 2 – Marcha sobre Roma



Fonte: Corrêa (2020, [s/p]).

Segundo Paris (1972) e como pode ser avistado na imagem precedente, a **Marcha sobre Roma** consistiu em uma manifestação de milhares de militantes fascistas, sendo boa parte deles membros das milícias **camisas negras**, manifestação coordenada por Benito Mussolini, em 29 de outubro de 1922, na capital italiana. O intento principal do movimento era possibilitar a participação do Partido Nacionalista Fascista (PNF) no poder, a partir da exigência da nomeação de Mussolini como primeiro-ministro da Itália pelo governo monárquico.

Conforme Sassoon (2009), em sua obra intitulada *Mussolini e a ascensão do Fascismo*, após o convite do rei Vitor Manuel III a Mussolini para formar um novo poder, iniciou-se um processo de fascistização governamental, o que levou o PNF a obter uma maioria ministerial com poderes absolutistas, contando, nesse momento, com o apoio da Igreja e dos industriários. Configurava-se a gênese e a instauração de um poder ditatorial fascista que encontraria reverberação em outro território europeu: na Alemanha.

2.2 HITLER E A ASCENSÃO DO NAZISMO ALEMÃO

Embora tenha saído prejudicada no pós-guerra, a situação da Itália, por estar situada no eixo vencedor, foi menos grave do que a da sociedade alemã. Diante o Tratado de Versalhes, que responsabilizara a Alemanha pela gênese da Primeira Guerra Mundial, os países vencedores imbuíram o governo alemão de lhes pagar consideráveis indenizações, devolver territórios conquistados e reduzir um exército de militares de 400.000 soldados para 100.000 (KONDER, 1977, p. 43).

Em meio a essa situação política delicada, o Estado alemão, na tentativa de se reestruturar, social e economicamente, abdicou do sistema monárquico, cujas figuras de maiores expressividades foram o Kaiser Guilherme II e o chanceler do império, príncipe Max

von Baden. Nesse contexto de desintegração regimental, surge, em 1919, a Constituição de Weimar¹⁹, cujo mote principal era a criação de um regime governamental republicano para a Alemanha, que, quando efetivamente instaurado, elege, por meio de eleição indireta, Friederich Ebert, líder do Partido Social-Democrata (RIBEIRO, 2005, p. 12-21).

Concomitantemente a isso, avessos aos caminhos que o liberalismo econômico havia traçado aos trabalhadores operários, diversos grupos da esquerda e da extrema-esquerda se organizaram e conseguiram ascender ao poder no estado da Baviera, localizado no sul da Alemanha. No entanto, o governo republicano então instaurado, propenso às submissões impostas pelo Capitalismo internacional, reprimiu a crescente governabilidade esquerdista, o que resultou, inclusive, no assassinato de Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo²⁰, em 1919, por oficiais militares.

Entrementes,

constituíram-se grupos de extrema-direita que explicavam a derrota do exército alemão na guerra como consequência de uma traição: a pátria alemã estaria sendo apunhalada pelos “judeus apátridas”, que manipulavam tanto a “alta finança ocidental” como os “agitadores comunistas” que insuflavam a revolta no meio operário. Uma dessas organizações de extrema-direita, muito ativa na prática de atos terroristas contra os sindicatos, era a Thule-Gesellschaft, fundada em 1917 pelo conde Sebottendorf. Dois de seus militantes vieram a se tornar mais tarde destacados dirigentes do Partido Nazista: Rudolf Hess e Hans Frank. (KONDER, 1977, p. 43).

Dentre esses grupos de extrema-direita, em 1919, o ferroviário Anton Drexler funda, também no estado da Baviera, o Partido Nazista, denominando o grupo político como **Partido Operário Alemão** (*Deutsche Arbeiter Partei*). Na ocasião, surge a figura de Adolf Hitler, um ex-cabo do exército imperial que compareceu à reunião com a finalidade de espionar, sob o comando do governo republicano, as diretrizes partidárias da organização, uma vez que havia suspeitas de o grupo se alinhar aos preceitos comunistas, dado que o termo **operário** formava parte do nome da entidade. Atestando que as finalidades da organização eram totalmente o inverso das desconfianças republicanas, o ex-combatente simpatizou com os princípios do **Partido Operário Alemão**, cujas diretrizes principais indicavam anticomunismo, aversão à

¹⁹ A Constituição de Weimar representou um avanço no sistema político alemão que, anterior a ela, fora monárquico. Após a derrota do Império alemão na Primeira Guerra Mundial, o documento, além de extinguir a existência de um Imperador ou Kaiser, instituiu uma lei que outorga a população a eleger um Presidente Imperial, democraticamente. Apesar disso, durante o Terceiro Reich (1933-1945), seus princípios democráticos foram suspensos.

²⁰ Karl Liebknecht (1871-1919) e Rosa Luxemburgo (1871-1919) foram os principais militantes políticos opositores ao regime social-democrata vigente na Alemanha do início do século XX. Juntos fundaram a Liga Spartacus, um movimento socialista que, mais tarde, se transformou no Partido Comunista da Alemanha.

submissão governamental frente ao Tratado de Versalhes e um primitivo antissemitismo, o que culminou na sua filiação ao partido nascente.

Adolf Hitler (o *Führer*)²¹ nasceu em 1889, na cidade austríaca Braunau am Inn, mas, três anos após seu nascimento, mudou-se com sua família para a cidade de Passau, na Alemanha. Seu pai, Alois Hitler, foi funcionário público e sua mãe, do lar. Embora a posição pública de seu pai tenha dado à família certa estabilidade financeira, Hitler, após a morte dos pais, acabou perdendo tudo e, em 1907, obrigou-se a morar em abrigos para sem tetos. Em 1913, ao receber a quantia capital final da pensão de pós-morte de seu pai, o austríaco se mudou para Munique, localizada ao sul da Alemanha, integrando-se, no momento de eclosão da Primeira Guerra Mundial, ao alistamento militar alemão. Por ser estrangeiro, Hitler nunca fora promovido para além de cabo, embora essa fosse a patente militar mais alta que pudesse ser oferecida a soldados de origem não alemã, obtida por seu excelente desempenho na guerra (STEINER, 1976, p. 392).

Após a derrota da Alemanha na batalha, Hitler retorna a Munique e, pelo espírito valente demonstrado no conflito, foi indicado ao cargo de agente de inteligência do novo exército alemão, com a função principal de espionagem na formação do **Partido Alemão dos Trabalhadores**. Como mencionado anteriormente, o austríaco não somente simpatizou com os preceitos do partido, como acabou a ele se filiando. A partir desse momento, Hitler começa a lapidar sua carreira política e, por se mostrar um excelente orador nas reuniões do movimento, em 1921, com apenas dois anos de existência do partido, assume seu comando. Líder do partido, Hitler reconfigura as bases fundamentais do Partido dos Trabalhadores Alemães, mudando o nome deste para **Partido Nacional-Socialista**²² **dos Trabalhadores Alemães** (*Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei*) e criando um programa de fundamentações dogmáticas que prediziam sua visão de poder político, como mostra o esboço a seguir:

- 1) reunião de todos os alemães na Grande Alemanha; 2) abolição do Tratado de Versalhes; 3) reivindicação do espaço vital; 4) definição de cidadão: só quem for de sangue alemão; 5) exclusão dos judeus da comunidade alemã; 6) quem não for cidadão, estará sujeito às leis dos estrangeiros; 7) quem não for alemão poderá ser expulso no caso de o Estado não estar em condições de assegurar alimento à comunidade alemã; 8) os cargos públicos estão reservados aos cidadãos; 9) direito e dever de trabalho; 10) abolição das rendas não derivadas do trabalho; 11) eliminação da *escravidão do interesse*; 12) confisco dos lucros de guerra; 13) nacionalização das

²¹ Adolf Hitler começou a ser chamado de **Führer** após a sua tomada do poder. Trata-se de uma terminologia que, em alemão, semantizava liderança e chefia. Apesar de a designação ainda permanecer no léxico da língua alemã, atualmente, seu uso se encontra atrelado à imagem de Adolf Hitler e ao período nazista. Por conseguinte, na contemporaneidade do solo germânico, a enunciação dessa terminologia é evitada.

²² O uso do termo **socialista** no nome do partido nazista foi, ao nosso olhar, uma tática discursiva de Hitler para atrair as massas que se inclinavam aos preceitos do Partido Socialista. Todavia, ressalta-se que, como desenvolvido neste capítulo, Hitler refutava o ideário socialista.

indústrias monopolistas; 14) participação dos trabalhadores nos lucros das grandes empresas; 15) incremento da previdência para a velhice; 16) fortalecimento da classe média; 17) reforma agrária; 18) punição dos usurários, açambarcadores, traficantes do mercado-negro com pena de morte; 19) substituição do direito romano por um direito alemão; 20) reforma da escola no sentido nacionalista; 21) proteção da mãe e da criança; 22) criação de um exército popular; 23) limitação da liberdade de imprensa e de arte; 24) liberdade de credo religioso, desde que não contrarie a moralidade da raça germânica; 25) criação de uma forte autoridade central do *Reich* (RIBEIRO, 2005, p. 24, grifos do autor).

Enquanto o partido nazista discutia e reelaborava seus preceitos ideológicos – que serão pormenorizados em termos teórico-explicativos na seção seguinte deste capítulo –, o governo republicano alemão enfrentava problemas. Conforme Ribeiro (2005), a coerção do Tratado de Versalhes conduziu França e Bélgica à invasão da região industrial do Ruhr, maior região metropolitana e industrial da Alemanha, ocasionando greves operárias e paralisação da produção de carvão e aço. Nessa situação de crise industrial, a inflação alemã atingiu altos índices, o que levou à desestabilização da classe média burguesa.

Adolf Hitler, “fascinado pela tomada de poder pelos fascistas da Itália” (KONDER, 1977, p. 44) e aproveitando-se das insatisfações reverberadas por uma classe média burguesa atrelada aos sentimentos de humilhação de uma ala dos paramilitares, trama, a exemplo de Mussolini, um golpe de Estado conhecido historicamente como a Marcha sobre Berlim, cujo registro está ilustrado a seguir.

Figura 3 – Marcha sobre Berlim



Fonte: Putsch ([s/d], [s/p]).

No entanto, por não obter apoio majoritário das forças paramilitares e das fortes alianças políticas conservadoras, o movimento golpista resulta na condenação de Hitler a cinco anos de

prisão; porém, ele acaba sendo “libertado após oito meses graças à intervenção do ministro da Justiça” (RIBEIRO, 2005, p. 28). Durante o período carcerário, Hitler escreve seu famoso livro intitulado *Mein Kampf* (Minha Luta), lapidando seus ideários sociopolíticos.

Em 1929, devido à quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque (em Wall Street), eclode uma crise financeira com proporções mundiais, trazendo à luz uma evidente luta de classes escamoteada pelo liberalismo econômico. Nesse contexto, o Partido Nazista investe na figura de Adolf Hitler como sendo o maior representante dos quereres de uma classe média insatisfeita e afetada pela crise capital.

Em 1932, Hitler se candidata à presidência da república alemã, eleição que fora protagonizada pelo marechal Hindenburg, com o apoio dos sociais-democratas; Duesteberg, que representara os nacionalistas; e Thaelmam, apoiado pelos comunistas (RIBEIRO, 2005, p. 37). O Führer, contudo, sofre uma derrota eleitoral não aceita pelos representantes do capital financeiro que o tinham como um “potencial salvador econômico” graças às manobras discursivo-propagandistas de Joseph Goebbels²³.

Assim, após a vitória de Hindenburg, o marechal nonagenário considera o pedido, feito por grande parte da camada de empresários industriais e pelos maiores banqueiros da Alemanha, para a nomeação de Hitler ao cargo de Primeiro Ministro. Em janeiro de 1933, “Hindenburg [...] nomeia-o como chanceler, e Hitler se instala no poder, do qual só sairia, morto, no final da Segunda Guerra Mundial” (KONDER, 1977, p. 47).

Desde sua ascensão, Hitler demonstrou querer “que todas as nações europeias falantes de alemão fizessem parte da Alemanha” (CHALTON; MACARDLE, 2017, p. 75), um dos motivos principais que fizeram vicejar o conflito mais sangrento da história da humanidade: a Segunda Guerra Mundial. Nesse ínterim, Adolf Hitler teve como aliado Benito Mussolini, o precursor de um todo ideológico que elevou ambos os atores sociais a protagonizarem o ápice do autoritarismo sociopolítico. Passemos, a seguir, ao entendimento deste todo ideológico regimental.

2.3 EIXOS E PRINCÍPIOS IDEOLÓGICOS

Ainda que já tenha sido mencionado nas palavras preambulares desta pesquisa o fato de considerarmos o nazifascismo como sendo um regime governamental alinhado aos princípios

²³ Joseph Goebbels foi, entre os anos de 1933 e 1945, o Ministro da Propaganda do regime ditatorial nazista de Adolf Hitler.

da direita política (mais precisamente aos da extrema direita), torna-se necessário tecermos alguns comentários, antes de versarmos sobre o mote nodal desta seção, sobre dois apontamentos que justificam essa inclinação teórica. O primeiro deles diz respeito à historiografia dos conceitos de **direita** e **esquerda**; e o segundo, à inclinação filosófico-marxista que ancora este estudo.

No final do século XVIII, os usos terminológicos **direita** e **esquerda** emergiram, historicamente, a partir do modo com o qual os membros que discutiam o processo revolucionário francês se posicionavam fisicamente nos eventos que discutiam a Assembleia Nacional constituinte (SILVA, 2014, p. 150). O tema central que circundava o ciclo revolucionário era o fim do sistema absolutista²⁴, cujos desmembramentos polarizaram a visão sociopolítica da sociedade francesa na época: os que se acomodavam à direita da bancada de discussão se mostravam adeptos ao conservadorismo do sistema; à esquerda, por sua vez, encontravam-se os que defendiam o seu processo revolucionário, que implicaria a universalização dos direitos sociais e das liberdades individuais.

Conforme Bobbio (2011), desde sua gênese, a esquerda apresentou em seu espectro ideológico principal a luta pela igualdade, sobretudo, do ponto de vista econômico. Em contrapartida, a direita não apresentava esse princípio como prioridade, uma vez que percebia as injustiças sociais como sendo uma consequência estrutural inevitável. Sendo assim, “o que caracteriza a esquerda perante a direita é o ideal, a inspiração ou a paixão que costumamos chamar de ethos de igualdade” (BOBBIO, 2011, p. 150).

Atrelado ao apontamento histórico, puderam ser presenciadas, ao longo da esteira ideológica intelectual moderna, inúmeras gerações no campo das ideias filosófico-sociológicas que projetaram, em seus arcaibouços teóricos, a polarização política entre **esquerda** e **direita**, emergida na Revolução Francesa. Dentre as muitas linhas teóricas, destaca-se, nesta pesquisa, a dialética materialista postulada por Karl Marx²⁵.

Essa necessidade de priorização se dá justamente pelo fato de justificarmos o nosso posicionamento contrário às proposições criadas por alguns estudiosos que, ao se debruçarem na investigação sobre o totalitarismo e incluírem nela o regime stalinista²⁶, resultaram em

²⁴ O sistema absolutista consiste em uma forma governamental cujo poder absoluto é de um monarca, geralmente o rei. Trata-se de um sistema político bastante comum, na Europa dos séculos XVI a XIX, que visava a atender as exigências de uma nobreza feudal e de uma burguesia mercantilista.

²⁵ Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) criaram uma abordagem teórico-metodológica, o **materialismo histórico**, para explicar os fenômenos sociais, políticos e econômicos a partir dos meios de produção humana que, por sua vez, resultam na divisão de classes.

²⁶ O regime stalinista apresentou muitas características totalitárias durante seu período de exercício, entre 1927 a 1953, na União Soviética, como reformas radicais e perseguição à oposição e às minorias étnicas.

interpretações axiomáticas que permitem a possibilidade de se pensar em fascismos de espectro esquerdista. No entanto, é importante ressaltar que, embora o stalinismo tenha tido parte de seus seguidores originários da esquerda, apresentando-se como adeptos de preceitos políticos comunistas e alinhados à filosofia marxista,

Stálin [...] desprezava a teoria, não a levava a sério: instrumentalizava o trabalho teórico, com espírito pragmático, cínico. Em Marx, Engels e Lênin, a prática exigia um reexame da teoria e a teoria servia para criticar a prática em profundidade, servia para questionar e corrigir a prática. Em Stálin, isso mudou: a teoria perdeu sua capacidade de criticar a prática [...]. Em seu raciocínio, Stálin ignorava frequentemente as *mediações*, cuja importância tinha sido sublinhada tanto por Hegel como por Marx [...] não encarava dialeticamente a questão do papel da subjetividade na história e tendia a identificar (de modo positivista) “subjetivo” com “arbitrário” e “objetivo” com “científico”. (KONDER, 2008, p. 69, grifo do autor).

Tal deformação do pensamento dialético, conforme nos sugere Konder (2008), influenciou pelo menos duas gerações comunistas que, ao desconstruírem a essência contraditória do pensamento dialético, subverteram princípios socialistas e da dimensão esquerdista em geral. Desse modo, essa antidialética do stalinismo nos leva a perceber o quão contraditórios (e até falaciosos) foram Josef Stálin e sua forma regimental de poder. Embora inicialmente sua política se predizia imersa no invólucro esquerdista, ao alcançar o poder, o governante perseguiu, torturou e executou opositores. Por isso, observa-se uma total ruptura com os preceitos de uma esquerda que, sentada em uma bancada do século XVIII, lutou pela possibilidade do contraditório.

Dessa forma, apesar de em alguns momentos desta pesquisa se trazerem vozes importantes no que diz respeito ao nazifascismo, como a de Hannah Arendt²⁷, por exemplo, não compactuamos com alguns axiomas criados pela autora e seus seguidores, citados nas palavras iniciais deste trabalho. Isso ocorre, pois “é nossa relação que determina o objeto e sua estrutura e não o contrário” (BAKHTIN, 1992, p. 26) e, a partir disso, não conseguimos possibilitar a interpretação do fenômeno fascista como sendo de esquerda, como o faz Arendt (1989), que, em sua análise, considera como de esquerda o fascismo e o “comunismo” stalinista sem aprofundar a deturpação que Stálin fez dos princípios esquerdistas. Ao não o fazer,

para ela, a guerra entre a União Soviética e a Alemanha nazista foi “uma guerra entre dois sistemas essencialmente idênticos”. Na comparação entre os dois

²⁷ Além de Hannah Arendt, incluímos para essa discussão o intelectual Voltaire Schilling, ambos convocados, em momentos posteriores, para as reflexões sobre os eixos ideológicos do nazifascismo. Embora, em um primeiro momento, este ato de convocá-los à discussão teórica sobre o assunto pareça contraditório, o nosso ponto de divergência perante as edificações teóricas desses autores diz respeito apenas à inserção possível do espectro esquerdista no âmbito do totalitarismo. Entretanto, ambos os intelectuais construíram contribuições teóricas imensuráveis para o entendimento de valores preconizados por regimes alicerçados no autoritarismo. Por esse motivo, conjurá-los, em alguns momentos de nossa reflexão, faz-se pertinente e legítimo.

“totalitarismos”, H. Arendt chega mesmo a enxergar certos aspectos mais humanos no nazismo, já que o terror da União Soviética era um fenômeno que *podia atingir qualquer pessoa* e não estava sequer *limitado pelas discriminações raciais*, como na Alemanha de Hitler. (KONDER, 1977, p. 71, grifos do autor).

Esclarecidos os dois apontamentos centrais que diferenciam **direita** e **esquerda**, faz-se necessário, ainda, ressaltar que, com o progredir das ciências políticas e da sociedade universal, os princípios de ambos os espectros foram ressignificados. Atualmente, países em grande desenvolvimento em termos de dimensão moral e ética apresentam políticas direitistas bastante democráticas, fazendo o conservadorismo ortodoxo da direita na Revolução Francesa serpentear para o que se convencionou chamar de extrema direita, que encontrará seu cume de implementação via fascismo.

Como abordado até aqui, algumas teorias que se encontram sob a égide do termo **totalitarismo** circunscrevem, na esteira desse conceito, diversas ditaduras, não esclarecendo que o extremismo do espectro esquerdista, quando alinhado a sua gênese histórica, nega-se, intermitentemente, a romper e/ou deturpar seu caráter universalista em prol dos direitos humanos, como o comunismo, o socialismo, o marxismo etc. Além disso, frisa-se que, no espectro político direitista, podem ser presenciadas, em diferentes proporções, camadas ideológicas inclinadas às questões democráticas. No entanto, é nesse mesmo espectro que se presencia o mais característico eixo totalitarista, podendo ser visto apenas como sendo de extrema-direita, pois, em sua essência, diferentemente de outros movimentos conservadores, o totalitarismo nazifascista, por meio de processos discursivos, mobiliza seus adeptos às ruas, local que sempre fora esquerdista.

Conforme nos permite interpretar Poulantzas (1978), embora os processos discursivos de fascistização sejam gradativos, o teor ideológico de sua anatomia é permanente, mantendo-se **antes** de sua tomada de poder e **durante** o seu exercício de poderio. Dentre os princípios ideológicos que caracterizam a discursividade fascista, ou seja, as suas práticas languageiras e os seus atos sociopolíticos, há uma considerável margem de plasticidade, uma vez que, mesmo convergentes, tanto o fascismo italiano quanto o alemão encontravam-se imersos em aspectos econômicos e socioculturais diversos.

Contudo, a literatura que investiga movimentos fascistas traz à luz alguns princípios ideológicos que, independentemente de sua inserção sócio-histórica, são neles permanentes, ainda que singularmente mobilizados. A seguir, são apresentados os princípios recorrentes que caracterizam uma visão de mundo nazifascista.

2.3.1 O passado mítico

O ideário fascista da mitificação, nomeado por Jason Stanley (2018) como **Passado mítico**, diz respeito ao apego conservador dos movimentos fascistas a um passado supostamente honroso que uma nação carrega em seu patrimônio sócio-histórico. Trata-se dos princípios tradicionais nacionalistas que, possivelmente, estão sendo ou foram desconstruídos. Dessa forma, por meio de uma roupagem falaciosa **ultranacionalista**, projetam-se estratégias discursivas a fim de “aproveitar a emoção da nostalgia para princípios centrais da ideologia fascista: autoritarismo, hierarquia, pureza e luta” (STANLEY, 2018, p. 21).

Consequentemente, edifica-se um passado de glória, no qual a nação se caracterizava por um determinado tipo de pureza, seja cultural, religiosa, racial, classicista, familiar, política ou todas essas dimensões reunidas. Logo,

em todos os passados míticos fascistas, uma versão extrema da família patriarcal reina soberana [...] com guerras de conquista lideradas por generais patriotas, com exércitos repletos de guerreiros leais, seus compatriotas, fisicamente aptos e cujas esposas ficavam em casa cuidando da próxima geração. No presente, esses mitos se tornam a base da identidade da nação submetida à política fascista. (STANLEY, 2018, p. 18).

Em prol deste nacionalismo exacerbado, cujo intento principal se mostra como sendo o ressurgimento dos princípios de uma “nação gloriosa”, o nazifascismo compreende que os interesses dos indivíduos devem estar subordinados aos interesses estatais. Por diversos momentos, durante o regime de Hitler, a sociedade conformou-se ao escopo do enunciado *Deutschland über alles!* (Alemanha acima de tudo!), ou seja, o Estado deve ser a prioridade para que sua simbologia, ordenada e intocável, possa ressurgir. No que tange à gênese da ideologia do passado mítico, pode-se afirmar que Mussolini foi seu precursor em termos de vestes fascistas.

Observemos, a seguir, um discurso construído pelo ditador, em 1920, intitulado *I compiti e i fini del Fascismo* (Os tratados e os fins do Fascismo), no qual o ator político busca resgatar para o imaginário da sociedade italiana o Império Romano, predizendo, através da retórica, que os princípios ideológicos fascistas o reconstruirão:

Roma é o nome que preenche toda a história por vinte séculos. Roma dá o sinal da civilização universal; Roma que traça as estradas, assinala os confins e que dá ao mundo as leis eternas imutáveis de seu direito. Mas se isto foi competência universal de Roma na antiguidade, eis que devemos absorver ainda uma outra tarefa universal. (MUSSOLINI, 1921, p. 109, tradução nossa)²⁸.

²⁸ No original: “Roma è il nome che riempie tutta la storia per venti secoli. Roma dà il segnale della civiltà universale: Roma che traccia strade, segna confini e che dà al mondo le leggi eterne dell’immutabile suo diritto. Ma se questo è stato il compito universale”.

Para a reconstrução do passado glorioso, que supostamente trará de volta ao povo um *ethos* honroso, o nazifascismo cria, conseqüentemente, outro mito, incorporando à mitificação nacional vetusta um princípio ideológico indispensável para a sua sustentação: o **culto ao líder**. Todo fascismo surge em períodos marcados e propagados midiaticamente como “impérios em declínio” e, por isso, “a população é facilmente levada a um sentimento de humilhação nacional” (STANLEY, 2018, p. 94). Momentos como os narrados na parte historiográfica de Mussolini e Hitler desta pesquisa conduziram-lhes à categoria de “salvadores da pátria”, sendo louvados como figuras centrais capazes de reconstruir a honra e a identidade nacional.

Em decorrência dessa capacidade de ação esperada, tem-se um regime político no qual o Estado é personificado em um líder “corajoso”, capaz de controlar e reajustar todos os âmbitos da sociedade. Não foi à toa que tanto Mussolini quanto Hitler iniciaram suas carreiras na esfera militar. Assim, traziam, junto aos seus imagéticos, aspectos semânticos como **coragem, força e liderança**, trajando vestes que se alinhavam à preconização da uniformidade mítica nacional. Por conseguinte, suas orgânicas regimentais nazifascistas se identificavam com “a hierarquia militar, sendo o líder do partido uma espécie de comandante supremo ou general. Evidentemente que tal concepção – similar à organização de um quartel – implicava a obediência total dos subordinados” (SCHILLING, 2019, p. 61). Esse processo de utilização de aparelhamentos repressivos do Estado (POULANTZAS, 1978) constrói-se discursivamente pelo nazifascismo. Observemos, no seguinte trecho retirado de um discurso de Hitler, proferido em 1941, como o ator sociopolítico convoca a esfera militar para junto de sua orquestra regimental:

Posso assegurar-lhes que eu olho para o futuro com grande confiança e perfeita tranquilidade. O Reich alemão e seus aliados representam o poder, militar, econômico e, sobretudo, em aspectos morais, que é superior a qualquer possível coligação no mundo. As forças armadas alemãs sempre vão fazer a sua parte, sempre que for necessário. A confiança do povo alemão sempre acompanhará os seus soldados²⁹. (HITLER, 04/05/1941 in HITLER, 2000, tradução nossa).

Dessa forma, ao militarizar a política e apresentar um líder como sendo o único capaz de resgatar os valores aristocráticos de uma pretensa gloriosa história “já vivida” pela nação, o nazifascismo defende não haver necessidade de um sistema pluripartidário (eis a gênese totalitária), pois somente o seu propósito será capaz de destruir o inimigo imaginado que desconstruiu o passado glorioso.

²⁹ No original: “I can assure you that I look into the future with perfect I can assure you that look into the future with perfect tranquility and great confidence. The German Reich and its allies represent power, military, economic and, above all, in moral respects, which is superior to any possible coalition in the world. The German armed forces will always do their part whenever it may be necessary. The confidence of the German people will always accompany their soldiers”.

2.3.2 A criação de um inimigo

Conforme atesta Hannah Arendt (1989), em sua obra intitulada *As origens do Totalitarismo*, os governos de cunho totalitário, para alcançarem e se manterem no poder, criam inimigos de dimensão externa e interna. Para o fascismo italiano, por exemplo, o seu inimigo externo eram as potências europeias superdesenvolvidas, que impediam, sob o olhar de Benito Mussolini, o crescimento econômico da Itália. Ao chegar ao poder, o ditador, pressurosamente, instaura um sistema corporativista³⁰, asfixiando as relações externas italianas e exigindo o crescimento no e pelo Estado.

Contudo, o que sublinha o eixo ideológico central do nazifascismo é a criação do seu inimigo interno, que, ao seu olhar, constitui-se como sendo também inimigo de toda a nação. Trata-se de um inimigo, anatomicamente, composto por três flancos entrecruzados, passando a formar um arquétipo daquilo que, para os totalitários e autoritários, desconstrói o passado glorioso nacional, apresentando-lhes perigo. Nessa tríade inimiga, compreendem-se as dimensões política, intelectual e racial, entremeadas socioculturalmente.

Pelo fato de não apoiarem a guerra e tampouco discutirem as perdas italianas no pós-Primeira Guerra Mundial, sem dúvida, os **inimigos políticos** principais criados pelo fascismo foram o **Socialismo** e o **Comunismo**. Como de forma conspícua afirmou o *Duce*, “declaro que não cessarei a guerra contra o partido que ficou durante a guerra como um instrumento do Kaiser, refiro-me ao partido socialista oficial” (MUSSOLINI, 1921, p. 180, tradução nossa)³¹.

Nesse período, os socialistas, juntamente com os comunistas, seguiam os ideais que se formavam na Rússia – conhecida, à época, como a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) –, onde ocorria uma revolução do proletariado. Os princípios leninistas³² ampliavam-se no mundo inteiro, tornando o Partido Socialista, em diversos países, sobretudo na Itália, um competidor político envergado.

No entanto, como mencionado em passagens anteriores, eram os movimentos inseridos no espectro esquerdista que possuíam mobilidade nas massas, uma vez que seus ideários iam ao encontro dos anseios do proletariado e das classes desfavorecidas. Conseqüentemente, o fascismo, temeroso quanto à sua ruína devido à falta de apoio massivo, empreendeu, em sua

³⁰ Existem diferentes tipos de sistemas corporativistas, sendo o corporativismo fascista um mecanismo estatal que controlava todos os processos econômicos da nação.

³¹ No original: “dichiaro che non cesserò la guerra contro il partito che è stato durante la guerra uno strumento del Kaiser, parlo del partito socialista ufficiale”.

³² O termo **leninismo** designa a vertente política construída, principalmente, por Vladimir Ilvich Ulianov (Lenin, 1870-1924), que adaptou os princípios da teoria marxista à realidade do século XX, contrapondo-se ao economicismo da social-democracia europeia presente na época.

discursividade, estratégias para o alcance de um público imerso no próprio proletariado. Em busca de hegemonia ideológica,

o fascismo recrutava os proletários recentes: filhos de camponeses recém-ligados à indústria e que não tiveram tempo de adquirir uma consciência de classe; eram os trabalhadores que a técnica moderna tinha reduzido a simples peões e que passam indiferentemente de uma rama industrial para outra, sem ofício nem profissão, à margem das organizações trabalhistas e dispostos, por consequência, a desertar de sua classe. Graças a eles, tanto na Itália quanto na Alemanha, o fascismo se introduz nas fábricas. (GUERIN, 1973, p. 90).

Ademais, o alcance do fascismo ao campo “inimigo” ocorreu, dentre alguns fatores, principalmente pela crise de identidade da classe operária da época, relacionada às questões sociopolíticas que circundaram a Primeira Guerra Mundial na visão do Partido Socialista, levando-o à cisão e ao surgimento do Partido Comunista Italiano em 1921. Mesmo ambos os partidos se mantendo sob a égide dos princípios esquerdistas, ocorreram algumas discordâncias internas, o que fez emergir o caráter não homogêneo da classe operária e, por conseguinte, desmistificou opiniões simplistas de seu imagético construído como “massa de manobra”.

Nesse ínterim, Mussolini, ao perceber certa fissura política no inimigo, passa a projetar-se discursivamente a alguns membros da classe operária, agregando ao seu discurso temáticas que lhes agradavam, como, por exemplo, direitos trabalhistas:

Nós fomos os primeiros a reconhecer que uma lei do Estado deve dar oito horas de trabalho e que se deve ter legislação social respondendo às exigências dos novos tempos. E isto não porque reconhecemos a majestade [...] o proletariado. Nós partimos de outro ponto de vista. E é este: que não se pode fazer uma grande nação capaz de grandeza atual e potencial se a massa trabalhadora é forçada a um regime de brutalidade. (MUSSOLINI, 1921, p. 127-128, tradução nossa)³³.

Ao imprimir no seu discurso ecos esquerdistas que criticavam o regime italiano do período, Mussolini, de forma falaciosa, atinge parte de seus inimigos eleitorais, levando-os à aderência de seus princípios totalitários como fonte de resolução ao descaso com a classe operária. Assim, Hitler também o fez na Alemanha, coadunado com a visão mussoliniana sobre os inimigos socialistas e comunistas, embora com certa singularidade, pois, no nazismo, integram-se aos inimigos políticos os de dimensão étnico-racial, a qual será apresentada em um momento posterior.

Passemos, a seguir, ao anti-intelectualismo, que, atrelado à visão mítica do passado nacional, confere novas feições ao arquétipo do inimigo fascista.

³³ No original: “Noi siamo i primo a riconoscere che una legge dello Stato deve dar ele otto ore di lavoro e che ci deve essere una legislazione sociale respondente alle esigenze dei tempi nuovi. E ciò non perchè riconosciamo [...] il proletariato. Noi partiamo da um altro punto di vista. Ed è questo: che non ci Può essere una grande nazione capace di grandeza attuale e potenziale se l emasse lavoratrici sono costrette ad um regime di abbruttimento”.

2.3.3 O anti-intelectualismo

Intimamente ligado ao eixo político, encontra-se o inimigo intelectual do nazifascismo: o **Marxismo**. O combate a esse pensamento teórico-filosófico se desenvolveu ao longo do tempo por razões diversas, sendo que o embate central fora firmado pelo fato de Karl Marx e Friedrich Engels, a partir da obra *O Manifesto do Partido Comunista* (1848), edificarem um conjunto de ideais filosóficos, políticos, sociológicos e econômicos que se entrecrocavam com a visão capitalista naturalizada no mundo do século XIX.

Ao conceber o ser humano como sócio-histórico, sendo capaz de, por meio de sua força produtiva, desenvolver sua emancipação, o marxismo traz ao âmbito intelectual uma percepção materialista dialética para a díade **sujeito/sociedade**, compreendendo nela uma dinâmica entre modos de produção e consciência de lutas de classes. Por esse motivo, o marxismo se mostra cordato com os ideários políticos do espectro esquerdista, tornando-se, dentre os muitos pensamentos da esteira filosófica, um dos principais responsáveis por elevar, profusamente, os anseios da esquerda ao patamar de profunda intelectualidade.

Assim, sob o olhar dialético, o marxismo possibilita a compreensão da sociedade enquanto um espaço de contradições, trazendo para o bojo de suas discussões empreendidas temáticas que envolvem as diversas configurações da subjetividade: o feminismo, a homossexualidade (atualmente, movimento LGBT), as lutas raciais, as causas indígenas etc. Em contrapartida, a política fascista, ao estabelecer uma analogia entre o líder que salvará a nação e o pai da família patriarcal tradicional, opõe-se a esses preceitos. Para o nazifascismo, a autoridade patriarcal provém de sua “força” e de seu “poder” capazes de proteger o *status quo* conservador da família, norte centralizador de uma nação, a qual as ideias libertárias marxistas “pretendem” dizimar. Consequentemente,

sempre que o fascismo ameaça, seus representantes e facilitadores denunciam as universidades e as escolas como fontes de “doutrinação marxista”, o bicho-papão clássico da política fascista. Usada normalmente sem qualquer conexão com Marx ou com o marxismo, a expressão é empregada na política fascista como uma maneira de difamar a igualdade [...]. O fascismo consiste na perspectiva dominante, e, assim, durante momentos fascistas, há um forte apoio no sentido de que se denunciem disciplinas que ensinam diferentes perspectivas das dominantes [...], sendo apresentada como a verdade, a “história real”. (STANLEY, 2018, p. 54).

Para a destruição do inimigo político-intelectual, o nazifascismo utilizou um princípio ideológico marcado pelo **culto à violência**, que, segundo Eco (2018), carrega uma carga semântica que concebe a vida em sociedade como sendo uma guerra permanente. Devido à necessidade de criação estatal repressiva, como mencionado em momentos precedentes, o

fascismo “implica uma tendência interna ao policiamento militar de todos os aspectos significativos [...] não há fascismo sem apoio militar” (KONDER, 1977, p. 82).

Evidentemente, ao fazer uso do aparelho militar estatal, Mussolini e Hitler empregaram a violência para combater o inimigo criado, construindo, ao mesmo tempo, uma discursividade que justificasse a sua utilização:

Somos violentos todas as vezes que é necessário sê-lo. Mas vos digo que temos que conservar a violência necessária do fascismo dentro de uma linha, um estilo nitidamente aristocrático ou, se melhor lhe agradem, nitidamente cirúrgico. (MUSSOLINI, 1921, p. 125, tradução nossa)³⁴.

Aos que se propunham a denunciar as arbitrariedades nazifascistas, restava-lhes não apenas a violência física, mas também a perseguição moral e, frequentemente, a busca incessante por seus silenciamentos (**censura**). Segundo Stanley (2018), o fascismo teve (e tem) como estratégia macular qualquer fonte e/ou ideário que tentasse (e tente) desnudar seus atos autoritários e violentos. Essa característica processual também se faz presente no nível discursivo dos fascistas, como, por exemplo, no pronunciamento seguinte, em que Mussolini tenta justificar o *modus operandi* de sua milícia **Camisas Negras**:

As nossas expedições punitivas, todas aquelas violências que ocupam as crônicas dos jornais, devem sempre ter um caráter de uma verdadeira distorção e de uma legítima represália. Porque somos os primeiros a reconhecer que é triste, depois de ter combatido os inimigos de fora, combater agora os inimigos de dentro. (MUSSOLINI, 1921, p. 125, tradução nossa)³⁵.

Logo, pensar dialeticamente as contradições sociais teorizadas pelo marxismo e defendidas pelo socialismo e pelo comunismo torna-se proibido em sociedades cujo fascismo se faz instaurado, estendendo-se a anatomia do inimigo à categoria funcional dos artistas, pois a estes também lhes “cabe elaborar representações ou interpretações capazes de enriquecer a autoconsciência da humanidade” (KONDER, 1977, p. 39). Justamente por isso, “a cultura é suspeita na medida em que é identificada com atitudes críticas” (ECO, 2018, p. 48).

Até o momento, do arquétipo triádico do inimigo criado pelo nazifascismo, foram apresentados dois flancos, sendo eles o político e o intelectual. Cabe, ainda, expormos a terceira dimensão, que, segundo os totalitários, desestabiliza a uniformidade nacional: a **etnia**.

³⁴ No original: “Noi siamo violenti tutte le volte che è necessario esserlo. Ma vi dico subito che bisogna conservare ala violenza necessaria del fascismo una linea, uno stile nettamente aristocratico o se meglio vi piace nettamente chirurgico”.

³⁵ No original: “Le nostre spedizioni punitive, tutte quelle violenze che occupano le cronache dei giornali, devono avere sempre il carattere di una giusta ritorsione e di una legittima rappresaglia. Perchè noi siamo i primi a riconoscere che è triste dopo avere combattuto contro i nemici di fuori combattere ora contro i nemici di dentro”.

2.3.4 O antissemitismo

De maneira geral, o antissemitismo consistiu, historicamente, no preconceito contra pessoas de origem semita, ou seja, para além dos judeus (embora se concentrasse neles), a intolerância se entendia aos povos que não eram da raça ariana. Trata-se de um eixo ideológico que compreende as dimensões religiosa, cultural e, sobretudo, étnica. De acordo com Arendt (1989), o antissemitismo pôde ser presenciado na Europa desde o período medieval, quando o continente foi assolado por um surto bubônico conhecido como Peste Negra, e o povo judeu – caracterizado por fugir constantemente pelo mundo, devido às perseguições religiosas dos romanos – acabou sendo, em parte, culpado pela questão epidêmica.

No entanto, à medida que a Era Moderna começa a ser desenhada, os judeus – parcialmente responsáveis pela permissão de grandes empréstimos financeiros às monarquias – tornaram-se consideráveis responsáveis pelo processo de modernização, resultando, de certo modo, na sua integração social em âmbito europeu. Devido a essa inserção, muitos judeus abdicaram de sua religião (judaísmo), autoproclamando-se nativos da sociedade na qual estavam inseridos.

Todavia, como é característico do totalitarismo criar um inimigo em períodos de crise econômica, o nazismo alemão, em seu processo de fascistização, adotou práticas discursivas para mobilizar a nação alemã contra os judeus, acusando-os de serem alguns dos principais responsáveis pela maior “crise” moral, étnica e econômica que a Alemanha já havia assistido, bem como os associando ao inimigo intelectual marxista:

Nesse interim, eu já tinha compreendido a ligação entre essa doutrina de destruição e o caráter de uma certa raça para mim até então desconhecida. Só o conhecimento dos judeus ofereceu-me a chave para a compreensão dos propósitos íntimos e, por isso, reais da social-democracia. Quem conhece este povo vê cair-se-lhes dos olhos o véu que impedia descobrir as concepções falsas sobre a finalidade e o sentido deste partido e, do nevoeiro do palavreado de sua propaganda, de dentes arreganhados, vê aparecer a caricatura do marxismo. (HITLER, 1983, p. 44).

Atrelando à falácia chauvinista³⁶ o princípio ideológico do antissemitismo, o nazismo, ao se instaurar efetivamente no poder, cria um regime caracterizado por uma sistemática denominada de **política da eugenia**, que, aos olhos de Hitler, significava “pureza racial”. Para justificar sua visão étnica atroz, o ditador e seus seguidores buscaram subsídios teóricos nas ciências biológicas, trazendo os estudos darwinistas para a dimensão social e construindo um

³⁶ **Chauvinismo** significa, sumariamente, um sentimento nacionalista exacerbado.

pensamento teórico-metodológico deturpado, intitulado **social-darwinismo** (SCHILLING, 2019, p. 82).

De acordo com os estudos realizados por Charles Darwin³⁷, no processo de evolução dos organismos vivos, alguns se mostram mais aptos para sobreviver às condições do meio, e, em decorrência disso, ocorre uma seleção natural por meio da biologia, apresentada pelos seres sobreviventes, permitindo-lhes a reprodução e a transmissão hereditária de suas características genéticas. Segundo nos relata Schilling (2019), a teoria darwinista ganhou um tom político-ideológico pelos nazistas, denominando-se social-darwinista, cujo bojo propositivo era a seleção da raça ariana em detrimento das demais por apresentarem, conforme os tiranos, aptidões ao sucesso, à capacidade e à força, ou seja, uma seleção social, “um instrumento na luta contra a democracia liberal, que, ao pregar o voto universal, igualizava o lobo e o cordeiro” (SCHILLING, 2019, p. 82).

Ancorando-se nesses preceitos de “seleção” social e limpeza racial, a política da eugenia

pregava a eliminação dos desajustados, o internamento forçado e a esterilização dos elementos considerados inferiores [...]. O liberalismo, a democracia e o socialismo – com seu discurso a favor da igualdade, fosse econômica, fosse político-social – eram formas diversas de atentar contra a lei natural, que sempre atuava, queiramos ou não, pró os mais aptos e mais fortes. (SCHILLING, 2019, p. 83).

Atingindo dimensões que iam para além do étnico, no extermínio nazifascista, inseriam-se menores excepcionais, portadores de anomalias hereditárias e sujeitos que apresentavam problemas psiquiátricos. Além dessas “razões” genéticas, havia as ideológicas, que compreendiam, naturalmente, os sujeitos de inclinações já abordadas anteriormente, como a marxista, a socialista, a comunista e a anarquista. Por fim, tinham-se as razões comportamentais, que englobavam os marginalizados pela sociedade, sobretudo os homossexuais e as feministas. Ao nazifascismo, “o papel principal da mulher é ser mãe de família, quer dizer, garantia no espírito nacional-socialista na família. Inumeráveis associações e organizações nacional-socialistas dirigem-se às mulheres” (POULANTZAS, 1978, p. 372), asfixiando sua eventual emancipação. O imagético feminino é abordado pelo discurso **patriarcal** nazifascista num patamar de inferioridade, atribuindo-lhe a carência por uma voz de comando:

Assim como as mulheres, cuja receptividade mental é determinada menos por motivos de ordem abstrata do que por uma indefinível necessidade sentimental de uma força

³⁷ Charles Darwin foi um importante biólogo inglês do século XIX que, em sua obra *A origem das espécies*, teorizou sobre a evolução da raça humana.

que as complete e, que, por isso, preferem curvar-se aos fortes a dominar os fracos, assim também as massas gostam mais dos que mandam do que dos que pedem e sentem-se mais satisfeitas com uma doutrina que não tolera nenhuma outra do que com a largueza do liberalismo. Elas não sabem o que fazer com a liberdade e, por isso, facilmente sentem-se abandonadas. (HITLER, 1983, p. 38).

Em termos numéricos, a política da eugenia hitleriana é conhecida, historicamente, por ser a maior máquina assassina coletiva da narrativa universal. A imagem subsequente retrata o campo de concentração Auschwitz, o maior campo de extermínio nazista construído no período da Segunda Guerra Mundial, representativo da perversidade da política de Hitler:

Figura 4 – Campo de concentração Auschwitz



Fonte: Oliveira (2014, [s/p]).

Os campos de concentração foram construídos na Alemanha desde a ascensão de Adolf Hitler ao poder em 1933. O primeiro campo de concentração foi o de Dachau, destinado a aprisionar os comunistas e os social-democratas, seus inimigos políticos, bem como deficientes físicos, deficientes mentais, homossexuais e ciganos. A partir de 1938, por meio do movimento conhecido historicamente como a **Noite dos Cristais**, os judeus passaram a ser enviados aos campos de concentração e tortura.

Conforme Schilling (2019), os índices de assassinatos e torturas são assustadores: em torno de 4 mil vítimas do mongolismo, assassinadas em câmaras de monóxido de carbono; 70.273 deficientes mentais e físicos vitimados por gás letal e 120 mil, por fome; 5,4 milhões de judeus, também assassinados por ambas as formas. Quanto a homossexuais, idosos e pessoas consideradas “criminosas”, a política de extermínio era a da eutanásia, por meio da injeção de fenol e, durante a guerra, por fome, devido à marginalização social discursivizada e legitimada pelo governo hitleriano.

Passemos ao último eixo do nazifascismo: a religiosidade.

2.3.5 A religiosidade

A questão da religiosidade atrelada ao sistema político fascista não apresenta grande destaque, dentre a ampla literatura que versa sobre regimes totalitários/autoritários, no sentido de se permitir considerá-la como sendo um eixo ideológico central da anatomia dos valores fascistas. Esse fenômeno, tido como secundário no bojo das investigações em geral, ocorre pelo fato de que tanto o fascismo italiano quanto o nazismo alemão, em seus processos de fascistização, opunham-se, inicialmente, à esfera religiosa, por esta já se fazer firmada e associada, em grande parte, aos partidos direitistas conservadores.

Contudo, visto que preconizamos nesta investigação trazer, predominantemente, olhares da filosofia marxista-histórica a respeito do objeto **nazifascismo**, ressalta-se o olhar de Nicos Poulantzas, que, ao ancorar-se nos preceitos gramscianos, observa, circunscrito ao fenômeno do fascismo, um processo de aparelhamento religioso, sobretudo o de ordem protestante (POULANTZAS, 1978, p. 373), o que torna nossa argumentação justificável quanto ao eixo da religiosidade.

Antonio Gramsci, na seara investigativa dos estudos marxistas, é reconhecido pela polivalência dimensional de sua produção intelectual, tornando-se referência para estudos antropológicos, sociológicos, filosóficos, políticos, históricos e, nesta pesquisa, discursivos. Dentre as temáticas que se encontram no conjunto da obra gramsciana, está a Religião, tratada como um elemento da realidade concreta social, caracterizando-se por ser

a mais gigantesca utopia, isto é, a mais gigantesca 'metafísica' que já apareceu na história, já que ela é a mais grandiosa tentativa de conciliar, em uma forma mitológica, as contradições reais da vida histórica: ela afirma, na verdade, que o homem tem a mesma 'natureza', que existe o homem em geral, enquanto criado por Deus, filho de Deus, sendo por isso irmão dos outros homens, igual aos outros homens, livre entre os outros e da mesma maneira que os outros; e ele pode se conceber desta forma espelhando-se em Deus, 'autoconsciência' da humanidade; mas afirma também que nada disto pertence a este mundo e ocorrerá neste mundo, mas em um outro (utópica). Desta maneira, as ideias de igualdade, liberdade e fraternidade fermentam entre os homens, entre os homens que não se vêem nem iguais, nem irmãos de outros homens, nem livres em face deles. (GRAMSCI, 1966, p. 115).

Todavia, para o filósofo da práxis, mesmo o universo religioso sendo utópico, a Igreja, juntamente com a Escola, “são as duas maiores organizações culturais em todos os países, graças ao número de pessoas que a utilizam” (GRAMSCI, 1966, p. 29), e, por este motivo, a religiosidade evoca um todo ideológico imbricado ao político, quando imerso num estado coercitivo de poder. Desse modo, Gramsci, ao conceber a Igreja como um potente aparelho

ideológico estatal, subsidia predileções histórico-filosóficas sobre a congruência entre Estado fascista e Religiosidade.

Visto que o nazifascismo europeu se baseou no populismo quantitativo (ECO, 2018, p. 55) e, paralelamente, colocou “em dúvida a legitimidade do Parlamento por não representar mais a voz do povo” (ECO, 2018, p. 58), um choque com o clero retardaria sua ascensão ao poder. Ao mesmo tempo, dialeticamente, o universo religioso assistia ao crescimento do fascismo e, embora em seus âmbitos houvesse católicos e protestantes que se opunham aos preceitos da política autoritária, existiam os que se inclinavam aos e se identificavam com os preceitos religiosos comungados aos valores autoritários da política em construção.

Logo, entremeados nesse jogo de interesses de alcance social massivo, a Igreja e o nazifascismo se reaproximam, ambos adotando em suas discursividades elementos que integram e indiciam aproximações ideológicas conservadoras. Mussolini, por exemplo, que se dizia ateu, passou a usar, em muitos de seus pronunciamentos, parte do léxico religioso, geralmente o direcionando para a égide semântica do “salvar a nação do inimigo”. No discurso a seguir, os termos por nós destacados sugerem a aproximação dos seguidores fascistas - dos quais a maioria participou da Primeira Guerra Mundial - aos seguidores do evangelho, de modo a se propor um “novo evangelho”. Aproximam-se guerrilheiros e religiosos, ambos com intentos em comum, em prol da redenção e da proteção da “grande” nação italiana:

A **paz** é conquistada por meio da harmonia, trabalho e disciplina. Esse é o **novo evangelho** que se abriu diante dos olhos das novas gerações que vieram das trincheiras; um evangelho simples e direto, que leva em consideração todos os elementos, que utiliza todas as energias, que não se presta a tiranias do exclusivismo grotesco, porque tem um só objetivo, um objetivo comum: a **grandeza** e a **salvação da nação!** (MUSSOLINI in BURNET, 2019, [s/p]).

Convergindo com essas mesmas táticas de projeção enunciativa, Hitler e seus seguidores incorporaram aos seus discursos expressões lexicais de caráter messiânico. Apresentando-se como redentor da raça ariana, o nazismo dizia-se responsável por salvá-la das “indecências” do judaísmo, considerado como representante das forças ocultas e destruidoras da nação:

Isso foi, **graças a Deus**, uma espécie de percepção natural para nós, uma conclusão inevitável dessa percepção [...]. Estou falando sobre a evacuação dos judeus, o extermínio do povo judeu [...]. Temos o direito moral, tínhamos o dever moral para com o nosso povo de fazer isso, de matar esse povo que nos mataria. (HIMMLER in BURNET, 2019, [s/p]).

Heirich Luitpold Himmler (1900-1945), conhecido como um dos maiores aliados de Adolf Hitler e coordenador da política da eugenia nazista, proferiu (no dia 4 de outubro de 1943,

na Polônia) o discurso precedente a oficiais da guarda costeira hitleriana instalada na região (BURNET, 2019). Ao construir, no conjunto de suas discursivizações, um imagético diabólico do povo judeu, como sendo forças malignas a serem extirpadas da “nação gloriosa”, os nazistas lapidavam suas enunciações com escolhas lexicais alinhadas ao discurso religioso, como demonstram nossos grifos. Dessa forma, “o ódio contra o impuro, a adoração da divindade era estimulada. A religião da raça ariana dos dominadores permitia obter terror e submissão generalizada dos fiéis [...] para se transformar num maniqueísmo religioso” (RIBEIRO, 2005, p. 67).

Expostas as principais facetas que compunham o nazifascismo, na próxima seção, são desenvolvidos, sumariamente, apontamentos que dizem respeito às tentativas fascistas de expandirem seus eixos ideológicos para além do território europeu. Trata-se de um movimento dissertativo que visa ao entrelaçamento entre o presente capítulo e as asserções histórico-discursivas posteriores.

2.4 O NAZIFASCISMO PARA ALÉM DA EUROPA: UM BERÇO ESPLÊNDIDO NA AMÉRICA LATINA

Durante as décadas de 1930 e 1940, no projeto ideológico de eugenia nazista, anteriormente explicitado, anunciavam-se as aspirações hitlerianas de dominação mundial, não apenas de caráter étnico, mas principalmente por meio deste. Para o início dessa empreitada totalitarista de gênese étnico-racial, diversos grupos de imigrantes alemães, associados aos princípios fundantes do partido nazista, estabeleceram-se em países da América Latina, cujas condições sociopolíticas da época se mostravam propícias ao surgimento de movimentos autoritários.

Segundo estudo realizado por Hélio Trindade (2004), havia na organização dessa imigração dois movimentos, cujas características principais permitem uma distinção nodal quanto aos seus reflexos na sociopolítica da região na qual se encontravam instalados. O primeiro grupo de inspiração nazifascista não obteve êxito no que tange às suas tentativas de atuação sociocultural direta na Argentina, no Paraguai, no Peru e no Uruguai. Em contrapartida, o segundo grupo, embora não tenha atingido poder totalitário em nenhuma das nações nas quais se inseriu, estabeleceu-se de forma expressiva na Bolívia, no Brasil, no Chile e no México, conseguindo produzir nessas sociedades destacável impacto sociocultural e chegando, inclusive, a exercer influências governamentais na época.

Conforme Dietrich³⁸ (2016), dentre os muitos países em que o partido nazista buscou expansão, o Brasil foi o que, depois da Alemanha, apresentou maior contingência de integrantes. Para a pesquisadora,

o intuito mostra-se claro: quanto maior fosse o conhecimento dessas realidades singulares ao olhar europeu alemão, tanto mais fácil seria para o governo do Reich fortalecer suas instituições em solo estrangeiro, principalmente o partido nazista. A Alemanha, nesse momento, voltaria seus olhos para o desenvolvimento do nazismo tropical nessas áreas caracterizadas como “colônias” e terras “nativas”. (DIETRICH, 2016, p. 27).

Dentre as regiões brasileiras em que se destacam o número de adeptos ao partido nazista, encontram-se as regiões Sul e Sudeste, tendo esta última 1.339 partidários. De acordo com Dietrich (2016), os diferentes grupos numéricos, instalados em diversas regiões, tinham características de funcionamento interno que lhes eram próprias e, portanto, distintas, uma vez que as condições socioeconômicas das localidades eram, comparativamente, díspares. No entanto, o abasileiramento nazifascista, denominado pela investigadora como **Tropicalização do nazismo**, apresentava, como eixo comum, uma dubiedade processual de instauração no solo brasileiro, pois, ao mesmo tempo em que seus seguidores buscavam a propagação do ideário hitleriano, mantinham um perfil sectário em relação à sociedade brasileira, restringindo suas relações interpessoais, geralmente, apenas a alemães nativos e seus descendentes.

Embora essa presença significativa de ordem político-cultural do nazifascismo em solo brasileiro date de 1930 a 1940, marcando, aproximadamente, 80 anos de distância temporal dos dias atuais, tornam-se inquestionáveis os inúmeros incidentes e indícios violentos de características fascistas que vêm aumentando não apenas no Brasil, mas em dimensões mundiais. Tal fenômeno sociológico

deve ser compreendido dentro de uma conjuntura mais ampla, em que a extrema-direita revela um caráter de permanência de longa duração. O fenômeno neofascista observável na virada do milênio não deve ser confundido com um renascimento da extrema-direita ou dos movimentos de inspiração nazifascista. Isso porque, na realidade, esses movimentos jamais desapareceram após a Segunda Guerra Mundial. (ALMEIDA, 2016, p. 105).

Sob a hipótese de que esse fenômeno social se encontra ressoado e metamorfoseado no discurso da atual extrema direita brasileira, lançamo-nos, neste momento, a visualizar um pouco

³⁸ Para o aprofundamento sobre os projetos de expansão do Partido Nazista, sintetizada nesta breve seção, indicamos a leitura da tese de Doutorado da historiadora Ana Maria Dietrich, realizada na Universidade de São Paulo (USP). O título da pesquisa é *Nazismo Tropical? O Partido Nazista no Brasil*, estando disponível para leitura na biblioteca digital da referida universidade. De forma sumária, a tese, sob a ótica da História Social, traça reflexões acerca da ação, expansão e desenvolvimento do Partido Nazista em 17 estados brasileiros.

do ritual litúrgico autoritário que marcou a história política brasileira. Este movimento de leitura se faz necessário, pois, atrelada a nossa hipótese discursiva, encontra-se uma predição de dimensão histórica que nos mostra que as coerções políticas ao longo da historiografia do Brasil têm, em diferentes proporções, responsabilidade na legitimidade dessas discursivizações com ecos nazifascistas. Além disso, a Teoria Dialógica do Discurso, que serve de ancoragem epistemológica para a presente investigação, reclama esse movimento de interlocução. Ademais, se retomarmos, brevemente, a epígrafe verbo-visual que preambula este capítulo, podemos perceber, pela imagem fotográfica, a proximidade entre Mussolini e Hitler, que, em suas práticas sociodiscursivas, como assevera Stanley (2018), preconizaram a desumanização dos sujeitos sociais. Todavia, os flancos do autoritarismo político não apenas podem ser presenciados em solo europeu, encontrando, sobretudo, terreno fértil no Brasil. Desse modo, lançamo-nos ao capítulo seguinte, cujo intento semântico-enunciativo nodal é o de aclarar como os ecos do totalitarismo foram, por diferentes momentos e sob distintas formas, adjacentes às axiologias do nazifascismo europeu.



Agência Brasil (2016)

Por duas vezes vi de perto a face da morte: quando fui torturada por dias seguidos, submetida a sevícias que nos fazem duvidar da humanidade e do próprio sentido da vida; e quando uma doença grave e extremamente dolorosa poderia ter abreviado minha existência. Hoje eu só temo a morte da democracia, pela qual muitos de nós, aqui neste plenário, lutamos com o melhor dos nossos esforços.

Rousseff em Agência Brasil (2016)

3 BRASIL: ENTRE AMORES AUTORITÁRIOS E FLERTES DEMOCRÁTICOS

“Moro, num país tropical, abençoado por Deus e bonito por natureza!”. Assim cantou Jorge Ben Jor, e, por meio de diferentes manifestações enunciativas, o Brasil, por muito tempo, vendeu-se, discursivamente, como sendo um país pacífico. No entanto, se atentarmos com lucidez para a historiografia brasileira, podemos perceber que essa narrativa, por diversos motivos, oblitera fatos capazes de desconstruí-la.

Em sua obra intitulada *Sobre o autoritarismo brasileiro*, a historiadora e antropóloga Lilia Moritz Schwarcz (2019), ao se debruçar sobre aspectos históricos fundantes da sociedade brasileira, mostra, por meio de dados da memória historiográfica, o quão autoritária é a ontologia sociopolítica do **ser brasileiro**. Costurando e entrelaçando facetas do passado e do presente, a pesquisadora nos indicia que a democracia fora descumprida por diversos momentos no âmbito político do país, apontando-nos o fato de que, atualmente, “talvez estejamos vivendo mais um novo capítulo desta nossa história autoritária, com uma convincente guinada conservadora e reacionária, que surgiu nas urnas de 2018” (SCHWARCZ, 2019, p. 224).

Para que se consiga demonstrar essa vulnerabilidade democrática brasileira, lancemo-nos, neste momento, à percepção de alguns indícios sociopolíticos que revelam esse caráter autoritário nacional que, por diversos mecanismos governamentais, flertou com o nazifascismo anteriormente apresentado. Nesse sentido, é importante sublinharmos que essa breve reconstrução histórica nos serve de ancoragem para, de certo modo, apontarmos o que atualmente a sociedade brasileira vivencia, em termos de práticas sociodiscursivas, pois

é impossível jogar num tempo distante e inatingível todas as nossas mazelas atuais. Desde o período colonial, passando pelo Império e chegando à República, temos praticado uma cidadania incompleta e falha, marcada por políticas de mandonismo, muito patrimonialismo, várias formas de racismo, sexismo, discriminação e violência. (SCHWARCZ, 2019, p. 24).

Logo, a semântica vetusta e intolerante que apresentam discursos atuais como os que serão postumamente analisados³⁹ nesta pesquisa, não apenas dialoga com a liturgia nazifascista, mas também encontra terreno fértil e facilitador no próprio horizonte social no qual se inserem tais discursos: o Brasil. Para isso, iniciaremos retomando um pouco de suas raízes não tão pacíficas.

Por não ser o objetivo central desta pesquisa descrever em seus pormenores a historiografia política nacional, fazem-se necessários alguns recortes neste momento,

³⁹ A análise encontra-se no capítulo 5.

destacando-se alguns eixos narrativos que demonstram ações marcadas pela ontogênese do **ser político brasileiro**. Em termos gerais, a história do Brasil pode ser subdividida em quatro períodos que fundamentam a égide política de determinadas épocas, sendo eles: o Pré-Histórico, o Colonial, o Monárquico e o Republicano.

Sendo assim, nosso recorte historiográfico será arquitetado da seguinte maneira: em um primeiro momento, narram-se os principais adventos histórico-políticos do Brasil Pré-histórico, Colonial e Monárquico, períodos marcados por proeminente desumanização de índios, negros e mulheres; no momento posterior, esboçam-se os principais eventos sociopolíticos do Brasil República, da Era Vargas ao período atual, estando inserido nesse momento o objeto de análise desta pesquisa.

Sublinha-se, ademais, que, em alguns momentos, serão trazidos discursos proferidos por políticos do período sócio-histórico em voga, com vistas a ilustrar aspectos ora do autoritarismo ontogênico do **ser político brasileiro**, ora de sua inclinação aos princípios democráticos. Assim como foi feito no capítulo precedente, esse movimento dissertativo em trazer fragmentos discursivos, não se propõe ainda à análise dialógica discursiva minuciosa. Todavia, como o discurso representa o aspecto nodal do bojo investigativo da presente pesquisa, crê-se que aclarar, mesmo que tangencialmente, sentidos autoritários nos fios de um discurso, além de predizer o nosso intento posterior, mantêm-nos alinhados ao preceito bakhtiniano de denunciar as diferenças de classes que revestem o uso da palavra.

Dito isso, o presente capítulo, destinando-se a elucidar as vestes autoritárias da ontogenia brasileira, organiza-se da seguinte forma: num primeiro momento, narram-se os processos de desumanização de índios, negros e mulheres, nos períodos pré-histórico, colonial e monárquico brasileiro; no segundo momento, esboçam-se os principais movimentos políticos do período republicano, que compreende desde a Proclamação da República até a fase da redemocratização. Por fim, desenvolvem-se elementos sócio-históricos que circundam os aspectos processuais dos discursos contemplados para a análise desta pesquisa.

3.1 BRASIL PRÉ-HISTÓRICO, COLONIAL E MONÁRQUICO: A DESUMANIZAÇÃO DO ÍNDIO, DO NEGRO E DA MULHER

Embora seja frequente encontrarmos em livros de historiografia, sobretudo nos didáticos que alcunham a Educação Básica, a atribuição aos portugueses do descobrimento do território brasileiro, diversos teóricos da História, ancorados em pesquisas arqueológicas, apontam para o fato de que o solo brasileiro já havia sido explorado pelos índios. Na verdade, esse indício

apenas torna a narrativa europeia de que Pedro Álvares Cabral “descobriu” o solo tropical um pouco mais falaciosa do que já é, uma vez que, nas discursivizações que defendem e vendem a ideia da “descoberta portuguesa”, há, incoerentemente, o relato de que a expedição deparou com um local já habitado por famílias indígenas.

Apesar de ficarem encantados com as belezas naturais brasileiras, os portugueses, inicialmente, não demonstraram interesse em colonizar o território; porém, devido às expedições marítimas organizadas por outros países com a finalidade de conhecer a “nova” terra “descoberta” e explorar suas riquezas, Portugal inaugura o processo de colonização. No que tange a esse aspecto factual, pode-se identificar, de antemão, um forte indício da gênese de constituição autoritária da formação sociopolítica brasileira, uma vez que essa invasão não fora pacífica. Conforme Fernandes,

ainda hoje se mantém o *mito* de que os índios limitaram-se a assistir à ocupação da terra pelos portugueses e a sofrer, passivamente, os efeitos da colonização. A ideia de que estavam em um nível muito baixo de civilização é responsável por essa crença. Entretanto, nada está mais longe da verdade. Nos limites de suas possibilidades, os índios foram inimigos duros e terríveis. E lutaram bravamente pelas terras, pela segurança e pela liberdade que o conquistador europeu queria lhes tirar. O final deste processo foi muito desfavorável ao índio. (FERNANDES, 1985, p. 72, grifo do autor).

O grupo social de Portugal que vinha nas expedições ao Brasil a fim de colonizá-lo era de formação diversa, compondo-se desde por fidalgos e militares até por criminosos fugitivos, que, a fim de descumprirem penas por delitos cometidos em solo português, ofereciam-se como voluntários para a empreitada. Durante esse processo de invasão territorial, ocorreu uma espécie de massacre às comunidades indígenas que o povoavam, o que resultou na violência ao índio sob diversos flancos – militar, econômico e sociocultural (FERNANDES, 1985, p. 72).

Além da invasão portuguesa, o período colonial, que durou de 1534 a 1822, foi marcado por outras diversas invasões, principalmente espanholas. Isso se deu pelo fato de Portugal, na tentativa de colonização, enfrentar carências financeiras e dar vazão a domínios outros que não os seus. Sob a égide de um sistema econômico firmado na exploração do pau-brasil e da cana de açúcar, a ambição europeia traçou sua dominação e sua organização inicial do solo brasileiro por meio da escravidão, primeiro do índio e depois do negro.

Da mesma forma que o índio fora brutalmente violentado pelo homem branco europeu no território brasileiro, o negro também lhe servira como objeto de violação. Pelo fato de Portugal ter sido o primeiro país europeu a realizar o tráfico de africanos, dada a dominação portuguesa de regiões da África, transportavam-se, via navios, negros para serem leiloados à escravidão em solo brasileiro (COSTA, 2016, p. 40). Submetidos a todo o tipo de violência,

muitos negros tentaram resistir ao forte ambiente autoritário a que foram condicionados. Um exemplo disso foi um grupo africano que, em busca de liberdade, acabou formando a comunidade quilombola dos Palmares.

Entretanto, o servilismo escravocrata perdurou por séculos, sendo o Brasil o último país a aboli-lo. Esse dado revela, em certa medida, a dimensão da ontogenia autoritária do processo de formação étnica brasileira, uma vez que a escravidão passou a ser tão disseminada que

deixou de ser privilégio de senhores de engenho. Padres, militares, funcionários públicos, artesãos, taverneiros, comerciantes, lavradores, grandes proprietários, a população mais pobre e até libertos possuíam cativos. E, sendo assim, a escravidão foi bem mais que um sistema econômico: ela moldou condutas, definiu desigualdades sociais, fez de raça e cor marcadores de diferenças fundamentais, ordenou etiquetas de mando e obediência, e criou uma sociedade condicionada pelo paternalismo e por uma hierarquia muito estrita. (SCHWARCZ, 2019, p. 27).

Além disso, a figura da mulher em território brasileiro fora, desde os primórdios da gênese nacional, violentada em termos de servilismo doméstico, visto que, “nos tempos coloniais, o Brasil foi uma sociedade marcada pelo claro desequilíbrio sexual [...] não só os colonizadores homens chegavam em maior número, como aqui entravam muito mais escravizados homens” (SCHWARCZ, 2019, p. 193). Esse fenômeno tem, dentre muitos outros, papel decisivo para a nação brasileira ser considerada uma das mais desiguais no que tange às relações de poder entre os universos feminino e masculino.

Contudo, visto que a orgânica socioeconômica estatal influencia diretamente a configuração das relações sociais, o servilismo do índio, do negro e da mulher adquirira novas vestes a partir da mudança de paradigma do funcionamento político nacional. Conforme relata Costa (2016), a partir da metade do século XVIII, por volta de 1750, ocorre a Revolução Industrial, iniciada pela Inglaterra, que transformou o modelo socioeconômico do mundo ocidental e deu fim ao sistema mercantilista. Concomitantemente a essa ambientação histórica, a família real portuguesa, em uma fuga das tropas franco-espanholas que invadiam Portugal, instalou-se no Brasil e instituiu o regime governamental monárquico-imperial, o qual se iniciou em 1822 e se estendeu até 1888/1889, anos marcados por considerável polarização no espectro social brasileiro, na medida em que, em 13 de maio de 1888, a princesa Isabel dá “fim” à escravidão, o que é

um divisor de águas na história do país e talvez o ato mais revestido de sentido de toda a nossa história. O avanço da modernização (a partir de 1850), de um lado, e a resistência das heranças coloniais, de outro, numa espécie de duelo: o pensamento liberal, o industrialismo, o comércio, a vida urbana contra o ruralismo, o latifúndio, o escravismo, o patriarcalismo. Desse modo, fica claro que, no processo de passagem da Monarquia para a República, a questão se restringia a uma disputa pelo poder entre duas elites que estavam se comendo vivas. Percebem-se também nesse processo duas

questões presentes na política nacional. A primeira: o povo não foi consultado; e a segunda: as mudanças acontecem no Brasil mediante um conflito ou um acordo entre as poderosas elites econômicas que são as donas do poder. O povo fica fora, a tudo assistindo, bestializado. (COSTA, 2016, p. 93).

Mesmo com a mudança do monopólio comercial e escravagista para o livre comércio e o trabalho “assalariado” do sistema industrial, durante o período monárquico, ocorreram inúmeras revoltas populares, haja vista que as injustiças sociais permaneceram como antes; a escravidão foi mantida e, embora a organização sociopolítica brasileira rumasse para uma independência, seu processo se manteve inteiramente comandado por classes dominantes (COSTA, 2016). Nesse entremeio conflitante de polarização, instituiu-se, em 15 de novembro de 1889, a República Federativa Brasileira.

3.2 BRASIL REPÚBLICA: UM MUSEU DE GRANDES NOVIDADES⁴⁰

Proclamada a República, estabeleceu-se no território brasileiro um governo provisório, constituído basicamente por Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, cuja principal finalidade seria a de configurar os primeiros atos da nova modalidade governamental. Contrariamente à primeira Constituição, outorgada no período imperial (em 1824) por D. João, a primeira constituinte republicana (em 1891) fora votada com vistas a instituir, para além da independência e da harmonização entre os três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), o sistema presidencialista.

No entanto, a República tentou fazer vigorar, do ponto de vista econômico, o *laissez-faire* do liberalismo de ordem europeia, mas, “quando foi preciso, a classe dominante brasileira soube anular este princípio básico do liberalismo econômico, que é a não intervenção do Estado na economia” (COSTA, 2016, p. 106). Mesmo com um número reduzido de eleitores, desde os primórdios do processo eleitoral brasileiro, as fraudes são tão corriqueiras que o período da República Velha (entre 1889 e 1930) tinha como uma das principais ferramentas eleitoreiras o voto de cabresto. O voto de cabresto era uma manobra utilizada pelos coronéis a fim de angariar votos para seus representantes, sendo possível, em parte, pelo respaldo do liberalismo clássico, que, com o advento do fim da escravidão, trouxe um novo contingente de eleitores em potencial (SCHWARCZ, 2019).

Nessa perspectiva, aperfeiçoaram-se os mecanismos manipuladores, que garantiam um aumento da participação política, respaldando as elites, que, por sua vez, continuavam a

⁴⁰ Este subtítulo traça uma relação intertextual com a música “O Tempo não para”, de Cazuza.

explorar as classes menos favorecidas – formadas majoritariamente de analfabetos, trabalhadores do campo e escravos recém-libertos. Os ideais republicanos, então, ocupavam um papel insignificante com relação ao coronelismo, dado que as oligarquias compostas pelos coronéis – que eram os grandes proprietários rurais com autoridade econômica e política nesse período – sustentavam-se no poder pelas relações de compadrio e parentela.

A despeito da mudança do monopólio comercial e escravagista para o livre comércio e o trabalho “assalariado” do sistema industrial, no período inicial republicano, os coronéis, geralmente atrelados à esfera militar, sustentavam-se no poder por essas relações de compadrio, explicitadas anteriormente, cuja

especificidade do compadrio talvez residisse exatamente no fato de apresentar uma grande possibilidade de extensão – uma pessoa poderia apadrinhar um número infindo de afilhados, incorporando à sua parentela inúmeras unidades familiares – e, ao mesmo tempo, permitir que se criassem sólidos vínculos entre pessoas das mais diferentes condições sociais, que passavam a se reconhecer como parentes. Por outro lado, entre eles não haveria qualquer implicação de ordem patrimonial, como ocorria, por exemplo, no estabelecimento de alianças matrimoniais. O afilhado, embora pudesse ser beneficiado pelo padrinho, não era seu herdeiro necessário. Por isso, a rigor, ninguém em princípio teria motivos para recusar um apadrinhamento. Pelo contrário, ter afilhados era um “capital” político importante. (BRÜGGER, 2007, p. 325).

Conforme Fausto (2013), o coronel de determinada região, em troca de verbas e benfeitorias, garantia que seu “curral eleitoral” apoiasse determinado governador, o qual, em retribuição, fazia uso desses votos em troca de apoio político e/ou financeiro, garantindo-se para a eleição de nível federal. Esse sistema legitimou e sustentou a permanência no poder de governadores mineiros e paulistas, instaurando-se, no espectro político republicano brasileiro, a chamada República do Café com Leite.

Sustentada organicamente pelo **voto de cabresto** (SCHWARCZ, 2019), mencionado anteriormente, a política do Café com Leite promovera, no início do sistema governamental republicano, a alternância eleitoral controlada de presidentes paulistas (café) e mineiros (leite), consolidando-se por meio das oligarquias regionais desses estados, que eram os maiores produtores de gado e café do território nacional. O projeto governamental da República Velha, como foi denominado esse período, caracterizou-se por proeminente autoritarismo e busca política pela centralização do poder, uma vez que seus mecanismos sociais e discursivos visavam a

reduzir ao máximo as disputas políticas no âmbito de cada Estado, prestigiando os grupos mais fortes; chegar a um acordo básico entre a União e os Estados; pôr fim às hostilidades existentes entre o Executivo e o Legislativo, domesticando a escolha dos deputados. O governo central sustentaria assim os grupos dominantes dos Estados,

enquanto estes, em troca, apoiariam a política do presidente da República. Para ajustar a Câmara dos deputados a esses fins, processou-se uma pequena mas importante modificação em seu regimento. Apesar de um pouco complicada, vale a pena conhecê-la, entre outras coisas, por ser um exemplo vivo de como se manipulava a representação popular. (FAUSTO, 2013, p. 14-15).

Como esclarece Schwarcz (2019, p. 53), o modelo rural e escravocrata do período Imperial-Monárquico – no qual índios, negros e mulheres eram submetidos ao mandonismo do homem branco tanto quanto no período colonial – estendeu-se aos tempos da República, “quando se continuava a regular a distribuição do poder por meio da hierarquia e da força política de senhores de terra, que acumulavam grande influência política”.

Todavia, a República do Café com Leite, com a quebra da Bolsa de Nova York, em 1929, entra em crise financeira, já que os Estados Unidos era, na época, seu principal consumidor. Em 1930, Júlio Prestes se lança candidato à presidência, rompendo com o movimento de “dobradinha” Minas Gerais-São Paulo (pois era paulista e a “vez” seria dos mineiros). Dessa forma, ressentidos pela traição dos trâmites eleitorais, os mineiros uniram-se à Aliança Liberal, protagonizada pelo gaúcho Getúlio Vargas, cujo vice paraibano, João Pessoa, foi assassinado. Júlio Prestes vence as eleições, mesmo imerso em denúncias de fraudes, e, em 3 de novembro de 1930, Getúlio Vargas, apoiado pelas Forças Armadas, inicia uma Revolução, cuja movimentação, ainda que inconstitucional, elege-o, por voto indireto, o novo presidente da República Federativa do Brasil (COSTA, 2016).

3.3 BRASIL REPÚBLICA: DO CONTRADITÓRIO VARGAS À DITADURA MILITAR

Segundo Neves (2018), a chamada pelos historiadores **Era Vargas** compreendeu o período entre 1930 e 1945, subdividindo-se em três fases: Governo Provisório (1930-1934), Governo Constitucional (1934-1937) e Estado Novo (1937-1945). O golpe de Estado que Getúlio Vargas efetuou em 1937, quando não poderia mais se eleger, vai ao encontro de governos autoritários ocorridos na Europa em um período próximo. Mussolini na Itália em 1922, Salazar em Portugal em 1932, Hitler na Alemanha em 1933 e Franco na Espanha em 1936 utilizaram-se também de artimanhas políticas ou golpes de Estado para chegarem ao poder e nele permanecerem. Nesse período, Vargas suprimiu as liberdades individuais por meio da censura e passou a controlar os meios de comunicação, sob a instância do Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP, além de se utilizar de propagandas ideológicas para legitimar sua governabilidade.

O período governamental de Getúlio Vargas, dentro do espectro da historiografia brasileira, pode ser visto por diferentes flancos e, conseqüentemente, suscitar diferentes interpretações, algo que o torna bastante contraditório. Se, por um lado, vê-se um ator sociopolítico que consolida as leis trabalhistas e forma sua base eleitoral junto a trabalhadores urbanos de classes populares ascendentes, por outro lado, há a possibilidade de identificá-lo, a partir da sua Constituição outorgada em 1937, como um centralizador de poder, cujos próprios benefícios trabalhistas defendidos vicejaram alguns questionamentos. Para Costa (2016), seu objetivo quanto à Consolidação das Leis do Trabalho (doravante CLT),

era o de institucionalizar o máximo possível as relações entre a classe operária, a classe patronal e o Estado. Não havia altruísmo nenhum no esforço governamental. A questão era que, se mantidos no ostracismo ou marginalizados, esses trabalhadores poderiam ser cooptados por influências dos **anarquistas** ou dos **comunistas**. Tratava-se de uma estratégia do governo e das elites para anular completamente tal possibilidade que, no jogo das forças sociais, se arriscaria a se tornar nociva. Na prática, antes que grupos subversivos o fizessem, o Estado acabou por fazer a **cooptação da classe operária** por meio da sindicalização [...] poderiam ser mais bem vigiados. (COSTA, 2016, p. 115, grifos nossos).

Ao grifarmos os termos da citação precedente, o que se pretende destacar é que, independentemente dos benefícios dados aos trabalhadores pela considerada Era Vargas, ainda assim – como nos períodos colonial e monárquico, anteriormente explicitados –, as negociações sociais brasileiras se davam de modo coercitivo, autoritário e sob o olhar da diferença de classes sociais com vistas a prevalecerem, comumente, os interesses da elite. A desumanização, nessa Era, para além do **índio** e do **negro**, alastra-se para os ditos **anarquistas** e **comunistas**.

Conforme assevera Narloch (2006), a Constituição imposta por Getúlio Vargas foi praticamente uma cópia fiel da carta do ditador fascista Benito Mussolini, por quem Vargas não escondia ter profunda admiração. Além disso, nessa época, os alemães se tornaram o segundo maior mercado consumidor de produtos brasileiros, o que estreitou os laços entre Vargas e Hitler. Como forma de retribuição, “o governo brasileiro entregou aos nazistas comunistas e judeus alemães residentes no Brasil, como Olga Benário, Erna Krüger, Elise e Arthur Ewert” (NARLOCH, 2006, [s/p]).

Contraditoriamente, Vargas, ao mesmo tempo em que legitima o voto feminino, assume o seu segundo mandato sem processo eleitoral (em 1934), apenas por meio de uma “reconstrução” da constituinte brasileira, dando-lhe, como se pode observar no fio de seu discurso de posse, legitimidade para esse ato consideravelmente coercitivo:

A Constituinte que discutiu e aprovou o nosso Pacto Fundamental, espelha, na sua integridade, a opinião do país. A pureza de sua origem sobrepõe-se a qualquer eiva de suspeição e reflete, rigorosamente, a vontade da soberania nacional. Livremente, a

Assembleia Nacional votou a nossa Lei Orgânica e livremente elegeu o Presidente da República. A legitimidade do mandato supremo que ela conferiu, no pleno do exercício das suas prerrogativas, é tão inquestionável quanto o da Constituição que promulgou. Esses dois atos se conjugam e se completam indissolivelmente. (VARGAS, 21/07/1934 apud BONFIM, 2008, p. 201).

Além de suas flutuações entre atos democráticos e autoritários, Getúlio Vargas nutria certa simpatia pelo nazifascismo, como já mencionado anteriormente. Havia em sua governabilidade muitos pontos em comum com a doutrina fascista, sendo que, dentre as semelhanças, pode-se citar a valorização da missão histórica da nação representada pelo Estado; o reconhecimento dos direitos individuais, mas somente daqueles que não entravam em conflito com as necessidades do Estado soberano; a meritocracia; a solidariedade entre o capital e o trabalho legitimada pela estrutura corporativa; o antiliberalismo e o antiparlamentarismo. Essas estruturas embasavam-se não apenas no campo político, alicerçando também a doutrina totalizadora a partir de outros aspectos da vida social, tais como a cultura e a religião.

De acordo com Fausto (1999), apesar das proximidades de valores empreendidos no regime Vargas com a práxis nazifascista, a dependência econômica que o Brasil tinha em relação aos Estados Unidos e a posição geográfica o aproximaram dos estadunidenses em vez do Eixo, do qual Itália, Alemanha e os demais regimes fascistas faziam parte. Mesmo estando do lado vencedor na Segunda Grande Guerra, o fato de apoiar a luta antitaduras desgastou o governo de Vargas, com este se retirando estrategicamente e retornando ao cenário político nas eleições de 1950, que culminaram novamente em sua eleição. Essa última passagem de Vargas pelo poder fora marcada pela instabilidade política, bem como pelos escândalos e pelas corrupções em seu governo, ocasionando a perda de apoio militar e popular e levando Getúlio Vargas a se suicidar em 1954, quando ainda estava no poder. Diante dessas contradições em suas ações políticas, há, nos estudos das Ciências Políticas e afins, dificuldades por parte dos investigadores em situar a figura emblemática de Getúlio Vargas em um determinado espectro político-partidário, uma vez que o governante, em diferentes momentos, mostrou-se ora inclinado aos interesses elitistas e aos preceitos da extrema direita, ora populista e benfeitor para as camadas socialmente desfavorecidas, cujas causas sempre foram bandeiras ideológicas hasteadas pela esquerda.

Posterior ao governo Vargas, ocorre um período de novos percursos à política brasileira, desvestindo-se o fazer político nacionalista e revestindo-o com tonalidades desenvolvimentistas, sob a égide presidencial de Juscelino Kubitschek. Essa passagem política mais aberta, em termos de possibilidades de candidaturas, serve de pano de fundo para eleger

João Goulart, o primeiro representante efetivamente esquerdista da historiografia política brasileira, cujo plano governamental pôs

em marcha Reformas de Base, que colocaram as elites em polvorosa e lhe causaram urticária. Nos planos do governo, estavam as reformas agrária, educacional – a introdução do método Paulo Freire –, fiscal – limitando a remessa ao exterior de lucros das empresas multinacionais –, eleitoral – que daria condições para a safa da ilegalidade do Partido Comunista –, entre outras. (COSTA, 2016, p. 130).

O ideário inovador e esquerdista de João Goulart, no entanto, provoca no horizonte social brasileiro diversos desconfortos classicistas, uma vez que, como pôde ser observado até o momento desse breve relato historiográfico, as entranhas do ser sociopolítico brasileiro foram firmadas no mandonismo e no patriarcalismo, em que o poder sempre estivera reservado às elites e os direitos de cidadania reservados a uma parcela social oligárquica (SCHWARCZ, 2019). Sendo assim, a tentativa esquerdista de equacionar direitos igualitários abre um flanco para uma das passagens mais nefastas da história do Brasil: a Ditadura Civil-Militar.

Iniciado com um golpe de Estado que destituiu a presidência de João Goulart, esse período fora marcado pela forte perseguição política, pela censura e pelo desmonte total da democracia, estendendo-se entre os anos de 1964 e 1985. Sumariamente, conforme Carvalho (2002), os governos militares podem ser divididos em três fases:

A primeira vai de 1964 a 1968 e corresponde ao governo do general Castelo Branco e primeiro ano do governo do general Costa e Silva. Caracteriza-se no início por intensa atividade repressiva seguida de sinais de abrandamento. [...] A segunda fase vai de 1968 a 1974 e compreende os anos mais sombrios da história do país, do ponto de vista dos direitos civis e políticos. Foi o domínio dos militares mais truculentos [...] O período combinou a repressão política mais violenta já vista no país com índices também jamais vistos de crescimento econômico. Em contraste com as taxas de crescimento, o salário mínimo continuou a decrescer. A terceira fase começa em 1974, com a posse do general Ernesto Geisel, e termina em 1985, com a eleição indireta de Tancredo Neves. Caracteriza-se inicialmente pela tentativa do general Geisel de liberalizar o sistema contra a forte oposição dos órgãos de repressão. A liberalização continua sob o general João Batista de Figueiredo (1979-1985). As leis de repressão vão sendo aos poucos revogadas e a oposição faz sentir sua voz com força crescente. (CARVALHO, 2002, p. 157-158).

A escolha dos presidentes era realizada de forma indireta e antidemocrática, visto que o partido do governo, a ARENA, detinha o controle do Senado e da Câmara dos Deputados. Foram criados atos institucionais que controlavam os direitos e oprimiam a todos que se opunham ao regime. Durante esse período, criaram-se centros de informações para que se pudesse acompanhar os indivíduos que apresentavam algum “perigo” para o governo. A criação do sistema DOI-CODI (Departamento de Operações e Informações de Exército) implantou uma política que era de certa forma complexa, pois unia as polícias civis e militares, bombeiros e

polícia feminina. Foram atribuídos a esses órgãos alguns dos piores episódios de tortura e extermínio.

Ademais, outras instituições foram criadas e/ou fortalecidas, justificadas, discursivamente, por sentidos como o de “salvar a nação”, especialmente da “ameaça comunista”. Como exemplo, ocorreu a criação do SNI (Serviço Nacional de Informação), do Centro de Informações do Exército, dos Centros de Informações da Marinha e, ainda, o fortalecimento do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) em todos os estados brasileiros. Toda essa organização contava com um aparato logístico-tecnológico, idealizado para que nada lhe escapasse, gerando, assim, em cada instância, documentos referentes à burocracia militar, como espionagens, planos e fichas de pessoas que por ali passaram.

Comungado ao sentido de “salvadores da pátria”, observa-se – no conjunto das discursivizações dos defensores da ditadura militar – o seu caráter vetusto, inclinado a dissipar as mudanças propostas por João Goulart. No trecho do discurso selecionado a seguir, proferido pelo Marechal Costa e Silva, pode-se perceber a renúncia da esfera militar a qualquer mudança de estilo socioeconômico da ambientação brasileira. Alinhados à elite, os militares – além de defenderem a configuração feudal da sociopolítica nacional – negavam a denominação esquerdista “golpe de Estado”, considerando a destituição arbitrária de João Goulart uma “revolução”:

Tivemos de promover uma Revolução, e o fizemos conscientes de que não havia outro meio de evitar que o País mergulhasse no caos. A tanto equivaliu a tentativa de impor ao povo sistema de vida e estilos de comportamento incompatíveis com a linha de seu passado, os interesses de seu presente, a vocação de seu futuro. [...] Revolução, em verdade, e não golpe de Estado, que visasse tão somente a substituir um homem por outro ou por uma outra facção política. [...] O movimento de março de 1964 foi, portanto, um compromisso com a democracia, e a candidatura, que hoje consagrastes, é inegavelmente dotada de atributos democráticos. (COSTA E SILVA, 1967 apud BONFIM, 2008, p. 279).

Conforme perscrutam Fico (1997) e Weber (2000), durante a ditadura militar, o aparelhamento ideológico midiático ocorreu por meio de *slogans* e anúncios propagados na televisão e nas rádios nacionais. Campanhas como **Brasil ame-o ou deixe-o** e **Quem não vive para servir o Brasil não serve para viver no Brasil**, alicerçadas pelo crescimento econômico e pela conquista do tricampeonato da seleção brasileira, faziam coro juntamente com músicas como “Eu te amo meu Brasil” e “Pra frente Brasil”, indicando a pressão ideológica dos órgãos do governo para que a população permanecesse alienada com relação aos desmandos, às torturas e aos desaparecimentos que ocorriam com frequência avassaladora.

Todavia, no que tange ao “milagre” econômico proferido pelos apoiadores do regime ditatorial e reverberado pelos recursos midiáticos, a média de crescimento do PIB de 11% ao ano só fora possível por estar circunscrita a uma ambientação falaciosa, violenta e repressiva. Segundo Costa (2016), o “milagre econômico”, propagado reiteradamente, não condizia com o crescimento da nação, pelo contrário,

das 500 maiores empresas brasileiras, 71 eram americanas, 22 alemãs, 11 holandesas, 11 italianas, 9 inglesas. As multinacionais detinham mais de 50% das vendas, e o *ranking* de faturamento era o seguinte: das 10 empresas que mais faturavam no Brasil, apenas duas eram brasileiras. Desse modo, o milagre econômico durante a ditadura militar seguiu o padrão brasileiro de modernização: excludente e selvagem. De arautos do moralismo, da justiça e do desenvolvimento, os militares não passaram de um instrumento nas mãos da elite econômica – do seu estamento – para manter intactos seus interesses e privilégios, que viram ameaçados pelo governo de João Goulart. (COSTA, 2016, p. 140).

Em função da avassaladora inflação do período, que afetava diretamente sobre os salários da classe operária (COSTA, 2016), inicia-se, no final dos anos 70, uma série de movimentos e greves que incluíam vozes sociais das mais diversas esferas, desde trabalhadores braçais até artistas e intelectuais que se encontravam na clandestinidade e/ou no exílio devido à perseguição política dos ditadores. Surge, nesse momento, um dos mais importantes movimentos sociais em termos de feições democráticas: o *Diretas Já!*.

Figura 5 – Manifesto *Diretas Já!*



Fonte: Castro ([s/d], [s/p]).

Como pode ser observado na imagem precedente, o mote central do movimento fora o pedido/exigência da sociedade civil pela abertura política, mobilizando multidões que, discursivamente, clamavam por eleições diretas em prol de suas liberdades civilizatórias. Pressionado pela revolução social em curso, João Figueiredo – o militar que no momento presidia o país – promulga, em 1979, a Lei da Anistia. Todavia, é interessante observar que essa

lei fora organizada por um grupo restrito de integrantes do regime, cujo objetivo era garantir o controle da abertura política, de forma que os responsáveis pela Ditadura não fossem punidos, servindo, assim, como uma autoanistia e consagrando, no território mandonista brasileiro, a impunidade (LEMOS, 2002).

Com a Anistia e o fim do bipartidarismo, era esperado que políticos exilados retornassem e criassem outros partidos. No entanto, as eleições de 1985 ainda ocorreram de forma indireta, elegendo Tancredo Neves e José Sarney, os primeiros civis a ocuparem a presidência desde o golpe militar. Em 1988, promulgou-se uma nova Constituição, cujo intento nodal foi a garantia de direitos políticos, embora, para além desse aspecto central, a Constituição previsse o reestabelecimento de direitos sociais e individuais, violados pela Ditadura Militar, direitos tidos como essenciais para o funcionamento de uma sociedade sob a égide da **democracia**. É dessas facetas das possibilidades democráticas no território brasileiro que a seção posterior buscará tratar.

3.4 A REDEMOCRATIZAÇÃO E SUAS “POSSIBILIDADES” SOCIALISTAS: A DIREITA, A ESQUERDA E SUAS DIVERGÊNCIAS CIVILIZADAS

Conforme esclarece a narrativa historiográfica de Costa (2016), a eleição direta para presidência da República, após o período ditatorial, ocorrera apenas em 1989, cujo percurso eleitoral desaguou em um segundo turno com representantes políticos claramente antagônicos, em termos de circunscrição no horizonte social brasileiro. Encontrava-se, de um lado, Fernando Collor de Mello (Collor), representante da elite, e de outro, Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), representante da classe operária, sobretudo a metalúrgica, que protagonizou parte das maiores greves na época da ditadura militar.

Embora Collor não fosse, aos olhos da elite dominante⁴¹, o seu ator sociopolítico ideal, por ser um “representante das oligarquias nordestinas, e não do empresariado paulista” (COSTA, 2016, p. 147), a aposta da elite fora hegemônica em sua candidatura, uma vez que os sopros socialistas de João Goulart presentes na discursividade do candidato operário (Lula) se faziam mais proeminente, motivo suficiente para assombrar o mandonismo da elite e suas diferentes configurações. O mecanismo político da elite, durante a campanha eleitoral de 1989,

⁴¹ Segundo Costa (2016), existe, no âmbito do espectro elitista, a elite dominante cuja origem se deu na política do Café com Leite, ou seja, pertencente às regiões do Sudeste e de Minas. Para o autor, Collor não foi a primeira opção dessa camada elitista, embora a elite nordestina e de outras regiões já tivessem optado por ele. No entanto, como Collor foi o candidato mais forte em termos de eleitorado no primeiro turno, a diáde oligárquica São Paulo-Minas apoiou-o no segundo turno.

demonstrara o emergir de uma democracia ainda vulnerável, que “deu sinais de sua fragilidade numa eleição contestável, em que Collor venceu apoiado de forma explícita e tendenciosa por elites que demonstravam medo de ver um operário no poder” (COSTA, 2016, p. 147).

No entanto, durante seu governo, Collor cria um plano com medidas tributárias que atingem diretamente a burguesia e a alta classe média brasileira. Seria incongruente deixar finanças que ultrapassassem o valor de CR\$50.000,00 (limite de saque arbitrariamente previsto pela portaria do Plano Collor) para sobrar em poupanças, estando em uma sociedade como o Brasil, na qual a maioria populacional (sobre)vivia com um salário-mínimo (COSTA, 2016). Dessa forma,

a elite, que havia apostado todas as fichas no candidato contra as incertezas e o medo da vitória de Lula, tinha agora suas expectativas frustradas [...]. A queda do presidente tornou-se um projeto das elites, e uma palavra nova, que até então era completamente desconhecida dos brasileiros, *impeachment*, entrou para o vocabulário popular [...]. No dia 2 de outubro, Collor é afastado da Presidência e assume seu vice, Itamar Franco [...]. Collor caiu em desgraça no dia em que anunciou um plano econômico que transferia para as elites o ônus das mudanças (COSTA, 2016, p. 149-151, grifo do autor).

Durante as eleições de 1994, as elites novamente se viram assombradas com os ares socialistas de Lula, sobretudo pela insegurança da frustração populacional com seu político representativo anterior, Fernando Collor de Melo. Contudo, meses antes da eleição presidencial, o governo Itamar Franco implanta o Plano Real, que, em um primeiro momento, obteve êxito em termos de controle inflacionário nacional (COSTA, 2016). A antecipação de implementação do plano, ainda sob fase inicial, em certa medida, fora uma estratégia político-discursiva da esfera elitista da sociedade, uma vez que seu êxito inicial fora propagado e proferido como o “*salvador da pátria* no sentido econômico e político. Não por acaso, Fernando Henrique Cardoso – ministro da Fazenda que havia implantado o Plano Real – foi eleito presidente da República em primeiro turno nas eleições de 3 outubro de 1994” (COSTA, 2016, p. 151, grifo do autor).

De maneira sumária, a leitura que se pode fazer, por meio de lentes marxistas, do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) é, em termos gerais, a de que se tratara de um regime caracterizado por medidas impopulares, ajustando-se, em seus dois mandatos, aos interesses capitalistas estrangeiros. Inserido em um período de mudanças mastodônticas no âmbito do capitalismo mundial, FHC adotou, repetidamente, uma discursividade em prol da modernização estatal, reverberando sua visão neoliberal para governar, ou seja, uma ideologia que prevê o “Estado mínimo e a transferência de setores (em que o Estado monopolizava) para a iniciativa privada” (COSTA, 2016, p. 152).

Em seu discurso de posse do segundo mandato, proferido no dia 1º de janeiro de 1999, Fernando Henrique Cardoso deixa claro o seu projeto neoliberal para a sociedade brasileira em relação à crise econômica internacional, que assombrava, sobretudo, os países em subdesenvolvimento:

Senhores Congressistas, não fui eleito para ser o gerente da crise. Fui escolhido pelo povo para superá-la e para cumprir minhas promessas de campanha. Para continuar a construir uma economia estável, moderna, aberta e competitiva. Para prosseguir com firmeza na privatização. (FHC, 1/1/1994 in OLIVEIRA, 2009, p. 50).

Ainda que imerso no espectro direitista da política, como já abordado no primeiro capítulo deste estudo, a direita apresenta, em diferentes dimensões e proporções, flancos que flertam com os princípios democráticos e com o Estado de Direito. Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, pertence a uma geração de políticos de diferentes vieses que, juntos, lutaram pelo fim das arbitrariedades da ditadura militar e pela legitimidade de liberdades civis e políticas. Em seu discurso de posse do primeiro mandato, em 1995, em diferentes momentos, podemos presenciar a sua visão pacifista quanto ao âmbito nacional, utilizando, diversas vezes, estilisticamente, o termo lexical **liberdade** e outras escolhas terminológicas cujos sentidos se correlacionam com esse campo semântico. Em um determinado momento de seu projeto enunciativo de 1995, FHC relembra o momento ditatorial, evidenciando o quão nefasto fora o período. No entanto, como poderá ser avistado a seguir, embora o ator político fale em **liberdade**, a sua leitura em relação às mazelas sociais é perpassada, constantemente, pela sua concepção economicista de mundo, ou seja, estamos diante de um ator político cujo epicentro do ato de governar é ideologicamente neoliberal:

Vieram então os anos sombrios, que primeiro trouxeram de volta o crescimento, mas sacrificaram a **liberdade**. Trouxeram um progresso, mas para poucos. E depois nem isso, mas somente o legado – este sim, para todos – de uma dívida externa que amarrou a *economia*, e de uma inflação que agravou as mazelas sociais da década de 80. [...] Recuperamos aquele que deve ser o bem mais precioso de um povo: a **liberdade**. Pacificamente, com tranquilidade, apesar das mágoas e cicatrizes que ficam como um símbolo para que novas situações de violência não se repitam, viramos a página do autoritarismo. (FHC, 1/1/1995 in OLIVEIRA, 2009, p.10).

Apesar de evocar em suas discursivizações, durante seus dois mandatos governamentais, um olhar democrático perante o horizonte social brasileiro (“Vou governar para todos. Mas se for preciso acabar com privilégios de poucos para fazer justiça à maioria...”) (FHC, 1/1/1995 in OLIVEIRA, 2009, p. 12), Fernando Henrique Cardoso sempre mostrou, no conjunto de seus atos políticos e discursivos, um aspecto nodal ideológico que denuncia o seu

pertencimento à camada elitista. Como revela o trecho extraído de seu pronunciamento de posse a seguir, ao lembrar, enunciativamente, a figura de se pai e de seu avô, o ator sociopolítico o faz com um tom republicano paternalista, demonstrando “ares de orgulho” ao pertencimento dessa dimensão mandatária, que, como narrado anteriormente, em nada modificou a passagem do Império à República. Foram mantidos os mesmos rostos, tendo apenas mudado os véus do mandonismo nacional:

Vem de longe a chama deste sonho. Vem dos heróis da Independência. Vem dos abolicionistas. Vem dos “tenentes” revolucionários da Velha República. Essa chama eu vi brilhar nos olhos de meu pai, Leônidas Cardoso, um dos generais da campanha do “petróleo é nosso”, como já brilhará no fim do Império nos olhos do meu avô, abolicionista e republicano. (FHC, 1/1/1995 in OLIVEIRA, 2009, p. 9).

De acordo com Poulantzas (1978), a orgânica do capitalismo, em um determinado momento histórico de uma dada sociedade, começa a fazer surgir fissuras em sua configuração, uma vez que existem diferentes tipos de elitismo em um sistema que está sob a égide desse sistema econômico organizacional. No que tange ao governo de FHC, sob um olhar poulantziano, podemos perceber que o seu programa neoliberal econômico encabeça um conjunto de frações burguesas que se associam aos interesses do capital internacional. Entretanto, esse mecanismo governamental conduz ao surgimento dois principais desgostares em termos de camadas sociais: o primeiro deles diz respeito à burguesia industrial, visto que a abertura comercial neoliberalista prejudica a burguesia interna ligada à indústria; o segundo se refere às camadas populares, dado que o caráter excessivo de privatizações reduz os direitos sociais aos civis que do sistema privado não podem fazer parte. Dessa forma, apesar da modernização econômica instaurada pelo governo FHC, a orgânica de seu processo manteve as vestes do capitalismo brasileiro selvagem, no qual os ricos permanecem ricos e os pobres, substancialmente, não modificam suas condições sociais.

Nesse contexto de descontentamento de uma parcela da burguesia industrial e de uma “quase” totalidade da camada desfavorecida socialmente, em 2002, pela primeira vez depois de João Goulart, assume a presidência da república um dos mais expressivos representantes da esquerda brasileira: Luiz Inácio Lula da Silva. Provindo da esfera operária, Lula fora um dos fundadores, na década de 1970, do Partido dos Trabalhadores (PT), sigla partidária da qual nunca se desligara e com a qual construiu laços envergados para uma frente identitária esquerdista da política nacional.

Desde seu primeiro mandato, Lula apresentou em suas discursivizações feições de um ator sociopolítico popular, referindo-se, muitas vezes, aos seus interlocutores

(independentemente de quem fosse) com o uso de termos lexicais como “companheiro” e/ou “irmão”. Além disso, o político, durante seus dois mandatos governamentais, obteve diversos reconhecimentos internacionais no que tange ao combate às desigualdades sociais e à redução da pobreza no território brasileiro. Em seu discurso de posse do primeiro mandato, Lula anuncia seu intento central quanto à questão social, problematizando a questão da fome, até então proeminente no Brasil. Em discursivizações subsequentes, ele mantém em seus discursos essa semântica como prioridade:

Enquanto houver um **irmão** brasileiro ou uma **irmã** brasileira passando fome, teremos motivo de sobra para nos cobrirmos de vergonha. Por isso, defini entre as prioridades de meu governo um programa de segurança alimentar que leva o nome de *Fome Zero*. Como disse em meu primeiro pronunciamento após a eleição, se, ao final do meu mandato, todos os brasileiros tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar, terei cumprido a missão da minha vida. (LULA, 2003, [s/p]).

Ao mesmo tempo em que explicita no seu percurso governamental o seu olhar atento às camadas desfavorecidas do espectro social brasileiro, Lula recorda reiteradamente, no fio de seus discursos, que as mazelas socioeconômicas do país advêm da problemática da divisão de classes construída na gênese patrimonialista brasileira. Essa denúncia enunciativa, que sempre se fez presente em suas discursivizações, pode ser observada no trecho a seguir, retirado de um pronunciamento do então presidente em um seminário para investidores estrangeiros no Brasil:

A maior parte dos problemas que temos hoje é resultado da ação passada de uma elite que geriu o Estado em proveito de poucos. Ela foi incapaz de realizar reformas. Foi irresponsável. Comprometeu a saúde fiscal do Estado. Agravou de forma insuportável as desigualdades sociais. (LULA, 2004, p. 2).

Apesar de seus tons denunciativos dos mecanismos economicistas de governos que se permitiram estar sob a égide da elite brasileira, Lula, em seu exercício governamental, tentou operacionalizar uma organização socioeconômica equipolente entre as classes altas e as desfavorecidas, de modo a adequar seu plano financeiro a um mecanismo que contemplasse a burguesia industrial descontente com FHC, bem como as classes subalternas pouco assessoradas em tempos direitistas. Conforme assevera Costa (2016),

Lula conseguiu fazer com que a política socioeconômica do Estado brasileiro convergisse para uma agenda única. A criação de programas de distribuição de renda para aqueles que viviam na linha da miséria, combinada com o aumento da oferta de crédito para a classe média, fez com que um princípio básico da economia ocorresse de forma sistemática, e o aumento do poder aquisitivo da população fez girar a roda da economia. Esse giro libera uma reação em cadeia: maior consumo, maior produção, melhores resultados no comércio e nos serviços, aquecimento econômico, pleno emprego e uma sensação generalizada de bem-estar social. (COSTA, 2016, p. 158-159).

Ainda que diametralmente em lados opostos, o antagonismo da direita e da esquerda nacional sempre ocorreu de forma civilizada. Mesmo que a história brasileira, resumidamente contada até o momento, tenha apresentado uma ontogênese autoritária, seu caráter vetusto e agressivo apresentou, em termos gerais, resquícios nazifascistas de forma paliativa (exceto pelo período da Ditadura Militar). No entanto, apesar das aproximações entre a ditadura e os regimes nazifascistas, faz-se necessário destacar que, como declara Armando Boito (2020), ancorado na teoria poulantziana,

o fascismo, enquanto forma de organização do aparelho e do poder de Estado, é uma variante da forma ditatorial do Estado capitalista, ou seja, é um tipo de ditadura distinto, por exemplo, da ditadura militar. Porém, o fascismo é também [...] a ideologia que justifica essa ditadura e o movimento que, coesionado por essa ideologia, pode lutar para implantar tal tipo de ditadura ou para mantê-la. (BOITO, 2020, p. 114).

Dessa forma, o que se pode depreender do olhar poulantziano é que o fascismo é uma tipologia de ditadura e, apesar de apresentar uma arqueologia próxima de uma ditadura militar, os seus mecanismos processuais são, substancialmente, diferentes. Conforme sugere Poulantzas (1978), o emergir do fascismo, além de ser marcado por uma **figura humana central** e não por um **aparelho repressivo central** em sua gênese – como acontece nas ditaduras militares –, ocorre em uma fase de crise aguda entre as classes sociais, que, por sua vez, encontram-se imersas em uma fase também aguda do capitalismo.

Coincidentemente, apesar do bem-estar social apresentado na conjuntura governamental esquerdista de Lula, entre os anos de 2005 e 2006, ocorre, no Congresso Nacional, uma denúncia ao Partido dos Trabalhadores de compra de votos, intitulada de Mensalão, em prol da aprovação de projetos de interesse presidencial. Apesar das denúncias que envolviam esquemas de corrupção, o Partido dos Trabalhadores consegue eleger em 2010 seu sucessor para assumir o executivo republicano, e, pela primeira vez na história eleitoral brasileira, uma mulher é eleita: Dilma Rousseff, cujo governo é apresentado em seus aspectos centrais a seguir.

3.5 JAIR BOLSONARO E A ASCENSÃO DA EXTREMA DIREITA: DA ASFIXIA ELITISTA ÀS ELEIÇÕES DE 2018

Empenhada em dar continuidade ao estilo governamental de Lula, a presidenta Dilma Rousseff, dentre os muitos anseios em seu governo, preconizou

a implementação de canais institucionais de participação social no âmbito de governos locais (por exemplo, as experiências dos Orçamentos Participativos e dos Conselhos Gestores), [...] com a ampliação significativa das Conferências Nacionais. A PNPS

foi formulada diante da percepção do governo de que se tornava necessário não apenas consolidar esses canais de participação social já existentes, mas também transformar a participação social em um método de governo, ou seja, incorporá-la de tal maneira que essa prática de participação social estivesse presente em todos os programas e em todas as ações do governo. (FRATESCHI, 2018, p. 149).

Concomitantemente a esse olhar para com a dimensão social, durante seu primeiro mandato, a orgânica governamental da presidenta viu-se acompanhada por críticas diversas, advindas de múltiplas esferas da sociedade brasileira, devido aos escândalos de Mensalão que precederam sua posse. No final de 2014, as críticas e as denúncias em relação ao Partido dos Trabalhadores se acentuaram, integrando, aos desequilíbrios partidários sofridos, rumores de corrupção ligados à Copa do Mundo de 2014, bem como à Petrobras – maior empresa estatal do país (COSTA, 2016, p. 159-166).

Mesmo imersa nesse invólucro de crises que envolviam sua sigla partidária, Dilma Rousseff, em 2014, ganha a reeleição no segundo turno, o qual disputou com seu adversário político Aécio Neves (PSDB), que, por sua vez, no ano seguinte, torna-se um dos mentores do processo de *impeachment* da presidenta. Apesar de não ser o nosso mote problematizar, em seus pormenores, as múltiplas vicissitudes interpretativas que dos impedimentos de Rousseff emergiram (e continuam a emergir), faz-se necessário salientar que a sua destituição se deu, a princípio, por crime de responsabilidade fiscal. Todavia, devido à plasticidade semântica da linguagem jurídica, assistem-se a diversos atores das esferas política e jurídica questionarem a legitimidade constitucional de tal processo.

A despeito da complexidade que cerca o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, uma de nossas apostas marxistas para explicar o porquê de sua efetuação se encontra nas entrelinhas históricas deste capítulo. Estaria a elite brasileira disposta a vivenciar, por mais quatro anos, os sopros socialistas da esquerda? Será que doze anos de olhares às camadas populares já não haviam sido suficientes para causar uma asfixia elitista? Elite essa que nasceu nos tempos coloniais, fundada por um patriarcalismo, “marcada pelo claro desequilíbrio sexual [...], por uma divisão desigual e rigorosa entre homens e mulheres?” (SCHWARCZ, 2019, p. 193).

Nesse contexto tenso e de desequilíbrio político-institucional, o antagonismo espectral entre a direita e a esquerda – que outrora fora encabeçado por FHC e Lula e, embora muitas vezes acalorado, limitava-se às arestas da civilidade –, adquire uma polarização selvagem, semelhante a que ocorrera na Itália e na Alemanha do início do século XX (processo esboçado no capítulo anterior). Esse decantar nazifascista incipiente em 2015 ocorre, sob a nossa

perspectiva, devido a entrada de Jair Messias Bolsonaro nessa arena de embate político nacional.

Nascido em 21 de março de 1955, na cidade de Glicério no estado de São Paulo (SP), Bolsonaro, desde sua juventude, inclinou-se, assim como Mussolini e Hitler, às atividades da área militar, formando-se na Academia Militar das Agulhas Negras, em 1977, e atuando em postos de artilharia e paraquedismo do exército nacional. Durante esse período de atuação, Bolsonaro foi expulso da esfera militar, chegando a ser aprisionado por 15 dias a mando de seus superiores. Os fatos que dizem respeito ao motivo de sua prisão envolvem, principalmente, um artigo de sua autoria publicado na revista *Veja*, tecendo críticas aos salários de oficiais militares, bem como rumores que indiciam um plano organizado pelo então militar para a explosão de bombas-relógio em unidades do exército no estado do Rio de Janeiro (RJ). Em 1988, dois anos após o seu desligamento, Jair Bolsonaro foi absolvido por autoridades militares, reingressando na reserva como capitão reformado.

Nesse ínterim, o militar egresso adentra a esfera política, construindo nela uma carreira de 27 anos enquanto deputado federal pelo Rio de Janeiro, a qual consistiu em sete mandatos entre os anos de 1991 e 2018. Apesar de apresentar uma parcela expressiva de votos em suas posses mandatárias, seu exercício na Câmara de Deputados pode ser considerado, substancialmente, inexpressivo, em especial pelo fato de, durante todos os anos legislativos, propor apenas dois projetos parlamentares, sendo apenas um deles aprovado.

Ainda que desde sua gênese política tenha apresentado inclinação a posicionamentos conservadores, tendo como sigla partidária inicial o Partido Democrático Cristão (PDC) – de valores fundamentalistas –, a figura pública de Jair Bolsonaro começa a ganhar notoriedade e expressividade no horizonte social brasileiro no processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. Durante a sessão de votação na Câmara dos Deputados para o desligamento da presidenta de suas atividades executivas, Bolsonaro arquiteta um projeto enunciativo que, a nosso ver, traça mudanças significativas em seu percurso político e, também, no configurar do imagético da política conservadora nacional, podendo simbolizar um emergir da extrema direita nacional:

Perderam em 1964. Perderam agora em 2016 [...] Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo, pela memória do Cel. Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff! Pelo Exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo, e por Deus acima de todos, o meu voto é sim! (BOLSONARO in FALCÃO, 2016, [s/p]).

Se outrora o antagonismo entre direita e esquerda no horizonte brasileiro ocorria sob os limites civilizatórios de uma incipiente democracia, a partir do projeto de dizer de Bolsonaro,

impulsiona-se, na conjuntura sociopolítica, não apenas um oposicionismo que é natural em democracias, mas também um antipetismo com “ares de oposição nazifascista”. Isso se observa pelo fato de que, ao recordar Ustra – torturador de Dilma Rousseff durante a ditadura militar – , Jair Bolsonaro opera, discursivamente, no mínimo três sentidos que indiciam um novo rumo à semiose político-nacional: o primeiro diz respeito ao flerte com a ditadura e os sujeitos que a operacionalizaram, demonstrando uma adesão política ao processo histórico nefasto; o segundo se refere à fissura que o então deputado abre nos limites discursivos da liberdade de expressão democrática; e o terceiro, dialeticamente relacionado aos anteriores, é o vislumbre de uma sociedade que caminha para uma organização sob os moldes fascistas, uma vez que, mesmo que seu projeto de dizer tenha sido inconstitucional, o ator sociopolítico não sofreu nenhuma reprimenda jurídica ao homenagear um torturador, algo que legitima o seu enunciar pelas lentes da esfera judiciária.

Emblematicamente, o projeto enunciativo de Jair Bolsonaro durante o processo de *impeachment* da presidenta Dilma leva-nos a avistar o predizer de um futuro percurso discursivo, que se coaduna com as coerções do autoritarismo. Este premeditar, em certa medida, envolve o pleito eleitoral presidencial de 2018, em que Jair Messias Bolsonaro – por meio da sigla partidária PSL (Partido Social Liberal) – vence o segundo turno contra Fernando Haddad (PT), atingindo a marca percentual de 55,13% dos votos válidos. Uma vitória cuja candidatura é contestada por diversos campos de atuação humana, que se dera imersa em cenário eleitoral de crise, cuja legitimidade democrática faz-se questionável por envolver em seus resultados elementos e forças das esferas midiática e jurídica, dos quais trataremos, tangencialmente, na parte analítica desta investigação.

Foi em um contexto com características próximas a essas, de crise econômica e, sobretudo, política, que surgiu, como visto no capítulo anterior, o fenômeno do nazifascismo, tanto na Itália quanto na Alemanha, circunscrito ao espectro da extrema direita. Tanto Mussolini quanto Hitler, numa ambientação tensiva, arquitetaram seus projetos políticos para a construção de uma nação aos seus moldes.

Esse projeto político, por sua vez, fez-se anunciado nas práticas linguístico-discursivas de ambos os agentes autoritários e no conjunto de sujeitos que com eles comungavam, uma vez que, como já defendido nesta pesquisa, é na e pela linguagem que lapidamos a nossa visão de mundo e configuramos a organização de uma sociedade, pois “a palavra será o indicador mais sensível das mudanças sociais” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 106). Doravante, sob a hipótese de que, em suas práticas discursivas, a atual extrema direita reverbera esses princípios ideológicos nazifascistas, por nós já pormenorizados, lancemo-nos a perscrutar tal fenômeno, fazendo coro

à fala de Dilma Rousseff, registrada também pela fotografia em seu processo de *impeachment*, registro que preambula este capítulo: hoje tememos a morte da democracia. Todavia, para que esse empreendimento se torne possível, faz-se necessária a apresentação dos preceitos teórico-metodológicos postulados pelo Círculo de Bakhtin, arcabouço que fundamenta nossa análise discursiva e cuja pormenorização se encontra no próximo capítulo.



Bolsonaristas (2020)

*Muito importante na arte de lavar as palavras
é saber reconhecer uma palavra limpa.*

*Conviva com a palavra durante alguns dias.
Deixe que se misture em seus gestos, que passeie
pela expressão dos seus sentidos. À noite, permita
que se deite, não ao seu lado mas sobre seu corpo.*

*Enquanto você dorme, a palavra, plantada em sua
carne,
prolifera em toda a sua possibilidade.*

*Se puder suportar essa convivência até não mais
perceber a presença dela, então você tem uma
palavra limpa.*

Uma palavra LIMPA é uma palavra possível.

Mosé (2017)

4 O CÍRCULO DE BAKHTIN E A FESTA DE RENOVAÇÃO DOS SENTIDOS: ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS FUNDANTES

Cunhada por pesquisadores contemporâneos, a expressão **Círculo de Bakhtin**⁴² designa um grupo de intelectuais que, ligados a diferentes áreas do conhecimento, reuniam-se entre os anos de 1919 a 1929 para discutir diversos aspectos relacionados à Filosofia e seus pontos de interlocução com outros domínios do saber. Embora se evite fazer levantamentos calcados em juízos de valor sobre a produção intelectual de seus membros, destacam-se três dos seus estudiosos que se dedicaram aos estudos da linguagem: Valentin Volóchinov (1895-1936), Pavel Medviédev (1891-1938) e Mikhail Bakhtin (1895-1975). Nessa perspectiva,

Não desconsideramos o fato de que Bakhtin (1895-1975), por ter vivido mais do que Volóchinov (1895-1936) e Medviédev (1891-1938), teve a oportunidade de dar continuidade às suas reflexões, após a dissolução do Círculo, a partir dos anos de 1930. Entretanto, há uma estreita convergência entre as ideias do autor veiculadas em trabalhos subsequentes e à abordagem que desenvolveram em conjunto, o que nos permite alargar a designação Círculo de Bakhtin para todas as produções, independentemente da data de escrita e de publicação. (BARBOSA; DI FANTI, 2020, no prelo).

Além disso, de maneira geral, o grupo de estudiosos, sobretudo Bakhtin, inicia seus empreendimentos intelectuais apostando em uma Filosofia primeira, sob o amparo de que as ciências humanas, por envolverem a arte, a cultura e principalmente a vida cotidiana, necessitam de um olhar sociológico diferenciado, pois envolvem o ser humano e a linguagem, que, por sua vez, concebem-se mutuamente e, ao mesmo tempo, singularizam-se. Essa **Prima Philosophia**, segundo Faraco (2009), pode ser encontrada nos dois primeiros escritos de Mikhail Bakhtin, *Para uma filosofia do ato* e *O autor e o herói na atividade estética*, nos quais se identifica, dentre muitas reflexões, a busca incessante por um método de fazer ciências humanas que integre vida, arte e teoria, a partir da união dialógica entre o repetível e o irrepitível, o universal e o particular, o conteúdo e o processo. Esse posicionamento crítico do estudioso frente ao racionalismo teórico de sua época ocorre porque, nas suas palavras:

O mundo teórico se obtém por uma abstração que não leva em conta o fato da minha existência singular e do sentido moral deste fato, que se comporta “como se eu não existisse” (kak esli by menja ne bylo); e tal conceito de ser, que é indiferente ao fato, para mim é central, da minha encarnação concreto e singular no existir (aí estou também eu), não pode, por princípio, acrescentar nada a ele, nem tirar nada dele, já que este mundo teórico permanece igual e idêntico a si mesmo no próprio sentido e significado, exista eu ou não; ele não pode oferecer nenhum critério para a minha vida como agir (postuplenie) responsável, não pode fornecer nenhum critério para a vida

⁴² A justificativa deste uso terminológico e parte de sua explicação podem ser encontradas em nota de rodapé das palavras preambulares desta pesquisa.

da práxis, para a vida do ato, porque *nele eu não vivo*: e se fosse tal mundo o único, eu não existiria. (BAKHTIN, 2010, p. 52, grifos do autor).

A partir desse olhar pragmático lançado pelo Círculo ao se fazer ciências humanas, o grupo de estudiosos direciona seu percurso teórico-metodológico para o campo investigativo da linguagem, pelo fato de ser **nela** que o ser humano constrói e configura seu universo. Surge, nesse momento, “um outro método de estudo da linguagem e um outro objeto de investigação: o estudo do enunciado concreto como um componente da estrutura socioideológica” (GRILLO, 2017, p. 70).

Ratificando essa tomada de perspectiva, a presente pesquisa traçará seu percurso analítico a partir de alguns conceitos desenvolvidos (e em desenvolvimento) pelo Círculo de Bakhtin. No entanto, salienta-se que segmentar os fundamentos dessa teoria não é tarefa fácil, porém isso se faz imperativo neste estudo por questões metodológicas. Talvez o termo **círculo**, cunhado pelos investigadores da arquitetura bakhtiniana, não seja à toa e, tampouco, refira-se apenas ao fato de se tratar de um grupo de intelectuais. É possível que o grupo tenha ganhado essa alcunha pelo fato de seus conceitos apresentarem uma dialogicidade, mostrando-se interdependentes e, por isso, difíceis de serem desenvolvidos separadamente.

Tendo em vista a abrangência e a complexidade do alcance que envolve a concepção de discurso sob o enfoque bakhtiniano, este capítulo, destinado a pormenorizar as categorias analíticas que irão subsidiar a análise do *corpus* desta pesquisa, lapida-se da seguinte forma: em um primeiro momento, busca-se o desenvolvimento teórico dos três eixos basilares que ancorarão o nosso movimento analítico (o dialogismo, a ideologia e o enunciado concreto), com suas respectivas possibilidades de abordagem. No momento posterior ao desenvolvimento teórico das categorias analíticas, são descritos os aspectos metodológicos que nortearam os procedimentos de escolha e de seleção do nosso objeto de análise, bem como os movimentos investigativos que nortearão o processo analítico.

4.1 O CÍRCULO DE BAKHTIN PARA ALÉM DAS ARESTAS DO FORMALISMO

Identificando, inicialmente, uma ausência de análise marxista nos estudos linguísticos e, no domínio do marxismo, uma carência de filosofia da linguagem, os preceitos bakhtinianos começam a ser forjados em um contexto em que existiam, na seara investigativa da linguagem, duas vertentes linguísticas que predominavam na época: o objetivismo abstrato e o subjetivismo individualista.

O **objetivismo abstrato**, cuja figura de maior destaque foi Ferdinand de Saussure, insere-se no caudal positivista do fazer científico, o que refletiu, dessa forma, no conjunto de acepções fomentadas em seu construto teórico. De caráter descritivo, essa linha de pensamento filosófico-linguístico afirmará que “a língua não constitui, pois, uma função do falante: é o produto que o indivíduo registra **passivamente**; não supõe jamais premeditação, e a reflexão nela intervém somente para a atividade de classificação” (SAUSSURE, 2012, p. 45, grifo nosso).

Depreende-se, a partir disso, que o objetivismo abstrato, ao separar a língua da atividade humana, principia o papel da Linguística como sendo, além de descritivo, taxionômico, o que, segundo Saussure (2012), permitiria perscrutar um código virtual depositado, por meio da comunicação, no cérebro dos sujeitos. Nesse caminho, o linguista arquiteta um estudo sistemático de uma língua estruturada e separada da linguagem, interessando-lhe seu funcionamento interno e, por si mesmo, autônomo em relação ao seu uso em contextos sociais. Refutando, em parte, tal concepção de língua como abstração, o Círculo de Bakhtin tentará mostrar que a língua existe,

não em si e por si, mas apenas na relação com aquele organismo individual, que é a enunciação concreta, o ato verbal concreto. Apenas através da enunciação a língua participa da interação social, recebe suas energias vitais, torna-se realidade. As condições da comunicação linguística, suas formas, suas modalidades de diferenciação são determinadas pelas condições sócio-econômicas de cada época. São justamente essas condições mutáveis da comunicação sociolinguística o que determina as mudanças das formas, evidenciadas por nós, segundo as quais é reportada a enunciação outra. Além disso, parece que, justamente nas formas em que a própria língua percebe a palavra outra e a pessoa que fala, manifestam com relevância especial e evidência os tipos de comunicação sócio-ideológica que vão se modificando ao longo da história. (VOLOCHÍNOV; BAKHTIN, 2011, p. 83).

Sendo assim, sob a ótica bakhtiniana, a língua precisa ser contemplada considerando-se a sua dialética com o sujeito que a utiliza, bem como o âmbito social que o circunda. No que tange ao **Subjetivismo Individualista**, cujos nomes expoentes são Wilhem Humboldt⁴³, Karl Vossler⁴⁴ e Aleksandr Potebniá⁴⁵, trata-se de uma corrente filosófico-linguística que, quanto à concepção de língua, comunga com o objetivismo abstrato, percebendo-a enquanto “um produto pronto, como um sistema linguístico estável (dotado de vocabulário, gramática,

⁴³ Apresentando um vasto desenvolvimento em diferentes áreas do conhecimento, Humboldt, enquanto linguista, foi pioneiro ao observar que a língua apresentava, internamente, um sistema estruturado de regras. Nesse sentido, tornou-se forte influência para a teoria gramático-transformacional de Noam Chomsky.

⁴⁴ Karl Vossler foi um estudioso da filosofia linguística alemão, que desenvolveu importantes estudos para as noções de idealismo e estilística na linguagem.

⁴⁵ Ucrainiano, Aleksandr Potebniá é considerado um dos maiores filósofos da linguagem do século XX, contrapondo-se, durante seu desenvolvimento intelectual, à dicotomia fundamentada pelos formalistas russos que afirmavam existir dois tipos de formação imagética no campo poético e prosódico, separando-os.

fonética), representa uma espécie de sedimentação imóvel, de lava petrificada da criação linguística” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 148). Contudo, diferentemente dos interesses saussurianos pelos signos linguísticos mínimos, a escola **subjettivista individualista** ocupar-se-á das expressões ditas individuais da linguagem, manifestadas em enunciados.

De certa forma, essa corrente compreenderá o uso da língua como sendo uma expressão do pensamento, uma vez que centraliza os atos individuais do discurso de criação artística no nível da consciência subjetiva. Assim, tem-se uma noção de atividade linguística estritamente individual cuja consciência é apenas interna e de ordem cognitiva, não sofrendo influência semiótica. Consequentemente, dá-se à enunciação um caráter monológico, construída no espaço cognoscível, em que o percurso traçado vai do interior para o exterior, sem possibilidade dialética. Em contrapartida, sob o viés bakhtiniano,

tudo o que me diz respeito, a começar pelo meu nome, chega do mundo exterior à minha consciência pela boca dos outros (da minha mãe, etc.), com a sua entonação, em sua tonalidade valorativo-emocional. A princípio eu tomo consciência de mim através dos outros: deles eu recebo as palavras, as formas e a tonalidade para a formação da primeira noção de mim mesmo. (BAKHTIN, 2017, p. 29).

Pode-se depreender, a partir das observações precedentes, que o Círculo de Bakhtin discorda, mínima e principalmente, em três aspectos aqui apresentados no que concerne ao objetivismo abstrato: na concepção de língua como abstração, fora de seu uso real concreto; na separação dicotômica entre língua e linguagem, desvestindo aquela de sua roupagem sociosemiótica; e em seu objeto de estudo, os signos mínimos, tendo em vista que, para a teoria bakhtiniana, a comunicação ocorre via enunciados. Da tendência denominada por Volóchinov (2017) como subjettivismo individualista, há, em destaque, dois aspectos dos quais o arcabouço teórico-metodológico do Círculo discorda: o fato de a enunciação e a consciência serem noções concebidas como atos individuais e, além disso, consideração do sistema sígnico estanque, o que resulta em um refletir sobre o enunciado como sendo algo independente do nível comunicacional interativo.

Todavia, ressalta-se que, embora o Círculo bakhtiniano não compactue com as concepções de língua e de linguagem fomentadas pelos estudos formais, o grupo de estudiosos não desconsidera os estudos desenvolvidos por formalistas. Inclusive, utiliza-se deles e, por meio de seus métodos, ultrapassa-os, tendo

em vista o discurso, ou seja, a língua em sua integridade concreta e viva e não a língua como objeto específico da Linguística, obtido por meio de uma abstração absolutamente legítima e necessária de alguns aspectos da vida concreta do discurso. Mas são justamente esses aspectos abstraídos pela Linguística, os que têm importância primordial para os nossos fins. Por este motivo as nossas análises subsequentes não

são linguísticas no sentido rigoroso do termo. Podem ser situadas na Metalinguística, subentendendo-a como um estudo [...] daqueles aspectos da vida do discurso que ultrapassam – de modo absolutamente legítimo – os limites da Linguística. (BAKHTIN, 2002, p. 181).

Diante das observações apresentadas, pode-se apreender, preliminarmente, o fato de que, sob o viés bakhtiniano, a linguagem é um processo ininterrupto de interação verbal, na qual se encontram imbricados interlocutores cuja consciência, de inerência ideológica, é construída a partir de um movimento dialético lapidado de fora para dentro e vice-versa. O **fora/exterior**, nesse arcabouço teórico, reclama a ambientação sócio-histórica; e o **dentro**, o posicionar-se do falante frente à sua enunciação, retroalimentando-se – eis uma das mais significativas ressonâncias do **materialismo dialético** na perspectiva bakhtiniana. A partir dessa premissa, o Círculo propõe sua **metalinguística** (ou, como prefere Todorov⁴⁶, **Translinguística**), indo para além dos limites do formalismo e do psicologismo, porém não os desconsiderando, com vistas a observar a vida real, concretizada no e pelo discurso, materializado em enunciados envolvidos pela atmosfera socioeconômica de um determinado horizonte social. Sendo assim, para o Círculo de Bakhtin, a linguagem/discurso pressupõe o entendimento da sociedade, uma vez que

qualquer enunciado concreto é um ato social. Por ser também um conjunto material peculiar – sonoro, pronunciado, visual – o enunciado ao mesmo tempo é uma parte da realidade social. Ele organiza a comunicação que é voltada para uma reação de resposta. Ele mesmo reage a algo: ele é inseparável do acontecimento da comunicação. (MEDVIÉDEV, 2012, p. 183).

Centralizando-se nessa noção enunciativa sob a égide do sociológico, o Círculo de Bakhtin apresentara, para a sua época, um fazer filosófico-científico revolucionário e original. No entanto, seu arcabouço teórico-metodológico começara a adentrar no ambiente acadêmico brasileiro apenas na década de 1980, a partir da obra *Marxismo e filosofia da linguagem*, de Valentin Volóchinov, traduzida do francês para o português. Justamente por emergir, desde sua gênese, como uma teoria de rupturas diversas, seus preceitos despertaram a curiosidade de muitos teóricos, resultando numa considerável influência, em diferentes escalas, nas diversas teorias textuais-discursivas que surgem no Ocidente da década de 1960. Atrelando a prática linguístico-discursiva ao universo social no qual ocorre o surgimento dos enunciados, a teoria bakhtiniana lapida seus princípios basilares a partir de três categorias fundamentais que, além

⁴⁶ Tzvetan Todorov (1939-2017) foi um pensador búlgaro radicado em Paris cujos principais movimentos investigativos circundam a Teoria Literária e a Filosofia da Linguagem. A preferência do teórico pelo uso do termo **Translinguística** se justifica pelo fato de essa escolha terminológica conferir integralmente os princípios preconizados pelo arcabouço bakhtiniano: ir para além da Linguística.

de serem centrais para o escopo nodal do arcabouço, serão as noções que subsidiarão o nosso percurso analítico. A seguir, expõem-se as noções norteadoras – dialogismo, ideologia e enunciado concreto –, bem como suas vicissitudes interpretativas quanto às potencialidades de possíveis aplicações.

4.1.1 Dialogismo: os sujeitos e os sentidos em relação constitutiva

Em termos gerais, a inerência dialógica do discurso, entendido genericamente como a linguagem em ação, é uma rubrica que perpassa todo o ideário bakhtiniano e se relaciona a qualquer atividade humana, pois

a linguagem só vive na comunicação dialógica daqueles que a usam. É precisamente essa comunicação dialógica que constitui o verdadeiro campo da vida da linguagem. Toda a vida da linguagem, seja qual for o seu campo de emprego (a linguagem cotidiana, a prática, a científica, a artística, etc.), está impregnada de relações dialógicas. (BAKHTIN, 2002, p. 184).

Embora o entendimento de **dialogismo**, assim como todas as noções formuladas pelo Círculo, não tenha um caráter fechado e monossêmico, ele se situa em uma redoma que envolve os princípios da **alteridade** e da **dialogicidade semântica**. Ancorando-se nessa díade, a Teoria Dialógica do Discurso imprime à linguagem um arquétipo que extrapola os limites até então atingido nas ciências humanas, ganhando, merecidamente, a insígnia de a “teoria que investiga o diálogo”, não no sentido consensual, mas nas possibilidades apresentadas a seguir.

O primeiro prisma pelo qual se pode observar o fenômeno dialógico do discurso é o da **alteridade**, que, de maneira geral, seria a interação entre interlocutores, pois, segundo Bakhtin, é nisso em que a Linguagem se fundamenta. No entanto, o princípio alteritário, além de não se restringir ao diálogo face a face, também não funda apenas a Linguagem, mas, sobremaneira, o próprio sujeito, uma vez que é **no** e **por** meio do discurso que o humano constitui sua própria natureza.

Essa autoconstrução dar-se-á na interação sociodiscursiva, sendo a consciência construída e formada a partir da realidade semiótica em que os sujeitos se situam. Isso indica que, para o Círculo de Bakhtin, o sujeito não é cartesiano, tampouco psicológico, mas, sim, um corpo que fundamenta sua unicidade em um espectro social, constituindo-se dialogicamente. Por esse prisma, o sujeito não será apenas o pragmático, mas, principalmente, uma posição social cuja voz se encontra na complexa relação entre o discurso singular (do **eu**) e o discurso múltiplo (do **nós**). Por isso, quando o **eu** se enuncia, singulariza-se, mas, ao mesmo tempo, fazem-se presentes outras vozes no seu discurso, uma vez que o **eu** se constitui sempre na

relação com o outro, encarna-se o “eu”, desde seu nascimento, a partir da palavra alheia (BAKHTIN, 2017). Contudo, ressalta-se que, embora a consciência seja interindividual, o sujeito não se mostra assujeitado, pois, por mais que o conteúdo assimilado esteja presente no discurso do **eu**, ele sempre passará, direta ou indiretamente, por seu filtro avaliativo.

Além do prisma da alteridade, o dialogismo enquanto fenômeno constitutivo do discurso orchestra-se também como sendo, para além de uma relação intersubjetiva de sujeitos sociais, uma **dialogicidade semântica**, que, de maneira ampla, pode ser compreendida como as relações de sentido estabelecidas entre os discursos. Se o universo do “eu” é habitado pelo universo do “outro”, de modo que suas discursivizações serão, semanticamente, marcadas por sentidos outros. Tendo em vista que a linguagem, para o Círculo, se manifesta em enunciados de diferentes naturezas verbais (orais e/ou escritos), gestuais, pictóricos etc., sua natureza constituir-se-á sempre a partir de outros enunciados e, por isso, será ao menos de dois sujeitos. À exceção estaria

apenas o Adão mítico que chegou com a primeira palavra num mundo virgem, ainda não desacreditado, somente este Adão podia realmente evitar por completo esta mútua orientação dialógica do discurso alheio para o objeto. Para o discurso humano isso não é possível. (BAKHTIN, 1988, p. 88).

Por isso, a palavra sempre será, sob o olhar bakhtiniano, dialogizada, pois, ao configurarmos nossos discursos, estaremos inevitavelmente considerando discursos alheios. Assim sendo,

o outro projeta-se a partir de discursos variados (passados, atuais, presumidos). São as outras vozes discursivas – posições sociais, opiniões – que vêm habitar de diferentes formas o discurso em construção. Com isso, o outro apresenta-se em diferentes graus de presença no enunciado, às vezes é visível, às vezes está escondido, mas sempre está lá. (DI FANTI, 2003, p. 98).

Trata-se de um entendimento que envolve diretamente o locutor do discurso, que, ao projetar sua enunciação, mobiliza sentidos outros, de maneiras diversas. Quando um locutor torna visível em seu discurso a enunciação do outro, por meio de diferentes maneiras intralinguísticas das quais uma língua dispõe, pode-se afirmar que ocorreu uma relação composicional. Pensemos, por exemplo, no enunciado “Brasil acima de tudo”, proferido por Jair Messias Bolsonaro, no dia da votação de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (referenciado no capítulo antecedente). Posteriormente a esse uso, o enunciado tornou-se o bordão da campanha do candidato a presidente, sendo que, mesmo após a sua vitória na campanha presidencial de 2018, sua reverberação no espectro social brasileiro permanece

sobrejacente, sobretudo pelo fato de a esfera empresarial patrocinar a instalação de inúmeros *outdoors* pelo Brasil afora contendo a expressão emblemática, como mostra a imagem a seguir:

Figura 6 – *Outdoor* de Bolsonaro em Martinópolis/São Paulo



Fonte: Zwetsch (2019, [s/p]).

Embora a análise do *outdoor* por nós conjurado reclame a observação dos inúmeros elementos que o compõem, o que nos interessa, neste momento, é o fato de a sua presença permitir múltiplas interpretações, sendo uma delas consideravelmente desconfortável para muitos brasileiros. Esse desconforto advém da leitura que muitos sujeitos fazem do enunciado “Brasil acima tudo”, uma vez que essa mesma estrutura fora utilizada inúmeras vezes por Hitler em seu regime ditatorial (“Deutschland über alles”! / “Alemanha acima de tudo”!), com o acréscimo da sequência **Deus acima de todos**, revelando uma parcela do seu apoio eleitoral “de base religiosa (especialmente evangélica)” (PAULA; LOPES, 2020, p.40).

Contudo, ainda que o enunciado bolsonarista trace uma relação estrutural entre seu projeto enunciativo e a construção hitleriana, reitera-se a inerência própria da linguagem, pois, embora um projeto enunciativo, por exemplo, tenha a natureza dialógica, nem sempre seu dialogismo interno é facilmente visível, uma vez que se constitui no fio do discurso, não da língua.

Isso nos sugere que, sob a ótica bakhtiniana, o dialogismo não se circunscreve à égide da análise de conteúdo, mas, sobremaneira, à análise semântica de um conteúdo manifestado (linguístico ou de outra natureza), propondo que “as relações dialógicas são extralinguísticas” (BAKHTIN, 2002, p. 184). Assim, as mesmas palavras enunciadas por Bolsonaro e Hitler podem estar em concordância ou discordância, pois há, no ato de suas enunciações, diversos elementos que a circundam. Para que se denuncie uma possível relação de aproximação semântica entre essas enunciações, faz-se necessária a averiguação do conjunto de sentidos aos

quais ambos os atores sociais se fazem atrelados, bem como de suas visões de mundo e do ideário do espectro político com que ambos coadunam etc. Esse conjunto de elementos de dimensão semântica se mostra imbricado à outra concepção da teoria bakhtiniana: a de **ideologia**.

Como mencionado em observações precedentes, sob o enfoque bakhtiniano, a consciência humana não é oriunda do psiquismo, uma vez que este é constituído pelo semiótico, pelas materialidades que lhe são externas, caso contrário não existiria. Em certa medida, o desconforto na psicologia social de parte da sociedade brasileira devido ao enunciado bolsonarista referido anteriormente revela o caráter dialógico da linguagem, bem como a inerência dialógica dos sujeitos que dela fazem uso, pois, ao se sentirem desconfortáveis, estão atrelando as arbitrariedades de Hitler às atitudes políticas de Jair Messias Bolsonaro; dito de outro modo, para além de uma simples aproximação estrutural, o que causa indignação em muitos cidadãos brasileiros, é o fato de que há uma aproximação de valores que vai para além do formal, ou seja, instaura-se na dimensão do discurso, na qual “não pode haver um sentido único (um só) [...] Na vida histórica, essa cadeia cresce infinitamente e por isso cada elo seu isolado se renova mais e mais, como que torna a nascer” (BAKHTIN, 2017, p. 42). Sendo assim, o próprio ato de leitura, do ponto de vista bakhtiniano, é dialógico, na medida em que não se restringe à consideração puramente linguística de um projeto do dizer, pois

toda verdadeira compreensão é ativa e possui um embrião de resposta [...] Compreender um enunciado alheio significa orientar-se em relação a ele, encontrar para ele um lugar devido no contexto correspondente. Em cada palavra de um enunciado compreendido, acrescentamos como que uma camada de nossas palavras responsivas. Quanto maior for o seu número, quanto mais essenciais elas forem, tanto mais profunda e essencial será a compreensão. (VOLÓCHINOV, 2017, p. 232).

Nesse sentido, a Teoria Dialógica do Discurso aponta a consciência para uma direção que vai além do individual, concebendo-a como social e, por conseguinte, dialógica. No entanto, “uma consciência só passa a existir na medida em que é preenchida pelo conteúdo ideológico, isto é, pelos signos” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 95). Passemos, na subsequência deste capítulo, a uma possível compreensão desse universo sógnico que permite à vida real humana uma concretude discursiva.

4.1.2 Ideologia: a linguagem enquanto arena de vozes sociais

O alcance interpretativo que a noção de ideologia atinge no conjunto da obra bakhtiniana pode ser presenciado em todos os escritos do Círculo. Desde seus gestos teóricos iniciais,

Bakhtin (2010), em *Para uma filosofia do ato* (doravante, PFA), assevera que o existir humano no mundo implica a dimensão de “ser”, que, em si mesmo, faz-se circunscrita a ideia de comprometer-se com o existir na/pela vida e os atos que a integram e a conduzem. Todavia, é em MFL que a Teoria Dialógica do Discurso se diz ser, de forma conspícua, uma filosofia marxista da linguagem, mobilizando, conseqüentemente, para seu arcabouço, a insígnia do **ideológico**.

Identificando, inicialmente, na esteira investigativa da linguagem, a ausência de uma análise ancorada nos preceitos marxistas e, no domínio do marxismo, uma carência de estudos mais apurados no que tange ao universo ideológico, Volóchinov assevera que, até o presente momento de sua instância enunciativo-temporal,

ainda não existe nenhum trabalho marxista sobre a filosofia da linguagem. Mais do que isso, não há nenhum enunciado preciso e bem desenvolvido sobre a linguagem nos textos de orientação marxista dedicados a temas semelhantes. [...] Diante disso, fomos obrigados a nos limitar à tarefa modesta de apontar somente a *direção geral* do pensamento verdadeiramente marxista sobre a linguagem e os *pontos metodológicos fundamentais* que devem sustentar esse pensamento na abordagem dos problemas concretos da linguística. (VOLÓCHINOV, 2017, p. 83, grifos do autor).

Partindo dessa premissa, o filósofo russo reclama para os estudos da linguagem um viés marxista, evidenciando que esse investimento filosófico-linguístico pode fornecer subsídios apurados para o entendimento do universo ideológico, pois “em lugar algum o caráter sígnico e o fato de a comunicação ser absolutamente determinante são expressos com tanta clareza e plenitude quanto na linguagem” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 98).

Contrapondo-se à concepção predominante de sujeito puramente biológico da época, o Círculo de Bakhtin refuta as ideias que situam a ideologia na consciência, como assim fizeram a filosofia idealista e o psicologismo. Visando ultrapassar a noção de sujeito enquanto espécie, o Círculo lapida o humano para além do *Homo Sapiens*, sendo dialógico, cuja consciência, em constante formação, advém das materialidades, em que se entrelaçam os domínios do signo e da ideologia.

Conseqüentemente, a consciência se realiza apenas quando encarnada em uma materialidade sígnica, que, por sua vez, nasce das relações interindividuais. Dessa forma, a existência consciente humana, enquanto organização social, dá-se, dialógica e ideologicamente, alojando-se “em uma imagem, palavra, gesto significativo etc. Fora desse material resta um ato fisiológico puro, não iluminado pela consciência, isto é, não iluminado nem interpretado pelos signos” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 98).

Logo, pressupõe-se que, onde há signo, inevitavelmente, haverá ideologia. No entanto, não é qualquer objeto da realidade material que se torna signo ideológico. Para que alguma materialidade seja considerada ideológica, ela precisa estar atrelada a um universo macroestrutural, ou seja, a um ideário de ordem cultural, política, religiosa, científica, enfim, a algum domínio do pensamento.

Nessa perspectiva, faz-se relevante, ainda, destacar que, embora o conceito de ideologia seja mobilizado por diversas teorias da seara discursiva posterior ao Círculo, sob o enfoque bakhtiniano, essa noção é lapidada de forma, consideravelmente, particular, uma vez que se encontra atrelada à concepção de sujeito. Geralmente, em investigações que se ancoram em teorias do discurso, a ideologia é compreendida como sendo um “olhar para o mundo” cujo nascedouro é a superestrutura da organização socioeconômica, a qual é adotada, discursivamente, pela estrutura de base, onde a vida cotidiana transcorre. Isso sugere, em termos interpretativos, a noção de um sujeito assujeitado frente às organizações mais complexas da sociedade. Entretanto, para o Círculo de Bakhtin, base e superestrutura estão, ininterruptamente, em relação dialética complementar, não mecanicista, retroalimentando-se. Assim, as manifestações superestruturais, ideologicamente saturadas, expressam as mudanças nos horizontes ideológicos da estrutura de base, e vice-versa. Portanto, as ideologias manifestadas nos discursos sociais provêm de sujeitos que são, concomitantemente, individuais e coletivos, sendo o individual não no sentido autárquico, mas uma noção calcada numa percepção sociológica que prevê um ser que imprime às visões compartilhadas a sua singularidade.

Sendo assim, qualquer elemento, independentemente de sua materialidade, que ganhe na realidade concreta da vida, minimamente, dois pontos de vista em um determinado horizonte social, estará sob a insígnia do ideológico. Pensemos, para fins elucidativos, no símbolo da suástica, um dos principais signos ideológicos nazistas, ilustrado a seguir:

Figura 7 – Suástica⁴⁷

Fonte: Super (2018, [s/p]).

Terminologicamente provinda do sânscrito (*su* – bem; *ast* – ser), a suástica significa, em termos gerais, **sucesso**, podendo sua simbologia ser encontrada cerca de 5 mil anos atrás, em diferentes culturas, do oriente ao ocidente, o que, conseqüentemente, faz com que adquira diferentes sentidos e distintas valorações. Composta por uma espécie de cruz, cuja inclinação figurativa varia conforme o contexto social, na sociedade hindu, por exemplo, tem sua forma projetada mais à direita, em ângulo de 90°. No entanto, durante o regime nazista, a cruz passou a ser oficialmente utilizada pelo partido nazista NSDAP e, em 15 de setembro de 1935, adotada como simbologia da bandeira nacional alemã, numa angulação de 45°, também à direita como na sociedade hindu, porém menos inclinada, o que dá a ela, assim, um aspecto mais retilíneo, nas cores preta, branca e vermelha. Quanto à sua utilização enquanto simbologia central do regime totalitário, “Hitler justificou a escolha da suástica como emblema do nazismo dizendo que ela representa a missão da luta pelo triunfo do homem ariano ao mesmo tempo que a ideia do trabalho criador, já que ela sempre foi e será anti-semítica” (RIBEIRO, 2005, p. 69).

Isso indicia que o uso da suástica não apenas **refletiu** uma realidade assistida pela sociedade alemã na década de 30, como também **refratou** muitas outras realidades que nela se inseriam. A sua utilização em braçadeiras de guardas militares evocava, aos judeus que lhe avistavam, medo da morte, do cárcere, dos porões de gás letal. Causava não somente temor, mas igualmente repúdio aos sujeitos pacifistas, feministas, esquerdistas; em suma, às vozes sociais não comungantes com os preceitos que permeavam esse signo ideológico, vozes que,

⁴⁷ Em uma entrevista dada a diversos jornalistas no evento *Memorial do Holocausto*, ocorrido no dia 02/04/2019, Jair Messias Bolsonaro afirmou não ter dúvidas de que o nazismo fora um regime esquerdista. Tal afirmação, atrelada às cores da bandeira da suástica (destaca-se a cor vermelha), alimenta a psicologia social brasileira, colocando em dúvida a veracidade historiográfica que situa o movimento hitleriano no espectro político da extrema direita. Trata-se de um mecanismo discursivo posto em funcionamento pelo ator político que, revestido pela axiologia fascista da ilogicidade (ECO, 2018), torna fraudulentas as vozes intelectuais de diversos historiadores. Esse valor axiológico da ilogicidade está pormenorizado na parte analítica do presente trabalho. Ademais, para a legitimidade desse breve hiato reflexivo, indicamos o link para o vídeo que registra a associação feita pelo locutor Bolsonaro: <https://www.youtube.com/watch?v=bMQbJBRY4pQ>.

quando descobertas, eram silenciadas por força e tortura brutais. Mesmo assim, sua existência e sua persistência semântica por um determinado tempo sócio-histórico foram garantidas pelo processo de reverberação axiológica pelo qual passou, ou seja, as reiteraões de sentidos que lhes foram atribuídos por um conjunto de seguidores da ideologia hitleriana, que, em termos bakhtinianos, podem ser considerados como um **coral de apoio**, uma

comunidade das valorações: o pertencimento dos falantes a uma mesma família, profissão, ou classe social, a algum grupo social e, finalmente, a uma mesma época, posto que todos os falantes são contemporâneos. As valorações subentendidas aparecem então não como emoções individuais, senão como atos socialmente necessários e consequentes. As emoções individuais, por sua vez, somente podem acompanhar o tom principal da valoração social em sua qualidade de matiz: um “eu” somente pode realizar-se na palavra se se apoia nos “outros”. (VOLÓCHINOV; BAKHTIN, 2011, p. 158).

Porém, ainda que dois sujeitos comunguem, ideologicamente, nunca essa proximidade axiológica será integralmente igual, pois, sob o olhar dialógico, cada ser é único e seu *hic et nunc* é impossível de ser ocupado por outro. Por isso, o signo ideológico não somente fará alusão a algo que lhe é externo, refletindo uma dada realidade, mas também a refratará, visto que mesmo os seguidores de Hitler, por exemplo, que empunhavam a suástica, valoravam-na com nuances e intensidades distintas.

A partir disso, compreende-se que signo, em Bakhtin, não se afina aos termos formalistas saussurianos (objetivismo abstrato) nem ao rol psicofisiológico do subjetivismo individual. Na esteira da linguagem dialógica, o signo é sempre ideológico, pois nasce no berço das relações sociais historicamente situadas. O que imprime à linguagem como possuidora de inerência ideológica é o fato de sua natureza estar intimamente imbricada à atividade humana. Todo e qualquer material pode ser considerado ideológico se sua semântica for submetida ao recrutamento de uma posição avaliativa dos sujeitos organizados socialmente. A suástica mencionada anteriormente, por exemplo, tornou-se signo ideológico porque foi descrita, inevitavelmente, por sujeitos, uma vez que, em um dado momento sócio-histórico, ela se faz presente no horizonte socioideológico de uma sociedade, ou seja, seu caráter semiótico está em voga. Essa descrição, por sua vez, não será, necessariamente, de ordem verbal, porque o próprio silêncio constitui, à luz bakhtiniana, um ato ideológico, um posicionar-se. Ausentar-se, nesse caso, é concebido como sendo um ato e, portanto, isento de neutralidade.

Contudo, o aparato verbal será, sob o enfoque bakhtiniano, o fenômeno ideológico por excelência, haja vista que a **palavra**, é

o mais representativo puro dos signos, mas também um signo neutro. Todos os demais materiais sígnicos são especializados em campos particulares da criação ideológica. Cada campo possui o seu próprio material ideológico e forma seus próprios signos e símbolos específicos inaplicáveis a outros campos. Nesse caso, o signo é criado por uma função ideológica específica e é inseparável dela. Já a palavra é neutra em relação a qualquer função ideológica específica. Ela pode assumir qualquer função ideológica: científica, estética, moral, religiosa. (VOLÓCHINOV, 2017, p. 99).

Contrariamente às diversas materialidades ideológicas existentes em um horizonte social, a linguagem verbal tem a capacidade inerente de axiologizar em qualquer campo de atividade humana, serpenteando por entre eles, tornando-se flexível e disponível às múltiplas formas de ideologização discursiva. Embora os signos ideológicos não verbais não possam ser substituídos puramente pela palavra, apoiam-se nela (VOLÓCHINOV, 2017); suas existências só são possibilitadas pela palavra, mesmo a interior.

Assim, a linguagem enquanto espaço tensivo afasta e/ou aproxima os sujeitos enquanto seres socioideológicos, cujos dizeres refletem e refratam a mesma realidade, dando a esta um caráter contraditório, multifacetado, plural. Este caráter multiforme da organização socioeconômica faz emergir o **plurilinguismo discursivo**, as inúmeras visões de mundo provindas das diferenças sociais, uma arena de vozes sociais que revelam seus microuniversos nas práticas languageiras. O conjunto desses discursos verbais está correlacionado, por sua vez, “com outros tipos de manifestação e interação por meio de signos: com a expressão facial, a gesticulação, os atos convencionais e assim por diante” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 107).

Pode-se perceber, à luz do que foi abordado até então, que a Teoria Dialógica do Discurso ultrapassa, em suas considerações, os limites do verbal, integrando aos seus empreendimentos investigativos elementos do universo semiótico. Todavia, esse universo é lapidado e perpassado, dialógica e ideologicamente, pela palavra, ou seja, pelos dizeres dos sujeitos, sendo eles, inerentemente, também ideológicos.

Isso nos sugere que se a ontogênese humana, sua consciência e sua mobilização discursiva são ideológicas, assim como a materialidade corpórea que aloja todas essas dimensões também o é. Os olhos que leem, as mãos que escrevem, a boca que fala, os respirares e os suspiros que acompanham a palavra dão a esta entonação, mesmo que, muitas vezes, o outro a quem nos dirigimos não o perceba. Por isso, o organismo social do sujeito bakhtiniano integra à sua natureza uma dimensão pragmática, de carne, osso e pele ideológica. O corpo humano, inevitavelmente, acompanha o discurso, dando a este suporte. Nesse sentido, faz-se importante à pesquisa tecer reflexões, ainda que sumariamente, a respeito do corpo enquanto signo ideológico, uma vez que, por nos projetarmos à análise de discursos políticos, a materialidade corpórea, nessa esfera, funciona, sobretudo, como elemento persuasivo do

projeto do dizer dos atores sociais por ele responsáveis. Tanto a presença corpórea de Mussolini quanto a de Hitler, durante seus processos de ascensão ao poder, tiveram proeminente responsabilidade. Tendo o corpo, no pleito eleitoral da eleição brasileira de 2018, uma funcionalidade semelhante, considera-se necessário refletir um pouco acerca dessa concepção sob o viés bakhtiniano.

4.1.2.1 O corpo enquanto signo ideológico: um biológico que, ao enunciar, enuncia-se

Desde a pré-história – período que corresponde ao aparecimento da humanidade sobre a Terra –, estudos de diferentes áreas do conhecimento abordam o desenvolvimento corporal humano. A historiografia, por exemplo, ao identificar o *australopithecus* como sendo o homínido mais antigo que habitou o planeta terrestre, percebeu, por meio da análise desses fósseis, que, contemporâneos de 600.000 anos a.C., apresentavam um certo desenvolvimento cerebral, locomoviam-se em posição quase ereta e, por conhecerem o fogo, cozinhavam seus alimentos.

Todavia, mesmo que se possa atestar, por esses indícios, a eminência de uma linguagem corporal, desde o *australopithecus* até o homem de *Cro-Magnon* (do período paleolítico à Idade da Pedra Polida), os movimentos gestuais humanos se mostravam elementares, não podendo ser elevados à insígnia do ideológico, uma vez que

as pessoas da Idade da Pedra, que conheciam os modos mais simples de obtenção de alimento – a colheita de ervas comestíveis e a caça de animais selvagens – satisfizeram-se por muito tempo com essa linguagem, que convencionalmente pode ser chamada de linguagem manual, pois os movimentos das mãos desempenhavam nela um papel central. É claro que os sons podiam acompanhar esses ‘enunciados’ gestuais e de expressão facial, mas eles ainda não eram articulados e se reduziam mais provavelmente a gritos de emoção, isto é, de um homem que está em estado forte agitação. (VOLÓCHINOV, 2019, p. 242, grifos do autor).

É somente quando o humano neolítico começa a se desenvolver por intermédio de uma pretensa e elementar organização social, percebendo-se enquanto ser pensante e de linguagem, que a palavra começa a lhe configurar a consciência do existir **na** e **pela** interação. Assim, a linguagem, sobretudo a verbal, surge a partir das necessidades sociais da humanidade e “todos os seus elementos refletem a organização tanto econômica quanto sociopolítica da sociedade que a gerou” (VOLÓCHINOV, 2019, p. 248).

Entrementes, na medida em que a humanidade progrediu, enquanto configuração social e linguística, conscientizou-se do poder da linguagem, compreendendo que o corpo diz e, sobretudo, buscando seu domínio para dominar como ele pode ser utilizado para dizer. Isso

sugere a diferenciação⁴⁸ nodal entre a linguagem corporal humana e a linguagem corporal animal, na medida em que esta é utilizada apenas enquanto código, como uma fonte de transmissão de informações. O ser humano, por sua vez, embora tenha no todo de sua linguagem corporal gestos que lhe são herdados culturalmente, por meio da **mímesis**, o faz, na maioria das vezes, conscientemente, ampliando-a, lapidando sua mais complexa configuração aos seus mais cavos anseios, que envolvem desde um singelo gesto de cumprimento até as mais variadas e desenvolvidas formas de participação político-social.

Embora as configurações de poder e autoridade sempre tenham existido nas relações humanas, esses elementos, sob a égide política, foram principiados na sociedade greco-romana com o intuito de substituir o poder despótico pela orgânica dos legisladores, um conjunto de dirigentes que intuía a descentralização do poder absoluto da figura pública do rei. Mesmo sob o verniz democrático, no universo discursivo da política, puderam/podem ser assistidas diversas performances corpóreas que, acompanhadas de axiologias consideradas autoritárias, foram/são utilizadas para fins de persuasão em situações comunicacionais em massa. Sobrancelhas franzidas, testas vincadas, mãos e braços em gestos abruptos, veias pulsantes em pescoços foram frequentemente presenciados em discursos proferidos por Benito Mussolini, Adolf Hitler e tantos outros atores sociais políticos cujo intuito principal era o recrudescimento regimental antidemocrático.

Contudo – visto que a história, do ponto de vista dos sentidos, não pode ser concebida apenas como mudança, mas também como reiteração de práxis –, pode-se presenciar uma linguagem corporal que acompanha discursos autoritários de uma série de líderes políticos contemporâneos. Nesse processo de reconstrução e ressignificação do autoritarismo político, encontra-se o corpo, sendo ele um elemento essencial para a agudização dos sentidos vetustos que o permeiam, ao reiterar e traçar uma relação dialética com a verbalização.

No que tange às investigações acerca da linguagem corporal, existem diferentes estudos inclinados à leitura das projeções gestuais, que, de maneira geral, apresentam-se sob a esteira do anatômico e do psicofisiológico. No entanto, sob o enfoque bakhtiniano, como mencionado anteriormente, integra-se aos seus estudos sobre linguagem o nível não verbal, possibilitando que o corpo seja contemplado por lentes sociológicas. Todavia, diferentemente do que ocorre com noções como **dialogismo** e **signo ideológico** – dentre outras conceituações que aparecem

⁴⁸ No texto intitulado Comunicação animal e linguagem humana, o linguista Émile Benveniste, partindo dos estudos realizados pelo zoólogo Karl von Frisch sobre a comunicação entre abelhas, versa sobre as diferenças comunicacionais do mundo animal e humano, reiterando a ideia de que o universo não humano apresenta apenas códigos de informações rudimentares.

em algum momento centralizadas na arquitetônica autoral bakhtiniana –, a questão corporal, enquanto materialidade discursiva, emerge, ora presumidamente nas entrelinhas de alguns escritos, ora tratada diretamente, mas por breves hiatos.

Em *O autor e a personagem na atividade estética*, Bakhtin faz referência à problemática cultural do corpo, desmistificando a ideia de uma consciência individual interina que os sujeitos podem ter de si mesmos, necessitando, para uma possível completude semântica, o auxílio de uma consciência alheia, de um universo outro. Nas palavras do filósofo russo:

Meu aspecto físico, a expressividade do meu corpo, são vividos por mim internamente; é somente com fragmentos díspares, ligados à minha percepção interna, que minha exterioridade é captada no campo das minhas sensações externas e, acima de tudo, no campo da minha visão; mas essas sensações externas não representam a minha última instância, mesmo quando me acontece perguntar-me se se trata realmente do meu próprio corpo, e a resposta só me é fornecida por minha percepção interna que assegura também a unidade das imagens fragmentárias que tenho da minha expressividade externa e as traduz em linguagem interna. A percepção é feita assim: num mundo constituído em um todo que me é visível, audível e tangível, não encontro minha exterioridade expressa enquanto objeto que constitui um todo igualmente externo, objeto entre os outros objetos; encontro-me na fronteira do mundo que vejo e aí não sou aparentado com o nível plástico-pictural. (BAKHTIN, 1992, p. 47).

Dessa forma, Bakhtin atrela a ideia de corpo ao conceito de **exotopia**, cuja edificação se dá na esteira da atividade estética autoral, representando, quando mobilizada aos interesses de análise discursiva, um movimento alteritário em que o **outro** ambientaliza o **eu**, dando-lhe um acabamento semântico, uma totalidade que o **eu** não pode construir por encontrar-se imerso em seu universo corpóreo-discursivo, encarnado em seu **cronotopo** (*hic et nunc* / aqui e agora). Já o outro, com olhos exteriores, permite-se vê-lo, interpretá-lo, lapidá-lo, sem, entretanto, aprisioná-lo em termos de fecundação axiológica. Essa abertura polissêmica decorrente da alteridade transmite à consciência do sujeito um caráter social, como já abordado anteriormente, desvestindo-a das roupagens teóricas do psicofisiológico, e, ao mesmo tempo, calcando sua possível existência apenas por meio da dialética entre o discurso interno e o discurso externo. Assim,

por mais perto de mim que possa estar esse outro, sempre verei e saberei algo que ele próprio, na posição que ocupa, e que o situa fora de mim e à minha frente, não pode ver: as partes de seu corpo inacessíveis ao seu próprio olhar – a cabeça, o rosto, a expressão do rosto –, o mundo ao qual ele dá as costas, toda uma série de objetos e de relações que, em função da respectiva relação em que podemos situar-nos, são acessíveis a mim e inacessíveis a ele. (BAKHTIN, 1992, p. 43).

Esse dual semântico atribuído ao corpo permite-nos considerá-lo, em sua integridade física e social, como sendo um signo ideológico, uma vez que não se trata somente da

axiologização de um sujeito sobre si mesmo, mas principalmente da sua integridade sociocorpórea para o outro, que lhe confere estatuto fenomenológico e existencial (o **eu-para-mim**, o **eu-para-o-outro** e o **outro-para-mim**). Sendo assim, da mesma forma que o sujeito, ao dizer, ideologiza, ou seja, semantiza o seu objeto de fala dando-lhe uma **entonação**, o seu movimento corpóreo (mesmo sendo ele um simples meneio de cabeça) também evoca tons à situação enunciativa, acompanhando a presença (ou a ausência) da palavra. Por isso,

a entonação e o gesto tendem a ser ativos e objetivos. Eles expressam não apenas o estado emocional ou passivo do falante, mas sempre contém uma relação viva e enérgica com o mundo exterior e o meio social: os inimigos, amigos e aliados. Ao entonar e gesticular, o homem ocupa uma posição social ativa em relação a determinados valores, condicionada pelos próprios fundamentos da sua existência social (VOLÓCHINOV, 2019, p. 127, grifos do autor).

Por conseguinte, impõe-se à nossa posterior análise dialógico-discursiva a necessidade de considerar a complexa dialética existente na díade entre **corpo** e **palavra**, entendendo que esta última, além de lapidar o universo interior humano, traça sua relação com o universo exterior. Nessa perspectiva, depreende-se que a palavra traduz as interações humanas, molda seus horizontes sociais, e, nesse processo de configuração, o corpo lhe dá ancoragem. Até mesmo a inexistência de trejeitos em uma situação discursiva entre sujeitos faz do corpo um elemento nodal nessa configuração linguageira, tornando-o um signo ideológico, pois, como o ato de silenciar verbalmente denuncia um ponto de vista, o não gestual também contém sua semântica, seu tom axiológico. Mesmo que circunstancialmente não se sobressaia uma evidência visual semântico-semiótica, há, inevitavelmente, um projeto enunciativo-corporal instaurado nessa situação interacional hipotética. O corpo, ao enunciar, enuncia-se. Ao existir no mundo social organizado, ideologiza-se e é ideologizado. Devido a isso, tal como o movimento processual ideológico da suástica anteriormente esboçado, a presença corporificada de Hitler, sob o enfoque discursivo-dialógico, pode ser considerada um signo ideológico, uma vez que a sua presença corpórea e o seu gesticular quando enunciava faziam emergir e se entrecruzar diversos sentidos (dialogismo), ao mesmo tempo que anunciavam inúmeras visões de mundo (ideologia).

Diante do que foi desenvolvido até o momento, pode-se depreender que, sob o viés bakhtiniano, a díade sujeito-linguagem tem um caráter inerentemente dialógico, por constituir-se na relação e, circunscrita a esse invólucro inter-relacional, acaba por semantizar a vida concreta humana. Dessa forma, ao enunciar, o sujeito conjura, de diferentes maneiras, sentidos já mobilizados por outrem, opiniões já proferidas, que, agora, mobilizados por um *eu* coabitado pelo **nós/outro**, adquirem uma nova roupagem social, um valor que, mesmo circunvizinho de

valores outros, recebe um resquício de singularidade, dando ao discurso um caráter tensivo por nele e por ele se pulsarem relações múltiplas de sentidos que ora se coadunam, ora se rechaçam. Além disso, por conferir uma dimensão social aos sentidos mobilizados pelos sujeitos, sob o enfoque bakhtiniano, como mencionado em momento precedente, para além de dialógico, o discurso recebe a insígnia do ideológico, uma vez que seu surgimento advém das relações tensivas instauradas na linguagem por sujeitos que se encontram sob a égide das coerções socioeconômicas que os ambientaliza, posto que “todos os produtos da criação ideológica – obras de arte, trabalhos científicos, símbolos e cerimônias religiosas e etc. – são objetos materiais e partes da realidade que circundam o homem” (MEDVIÉDEV, 2012, p. 48). No entanto, a realidade que circunda a materialidade humana se organiza e se configura por meio de uma materialidade discursiva, que, sob a ótica bakhtiniana, é o enunciado concreto, pormenorizado a seguir.

4.1.3 Enunciado concreto: a encruzilhada da linguagem

Por não considerar a linguagem restrita às arestas do intralinguístico e de seu funcionamento morfossintático, a teoria bakhtiniana mobiliza os termos **língua/linguagem/palavra/enunciação** como sendo correlatos, uma vez que, ao analista que se lança ao perscrutar o discurso, cabe considerar, concomitantemente, o seu produto e o seu processo. Por conseguinte, a materialização da linguagem ocorre, como afirmamos no início deste capítulo, sob a forma de **enunciados concretos**, tornando-se o epicentro investigativo da Teoria Dialógica do Discurso. Tendo em vista a simultaneidade do lapidar (produto e processo) na configuração dos enunciados, Bakhtin (2017, p. 12), em sua obra *Os gêneros do discurso*, afirma serem os gêneros “tipos relativamente estáveis de enunciados”, lançando-se o autor, a partir dessa afirmativa, à investigação daquilo que as lentes sociológicas compreendem como próprio à natureza do enunciado. Nesse sentido, reclamando um olhar dialético para a configuração do enunciado, o filósofo russo assevera que a análise do enunciado suscita a observação da sua manifestação linguístico-discursiva a partir de dois prismas: a sua forma composicional e a sua arquitetônica enunciativa.

Diferentemente da oração, que pertence à língua enquanto sistema abstrato, o enunciado, como materialização da linguagem viva, exige uma atitude responsiva de quem o projeta. Por ser dialógico, relaciona-se a outros projetos de dizer, outros já ditos. Até mesmo em situações monológicas, a enunciação é fundamentalmente dialógica, pois, durante o seu processo, instauramos, mesmo que imageticamente, um **outro** real ou potencial que reafirma a

sua (co)habitação por outros sujeitos/discursos. Esse afastamento da análise linguística restrita ao sistema pode ser conferido em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, obra na qual Volóchinov (2017), sob lentes marxistas, propõe-se a observar a natureza dos enunciados concretos, dando a eles um olhar semântico alicerçado na dialética existente entre as acepções **significação** e **tema**, ambas constituintes do todo semântico da materialidade discursiva. Conforme Grillo (2018),

a significação se define pelos elementos reiteráveis e estáveis do sistema linguístico e o tema pelo seu caráter concreto, singular, sócio-historicamente determinado e irreduzível a uma análise totalizante. O tema incorpora o caráter ativo da compreensão de um enunciado, ou seja, o processo interpretativo do coenunciador se dá na sua capacidade de dialogar com o enunciado, por meio de sua inserção em um novo universo pessoal. (GRILLO, 2018, p. 139).

Sendo assim, o enunciado concreto ultrapassa os limites do oracional, na medida em que apresenta, para além dos elementos linguísticos, os elementos discursivos que, articulados, dão ao enunciado uma percepção de conclusibilidade (sem acabamento semântico), advinda da (inter)ação entre locutor e interlocutor sobre o(s) seu(s) sentido(s). Pensemos, por exemplo, em uma situação bastante presenciada atualmente em redes sociais do horizonte social brasileiro e que circunda o objeto de análise desta pesquisa.

Tornou-se comum, a partir do exercício executivo na presidência de Jair Messias Bolsonaro, sujeitos que se opõem ao seu modo governamental chamarem os apoiadores do presidente de **gado**. Se observarmos essa terminologia como um enunciado concreto, do ponto de vista da significação, o termo **gado** se refere a um animal que, presumivelmente, a maior parte da sociedade sabe o que é. Portanto, a parte estável do enunciado que permite a sua inteligibilidade na comparação de um eleitor de Bolsonaro ao animal é a sua significação, algo que contribui para a compreensão geral do que o enunciado busca significar. Todavia, o tema do enunciado **gado** dependerá de outros elementos que o envolvem, como, por exemplo, quem o enunciou, em que momento, de que modo (xingamento, ironia etc.) e a partir dos elementos que compõem o horizonte social do seu surgimento. Assim, **gado** pode vir a semantizar imensuráveis sentidos, como o de seguidores cordatos do presidente, que vão para muito além de “animais/pessoas que vão cordialmente ao abatedouro”⁴⁹. Explicado um dos aspectos nodais

⁴⁹ É importante salientar que, dentre as muitas possibilidades interpretativas quanto ao uso do termo **gado** para se referir ao eleitorado bolsonarista, pode-se traçar uma relação dialógica de seu sentido com a canção *Adorável Gado Novo*, composta por Zé Ramalho, na década de 1970. Em termos gerais, a canção do musicista retrata a mecanização humana que o povo brasileiro sofreu durante a Ditadura Militar. Além disso, o todo enunciativo da melodia coaduna-se aos sentidos construídos na obra *Admirável Mundo Novo*, escrita por Aldous Huxley e

que diferem oração e enunciado do ponto de vista bakhtiniano, passemos ao percurso investigativo que diz respeito à forma composicional e à arquitetônica enunciativa.

No que tange à **forma composicional**, o enunciado concreto, por materializar-se em um dado gênero discursivo, apresenta relativa estabilidade, ligando-se às incontáveis esferas de atividade humana, responsáveis pelo seu surgimento. Há, em sua constituição, elementos que integram o projeto de dizer de um determinado locutor, sendo eles: o **estilo**, que corresponde aos recursos linguísticos disponíveis ao locutor; o **conteúdo temático**, que diz respeito ao domínio de sentido que o enunciado aborda; e a **construção composicional**, que consiste no modo pelo qual o projeto de dizer foi estruturado. Todos esses elementos, relacionados e constituídos pela atmosfera social que os engendra, formam a arquitetônica do enunciado (DI FANTI, 2015, p. 430).

No que concerne à **arquitetônica** do projeto de dizer, pode-se compreendê-la como sendo o todo (não o tudo) semântico do enunciado concreto, isto é, a união não mecânica, mas constitutiva entre o verbal e o extraverbal do enunciado, que nos permite dar a ele certo acabamento de sentido (não conclusivo). Nessa direção, a arquitetônica enunciativa

caracteriza-se pela organização “acabada” do enunciado, não de modo *a priori*, mas como uma construção única e irrepetível feita por um sujeito, este, enquanto um todo concluído. [...] A construção arquitetônica [...] tem como centro de apoio o sentido, ou seja, o tom valorativo que o sujeito tem ao expressar seu projeto de dizer. Ela materializa-se por meio da entonação, em diversas maneiras – irônica, alegre, melancólica, etc. – de acordo com a posição volitiva-axiológica do falante na existência. (PAULA; LUCIANO, 2020, p. 715-716, grifos dos autores).

Imbuído nesse todo do sentido, presencia-se a relação estabelecida entre o locutor e o seu interlocutor, que, enquanto microuniversos, atuam sobre o sentido enunciativo posto em funcionamento, trazendo consigo outros tantos microuniversos. Assim, o enunciado se torna um palco de tensões sociais, pois, constitutivamente dialógico, traz à tona visões de mundo que ora se entrecruzam e se coadunam, ora se entrechocam, repelindo-se. Por isso, para além de dialógico, o enunciado-concreto, com sua capacidade plástica de perpassar diferentes esferas humanas, trazendo, em seu acontecimento, múltiplas visões de mundo, torna-se signo ideológico. Nele,

descobriremos as palavras do outro ocultas, ou semi-ocultas e com graus diferentes de alteridade. Dir-se-ia que um enunciado é sulcado pela ressonância longínqua e

publicada em 1932, na qual o romancista inglês retrata o desenvolvimento da tecnologia e sua decorrente manipulação psicológica da sociedade. Sendo assim, ambas as manifestações artísticas dialogam com camadas semânticas do termo **gado**, uma vez que o uso desmedido e indevido da tecnologia e das redes sociais na campanha eleitoral bolsonarista é considerado, por estudiosos de distintas áreas do conhecimento, como um dos principais fatores da mecanização humano-eleitoral brasileira.

quase inaudível da alternância dos sujeitos falantes e pelos matizes dialógicos, pelas fronteiras extremamente tênues entre os enunciados e totalmente permeáveis à expressividade do autor. (BAKHTIN, 1997, p. 318).

Nesse sulco que se configura como um espaço tensivo, coexistem no enunciado concreto, enquanto signo ideológico, diferentes forças discursivas que condicionam a sua existência, refletindo e refratando a realidade do objeto do sentido. As forças denominadas pela Teoria Dialógica do Discurso como **centrífugas** se incumbem de manter a heterogeneidade discursiva, ou seja, possibilitar o devir das múltiplas vozes sociais que habitam o simpósio universal da semiose humana. Simultaneamente, as forças **centrípetas** se fazem também presentes nessa órbita semântico-discursiva, tentando asfixiar os sentidos múltiplos em detrimento de um (FARACO, 2009).

Ainda em relação à arquitetônica do enunciado, é interessante observar que locutor e interlocutor representam, nessa relação estabelecida na instância interna da enunciação, relações outras que se estabelecem na instância enunciativa externa. Com isso, para além da relação instanciada em um determinado cronotopo com a(s) voz(es) mobilizada(s) pelo seu interlocutor, o locutor adentra essa relação com vozes outras, instanciadas em momentos e espaços anteriores por ele visitados. Nesse perpassar, o sujeito dialógico vai lapidando sua identidade, compactuando com valores ideológicos que o discurso da vida lhe apresenta e em relação aos quais, em certa medida, clama por sua participação. Seu discurso interior realiza reflexões sobre o discurso social, de maneira que se estabelecem auditórios discursivos, horizontes que reúnem um conjunto de valores que permitem a voz do sujeito significar apenas juntamente a vozes alheias.

Se pensarmos, por exemplo, esse fenômeno identitário circunscrito na **esfera política**, pode-se sugerir que o conjunto das práticas sociais e discursivas de Benito Mussolini e Adolf Hitler, em seu todo enunciativo, apresentam uma arquitetônica totalitária e autoritária. Embora em cada uma de suas enunciações avistem-se singularidades cronotópicas e de sentido, há uma dimensão semântica repetível na discursividade ideológica de seus percursos. Trata-se do arquitetar de um determinado espectro político, o seu monumento verboaxiológico, que reúne atores sociais que, ideologicamente, se coadunam.

Apesar de em cada enunciado haver, minimamente, dois centros de valor (o do locutor e o do interlocutor), cada sujeito discursivo integra os seus valores pormenorizados a um centro de valor maior, que, por sua vez, no âmbito político, repele, em certa medida, outros centros. E, assim, cada centro de valor de âmbito maior forma aquilo que, nesta pesquisa, denomina-se

malha valorativo-discursiva. Um conjunto de ideários de um determinado viés político que o faz pertencer a este e não de outro espectro no simpósio universal da tessitura social.

Dessa forma, o sujeito locutor calca o seu projeto de dizer em um coral de apoio, como visto anteriormente, ao analisarmos o signo ideológico **suástica** como sendo uma comunidade valorativa que lhe dá suporte para dizer o dito. Caso contrário,

sua voz perde a força, a sua riqueza entonacional é reduzida, como acontece quando uma pessoa, ao rir, de repente percebe que está rindo sozinha: o seu riso cessa ou se altera, torna-se histérico, perde a segurança e a clareza, e a pessoa se torna incapaz de produzir palavras engraçadas e alegres. *O caráter partilhado das avaliações principais subentendidas é o tecido no qual o discurso humano vivo borda os seus desenhos entonacionais.* (VOLÓCHINOV, 2019, p. 124, grifos do autor).

A partir do que foi exposto, pode-se perceber que a instância enunciativa envolve questionamentos como os seguintes: quem disse? Para quem disse? Como disse? Onde e quando disse? Enfim, elementos que permitem o resgate de parte dos imensuráveis efeitos de sentidos instaurados num projeto de dizer. O conjunto desses elementos demonstra, como defende o projeto investigativo de Luciane de Paula (2017), que a proposta bakhtiniana para o contemplar o uso da linguagem preconiza a extração máxima de sua potencialidade expressiva. Para a pesquisadora, a proposta bakhtiniana, ao extrapolar as arestas das lentes linguísticas do formalismo, concebe a linguagem a partir de um olhar tridimensional que abarca “as dimensões verbal (semântica), vocal (sonora) e visual (imagética)” (PAULA; LUCIANO, 2020, p. 708), que, inter-relacionadas, levam a autora a cunhar o termo **verbivocovisualidade**, cuja natureza dá conta de responder aos questionamentos supracitados. Assim, pode-se depreender que

As relações dialógicas, na construção de sentido do enunciado, ocorrem de forma verbivocovisual, a partir das marcas e vestígios presentes no ato enunciativo; por meio da construção discursiva realizada pelo sujeito que, ao conceber seu projeto de dizer, apoia-se na tridimensionalidade da linguagem; e na compreensão do outro, que a realiza no discurso interior, sustentando essas marcas e potencialidades enunciativas deixadas pelo eu que dão acabamento ao sentido (PAULA; LUCIANO, 2020, p. 123).

Além desses elementos que envolvem o verbal e o não verbal de um projeto de dizer, é preciso ter em vista a natureza dialógico-discursiva do enunciado, que, além de seu extraverbal circunstancial, não apenas se limita às arestas do locutor, do interlocutor, do *aqui* e do *agora*, mas, sobretudo, envolve sentidos construídos em situações cronotópicas anteriores e, possivelmente, posteriores.

Essa cadeia ininterrupta sugerida pela teoria bakhtiniana não somente assevera o existir de uma singularidade enunciativo-discursiva, como também lança a essa irrepetibilidade um grau semântico de repetível, mantenedor de sua existência, não provinda de um Adão mítico

que enunciou a primeira palavra. Assiste-se, assim, à força do discurso, a sua capacidade de acionar sentidos que, por ele, tornam-se imortais no imenso tecido semântico da vida cultural, pois “serão lembrados e reviverão em forma renovada” (BAKHTIN, 2017, p. 79).

Antes de adentrarmos os aspectos metodológicos que configurarão o nosso procedimento analítico-investigativo, faz-se primordial frisarmos um esclarecimento quanto aos tópicos teóricos anteriormente assinalados. Visto que o epicentro conceitual que formula esta pesquisa é integrado pelas concepções de **dialogismo**, de **signo ideológico** e de **enunciado concreto**, ao tecermos reflexões sobre seus fundamentos, convocamos conceitos outros que, dialeticamente, com eles traçam relação de complementariedade. Ao versarmos, por exemplo, sobre o corpo enquanto signo ideológico, trazemos para o seu desenvolvimento explicativo o conceito de **exotopia**. Da mesma forma, ao debatermos a natureza do enunciado em contraponto à da oração, mobilizamos as acepções de **tema** e **significação**.

Entretanto, esclarecemos, de antemão, que, durante o nosso ato de análise dialógico-discursiva, os conceitos de **exotopia**, **tema** e **significação** não serão diretamente mobilizados. A escolha por trazê-los ao debate teórico firma-se na necessidade de darmos às concepções centrais maior envergadura teórico-epistemológica, mostrando, ao os convocarmos, o quão fenomenológico é o olhar bakhtiniano.

Dessa forma, tendo em vista a análise de enunciados concretos da esfera política, focaremos nos conceitos de dialogismo, significando relações, em diferentes graus, de aproximação e de distanciamento quanto aos valores nazifascistas e aos valores democráticos; signo ideológico, caracterizando os valores nazifascistas e seus possíveis reflexos e refrações no horizonte social brasileiro; e enunciado concreto, que integra a natureza dialógico-discursiva, manifestando-se sob os prismas interligados do composicional e do arquitetônico. Logo, os fenômenos de exotopia, tema e significação, embora secundarizados no processo analítico, estarão, evidentemente, integrando-o, uma vez que seus nortes semânticos se fazem inerentes aos conceitos que formam o eixo teórico da nossa análise.

Acuradas as prioridades teóricas deste trabalho, lancemo-nos, na subsequência, à descrição de sua mobilização, bem como as diretrizes procedimentais que orbitam em torno do nosso objeto de análise.

4.2 A METODOLOGIA BAKHTINIANA E A DIALÉTICA ENTRE PESQUISADOR E OBJETO: O NOSSO ATO RESPONSÁVEL E RESPONSÍVEL E SUA DESCRIÇÃO

No escopo de empreendimentos teórico-filosóficos do Círculo de Bakhtin, está a proposição diferenciada sobre o “fazer” Ciências Humanas. Inicialmente aduzido em *Para uma filosofia do ato* e ecoado em *Arte e responsabilidade*, no viés particular do fazer científico, perpassado nas entrelinhas de toda sua arquitetônica propositiva, vê-se preconizada a integração entre o teórico, o ético e o estético. Dessa forma, clama-se um pesquisador que não só seja crítico quanto a uma perspectiva positivista, mas também empreenda em sua investigação uma abordagem dialógica que faça ressoar a relação entre o pesquisador e o objeto, o outro e sua responsividade.

Essa visão consideravelmente precursora, em termos de contribuição para as investigações discursivas, dá-se, sobretudo, pelo gesto inicial em que Bakhtin assevera existir uma diferença fulcral entre as ciências que envolvem o material humano e as ciências naturais. Segundo o pensador russo,

As ciências exatas são uma forma monológica do saber: o intelecto contempla uma coisa e emite enunciado sobre ela. Aí só há um sujeito: o cognoscente (contemplador) e o falante (enunciador). A ele só se contrapõe a coisa *muda*. Qualquer objeto do saber (incluindo o homem) pode ser percebido e conhecido como coisa. Mas o sujeito como tal não pode ser percebido e estudado como coisa porque, como sujeito e permanecendo sujeito, não pode se tornar mudo; conseqüentemente, o conhecimento que se tem dele só pode ser *dialógico*. (BAKHTIN, 2017, p. 66, grifos do autor).

Assim, sob o enfoque bakhtiniano, lançar-se às ciências humanas requer a percepção de que o sujeito que a elas se dedica está para além de seus processos psicofisiológicos, uma vez que se está diante de um pesquisador que contempla um fenômeno na e pelas relações, ou seja, um ser que ouve, fala, escreve e lê com vozes outras além da sua. Ao reclamar o método dialógico, Bakhtin pressupõe, a priori, uma dialética existente entre o sujeito pesquisador e seu objeto de análise. Conseqüentemente, “a interpretação criadora não renuncia a si mesma, ao seu lugar no tempo, à sua cultura” (BAKHTIN, 2017, p. 18), e, por isso, admitem-se inúmeras possibilidades metodológicas, desde que tenham como verniz a interação humana em sua concretude.

Calcando-se nessa premissa, por sermos brasileiros e devido ao nosso objeto provir de discursos proferidos por locutores que nos regem enquanto nação, consideramo-nos interlocutores diretos de suas enunciações, mas, ao mesmo tempo, deslocamo-nos para a posição de contempladores, o que resulta nos movimentos de aproximação e de afastamento

(exotopia). Esse vai-e-vem necessário encontra o clamar bakhtiniano, em que “compreender um objeto significa compreender meu dever em relação a ele (a orientação que preciso assumir em relação a ele), compreendê-lo em relação a mim na singularidade do existir-evento: o que pressupõe a minha participação responsável” (BAKHTIN, 2010, p. 66).

Desse modo, percebendo-nos circunscritos ao horizonte social no qual os discursos por nós contemplados aparecem e, conseqüentemente, vendo-nos responsáveis e responsáveis por seus acontecimentos e averiguações, o movimento metodológico da presente pesquisa será lapidado por dois hiatos enunciativo-discursivos. Em um primeiro momento, descrevem-se os procedimentos de coleta, evidenciando-se o motivo nodal que nos leva a asseverar a malha discursiva do atual governo como sendo nazifascista, bem como se apresentam os critérios que circundam os procedimentos de seleção dos enunciados cotejados. Em um segundo momento, busca-se esboçar de que forma será efetuado o movimento analítico, retomando-se, nesse momento, o objetivo fulcral e os secundários que norteiam esta pesquisa, a fim de se demonstrar a maneira pela qual esses empreendimentos foram executados.

4.2.1 Dos procedimentos de coleta e seleção

Tendo em vista que, sob o viés bakhtiniano, no invólucro dos sentidos, “a não repetitividade do todo está refletida também em cada elemento do repetível, coparticipante do todo” (BAKHTIN, 2017, p. 37), a nossa escolha dos enunciados a serem analisados deu-se, inicialmente, por meio de uma leitura tangencial de enunciados da atual extrema direita que apresentaram/apresentam ecos dos princípios ideológicos nazifascistas e, em suas integralidades, apresentam temáticas singulares, mas, ao mesmo tempo, possuem, quando relacionados, um fio semântico repetível, cujo sentido está pulverizado pela visão de mundo do “nós” *versus* “eles”. Esse fio semântico que emerge dos enunciados por nós escolhidos é o que os torna, ao nosso olhar, emblemáticos e o que nos possibilita sugerir, nos procedimentos de coleta, a existência de uma malha valorativo-discursiva da extrema direita ressoada por seu sintoma fascista mais marcante: a necessidade de divisão social. Um regime político fascista, sob um olhar marxista, “destina-se a dividir uma população em “nós” e “eles” [...] apelando para distinções étnicas, religiosas ou raciais, e usando essa divisão para moldar a ideologia e, em última análise, a política” (STANLEY, 2018, p. 15).

Desse modo, nossa escolha incipiente dos enunciados deu-se por percebermos, no nível do manifestado, ressonâncias dos eixos nazifascistas, como inimigo político, intelectual, étnico-racial e religioso, bem como os princípios que deles emergem, explicados no primeiro capítulo

da presente pesquisa. Contudo, ressalta-se que é no nível do não dito que os enunciados se entremeiam, dialogicamente, por via das relações de sentido traçadas, ora corroborando, ora rechaçando semânticas outras.

Além da justificativa de ordem discursiva, tem-se a de ordem político-filosófica. Sob a hipótese de que os enunciados em foco revelam um governo que aspira a uma ditadura fascista, ancoramo-nos, mais uma vez, no olhar processual marxista poulantziano dado ao fenômeno do fascismo. Ao rechaçar o mecanicismo histórico, que concebe o fascismo como um fato político situado sem possibilidade de reaparecer, Nicos Poulantzas (1978) o compreende como sendo um processo circunstanciado e possível de reaparecer em qualquer sociedade que se encontra em determinada crise do sistema capitalista. A partir disso, o autor sugere que o fenômeno fascista emerge gradualmente, podendo apresentar-se, sobretudo, em dois momentos, dialeticamente, relacionados: o período da fascização (antes de o líder chegar ao poder) e o período de sua instauração (quando o líder alcança o poder). Esse olhar justifica o mecanismo de seleção, uma vez que, ao recortarmos o nosso objeto, optamos por analisar um enunciado da campanha eleitoral de Jair Bolsonaro, período que consideramos de fascização e que comunga com a criação do inimigo político, como ocorreu na Itália e na Alemanha, operada por Hitler e Mussolini. Os demais enunciados, embora relacionados ao primeiro, situam-se no período de exercício governamental desse ator político.

Ademais, cabe observar que, tanto o contexto sócio-histórico mais amplo quanto a situação atmosférica dos enunciados serão descritos em concomitância na análise. Esse procedimento se justifica pelo fato de o Círculo de Bakhtin sugerir, em seu construto teórico, o entremeio entre fatos sociais e atividades linguístico-discursivas, estando nesse entrelaçamento a anunciação da configuração futura das sociedades.

Como supracitado, a escolha inicial deu-se pela observação tangencial do sentido “*nós versus eles*”, instaurando-se nesse processo de leitura inicial o movimento de aproximação dos enunciados com os princípios ideológicos nazifascistas por nós apresentados nesta pesquisa. Contudo, antes de apresentarmos o quadro que contém os enunciados por nós contemplados, bem como os eixos ideológicos aos quais se atrelam, destacamos que as separações procedentes se dão apenas em prol de função analítica. Sugere-se, portanto, que o recorte acompanhado de um valor nazifascista provém de uma sistematicidade analítica acadêmica, mas, de forma alguma, podem ser avistados e/ou pensados como realidades concretas autônomas, uma vez que estamos sob a égide ampla da filosofia dialética.

À luz das considerações apresentadas sobre as facetas que nortearam os procedimentos de coleta e de seleção dos enunciados para as análises, esboça-se, a seguir, um quadro com os

enunciados selecionados, tais como os eixos ideológicos nazifascistas aos quais se atrelam de modo mais aparente:

**PERÍODO DE FASCISTIZAÇÃO (CAMPANHA ELEITORAL):
O INIMIGO POLÍTICO NACIONAL E O PROCESSO DE
CORPORIFICAÇÃO NAZIFASCISTA**

LOCUTOR: Jair Messias Bolsonaro

Enunciado: “O PT ficou 13 anos no poder e quebrou o país. Deixaram milhões de desempregados, o maior índice de criminalidade da história [...] fizeram um estrago sem precedentes. Agora, o PT quer voltar para fazer uma nova Constituição igual à da Venezuela de Maduro e Chávez, censurar a imprensa, soltar presos e enterrar a Lava Jato. O PT desafia o Judiciário. Eles querem soltar o presidiário e não mais sair do poder [...]. Chegou a hora. Agora é o Brasil contra o PT [...]. Como cristão, eu adotei uma passagem bíblica, João 8:32: ‘E conhecerei a verdade, e a verdade vos libertará’. E mantive essa bandeira em pé. Comecei a andar por todo Brasil. Começamos a detectar problemas [...]. Sabemos das dificuldades depois da passagem desses últimos governos que mergulharam o Brasil na mais profunda crise ética, moral e econômica. Mas a fé, a vontade, a persistência se faz presente. Eu digo que o milagre é eu estar vivo, depois daquele episódio em Juiz de Fora. Que eu considero Juiz de fora a minha segunda cidade natal [...] Logicamente, a mão de Deus se fez presente [...] Nós temos como fazer um Brasil melhor para todos [...] Brasil acima de tudo, Deus acima de todos [...] Azul, branco, amarelo e verde é a nossa bandeira. Com fé na força do povo, ela jamais será vermelha.”

Data: (26/10/2018). Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=9wpPvXnRXMQ>

FASCISMO INSTAURADO
OS EIXOS REFLETIDOS E REFRAATADOS
(O LÍDER E SEU CORAL DE APOIO)

EIXO 1: O PASSADO MÍTICO

LOCUTOR: ROBERTO ALVIM

“A Cultura é a base da Pátria. Quando a Cultura adoece, o povo adoece junto. E é por isso que queremos uma cultura dinâmica, mas, ao mesmo tempo, enraizada na nobreza de nossos mitos fundantes. A pátria, a família, a coragem do povo e sua profunda ligação com Deus amparam nossas ações na criação de políticas públicas. As virtudes da fé, da lealdade, do autossacrifício e da luta contra o mal serão alcançadas ao território sagrado das obras de Arte [...]. A arte brasileira da próxima década será heroica e será nacional, será dotada de grande capacidade de envolvimento emocional, e será igualmente imperativa, posto que profundamente vinculada às aspirações urgentes do nosso povo – ou então não será nada.”

Data: (17/01/2020). Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=3lycKFW6ZHQ&t=30s>

EIXO 2: O ANTI-INTELECTUALISMO

LOCUTOR: JAIR MESSIAS BOLSONARO

“Alguns vão morrer? Vão morrer, ué, lamento. Essa é a vida, é a realidade. Nós não podemos parar a fábrica de automóveis porque tem 60 mil mortes no trânsito por ano, tá certo? O meu trabalho, como chefe de Estado, é, primeiro, falar a verdade para o povo. Quando falei em ‘gripezinha’, fui massacrado. A realidade está aí. Para 90% da população é uma gripezinha ou nada. Ou nada. Para 10% terá algo um pouco mais grave, e uma minoria daquele grupo de risco, acima dos 60, nós dois, Datena, e que tem certas doenças e é mais novo.”

Data: (27/03/2020). Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=a0Li5VtMhHM>

EIXO 3: O ANTISSEMITISMO**LOCUTOR: ABRAHAM WEINTRAUB**

[...] Eu, por mim, botava esses vagabundos todos na cadeia. Começando no STF. E é isso que me choca. Era só isso presidente, eu ... eu ... realmente acho que toda essa discussão de "vamos fazer isso", "vamos fazer aquilo", ouvi muitos ministros que vi ... chegaram, foram embora. Eu percebo que tem muita gente com agenda própria. Eu percebo que tem, assim, tem o jogo que é jogado aqui, mas eu não vim pra jogar o jogo. Eu vim aqui pra lutar. E eu luto e me ferro. Eu tô com um monte de processo aqui no comitê de ética da presidência. Eu sou o único que levou processo aqui. Isso é um absurdo o que tá acontecendo aqui no Brasil. A gente tá conversando com quem a gente tinha que lutar. A gente não tá sendo duro o bastante contra os privilégios, com o tamanho do Estado e é o ... eu realmente tô aqui - o aberto, como cês sabem disso, levo tiro ... odeio ... odeio o partido comunista [trecho não liberado pelo STF, que cita outro país]. Ele tá querendo transformar a gente numa colônia. Esse país não é ... odeio o termo "povos indígenas", odeio esse termo. Odeio. O "povo cigano". Só tem um povo nesse país. Quer, quer. Não quer, sai de ré. É povo brasileiro, só tem um povo. Pode ser preto, pode ser branco, pode ser japonês, pode ser descendente de índio, mas tem que ser brasileiro, pô! Acabar com esse negócio de povos e privilégios. Só pode ter um povo, não pode ter ministro que acha que é melhor do que o povo. Do que o cidadão. Isso é um absurdo, a gente chegou até aqui. O senhor levou uma facada na barriga. Fez mais do que eu, levou uma facada. Mas eu também tô levando bordoadas e tô correndo risco. E fico escutando esse monte de gente defendendo privilégio, teta. Tendeu? É isso. Negócio. Empréstimos. A gente veio aqui pra acabar com tudo isso, não pra manter essa estrutura. E esse é o meu sentimento extremamente chateado que eu tô vendo essa oportunidade se perder.”

Data: (22/04/2020). Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=8GSbpXMSDg4>

EIXO 4: A RELIGIOSIDADE

LOCUTOR: SÉRGIO CAMARGO

“Tem gente vazando informação aqui pra mídia. Vazando pra uma mãe de santo, uma filha da puta de uma macumbeira. Uma tal de Mãe Baiana, aquela que infernizava a vida de todo mundo. É. Além de fazer macumba pra mim, essa miserável tá querendo agitar invasão aqui de novo. Eu sei, tem gente no grupo dela de WhatsApp. Tinha esquema. Não vai ter nada, nada pra terreiro, da Palmares, enquanto eu estiver aqui dentro. Nada, sério. Macumbeiro não vai ter nenhum centavo [...] Qualquer um. Eu exonerei três diretores nossos assim que voltei. Qualquer um deles pode ter feito isso. Quem poderia? Alguém que quer me prejudicar, invadindo esse prédio aqui pra me espancar. Quem poderia ter feito isso? Invadindo com a ajuda de funcionários daqui. O movimento negro, os vagabundos do movimento negro, essa escória maldita”.

Data: (30/04/2020). Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=t0zZ8gNVzjY>

Como pode ser avistado nos quadros precedentes, cada enunciado selecionado possui um fio semântico-discursivo central que se aproxima axiologicamente dos valores ideológicos nazifascistas, pormenorizados no primeiro capítulo deste empreendimento dissertativo. O primeiro enunciado concreto selecionado, de 26/10/2018, corresponde, sob as lentes poulantzianas, ao período de fascistização, circunscrevendo-se ao segundo turno do período eleitoral brasileiro. Trata-se de um enunciado proferido pelo então candidato à presidência, Jair Messias Bolsonaro, em um de seus programas eleitorais, cujo epicentro semântico-valorativo mobiliza signos ideológicos que constroem a ideia de um inimigo político nacional.

Em relação aos enunciados subsequentes, como a própria denominação indicia, correspondem ao período no qual o valor da construção ideológica de inimigo político nacional é chancelada por uma parcela expressiva da sociedade e, conseqüentemente, alcança o poder governamental (fascismo instaurado). Nesse momento, o que se observou em contexto europeu nas décadas de 1930 e 1940 pode ser avistado na atual conjuntura governamental brasileira: parte dos apoiadores do líder fascista estão legitimados a perfilar e propagar os demais eixos ideológicos que compõem o arquétipo que caracteriza uma visão de mundo fascista. Sendo assim, nossa escolha se direcionou à parte do coral de apoio de Jair Messias Bolsonaro, parte que corresponde a membros de seu corpo ministerial. No que diz respeito à ideologia do **passado mítico**, elencou-se um enunciado proferido, em 17/01/2020, pelo então secretário da Cultura, Roberto Alvim. No que concerne à ideologia do **anti-intelectualismo**, optou-se por

mais um enunciado proferido pelo atual presidente, em 27/03/2020, uma vez que a sua dimensão semântica atingiu repercussões estratosféricas, principalmente ao abordar o negacionismo da atual conjuntura pandêmica. Em relação aos valores ideológicos do **antisemitismo**, concentramo-nos em três enunciados que, respectivamente, têm como sentido nodal no fio discursivo as seguintes axiologias: *misoginia*, concentrada no enunciado proferido, em 22/04/2020, por Abraham Weintraub, ministro, à época, da Educação. No que tange ao eixo ideológico da **religiosidade**, presenciam-se fios axiológicos de **racismo** e **preconceito religioso**, apresentados na semântica discursiva do enunciado proferido, em 30/04/2020, por Sérgio Camargo, atual presidente da Fundação Cultural Palmares, entidade atrelada à secretaria da Cultura do governo federal.

Ainda em relação aos enunciados cotejados, faz-se necessário salientar a justificativa pela qual todos os discursos proferidos foram retirados da plataforma digital *YouTube*, considerada a maior rede de compartilhamentos de vídeos do mundo. Nessa (con)textura, faz-se ecoada como voz influenciadora a do semiolinguista Patrick Charaudeau, que, ao lançar-se em investigações sobre a esfera política, na obra *Discurso Político* (2006), concebe a instância midiática como uma forma de instância política que se dirige e se destina à instância cidadã. Assim, tendo em vista o alcance imensurável da plataforma digital *YouTube*, pode-se caracterizar o seu conjunto telespectador como sendo

um público heterogêneo, quando se trata de dirigir-se a ele por meio das mídias; como um público-cidadão que tem uma opinião, quando se trata de fazer promessas eleitorais; como um público-militante que já tem orientação política, quando se trata de 'mobilizar' os filiados. (CHARAUDEAU, 2006, p. 57).

Logo, os enunciados que compõem o bojo da investigação científica desta dissertação participam dos discursos da instância midiática, estabelecendo, tal como compreendemos, relações diversas entre as instâncias política e cidadã, sendo essa última representada pela sociedade civil brasileira, pertencente, sob um olhar marxista, à estrutura de base na qual o discurso cotidiano opera. Essa justificativa vai ao encontro da visão bakhtiniana, a qual assevera existir um entremeio entre as múltiplas esferas de atividade humana.

Apresentados os procedimentos de coleta e de seleção dos enunciados cotejados por esta pesquisa, antes de adentrarmos os procedimentos de análise, cabe-nos justificar o motivo pelo qual consideramos o seu conjunto enquanto sendo uma malha valorativo-discursiva caracterizada por vestígios nazifascistas. Sob esse aspecto, para além do olhar interpretativo dado em sua teorização, há a dimensão emotivo-volitiva de nossa leitura, pois “é nossa relação que determina o objeto e sua estrutura e não o contrário” (BAKHTIN, 1992, p. 26). Essa

dimensão do filtro emotivo-volitivo da presente autoria, preambulada, enunciativamente, nesta seção metodológica, é o que faz com que sejam esses e não outros enunciados a serem investigados.

Além disso, faz-se necessário destacar a escolha dos enunciados visuais que integram a presente pesquisa. Em relação às figuras que acompanham as epígrafes verbais de cada antessala dissertativa dos capítulos que compõem esta investigação, foram desenvolvidas, sumariamente, em diferentes partes dos capítulos aos quais são pertencentes, breves reflexões que elucidam as suas presenças significativas. No que diz respeito ao todo imagético do trabalho, é pertinente salientar que as escolhas revelam o nosso entendimento valorativo quanto ao objeto **nazifascismo**, que enuncia seus valores não apenas verbalmente, mas também por seu rico universo imagético. Sendo assim, “todos esses signos ideológicos que não podem ser substituídos pela palavra ao mesmo tempo apoiam-se nela e são por ela acompanhados, assim como o canto recebe um acompanhamento musical” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 101). Trata-se das vicissitudes semânticas do universo discursivo, no qual as diferentes materializações de linguagem se acompanham, retroalimentando os sentidos postos em curso por elas. Além dos procedimentos de coleta e seleção, faz-se necessária a pormenorização dos procedimentos analíticos, apresentados na seção seguinte.

4.2.2 Dos procedimentos de análise

Ainda que o arcabouço bakhtiniano apresente certa plasticidade no que tange à metodologia, uma vez que o alcance de seus objetos teóricos se encontra marcado por uma proeminente polivalência, Volóchinov, em MFL, indicia uma ordem metodológica que fornece, em termos gerais, uma possibilidade analítica da arquitetura de um enunciado concreto, relacionado ao horizonte social de seu surgimento. Segundo o autor, para o procedimento analítico da enunciação, que, sob sua perspectiva, envolve processo e produto, torna-se salutar a observação das:

1) Formas e tipos de interação em sua relação com as condições concretas; 2) Formas dos enunciados ou discursos verbais singulares em relação estreita com a interação na qual são parte, isto é, os gêneros dos discursos verbais determinados pela interação discursiva e na criação ideológica; 3) Partindo disso, a revisão das formas da língua em sua concepção linguística habitual. (VOLÓCHINOV, 2017, p. 220).

O que se pode perceber, a partir da ordem metodológica para a análise enunciativa apresentada por Volóchinov, é que as três diretrizes nodais indicadas pelo autor contemplam os

aspectos constitutivos da semântica do enunciado, bem como sua forma composicional. A diretriz de número 1, ao suscitar a observação das formas de interação discursiva, reclama do observador a necessidade de descrever e extrair o máximo de informações possíveis sobre a situação extraverbal em que ocorre o enunciado, uma vez que a situação circundante da interlocução constitui os sentidos nele instaurados, não de forma mecânica, mas sim como inerência semântica. Atrelada a isso, a diretriz de número 2 convoca o pesquisador a observar a esfera de atividade cuja interação se faz imbricada e à averiguação ao tipo relativamente estável de enunciado (gênero discursivo) que se apresenta. Nesse sentido, faz-se necessário, mesmo que sumariamente, desenvolver apontamentos sobre o gênero discursivo ao qual o enunciado se apresenta, uma vez que esse fator revela a maneira como o locutor mobiliza os gêneros e indicia o modo pelo qual se projeta nas relações humanas de uma determinada atividade social (locutor-interlocutor). Por fim (e sem fim), Volóchinov sugere a investigação dos elementos formais que compõem o enunciado, ou seja, suas escolhas lexicais e sua identidade estilística, pois a maneira pela qual o locutor mobiliza as formas da língua, revela, em certa medida, a sua valoração dada ao objeto do enunciado. Operam-se, desse modo, dialeticamente, verbal e extraverbal como constitutivos do enunciado concreto.

Além de indicar um caminho metodológico em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, na obra *Palavra na vida e na poesia*, Volóchinov sugere aos seus leitores que o contexto extraverbal de um enunciado, além de subsidiar a compreensão semântica do todo enunciativo, integra o não dito ao dito. Esse contexto de produção, segundo o teórico russo, compõe-se de três aspectos: “1) o horizonte espacial comum dos falantes [...]; 2) o conhecimento e a compreensão da situação comum aos dois; e finalmente 3) a avaliação comum dessa situação” (VOLÓCHINOV, 2019, p. 118).

Ancorando-se nessa tríade perceptiva, pode-se, de certa forma, resgatar sentidos estabelecidos pela relação instaurada entre locutor e interlocutor, bem como os valores que ambos resgatam de um contexto mais amplo, isto é, as ideologias que os sujeitos envolvidos na interação integram ao seu ser evêntico, enquanto centro de valor. Tem-se, assim, na instância enunciativa de um projeto de dizer, duas dimensões inter-relacionadas: o contexto atmosférico instaurado pela relação entre locutor(es) e interlocutor(es) e o contexto extraverbal, marcado, anterior e posteriormente, por contextos atmosféricos outros, conjurados pelos sujeitos da enunciação em voga.

Alinhando-se a isso, detecta-se, na integralidade almejada pela Teoria Dialógica do Discurso, a necessidade de se observar o processo discursivo sob os moldes da díade do geral e do singular, atentando-se não apenas àquilo que os discursos têm em comum, mas, também,

ao que os caracteriza como sendo singulares. Entrementes, torna-se importante lembrarmos o objetivo geral desta pesquisa, juntamente com seus desmembramentos específicos para, a partir deles, descrevermos o modo pelo qual serão operacionalizadas as análises:

Quadro 1 – Objetivos da pesquisa

<p>OBJETIVO GERAL</p>	<p>Investigar o modo pelo qual as ideologias nazifascistas se fazem reverberadas pelo discurso da extrema direita brasileira formando uma malha valorativo-discursiva que lhe é própria, marcada pelo movimento discursivo do “nós” <i>versus</i> “eles”.</p>
<p>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</p>	<p>a) Analisar o modo pelo qual as ideologias nazifascistas se fazem reverberadas em enunciados proferidos por representantes da atual extrema direita brasileira.</p> <p>b) Verificar os elementos verbais que compõem os enunciados contemplados, bem como os aspectos não verbais e extraverbais que constituem os seus sentidos (atmosfera social, linguagem gestual do locutor, elementos verbo-visuais etc.).</p> <p>c) Perscrutar quais as consequências causadas pela presença de ecos ideológicos nazifascistas nas enunciações de Jair Messias Bolsonaro e seu coral de apoio ministerial no horizonte social brasileiro, sugerindo, nesse vislumbre, a possibilidade decorrente de um fenômeno de reflexo e refração.</p> <p>d) Averiguar de que maneira o conjunto de enunciados analisados sugere uma malha discursiva cujos valores são habitados por ideologias nazifascistas, resultando em uma política regimental marcada pelo “nós” <i>versus</i> “eles” e que estratifica a sociedade, dando ao “eles” um arquétipo de inimigo nacional.</p>

Fonte: elaborado pelo autor.

Pode-se perceber, a partir da releitura dos objetivos que encaminham esta pesquisa, que, no que tange ao seu escopo geral, circunscreve-se a hipótese de que, no discurso da atual extrema direita brasileira, há a presença de ideologias do nazifascismo. Ao partir dessa premissa, o que se pretende operacionalizar, em termos analíticos, é a díade repetível-singular, atentando-se para o fato de que essa presença ideológica não ocorre *ipsis litteris*:

Um sentido só revela as suas profundezas encontrando e contatando o outro, o sentido do outro: entre eles começa uma espécie de *diálogo* que supera o fechamento e a unilateralidade desses sentidos, dessas culturas. Colocamos para a cultura do outro novas questões que ela mesma não se colocava; nela procuramos resposta a essas questões, e a cultura do outro nos responde, revelando-nos seus novos aspectos, novas profundezas do sentido. Sem levantar *nossas* questões não podemos compreender nada do outro, do alheio, ou de modo criativo (é claro, desde que se trate de questões

sérias, autênticas). Nesse encontro dialógico de duas culturas, elas não se fundem nem se confundem; cada uma mantém a sua unidade e a sua integridade *aberta*, mas elas se enriquecem mutuamente. (BAKHTIN, 2017, p. 19, grifos do autor).

Trata-se, portanto, de uma resignificação de valores nazifascistas, os quais, por conseguinte, representam ecos axiológicos, formando um neofascismo à brasileira. Por esse motivo, foram mobilizados, neste estudo, os conceitos nodais de **dialogismo** e **ideologia**, características inerentes ao discurso, constitutivos de todo projeto enunciativo, manifestando-se nas mais diversas configurações linguístico-discursivas.

Embora o nosso objeto possa ser analisado pelos inúmeros flancos teóricos que o viés bakhtiniano pode subsidiar, ao centralizarmos as lentes desta pesquisa na dialogia e no signo ideológico, acreditamos que tais concepções tornam mais confluyente o nosso intento de evidenciar, por um lado, as relações de sentidos convergentes entre o nazifascismo e o discurso da atual extrema direita brasileira e, por outro, destacar como as ideologias autoritárias ecoam em seus projetos de dizeres políticos. No que tange aos conceitos de **coral de apoio** e **corpo ideológico**, faz-se importante sublinhar que ambos foram trazidos para a reflexão por circundarem, ao nosso olhar, um aspecto valorativo nazifascista salutar: **o culto ao líder**. Apesar de Mussolini e Hitler terem sido as figuras centrais de seus regimes dantescos, o proeminente *ethos* de liderança e endeusamento só se tornou possível pela existência de um coral de apoio que reverberou o conjunto de suas ideologias preconizadas. Devido a isso, os enunciados cotejados neste estudo não são apenas de Jair Bolsonaro, mas, sobretudo, de seu corpo ministerial, que funciona como seu coral de apoio circunscrito na superestrutura social, favorecendo a sua permanência enquanto líder central.

No que concerne ao conceito de **corpo ideológico**, é importante esclarecer que, como teorizado anteriormente, o corpo, sob a ótica bakhtiniana, funciona como um signo, pois, ao acompanhar o processo enunciativo, fornece-lhe tom e reitera os sentidos que dele emergem. Sendo assim, nos enunciados por nós escolhidos em que for possível, a análise corpórea será feita. Todavia, destaca-se que o motivo principal da presença dessa noção na pesquisa se dá pelo fato de tanto o fascismo italiano quanto o nazismo alemão apresentarem uma linguagem corporal repetível durante os atos discursivos de seus atores. Em relação ao horizonte social brasileiro, presenciamos esse fenômeno corpóreo-ideológico mais proeminentemente no período eleitoral (de fascistização) de Jair Bolsonaro, sendo nesse momento analítico que se dará um destaque maior ao conceito de corpo ideológico.

Pormenorizado o objetivo geral da pesquisa e justificados os conceitos que a nós ele reclama, passemos, neste momento, à contemplação sumária dos objetivos específicos, com vistas a descrever o movimento analítico que será realizado em todos os enunciados.

Se observarmos o primeiro objetivo específico, parte de sua incumbência já foi realizada, uma vez que, no primeiro capítulo deste processo dissertativo, foram teorizados os principais eixos ideológicos nazifascistas. Além disso, o cotejo dos enunciados emblemáticos proferidos por atores sociais do atual governo brasileiro foi, em certa medida, realizado na seção metodológica precedente, embora a completude do verbo *cotejar* seja atingida no prosseguir da parte analítica. O segundo objetivo específico preconiza a operacionalização analítica quanto aos elementos verbais e não verbais e quanto à situação extraverbal que engendram os enunciados. Esse ato analítico suscitado é o que nos permite observar os ecos ideológicos nazifascistas, compreendendo o dialogismo inerente à discursivização. O terceiro objetivo específico, por sua vez, além de atrelar-se ao de número dois, opera com a concepção de enunciado enquanto signo ideológico e, portanto, reclama do movimento analítico uma possível sugestão de como a sua projeção discursiva reflete e refrata o contexto social brasileiro. Por fim, o quarto objetivo específico sugere uma retomada das análises empreendidas, levando-nos a contemplar o conjunto dos enunciados cotejados como um todo entrelaçado, de modo a formar uma malha discursiva que particulariza o governo bolsonarista.

A partir das incumbências expressas pelos objetivos da pesquisa, o movimento analítico será, sumariamente, lapidado por dois comenos presenciados em cada um dos enunciados trazidos para a reflexão. Em um primeiro momento, analisar-se-á de que maneira o enunciado contemplado estabelece relações semânticas aproximativas a um dos eixos ideológicos nazifascista, observando-se os efeitos de sentidos também fascistas que dessa aproximação semântica emerge. Nesse ínterim, circunscrevem-se a descrição sócio-histórica em que surge o projeto de dizer, ou seja, o seu contexto de produção, sequenciado pela análise composicional do enunciado, que reclama, mesmo que brevemente, um olhar para o gênero ao qual se vincula. Desse modo, acreditamos integrar as instâncias enunciativas interna e externa do projeto enunciativo em voga, entremeando o verbal e o extraverbal que o constituem semanticamente. Em um segundo momento, considerando-se o todo do enunciado em análise enquanto um signo ideológico, busca-se sugerir, dentre as inúmeras possibilidades fenomenológicas existentes, um evento de reflexo e refração social e/ou discursivo no horizonte da semiose brasileira.

Ademais, salienta-se que, em ambos os hiatos do movimento analítico, serão trazidos, eventualmente, outros enunciados já ditos pelos sujeitos em voga, servindo-nos de respaldo para envergarmos nossas sugestões interpretativas quanto aos sentidos que observamos ecoar e

emergir no/do projeto de dizer. Para a legitimidade de nossa compreensão dialógico-discursiva e averiguação por parte do nosso leitor presumido, os *links* para acesso dos enunciados que porventura circundarão nossa análise poderão ser encontrados nas referências bibliográficas desta pesquisa. O ato dissertativo de trazer para a órbita do projeto de dizer em observação outros enunciados tem como principal finalidade o fornecimento de legitimidade ao nosso olhar no que concerne à reiteração dos sentidos nazifascistas na malha discursiva bolsonarista, demonstrando, assim, uma constante desses valores nos dizeres do atual governo.

Acredita-se que o movimento de análise linguístico-discursiva proposto retoma, em certa medida, os preceitos metodológicos sugeridos por Volóchinov, anteriormente mencionados, fazendo circundar na investigação dos enunciados os questionamentos seguintes:

Quadro 2 – Arquitetônica enunciativa

Questionamento	Elemento envolvido
Quem diz?	LOCUTOR
A quem diz?	INTERLOCUTOR/AUDITÓRIO
Como faz para dizer?	Construção do enunciado/Gramática e Estilística
Quando e Onde diz?	Cronotopo
Qual a relação do que se disse com a situação extraverbal que o engendra?	Contexto de Produção/Esfera de atividade/Gênero discursivo
De que forma o que foi dito reflete e refrata discursiva e socialmente a realidade concreta?	Signo ideológico

Fonte: elaborado pelo autor.

Ao levantarmos os questionamentos do quadro precedente durante a análise, acreditamos ser possível atingir o objetivo geral e os demais objetivos específicos, uma vez que estes nos possibilitam atingir o todo (não o tudo) semântico do enunciado. Mesmo assim, faz-se necessário lembrar que, sob o enfoque bakhtiniano,

O sentido é potencialmente infinito, mas só pode atualizar-se em contato com outro sentido (do outro), ainda que seja com uma pergunta do discurso interior do sujeito da compreensão. Ele sempre deve contatar com outro sentido para revelar os novos elementos da sua perenidade (como a palavra revela seus significados somente no contexto). (BAKHTIN, 2017, p. 41).

Portanto, torna-se impossível extrair a totalidade das semânticas possíveis que emergem dos enunciados por nós contemplados. Além disso, sublinhamos que, embora durante a

investigação discursiva tentemos seguir a ordem metodológica dos questionamentos por nós elaborados, cada enunciado, por sua eventicidade, apresenta elementos mais destacáveis em detrimento de outros. Isso ocorre devido à situação circundante próxima na qual cada enunciado surge.

Descrita a metodologia analítica que integra esta investigação, se voltarmos à imagem que introduz este capítulo, poderemos perceber que o próprio coral de apoio civil de Jair Messias Bolsonaro, ao recebê-lo na esplanada do Piratini, demonstra existir, por meio de suas leituras dialógicas, uma aproximação ideológica do presidente com os preceitos fascistas, na medida em que, ao fazerem em sua presença o movimento corpóreo *Heil Hitler!*, sugerem tal proximidade. Essa concatenação observada por seus apoiadores dá-se pelo conteúdo ideológico de seus discursos e do corpo ministerial que o acompanha, pelas “sujeiras” existentes em suas palavras, como nos diz a epígrafe com os versos da poeta e filósofa Viviane Mosé. Com vistas a detectar as possíveis “sujeiras” que habitam as discursivizações da atual extrema direita brasileira, passemos, no capítulo seguinte, à análise dos enunciados selecionados.



Bolsonaro (2018)

Bolsonaro não precisa de um golpe. Ele é o golpe.

Schwarcz (2020)

5 A MALHA VALORATIVO-DISCURSIVA DA ATUAL EXTREMA DIREITA BRASILEIRA: ECOS NAZIFASCISTAS E VESTÍGIOS DA POLÍTICA DO “NÓS” VERSUS “ELES”⁵⁰

Conforme descrito na seção metodológica do capítulo precedente, o movimento analítico desta pesquisa será subdividido em dois momentos: em um primeiro momento, coteja-se um enunciado emblemático que se atrela ao período denominado de **fascistização** – o qual diz respeito ao mecanismo discursivo anterior à instauração do fascismo. No segundo momento, são trazidos enunciados, também emblemáticos, correspondentes ao período intitulado de **fascismo instaurado**, que, diferentemente do contexto europeu, no âmbito brasileiro, não se refere à uma ditadura fascista propriamente dita, mas sim a um governo fascista que, sob os moldes da democracia, tece mecanismos (sobretudo discursivos) para uma possível instauração totalitária e ditatorial.

No que concerne ao percurso linguístico-discursivo de análise, recorda-se que o seu desenvolvimento será arquitetado a partir de dois flancos: primeiro, à luz da perspectiva bakhtiniana, analisam-se os elementos verbais, não verbais e extraverbais que compõem a arquitetônica de cada enunciado em voga e, após esse momento, em para cada projeto de dizer analisado, considerando-o enquanto signo ideológico, conjura-se um possível fenômeno de reflexo e refração que, dos seus múltiplos sentidos, emerge.

5.1 O PROCESSO DE FASCISTIZAÇÃO (CAMPANHA ELEITORAL): O INIMIGO POLÍTICO NACIONAL E O PROCESSO DE CORPORIFICAÇÃO NAZIFASCISTA

Para que se possa analisar o enunciado que inicia o *corpus* integrante da presente investigação, faz-se necessário versar, mesmo que sumariamente, sobre o processo sociopolítico que precedeu as eleições presidenciais de 2018, uma vez que os mecanismos processuais discursivos que as antecedem se fazem refletidos no resultado final das urnas eleitorais, bem como se mostram no fio do discurso do nosso primeiro projeto enunciativo a ser averiguado.

⁵⁰ Como pode ser observado no título deste capítulo, que também intitula a pesquisa como um todo, há a presença da expressão “valorativo-discursiva”, cuja primeira leitura pode causar um efeito de sentido redundante. Isso se deve ao fato de, como visto no terceiro capítulo que versa sobre os nossos fundamentos teórico-discursivos, à luz bakhtiniana, todo discurso é, intrinsecamente, valorativo. Todavia, a escolha estilística se justifica pelo fato de esta autoria preconizar uma ênfase valorativa à própria malha discursiva bolsonarista, visando à insurgência temática do seu ato investigativo, bem como o apontamento constitutivo de valores nazifascistas da extrema direita brasileira atual.

Realizada em dois turnos, a eleição presidencial de 2018 teve 14 candidatos, sendo o segundo turno disputado pelo candidato Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores (PT), totalizando em 44, 87% dos votos computados pela Justiça Eleitoral, e pelo candidato Jair Messias Bolsonaro, do Partido Socialista Liberal (PLS), sendo o vencedor da disputa com 55,13% dos votos, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Esse resultado pode ser atribuído, em parte, à atmosfera que o circundou. Conforme o sociólogo Ivo Leusbaupin (2018), houve duas condições no espectro social brasileiro que marcaram as eleições de 2018, conduzindo-as à insígnia da anormalidade: o *impeachment* de Dilma Rousseff sem que houvesse “crime de responsabilidade”, como prescreve a Constituição; e a prisão de Luiz Inácio Lula da Silva, impedido de concorrer, em virtude de sua condenação, que, conforme o professor universitário Leusbaupin, foi “injusta – segundo a avaliação de muitos juristas, tanto no Brasil como em outros países. Não há provas concretas que justifiquem sua condenação e prisão” (LESBAUPIN, 2018, [s/p]).

Sendo assim, as eleições de 2018 têm seus contornos gerais sendo lapidados desde o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, momento em que se começa a desenhar, no âmbito sociopolítico nacional, um antipetismo radical, orquestrado por membros da política conservadora tradicional. Em conformidade com os preceitos políticos direitistas postos, discursivamente, em movimento, assistiu-se à

[...] campanha judiciário-midiática de quatro anos e meio contra Lula e o PT [...]. Durante este período não saiu uma notícia positiva sobre os governos Lula ou Dilma: a ascensão de 30 milhões de brasileiros que deixaram a miséria, o aumento real do salário mínimo, o Bolsa Família, o papel proativo do Brasil no cenário internacional etc. [...] Durante quatro anos e meio, a Operação Lava Jato construiu a narrativa da “maior história de corrupção do país”. Passado este tempo, a Operação não acabou com a corrupção e deixou intocados os maiores partidos de direita assim como suas lideranças – desde Temer a Aécio Neves, Romero Jucá, Eliseu Padilha, Moreira Franco. Mas conseguiu a derrubada de Dilma e a condenação e prisão de Lula. A campanha “A lei é pra todos” se revelou “A lei é para o PT”, numa atualização do dito “para os amigos tudo, para os inimigos a Lei” (LESBAUPIN, 2018, [s/p]).

Foi num contexto de combustão social semelhante, de crise capitalista que resultou em uma crise política, que figuras como Benito Mussolini e Adolf Hitler, com anseio ao poder, dizendo-se “salvadores da pátria”, surgiram. No âmbito brasileiro, dos 14 candidatos à presidência, o candidato que apresentou em suas enunciações indícios nazifascistas, com propositivas que se coadunam com os líderes supracitados, foi, ao nosso olhar hipotético, Jair Messias Bolsonaro. Como brevemente mencionado no capítulo de narrativa histórica brasileira que integra esta pesquisa, Bolsonaro, durante sua inexpressiva carreira enquanto deputado,

demonstrou-se, ininterruptamente, inclinado às condutas agressivas, chegando a dizer que “o erro da ditadura foi torturar e não matar” (BOLSONARO in DEFENSOR, 2016, [s/p]).

Aproveitando uma sociedade civil alimentada por discursos jurídico-midiáticos com intentos condenadores apenas em relação ao PT e uma grande mídia que assistia ao fracasso dos candidatos que representavam a elite brasileira (Geraldo Alckmin, por exemplo), o grande capital “jogou toda a elite nos braços de Bolsonaro. Afinal, o fascismo sempre foi o ‘plano B’ dos proprietários que só pensam no próprio bolso em todos os casos históricos relevantes” (SOUZA, 2019, p. 250).

É nessa ambientação social, de campanha eleitoral tensiva e extremamente polarizada, que surge o projeto enunciativo a ser analisado a seguir, cuja assinatura semântica, emblematicamente, alinha-se à **construção fascista do inimigo político nacional**, processo que marcou toda a campanha eleitoral de Jair Bolsonaro:

O PT ficou 13 anos no poder e quebrou o país. Deixaram milhões de desempregados, o maior índice de criminalidade da história [...] fizeram um estrago sem precedentes. Agora, o PT quer voltar para fazer uma nova Constituição igual à da Venezuela de Maduro e Chávez, censurar a imprensa, soltar presos e enterrar a Lava Jato. O PT desafia o Judiciário. Eles querem soltar o presidiário e não mais sair do poder [...] O Brasil não pode ser comandado de um presídio. Chegou a hora. Agora é o Brasil contra o PT [...]. Como cristão, eu adotei uma passagem bíblica, João 8:32: ‘E conhecerei a verdade, e a verdade vos libertará’. E mantive essa bandeira em pé. Comecei a andar por todo Brasil. Começamos a detectar problemas [...]. Sabemos das dificuldades depois da passagem desses últimos governos que mergulharam o Brasil na mais profunda crise ética, moral e econômica. Mas a fé, a vontade, a persistência se faz presente. Eu digo que o milagre é eu estar vivo, depois daquele episódio em Juiz de Fora. Que eu considero Juiz de fora a minha segunda cidade natal [...] Logicamente, a mão de Deus se fez presente [...] Nós temos como fazer um Brasil melhor para todos [...] Brasil acima de tudo, Deus acima de todos [...] Azul, branco, amarelo e verde é a nossa bandeira. Com fé na força do povo, ela jamais será vermelha. (COMPLETO, 2018, [s/p]).

Para que se possa resgatar os principais efeitos de sentidos que emergem do enunciado em voga, faz-se necessária, além da apreensão de sua ambientação atmosférica social reconstituída anteriormente, a consideração de sua instância enunciativa interna. Primeiramente, para averiguarmos o processo de sua construção linguístico-discursiva, deve-se considerar o gênero do discurso ao qual o projeto enunciativo do locutor se vincula. A partir disso, desmembram-se dois aspectos nodais que constituem, semanticamente, o processo e o produto enunciativo produzidos pelo ator sociopolítico: as características relativamente estáveis do gênero mobilizado e a relação estabelecida entre locutor e interlocutor.

No que diz respeito ao gênero do discurso que engendra o enunciado por nós selecionado, pode-se afirmar que se trata de uma propaganda eleitoral. Vinculada à esfera midiática publicitária, a propaganda política tem como objetivo central convencer os eleitores

a votarem em algum candidato a cargo eletivo (PINHO, 1990), integrando a esse intento mecanismos discursivos com a finalidade de esboçar as projeções futuras do candidato em prol do país, estado e/ou município ao qual sua disputa se vincula. Pelo fato de o enunciado em voga estar atrelado à transmissão televisiva, diversos recursos midiáticos foram operacionalizados, trazendo, em busca de seu intento principal, elementos de diferentes semioses, de forma que o universo imagético acompanha os mecanismos verbais. No entanto, há, em relação à propaganda eleitoral de Bolsonaro, um fato, ao nosso olhar, consideravelmente inusitado. Durante uma entrevista dada à Rede Globo de Televisão, o candidato, no programa Jornal Nacional, acusa o seu opositor mais forte em termos de massa eleitoral (Fernando Haddad - PT) de, à época em que havia sido ministro da Educação do governo petista, ter produzido um “Kit Gay” para ser distribuído nas escolas do território nacional. Segundo Bolsonaro, o documento tinha como finalidade nodal a disseminação da ideologia de gênero: “estão ensinando em algumas escolas que homem com mulher está errado” (BOLSONARO in ERNESTO, 2018, [s/p]). Na ocasião, os âncoras do telejornal, William Bonner e Renata Vasconcellos, não questionaram a veracidade documental proferida pelo candidato, que impunha um pequeno livreto à mão. Como se sabe, documentos oficiais que envolvem temáticas culturais de grande complexidade exigem, legalmente, a validação de uma portaria⁵¹. A ausência de um questionamento por parte dos âncoras televisivos reitera o concatenar midiático com o movimento discursivo que, há tempos, já estava sendo conduzido no horizonte social brasileiro: a desconstrução da imagem do Partido dos Trabalhadores (PT). Embora o candidato Jair Messias Bolsonaro não tenha sido, inicialmente, a opção política da grande mídia nacional, os sopros socialistas representados pela voz social de Haddad impuseram a ela a adequação às muitas faltas de decoro conduzidas por Jair Messias Bolsonaro. Sendo assim, a *fake news*⁵² do Kit Gay, de certa forma, torna-se verdadeira pela ausência especulativa da esfera midiática. Trata-se de um fenômeno discursivo que vem influenciando resultados eleitorais em âmbito mundial, uma vez que lida com a manipulação da realidade concreta humana. No contexto eleitoral de 2018,

a extrema direita brasileira utilizou do apelo à emoção e às crenças pessoais enquanto estratégia política para conquistar mentes e corações. As *fake News* foram proliferadas nas redes sociais virtuais não apenas para insuflar ânimos, mas também para suscitar

⁵¹ Documento oficial assinado por um chefe de Estado. À época em que Fernando Haddad foi ministro da Educação, Luiz Inácio Lula da Silva, enquanto chefe de Estado, deveria ter assinado a portaria que, supostamente, liberaria a circulação do chamado Kit Gay nos âmbitos escolares. No entanto, até o momento, a acusação de Jair Messias Bolsonaro não foi comprovada, resultando-lhe um processo judicial.

⁵² Para o aprofundamento do fenômeno discursivo *fake news*, indicamos a leitura do artigo científico “Signo ideológico e enunciado na construção e disseminação de fake news: uma possibilidade de análise do fenômeno sob o viés bakhtiniano”, de Jonathan Bernardo Menger (MENGER, 2019).

o preconceito, o ódio e a intolerância de modo a influenciar os resultados das eleições de 2018. (AZEVEDO; LIMA, 2020, p. 13).

Consequentemente, em certa medida, a veracidade do projeto enunciativo eleitoral em voga, que foi transmitido televisivamente, torna-se reiterado pela grande mídia, uma vez que

vivemos em um mundo de ideologias e sistemas filosóficos em conflito, no qual coexistem inúmeras organizações que se dedicam à disseminação de suas ideias, princípios e doutrinas, sejam elas de natureza institucional, política, social, econômica ou religiosa. A esse contingente vêm juntar-se as entidades governamentais em nível municipal, estadual e nacional. (PINHO, 1990, p. 21).

Atrelada a esses elementos factuais que compõem e circundam o projeto enunciativo de Jair Messias Bolsonaro, há uma particularidade estilístico-performática que envolve o seu processo de interação discursiva no que tange à dialética entre locutor e interlocutor. Por se tratar do seu último projeto enunciativo de campanha eleitoral e por ter sido televisionado em horário destinado a esses fins, a campanha, transmitida no dia 26 de outubro de 2018, traz uma locução, do ponto de vista fonético-vocálico, bipartida: em um primeiro momento, sem a aparição imagética da figura do candidato político, há uma voz narrativa descrevendo a primeira parte de seu projeto de dizer. Evidentemente, o tom fonológico representa a voz social de Jair Messias Bolsonaro. No entanto, por se tratar de uma voz masculina aveludada, de tom consideravelmente grave, esse mecanismo discursivo pode ser lido como uma estratégia que visa à sedução do interlocutor. Por se tratar de uma transmissão televisiva, não há como mensurar, pontualmente, o tipo de interlocutor envolvido, ou seja, trata-se de um processo de interação verbal cuja interlocução é presumida. Entretanto, pela extrema relevância social que um processo eleitoral apresenta, presume-se que, por ter sido transmitida em horário nobre televisivo, o seu alcance social foi vasto. Além disso, o mecanismo de mobilizar uma voz de tom sedutor para o início da propaganda eleitoral pode estar associado à performance do candidato Jair Messias Bolsonaro durante o processo eleitoral, cujo desempenho, inúmeras vezes, deu margens a ironias e questionamentos midiáticos marcados por tons sarcásticos. Esse processo ocorreu, à época, pelo fato de o candidato se apresentar “quebrando todo o tipo de liturgia institucional, em inúmeros sentidos” (GHIRALDELLI, 2019, p. 98).

Dessa forma, trazer outra tonicidade vocálica para cumprir o tom acusatório em relação ao PT, como será visto na sequência, blinda o *ethos* de Jair Bolsonaro, que, durante a campanha, foi bastante questionado por seu caráter infantilizado e, ao mesmo tempo, agressivo, com acusações ilegítimas aos seus opositores. Nesse jogo de proteção-sedução, “não podemos dissociar a organização dos conteúdos e a legitimação da cena de fala” (MAINGUENEAU,

2013, p. 109), ou seja, é o todo enunciativo do projeto de Jair Bolsonaro que acusa e denigre o Partido dos Trabalhadores. A ausência de seu próprio tom fonológico, bem como a de sua imagem, em certa medida, protegeu-lhe de posteriores especulações acerca do tom acusatório mobilizado, na parte inicial, apresentada a seguir:

O PT ficou 13 anos no poder e quebrou o país. Deixaram milhões de desempregados, o maior índice de criminalidade da história [...] fizeram um estrago sem precedentes. Agora, o PT quer voltar para fazer uma nova Constituição igual à da Venezuela de Maduro e Chávez, censurar a imprensa, soltar presos e enterrar a Lava Jato. O PT desafia o Judiciário. Eles querem soltar o presidiário e não mais sair do poder [...] O Brasil não pode ser comandado de um presídio. Chegou a hora. Agora é o Brasil contra o PT [...].

A voz aveludada que inicia a narrativa do projeto enunciativo eleitoral de Jair Messias Bolsonaro, desde o início, incumbe-se de proliferar ataques ao partido de Fernando Haddad, candidato oponente no segundo turno para o pleito de cargo à presidência. Primeiramente, o locutor acusa o partido antagônico de, em seus anos de governança, ter danificado a dimensão econômica do país (“13 anos no poder e quebrou o país”), conjurando, na sequência, o numeral cardinal **milhões**, sem defini-lo quanto ao número de desempregados, assim como a construção adjetival “maior índice de criminalidade da história”, sem também mensurar, em números, o índice de criminalidade durante os governos petistas. Essa tática de utilizar os termos lexicais **milhões** e **maior** sem definir a noção quantitativa que expressam leva o interlocutor, em certa medida, à apreensão e ao medo em relação aos níveis de violência nacional, uma vez que ambos os elementos linguísticos indicam uma carga semântica que sugere algo muito elevado, de proporção “incalculável”. Na sequência do projeto enunciativo, o locutor reitera essa tática discursiva, eximindo sua falta de exatidão quantitativa pelo fato de os governos petistas terem feito “um estrago sem precedentes”.

Após macular a governabilidade dos anos precedentes, encabeçados pelo Partido dos Trabalhadores, o locutor circunscreve à temporalidade atual que antecipa a posse de um novo governo, por meio do primeiro advérbio temporal **agora**, tanto o seu oponente eleitoral quanto o seu interlocutor presumido. Nesse momento, o locutor que representa a voz social de Jair Bolsonaro tece inúmeras acusações ao partido oponente, envolvendo diversas questões atreladas à esfera judiciária (“o PT quer fazer uma nova Constituição igual à da Venezuela de Maduro e Chávez”). Embora nossa análise tente abarcar o todo enunciativo (não o tudo), é importante salientar que, nesse primeiro momento do arquitetar enunciativo da propaganda eleitoral em voga, diversas imagens foram projetadas, concomitantemente às discursivizações verbais, de modo a imbricarem verbal e não verbal. Apesar de não trazermos para a reflexão parte dessas imagens, por questões de eixo teórico-metodológico, consideramos salutar

exemplificar uma das imagens, que, ao nosso olhar, teve profunda relevância aos resultados eleitorais de 2018:

Figura 8 – Montagem Maduro e Haddad



Fonte: 11º Programa (2018, [s/p]).

Nessa montagem, o projeto enunciativo bolsonarista, demonstrando (talvez intencionalmente) pouco conhecimento de princípios histórico-políticos, associa o PT – especialmente a imagem do seu candidato oponente – à governabilidade de Nicolás Maduro, pelo simples fato de este estar alinhado a uma sigla socialista. Ao projetar Fernando Haddad e Maduro, frente a frente, com um fundo escuro, o projeto de dizer bolsonarista almeja provocar em seus interlocutores uma imagem obscura das relações entre o petismo e o governo venezuelano. Pelo fato de, à época, a Venezuela estar passando por uma das crises socioeconômicas mais profundas de sua história, conjurar tais aproximações acaba por trazer à luz do eleitor um quê de dúvida e insegurança quanto às obscuridades possíveis que há na relação PT-Nicolás Maduro.

Na continuidade enunciativa, o locutor acusa o Partido dos Trabalhadores por descumprimento constitucional (“desafia o Judiciário”), atribuindo-lhe a injúria de cerceamento midiático (“censurar a imprensa”) e a ações inconstitucionais (“soltar presos e enterrar a Lava Jato”). Imbricado a isso, o locutor faz referência direta a uma das figuras de maior representatividade do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, cuja imagem, à época, havia sido maculada por um complexo orgânico de elementos que envolvem as esferas jurídica e midiática. Nesse entremeado, que já foi, sumariamente, descrito no preâmbulo deste capítulo, ocorreu um “endeusamento” à figura pública de Sérgio Moro, juiz responsável pela operação Lava Jato,

que ensejou várias prisões de políticos com carreira expressiva. Dessa forma, ao lapidar a construção “enterrar a Lava Jato”, o locutor atinge mais um ponto nevrálgico da psicologia social brasileira – o medo –, uma vez que, em termos gerais, a cultura de massa nacional, desinformada e influenciada no período pela esfera midiática, não se fazia conhecedora do estratagema que envolvia a Lava Jato. Pelo contrário, a sociedade brasileira via nela uma solução para os casos estratosféricos de corrupção e lavagem de dinheiro que implicavam a esfera política. No entanto,

A operação Lava Jato cometeu uma série de irregularidades (conduções coercitivas sem intimação prévia, vazamentos seletivos de depoimentos, direcionamento de delações, divulgação para a mídia de conversas gravadas com a presidente da República, divulgação para mídia em véspera de eleições etc.). E, além disso, foi claramente direcionada para atingir as lideranças e os políticos de um só partido, o PT. Muitos outros políticos, de outros partidos, foram citados e, eventualmente denunciados, mas tiveram um tratamento diferenciado tanto pela força da tarefa da operação quanto pela mídia. Alguns destes, com provas concretas de corrupção, continuam atuando na política como se nada tivesse acontecido. (LESBAUPIN, 2018, [s/p]).

Desconhecedor do invólucro irregular e ilegítimo que envolveu a operação Lava Jato, o telespectador/interlocutor do projeto enunciativo bolsonarista permanece apreensivo em relação à manutenção da operação e, na sequência, a voz narrativa que representa Jair Bolsonaro lança ao imagético petista um arquétipo oligárquico marcado pela perpetuação no poder (“não mais sair do poder”). Por conseguinte, numa espécie de conselheiro discursivo, a voz narrativa avisa ao interlocutor que, caso o oponente vença, o Brasil será “comandado de um presídio”, tendo o item lexical **presídio** um tom valorativo negativo no espectro social, pois, geralmente, encontra-se atrelado à marginalidade que, nessa conjuntura, atrai para a órbita axiológica do enunciado a ideia de o país correr o risco de continuar a ser governado pelo “chefe da quadrilha”, Luiz Inácio Lula da Silva. Acompanhando essa sequência de marginalização da candidatura oponente, a voz aveludada e grave incita o telespectador/interlocutor a dar um basta nos desmandos petistas apresentados na campanha midiática (“Chegou a hora”) e, concomitantemente a isso, convoca a população a lutar junto ao “herói” Jair Bolsonaro: “é o Brasil contra o PT”.

Numa espécie de jogo de cena cinematográfica, surge, à tela, a imagem de Jair Messias Bolsonaro, vestindo um blazer de tom escuro e uma camiseta branca, tendo, ao fundo, um jardim para dar ao processo enunciativo “ares de serenidade”. Diferentemente dos outros candidatos, Jair Bolsonaro, durante seu processo eleitoral, apresentou-se sempre sem gravata, numa espécie de “próximo ao povo ou popular como nós”, atitude típica dos líderes fascistas.

que, num primeiro momento, buscam populismo nas massas e, ao atingirem o poder, esquecem-nas, acoplando-se aos interesses do grande capital e do elitismo (KONDER, 1977).

Diferentemente de suas atuações em palanques de campanha eleitoral, em sua desenvoltura no programa televisivo, percebe-se que a performance do ator político foi bastante ensaiada, uma vez que Jair Bolsonaro, ao enunciar, não tartamudeou como de costume. Sentado em uma cadeira de vime, estilo praiana, o candidato enuncia:

Como cristão, eu adotei uma passagem bíblica, João 8:32: ‘E conhecerei a verdade, e a verdade vos libertará’. E mantive essa bandeira em pé. Comecei a andar por todo Brasil. Começamos a detectar problemas [...]. Sabemos das dificuldades depois da passagem desses últimos governos que mergulharam o Brasil na mais profunda crise ética, moral e econômica. Mas a fé, a vontade, a persistência se faz presente. Eu digo que o milagre é eu estar vivo, depois daquele episódio em Juiz de Fora. Que eu considero Juiz de fora a minha segunda cidade natal [...] Logicamente, a mão de Deus se fez presente [...] Nós temos como fazer um Brasil melhor para todos [...] Brasil acima de tudo, Deus acima de todos [...] Azul, branco, amarelo e verde é a nossa bandeira. Com fé na força do povo, ela jamais será vermelha.

Após operar com elementos linguístico-discursivos que buscam denegrir a imagem do candidato oponente, Jair Messias Bolsonaro, ao surgir à tela, inicia seu processo de interlocução dizendo-se cristão (“Como cristão, eu adotei uma passagem bíblica”), algo bastante próximo ao fascismo, que opera com aspectos da **religiosidade** para possuir contingente eleitoral e, à palavra cristã, associa os conceitos de “verdade” e “liberdade” (“E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará”). Nesse sentido, o que se pode perceber é que o ator sociopolítico sugere ao seu interlocutor que ajudará a lhe mostrar a “verdade real” sobre a situação atual brasileira. Trata-se, pois, de um mecanismo discursivo estratégico de deslocar o conceito de verdade, uma vez que “os políticos fascistas costumam apresentar a história real de um país em termos conspiratórios, como uma narrativa forjada por elites liberais e cosmopolitas para vitimizar o povo da verdadeira nação” (STANLEY, 2018, p. 30). Na continuidade enunciativa, o locutor vai desvestindo a sua “verdade” e encaminha o interlocutor, numa espécie de “vou abrir seus olhos”, para o real culpado das mazelas assistidas no território nacional: “sabemos das dificuldades depois da passagem desses últimos governos que mergulharam o Brasil na mais profunda crise ética, moral e econômica”. Como já havia sido apresentado no início de seu projeto enunciativo, o PT foi o partido responsável pelos problemas nacionais, e, ao reiterar essa ideia, o locutor Jair Bolsonaro, para além da crise econômica, responsabiliza seu oponente por uma crise ética e moral.

No que tange à díade ética e moral, o que se pode depreender é que o locutor Jair Messias Bolsonaro, ao dizer-se cristão e mobilizar no seu discurso esses dois conceitos amplos e polivalentes, operacionaliza-os com as questões que envolvem as noções de família e nação,

articulando-as ao discurso fundamentalista. A crise ética e moral ao qual o locutor se refere diz respeito ao eco nazifascista do passado mítico nacional, o qual,

na retórica de nacionalistas extremos, esse passado glorioso foi perdido pela humilhação provocada pelo globalismo, pelo cosmopolitismo liberal e pelo respeito por valores universais, como a igualdade. Esses valores, supostamente, enfraqueceram a nação diante de desafios reais e ameaçadores para sua existência. [...] A função do passado mítico, na política fascista, é aproveitar a emoção da nostalgia para princípios centrais da ideologia fascista: autoritarismo, hierarquia, pureza e luta. [...] A família patriarcal é um ideal que os políticos fascistas pretendem criar na sociedade – ou recuperar, como afirmam. (STANLEY, 2018, p. 20-21).

Após aclarar ao interlocutor a “triste verdade” na qual o Brasil se encontrava por culpa do inimigo nacional, o locutor, por meio de uma construção opositiva, operacionalizada pela conjunção **mas**, evoca uma sequência de qualificações que orbitam em torno da semântica de um líder fascista (“Sabemos das dificuldades depois da passagem desses últimos governos que mergulharam o Brasil na mais profunda crise ética, moral e econômica. Mas a fé, a vontade, a persistência se faz presente”). Trata-se da liderança que “provê a nação, assim como na família tradicional o pai é o provedor. A autoridade do pai patriarcal deriva de sua força, e a força é o principal valor autoritário” (STANLEY, 2018, p. 22), na qual se circunscreve a fé religiosa e a vontade ferrenha enfatizada por Jair Bolsonaro.

Acoplado às qualidades de **heroísmo**, o locutor relembra outro elemento factual que indicia ter caráter de contribuinte ao resultado do processo eleitoral. Em um dos seus pronunciamentos eleitorais, na cidade de Juiz de Fora (MG), Jair Messias Bolsonaro foi vítima de uma suposta facada. No entanto, há várias especulações e teorias conspiratórias não esclarecidas à sociedade civil brasileira quanto aos acontecimentos devidos do caso. Consequentemente, o ocorrido na cidade mineira serviu de engodo para boa parte do seu eleitorado, resultando em enunciações nas mais diversas plataformas digitais sob a insígnia do “homem que sobreviveu”, sentido este bastante presente na ditadura nazifascista, semantizando **força e heroísmo**. Reiterando essa orbita semântica assistida no espectro social que ambientou o seu processo eleitoral, o locutor Bolsonaro, no projeto enunciativo em voga, relembra o acontecimento, mesclando-o com elementos da religiosidade e convocando a sociedade civil de Juiz de Fora a prestar-lhe atenção, abraçar-lhe enquanto irmão conterrâneo (“Que eu considero Juiz de Fora a minha segunda cidade natal. Logicamente, a mão de Deus se faz presente”).

Ao fim de sua enunciação, o ator sociopolítico evoca mais uma ideologia nazifascista: o **nacionalismo**. Ao dizer “nós temos como fazer um Brasil melhor para todos”, o locutor opera, mais uma vez, com a noção de culpabilidade aos governos petistas anteriores, pois, em sua

construção léxico-sintática, há a pressuposição de que, anteriormente, o país foi governado apenas para alguns brasileiros. No entanto,

o pretense nacionalismo fascista, ao contrário, por seu conteúdo de classe e pelas condições em que é posto em prática, *exige a manipulação das massas populares*, limita brutalmente a sua participação ativa na luta política em que são utilizadas, impondo-lhes diretivas substancialmente imutáveis de cima para baixo. (KONDER, 1977, p. 12).

Seguindo esse pretense nacionalismo com vestes religiosas – “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos” –, o projeto enunciativo de campanha de Jair Messias Bolsonaro finda com uma música que acompanhou todo o seu percurso eleitoral de cooptação dos símbolos nacionais, transformando-os, ao nosso olhar, em signos ideológicos de seu projeto político partidário: “Azul, branco, amarelo e verde é a nossa bandeira”. E, para assinalar o epicentro semântico de seu projeto eleitoral, que não se propôs, em nenhum momento, a apresentar as projeções nacionais do candidato, mas, sim, em construir o inimigo político nacional, finaliza-se com a desconstrução imagética ininterrupta do Partido dos Trabalhadores: “Com fé na força do povo, ela jamais será vermelha”, sendo o tom avermelhado associado à bandeira petista.

Durante a construção dos aspectos analítico-metodológicos desta pesquisa, compactuamos com a incumbência de trazer, a cada análise dialógico-discursiva de enunciado, um possível processo de seu reflexo e refração no horizonte social brasileiro. No que diz respeito ao enunciado em voga, resolvemos trazer à luz uma possibilidade do fenômeno de refletir e refratar que não se direciona, necessariamente, ao nosso enunciado analisado. Em contrapartida, circunscreve-se, exatamente, à semântica que o permeia e que, por sua vez, conduziu todo o processo eleitoral de Jair Messias Bolsonaro: a construção de um inimigo político nacional.

Se voltarmos ao enunciado em foco, podemos perceber que uma de suas camadas semânticas diz respeito à responsabilização do “inimigo PT” pelos elevados índices de criminalidade que assolam o território nacional. Alicerçando-se, desde o início de sua campanha eleitoral, nessa crítica dada ao partido oponente, dentre as muitas ideologias de Jair Messias Bolsonaro que se atrelam à arquitetônica verboideológica do nazifascismo, consta sua campanha **armamentista**, cujo reflexo e refração fez emergir um processo de corporificação⁵³ semelhante ao nazifascista do “Heil Hitler”.

Como mencionado no primeiro capítulo desta investigação, durante o processo de fascistização alemã, materializados por meio de ações políticas precedidas de projeções

⁵³ Eis o motivo principal de mobilizarmos, no capítulo teórico desta pesquisa, o conceito de **corpo ideológico**.

discursivas, veem-se arquitetados posicionamentos socioideológicos antiliberalistas, antisemitistas, antimarxistas e “nacionalistas”, que, alicerçados por grupos paramilitares, utilizaram-se da liberdade parlamentar para instituir um regime que substituiu a democracia pela tirania, fazendo uso das “liberdades da democracia contra ela mesma” (STANLEY, 2018, p. 44). Devido à destreza retórica de Adolf Hitler, o

nazismo aproveitou essa imagem e endeusou Hitler como o *demiurgo* apto a manifestar o infinito da pulsação cósmica que traz consigo e o anima. Nas escolas alemãs chegaram a ensinar as crianças a recitarem orações como esta: *Führer*, meu *Führer* que Deus me deu. Protege e conserva por muito tempo a minha vida. Tu salvaste a Alemanha dos abismos da miséria. É a ti que devo o pão de cada dia. Conserva-te muito tempo junto de mim, não me abandones. *Führer*, meu *Führer*, minha fé, minha luz. Salve meu *Führer*. (RIBEIRO, 2005, p. 66, grifos do autor).

Conseqüentemente, além de discursivizações como essas, compreendidas na arquitetônica verboaxiológica nazista, encontra-se, enquanto signo ideológico, o todo corpóreo de Adolf Hitler. Analisa-se, a seguir, uma imagem emblemática que ilustra esse fenômeno:

Figura 9 – Projeção corpóreo-discursiva *Heil Hitler*



Fonte: Globo (2012, [s/p]).

A figura antecedente consiste em uma fotografia, publicada no dia 22 de março do ano de 1991, no jornal semanário alemão *Die Zeit*. Trata-se de um registro no qual a situação discursiva esboçada data do dia 13 de junho de 1936, dia em que Adolf Hitler realizou um comício, em Hamburg, para trabalhadores do estaleiro *Blohm & Voss*, apresentando como conteúdo temático central de seu discurso o lançamento de um navio-escola da marinha alemã.

Embora, sob o viés bakhtiniano, faça-se importante analisar situações discursivas imersas em cronotopos específicos, ou seja, em um tempo e um espaço contextualizados, o que se destaca, neste momento analítico, é o gesto corporal dos inúmeros sujeitos retratados na imagem. Percebem-se diversos homens cujos braços direitos encontram-se estendidos no ar, em angulação de 45° ou 90° graus – a depender das condições espaciais disponíveis –, com a

palma da mão disposta para baixo e os dedos reunidos. Trata-se de um movimento corporal bastante divulgado e investigado pela historiografia fascista e que traça uma relação imbricada com o enunciado concreto *Heil Hitler!* (Salve Hitler!), utilizado como saudação ao *Führer* por qualquer sujeito que o encontrasse e, principalmente, em resposta a seus discursos proferidos para grandes massas.

Existem várias controvérsias em relação à criação da saudação verbogestual *Salve Hitler!*. Alguns historiadores designam a sua gênese a Joseph Goebbels, outros ao próprio Hitler. Além disso, encontra-se na literatura que se propõe a versar sobre regimes fascistas uma aproximação desse movimento corporal à saudação corpórea em massa a Benito Mussolini, durante seu regime, a qual se atrelaria, por sua vez, aos movimentos corporais realizados na Roma Antiga.

Independentemente das disparidades quanto à origem dessa linguagem corporal, o que se pode compreender, em termos discursivos, é que esse movimento gesto-verbal não somente indica uma concordância com o navio marítimo, mas, principalmente, um comungar com toda ou com grande parte da verboaxiologia construída por Hitler até o momento em questão. Esse gesticular idêntico e/ou aproximado, feito e reverberado em diversas ocasiões nas quais o corpo de *Führer* se fazia presente, reitera a ideia de que sua materialidade física, circundada por uma arquitetônica verboaxiológica nazista, funciona como um signo ideológico cuja existência é garantida por um coral de apoio.

Portanto, a enunciação corporal dos sujeitos da imagem precedente dá-nos a possibilidade de interpretá-la com um **sim** ao ódio pelos judeus e pelas minorias, bastante presente nas discursivizações hitlerianas, um **sim** ao propagandismo falacioso, ao machismo, ao racismo, à homofobia, ao militarismo brutal e assassino vigente na época regimental nazifascista, ao clientelismo capitalista benéfico a uma elite estratificada da sociedade alemã. Desse modo, a linguagem corporal de seu coral de apoio revela um signo ideológico que reflete uma realidade concebida por uma visão de mundo autoritária, totalitária e cruel.

No entanto, sob o prisma bakhtiniano, o sujeito não é concebido como sendo cartesiano, biológico, pragmático e, tampouco, assujeitado, uma vez que **eu** sou “participante no existir de modo singular e irrepitível, e eu ocupo no existir singular um lugar único, irrepitível, insubstituível e impenetrável na parte de um outro” (BAKHTIN, 2010, p. 96). Logo, embora exista um coro de apoio ideológico dado a Hitler, cada sujeito participante de seu ideário, valora e axiologiza sua presença corpórea de forma distinta, a depender de seu *hic et nunc*. Os sentidos que emergem do discurso interior, alicerçado pelo exterior, são inúmeros e imensuráveis, revelando que cada sujeito é um microuniverso polissêmico.

Outro ponto a se atentar na imagem é o círculo à direita revelando um homem que, contrariamente a todos os outros sujeitos presentes, nega-se a agir do mesmo modo e enuncia-se, corporalmente, cruzando os braços, axiologizando uma contraposição à ideologia hitleriana. Devido a essa negação, a fotografia se tornou, midiaticamente, famosa, resultando, inclusive, em contradições na identificação do operário metalúrgico – alguns afirmam ser Landmesser, outros dizem ser Wegert.

Independentemente de quem seja, faz-se importante destacar que o ato de negar a saudação corpórea a Hitler pode ser lido como uma refração frente ao seu corpo ideológico e às axiologias que dele emergem. Do ponto de vista dialógico-discursivo, esse fenômeno ocorre pelo fato de a materialidade corporal de Hitler agir por meio de **forças centrípetas** diante dos sujeitos sociais, impondo-se enquanto única verdade a ser reconhecida e refletida no horizonte espaço-temporal da sociedade alemã. Há, no projeto enunciativo de Hitler, o intento nodal de monologização discursivo-axiológica, que pode ser atestada, em grande parte, pela submissão corpórea diante de sua presença físico-ideológica. Ao mesmo tempo, presencia-se um sujeito que rechaça essa submissão, age de forma **centrífuga** e, ao não discursivizar de modo esperado o seu corpo, luta para que outras interpretações de mundo se tornem possíveis, outras verdades sociais, plurivalências valorativas. Conseqüentemente, por um lado, temos um conjunto de corpos inclinados à submissão – nos muitos sentidos em que esta palavra pode ser configurada; por outro lado, um corpo que nega a ideologia hitleriana, mesmo que de forma tímida devido às restrições que o regime totalitário impõe. Assim, o corpo de Hitler se faz signo ideológico, participando e contribuindo para o caráter tensivo da malha discursiva nazista.

Além disso, como enunciado em momentos precedentes, o epicentro semântico do enunciado em voga que nos lançamos a analisar é a construção do inimigo político nacional, sendo esse valor axiológico o fio discursivo condutor de toda a campanha eleitoral de Jair Messias Bolsonaro. Circunscritos a essa linha semântica, há outros fios de sentidos que reverberam a ideia de inimigo político, estando a questão da criminalidade e a campanha armamentista conduzidas pela extrema direita bolsonarista. Atrelado à campanha armamentista, pôde-se perceber um processo de corporificação semelhante ao mobilizado por Hitler em seu percurso de ascensão ao poder. Atentemos para as imagens ilustrativas que seguem:

Figura 10 – Projeção corpóreo-discursiva da arminha



Fonte: Exame (2019, [s/p]) e Diário (2018, [s/p]).

As imagens precedentes, embora tenham suas singularidades semânticas por questões cronotópicas, aproximam-se da imagem de Hitler, anteriormente analisada, pelo fato de estarem imbricadas, axiologicamente, a um invólucro ideológico mais amplo. Durante sua campanha eleitoral, Jair Bolsonaro apresentou, como um dos motes principais de seu pretenso plano governamental, o afrouxamento armamentista. Sob a égide do enunciado concreto “Bandido bom é bandido morto”, o candidato sugeriu, como forma de resolução dos altos índices de criminalidade nacional, a flexibilização legal para o porte de arma de fogo. Conforme preferiu em uma entrevista dada à *Rede TV*, no dia 11 de outubro de 2018:

Pretendo sim, no que depender de mim, pois isso passa pelo parlamento, fazer com que todo **cidadão de bem**, homem ou mulher, caso queiram ter uma arma dentro de casa, cumprindo alguns critérios, possam tê-la. Quanto ao porte, ele não pode ser tão rígido como temos no momento. (G1, 2019, [s/p]).

Inicialmente, o que nos chama atenção na enunciação do então candidato à presidência é o da expressão **cidadão de bem**, que, embora não seja objeto de especulação deste trabalho, nos leva à observação das possíveis erupções semânticas que dela podem emergir. Ao fazer uso dessa expressão, o candidato não especifica por qual ângulo está concebendo as noções de **cidadania** e **bem**, cujos sentidos são amplos e envolvem áreas diversas, como a filosófica, a sociológica, a jurídica, a psicológica e, inclusive, a religiosa. Contudo, como “não pode haver um ‘sentido em si’ – ele só existe para outro sentido” (BAKHTIN, 2017, p. 42), ao relacionarmos essa expressão à malha discursiva histórica do candidato, podemos perceber que o **cidadão de bem** ao qual ele se refere é heterossexual, preferencialmente branco e religioso, uma vez que o candidato, em diversos pronunciamentos de sua carreira pública, apresentou pistas da sua aversão aos homossexuais e à diversidade étnica. Conforme asseveram Paula e Lopes (2020),

a família Bolsonaro segue a teoria da eugenia e propõe práticas autoritárias e discriminatórias como política nacional desde antes de Jair Messias Bolsonaro ser eleito e assumir a presidência. Aliás, o discurso eugenista de higienização do país foi um dos argumentos constantes da estratégia política que o levou ao cargo máximo do Governo (PAULA; LOPES, 2020, p. 38).

Atrelando-se à proposta eugênica⁵⁴ nazifascista e esculpindo o seu cidadão de bem, Jair Messias Bolsonaro, ao perceber que sua campanha armamentista frutificaria, cria o sinal da “arminha” manual, gesticulando-o em inúmeros eventos de campanha eleitoral para fins de criminalizar grupos sociais que não comungavam com a arquitetônica verboaxiológica do seu projeto. Tornou-se comum, durante a campanha, o gesto manual vir acompanhado por terminologias como **vagabundo**, **petralha**, **criminoso**, **marginal** etc., pois, “no gesto sempre dorme o embrião do ataque ou da defesa, da ameaça ou do carinho, sendo que ao observador é reservado o lugar de cúmplice ou testemunha” (VOLÓCHINOV, 2019, p. 127). Assim, colocando o seu principal oponente político, o PT, na categoria da marginalidade, Jair Bolsonaro, gesticulando “arminhas”, mostrava uma solução desarrazoada à complexidade que envolve os altos índices de criminalidade brasileira. E, nesse caso, o ator sociopolítico encontrou, em seus observadores, um robusto coral de apoio para sua reverberação; caso contrário, sua campanha armamentista teria sucumbido, “como acontece quando uma pessoa, ao rir, de repente percebe que está rindo sozinha: o seu riso cessa ou se altera” (VOLÓCHINOV, 2019, p. 124).

A partir dessa ancoragem ideológica, presenciaram-se, na sociedade brasileira, inúmeras situações discursivas em que muitas pessoas recebiam e enalteciam o presidenciável com o seu gesto manual. Dentre os subgrupos que integram seu coral de apoio, podem ser encontrados religiosos, políticos, policiais, formandos universitários e da educação básica e, inclusive, crianças. A segunda imagem por nós elencada demonstra esse culto ao referido gesto manual. Consiste em um grupo de apoiadores de Jair Bolsonaro que organizou uma coreografia cujo vídeo foi postado na rede social *Facebook*, no dia 8 de setembro de 2018, momento fervoroso da campanha presidenciável e que se procedeu logo após o suposto atentado sofrido pelo candidato. A performance coreográfica ocorreu à beira mar, na cidade de Fortaleza, ao coro sonoro de uma produção musical cuja composição fazia súplicas pelo voto no candidato, bem como menção à necessidade de se aderir ao projeto armamentista. O ato de todos os envolvidos fazerem sincronicamente o gesto manual de **arminha** dá-se devido à sua inserção no gênero coreografia. No entanto, em eventos distintos em que a presença corpórea de Bolsonaro se fazia

⁵⁴ Os princípios ideológicos que integram a prática da eugenia foram pormenorizados no primeiro capítulo da presente pesquisa.

presente, o gesto era reverberado, muitas vezes, de forma assíncrona, uma vez que, contrariamente ao que ocorria na Alemanha, antes e durante a instauração totalitária, era obrigatório o gesto submisso a Hitler. No Brasil, entretanto, o gesto reverberado deu-se, muitas vezes, sem a obrigação no nível do dito. Em muitos momentos, como no exemplo mobilizado, o gesto manual veio acompanhado da bandeira nacional e de suas cores correspondentes nas vestes dos sujeitos apoiadores do bolsonarismo. Dessa forma, avista-se um coral de apoio da sociedade civil brasileira

fiel aos valores expressos pelo candidato/presidente: nacionalismo, conservadorismo, saudosismo, militarismo, armamento etc. Essas ideias que, para um grupo são retrógradas, constituem a caracterização do perfil tanto do Bolsonaro quanto de seus eleitores, como “defesa” à pátria, à moral e aos “bons costumes”. [...] para esse grupo, significa ser “cidadão do bem”, que se “sacrifica” e se submete a tudo, em prol da “melhoria” de uma nação, mesmo que hipocritamente. (PAULA; OLIVEIRA, 2020, p. 19).

Esse ato axiológico da arminha gestual, acoplado aos símbolos nacionais, reitera o enunciado inicial desta seção analítica, uma vez que a cooptação dos símbolos nacionais, atrelada à defesa do armamentismo, legitima o tom valorativo da passagem “Azul, branco, amarelo e verde é a nossa bandeira. Com fé na força do povo, ela jamais será vermelha”. Ademais, cabe lembrar que, após a sua vitória, presencia-se esse gesto manual em muitas ocasiões em que Jair Bolsonaro se encontra, porém não mais com tanta veemência, pois, na conjuntura brasileira, o gesto servira mais para finalidade eleitoral, enquanto no contexto nazista sua axiologia significava, sobretudo, um gesto de reverência.

Embora não se possa afirmar que o coral de apoio, ao reverberar seu gesto manual, compactue com sua ideologização de forma equipolente devido ao caráter singular dos sujeitos envolvidos, o gesticular **arminhas** na presença corporal de Jair Bolsonaro reitera seu corpo enquanto sendo um signo ideológico. Tem-se um material imagético que suscita responsividade e, para além disso, não apenas um comungar com o armamentismo. Pode-se perceber, nessa reverberação corpórea, vestígios axiológicos que clamam por um **sim** à não implementação de políticas de igualdade de gênero, um **sim** à distinção entre raças e estrangeiros, entre outras ideologias que acompanharam seus discursos de vida pública e política. Assim como a presença corpórea de Hitler suscita submissão, pacto e aceitação aos sentidos autoritários e ditatoriais por ele defendidos, o corpo de Jair Messias Bolsonaro também faz surgir idealizações ao “mito”, ao “homem que sobreviveu”, ao “salvador da pátria”, sentidos esses que dialogam com as situações discursivas que circundaram e perpassaram a arqueologia fascista e, por isso, mostram-se concordatas ao hitlerianismo.

Em contrapartida, nessa combustão discursiva de ambientação eleitoral, renasce um gesto corporal de um coral de apoio divergente às ideologias apresentadas e defendidas por Jair Messias Bolsonaro e seus seguidores. Trata-se do L manual gesticulado por apoiadores da política construída por Luiz Inácio Lula da Silva, ator sociopolítico de maior representatividade social do Partido dos Trabalhadores. Durante sua vida pública, tornou-se habitual em seus pronunciamentos, seus interlocutores projetarem o L manual, direcionando-o à sua presença corpórea para semantizar pacto, admiração, concordância, dentre outras valorações. Contudo, no processo eleitoral de 2018, esse gesto corpóreo passou a sinalizar sentidos que vão para além de subjetividades passionais. Visualiza-se, primeiramente, o gesto:

Figura 11 – As responsabilidades do L em riste



Fonte: Itupeva (2019, [s/p]).

O sentido nodal da projeção manual em L da imagem precedente, ao se fazer presente e bastante reverberado nas eleições de 2018, relaciona-se, diretamente, ao processo judiciário da prisão de Luiz Inácio Lula da Silva, que resultou na impossibilidade de sua participação na disputa eleitoral. Como dito inicialmente nesta seção, diversas autoridades da esfera jurídica, sobretudo a internacional, consideraram a ordem carcerária dada a Lula inconstitucional devido ao obscurantismo que marcou seu processo sentencial, assinalado pela ausência de documentos comprobatórios que sustentassem a acusação.

Logo, o fio semântico condutor do L manual é a desaprovação à prisão do político, bem como um pedido por sua liberdade, sob a ancoragem verbal do enunciado concreto “Lula Livre”, bastante reverberado em redes sociais na época. No entanto, dessa axiologia nuclear, emergiram sentidos que não refratam unicamente o processo de prisão e o pedido de liberdade do então pré-candidato, mas, também, passam a acenar para as possibilidades ideológicas asfixiadas na arquitetura verboideológica de Jair Bolsonaro. Dessa forma, o L em riste se torna essencial para a campanha eleitoral de Fernando Haddad, candidato substituto de Lula,

uma vez que rechaça os sentidos que circundam o cárcere do ex-presidente e, ao mesmo tempo, mostra-se responsável à arminha manual e os tons axiológicos que ela sugere. Além disso, para além da negação ao porte de armas, o L em riste preconiza a total negação aos sentidos imersos no projeto enunciativo do candidato Jair Bolsonaro, uma vez que eles vão de encontro ao processo de redemocratização brasileira, que se intensificou nos 16 anos de poder esquerdista (FRATESCHI, 2018).

Desse modo, assim como pôde ser percebida a tensão discursiva que permeou o nazifascismo, a partir das imagens analisadas, no Brasil, durante o período eleitoral, veem-se corpos em embates axiológicos, posições discursivas em confronto, mãos que retratam a linguagem verbal e corporal como sendo universos contraditórios. Logo, o corpo se concretiza enquanto signo ideológico, convocando, por meio da díade gestual-verbal, atitudes responsivas ativas e suscitando entrechoques sociais. A possível dialogicidade entre o gesto da **arminha** e a linguagem corporal hitleriana emerge do fato de seus sentidos produzidos integrarem um escopo autoritário, que cultua a violência. Ademais, tanto na Alemanha Nazista quanto no Brasil atual, presencia-se a submissão corporificada de um coro de apoio frente a um ator político que ideologiza ações políticas passionais, como a campanha armamentista.

No entanto, visto que a linguagem funciona como uma arena de visões axiológicas, discursivizadas ideologicamente, percebeu-se que há corpos que se projetam contrários aos sentidos reverberados pelos políticos em questão. Esse fenômeno dá-se também pelo fato de Jair Bolsonaro, tanto no enunciado inicial desta seção que buscamos analisar quanto no seu período eleitoral, ter arquitetado o mecanismo discursivo do “nós” *versus* “eles”, dedicando-se, no seu ingressar de percurso presidencial, à construção de um inimigo político nacional: o PT. Tem-se, pois, uma polarização radical no espectro social brasileiro em meados de 2018. Dois Brasis: um que se diz ser o “salvador da pátria” e outro que busca, incansavelmente, trazer à luz a ilegitimidade das acusações proferidas pelo salvador. Eis a construção fascista de um inimigo, que se iniciou com o *impeachment* de Dilma Rousseff e

De lá, saiu, após depuração, o movimento especificamente neofascista – o bolsonarismo. A crítica desse movimento e do seu entorno, também de classe média, à corrupção e à dita “política do toma-lá-dá-cá” chegou a confundir partidos de esquerda e de extrema esquerda. A ala hegemônica do PT e inclusive a equipe governamental do governo Dilma, embaladas pela ideologia segundo a qual as instituições do Estado burguês são socialmente neutras – o dito “republicanismo” –, acreditaram que a Operação Lava-Jato visava realmente a combater a corrupção, e não a instrumentalizar a luta contra a corrupção em nome dos interesses do capital do PT como inimigo. (BOITO, 2020, p. 115).

Dessa forma, o tecido precursor que enseja a tessitura de uma malha valorativo-discursivo fascista à brasileira é marcado pelo tom do “nós” *versus* “eles” político, no qual o Partido dos Trabalhadores é associado à categoria inimiga (o “eles”) que corrói a nação. Todavia, os mecanismos discursivos de fascistização perduram, ao nosso olhar, após a posse de Jair Messias Bolsonaro, agora como Presidente da República Federativa do Brasil. Alicerçado em um corpo ministerial inclinado a polarizar a sociedade, o “nós” *versus* “eles” vai sendo tecido a ponto de aclarar os sujeitos que lhe comportam.

Passemos, a seguir, a refletir sobre essa nova tessitura, que chamamos “fascismo instaurado” e que, sob a ótica marxista, não significa necessariamente uma ditadura fascista. Entretanto, conforme assevera o cientista político Armando Boito Jr, circunscrevendo-se à esteira teórica poulantziana,

Alguns observadores e analistas da política brasileira têm argumentado que não cabe caracterizar o bolsonarismo como fascismo em geral ou como uma das variantes desse fenômeno político porque no Brasil ainda há eleições e também outros componentes caracterizadores da democracia. Sim, no Brasil ainda nos encontramos numa democracia burguesa, ainda que deteriorada, porém, é evidente que é possível formar-se um movimento social fascista num regime democrático e – talvez isso seja menos evidente – que é possível a constituição de um governo fascista sem que ocorra a passagem para uma ditadura fascista. Adolf Hitler iniciou o processo de transição para a ditadura em menos de um mês após assumir a chefia do governo, **mas no caso do governo de Benito Mussolini, este, nos seus primeiros anos, manteve-se dentro dos limites do regime democrático burguês.** (BOITO, 2020, p. 111, grifos nosso).

Ancorando-nos nessa perspectiva, defendemos a ideia de que o bolsonarismo, após a posse do Poder Executivo, tem feito o mesmo movimento mussoliniano, que se caracterizara por corroer os componentes democráticos por dentro, sob as vestes de uma aparente democracia “ainda em vigor”. Para que possamos perceber esse processo de desconstrução democrática, passemos, na subsequência, à observação de seu *modus operandi* discursivo.

5.2 FASCISMO INSTAURADO: OS EIXOS REFLETIDOS E REFRAATADOS (O LÍDER E SEU CORAL DE APOIO)

Como mencionado na seção metodológica da presente pesquisa, a escolha dos enunciados para investigação se alicerçou no olhar marxista poulantziano, que, ao analisar os movimentos fascistas ocorridos na Itália e na Alemanha, observou, na orgânica de seus funcionamentos, duas circunstâncias temporais para a manutenção de seus sistemas governamentais. O primeiro marco temporal a que Nicos Poulantzas (1978) faz alusão diz respeito ao processo de fascistização, analisado anteriormente, referindo-se, neste estudo, ao

processo eleitoral do bolsonarismo. O segundo marco temporal, do qual esta seção tratará, condiz com o momento no qual o movimento de aspiração fascista atingiu o poder e, ao desenhar seu quadro governamental, recruta sujeitos que se coadunam com seus eixos ideológicos.

Nesse sentido, tendo em vista que “o *eu* pode se realizar na palavra apenas apoiando-se no *nós*” (VOLÓCHINOV, 2019, p. 121, grifos do autor), convocamos para este momento investigativo enunciados que pertencem ao corpo ministerial de Jair Messias Bolsonaro, uma vez que os seus ministros podem, sob a ótica bakhtiniana, ser considerados uma parcela expressiva de seu coral de apoio. Considerando que “o caráter partilhado das avaliações principais subentendidas é o tecido no qual o discurso humano vivo borda os seus desenhos entonacionais” (VOLÓCHINOV, 2019, p. 124), mobilizamos para esta seção cinco enunciados, sendo um deles proferido pelo próprio presidente brasileiro e os demais por quatro sujeitos com relevância executiva em seu governo.

5.2.1 O passado mítico

A situação discursivo-enunciativa que engendra o projeto de dizer a ser analisado ocorre no segundo ano de governo de Jair Messias Bolsonaro, mais precisamente no dia 17 de janeiro de 2020. Em parceria com diferentes ministérios que compõem o governo federal, a Secretaria Especial da Cultura⁵⁵, sob a coordenação do então secretário Roberto Alvim, resolveu promover o Prêmio Nacional das Artes, o qual iria

gerar milhares de empregos, assim como uma ampla capacitação profissional, formação de público [...] um marco histórico para as artes brasileiras, de relevância imensurável e sua implementação e perpetuação ao longo dos próximos anos irá redefinir a qualidade de produção cultural em nosso país. (ALVIM in SECRETARIA, 2020, [s/p]).

À época, o Prêmio Nacional das Artes tinha como objetivo destinar 20 milhões de reais para fomentar produções artísticas em cinco regiões brasileiras. Conforme o secretário geral, o prêmio selecionaria manifestações artísticas, distribuídas em sete categorias: 25 espetáculos teatrais, 25 exposições individuais de escultura, 25 exposições individuais de pintura, 25 CDs musicais originais, 15 histórias em quadrinhos e 5 óperas.

⁵⁵ No dia 1º de janeiro de 2019, o governo de Jair Messias Bolsonaro, recém-empossado, extinguiu, por meio da medida provisória nº870, o Ministério da Cultura, transformando-o em uma secretaria executiva.

Após os trâmites acertados com o chefe de Estado Jair Messias Bolsonaro, a Secretaria de Cultura, juntamente com Roberto Alvim, veiculou, na plataforma digital *YouTube*, um vídeo contendo um pronunciamento do secretário, com vistas a tornar público o projeto Prêmio Nacional das Artes. A seguir, esboça-se a imagem do vídeo e, na subsequência, grande parte do enunciado verbal que o integra:

Figura 12 – Pronunciamento de Roberto Alvim



Fonte: Secretário (2020, [s/p]).

A Cultura é a base da Pátria. Quando a Cultura adoece, o povo adoece junto. E é por isso que queremos uma cultura dinâmica, mas, ao mesmo tempo, enraizada na nobreza de nossos mitos fundantes. A pátria, a família, a coragem do povo e sua profunda ligação com Deus amparam nossas ações na criação de políticas públicas. As virtudes da fé, da lealdade, do autossacrifício e da luta contra o mal serão alcançadas ao território sagrado das obras de Arte [...]. A arte brasileira da próxima década será heroica e será nacional, será dotada de grande capacidade de envolvimento emocional, e será igualmente imperativa, posto que profundamente vinculada às aspirações urgentes do nosso povo – ou então não será nada. (SECRETÁRIO, 2020, [s/p]).

Como operacionalizado na análise empreendida anteriormente, o primeiro movimento a ser feito é a averiguação do gênero discursivo a partir do qual o projeto enunciativo em voga se configura, bem como a relação instaurada entre locutor e interlocutor. No que diz respeito ao gênero **pronunciamento**, quando atrelado à esfera política, pode-se considerá-lo, funcionalmente, como informativo, visto que sua prática, geralmente, tem como intento nodal participar à sociedade de algum acontecimento e/ou feitoria do campo governamental. Atrelado a isso, ressalta-se que o pronunciamento político ocorre ideologicamente marcado pela práxis argumentativo-discursiva, pois o seu objeto do dizer envolve instituições público-políticas cujas supostas alterações levam a mudanças de ordem social.

No que tange ao pronunciamento em voga, apesar de sua materialização ter sido divulgada, pelo órgão federal que a compôs, na plataforma digital *YouTube*, cujo público é diverso e imensurável, acredita-se que a iniciativa foi tomada por ter um interlocutor direcionado. Pelo fato de seu conteúdo temático central dizer respeito à fomentação de artes, pode-se interpretar que o direcionamento discursivo do locutor Roberto Alvim é lançado a sujeitos que integram a esfera artística.

A primeira questão que avulta em nossa análise, em relação a esse projeto enunciativo, são os elementos não verbais que acompanham a sua arquitetônica do dizer. Se observarmos a imagem precedente, que esboça ilustrativamente o projeto enunciativo de forma interina, pode-se perceber que o locutor se encontra sentado, com vestes formais, em uma sala na qual o centro da parede que o emoldura ostenta um retrato de Jair Messias Bolsonaro ao fundo, trazendo pistas da ideologia fascista de **culto ao líder**, um demonstrar de que seu pronunciamento está sob a égide do “pai da nação”.

Acompanhando a ideologia do culto ao líder, há outros dois objetos do universo ideológico que lhe integram o sentido, acrescentando-lhe ares de **nacionalismo e religiosidade**, respectivamente: à direita do secretário, há a bandeira nacional brasileira e, à sua esquerda, uma cruz estilo missioneira de quatro braços, cuja historiografia relata que foi trazida por jesuítas para o solo nacional. Além desses aspectos que comungam com a semiótica fascista, o que chama a atenção é o fato de, durante o pronunciamento de Roberto Alvim, soar, ao fundo, um tom musical que acompanha sua performance audiovisual. Ao invés de prestigiar um compositor nacional, trata-se, “coincidentemente”, de um representante do gênero musical que foi o compositor preferido de Adolf Hitler (1983), como afirmado em sua obra *Mein Kampf*.

Tendo ao fundo musical Richard Wagner, o locutor Roberto Alvim inicia o seu percurso enunciativo enaltecendo a importância da Cultura, dando a esta a insígnia de ser “a base da Pátria”. No entanto, a sua construção subsequente apresenta, do ponto de vista linguístico-discursivo, carência de clareza semântico-textual, uma vez que o trecho “Quando a Cultura adoece, o povo adoece junto”, seguido de “E é por isso que queremos”, permite uma dupla orientação semântica no nível do manifestado: ou o locutor busca asseverar que a cultura brasileira se encontra adoecida; ou, na sua função social executiva, o locutor busca precaver um possível adoecimento.

Apesar dessa dubiedade semântico-objetal, ao considerarmos a malha discursiva bolsonarista, à qual o locutor se faz atrelado, podemos antever de que se trata da primeira possibilidade interpretativa, pois, desde sua gênese, uma das prioridades governamentais do espectro político bolsonarista é “combater o lixo marxista que se instalou nas instituições de

ensino” (BOLSONARO, 31/12/2018 *in* FERNANDES, 2018, [s/p]). Sendo assim, na cultura adoecida à qual o locutor Roberto Alvim faz referência, tem-se ecoada a ideia do que o fascismo europeu, à época, lapidou como “conspiração marxista cultural” (STANLEY, 2018, p. 54).

A reiteração dessa noção dá-se na sequência discursiva, na qual o locutor titubeia entre a abertura ao espectro cultural (“cultura dinâmica”), porém “enraizada na nobreza de seus mitos fundantes”. Essa construção enunciativa revela o eco nazifascista da ideologia do **passado mítico nacional**:

A política fascista [...] abre espaço para o estudo dos mitos como um fato. Na ideologia fascista, a função do sistema educacional é glorificar o passado mítico, elevando as conquistas dos membros da nação e obscurecendo as perspectivas e as histórias daqueles que lhe são estranhos. (STANLEY, 2018, p. 58).

Ao mobilizar no fio de seu discurso a ideologia do passado mítico, o locutor Roberto Alvin elenca alguns conceitos-valores que justificam a “benfeitoria” do projeto Prêmio Nacional das Artes, materializando-os por meio das palavras-chave **pátria, família e coragem do povo**, todas perpassadas pela ideologia da religiosidade (“profunda ligação com Deus”), pois o princípio sagrado, na heurística fascista, torna seu discurso indiscutível, direcionando-se às subjetividades de seus interlocutores, clamando “fé no coração dos combatentes” (KONDER, 1977, p. 10) para “a luta contra o mal” pelo universo artístico. Mantendo no fio do seu discurso o acento axiológico da mitificação da pátria, o locutor, ao reclamar de seus interlocutores presumidos (os artistas candidatos) uma arte engajada com seus elementos míticos fundantes, traça, enunciativamente, uma espécie de premonição em relação à arte nacional, que será “heroica” e “profundamente vinculada às aspirações urgentes do nosso povo”. Ao findar o seu discurso, a voz social de Alvin limita as possibilidades artísticas de seus interlocutores, uma vez que as suas diretrizes se apresentam, em sua própria escolha lexical, “imperativa [...] ou então não será nada”. Trata-se, pois, da malha discursiva com ressonância fascista que “precisa ser agressiva, precisa recorrer a sua ênfase feroz para disfarçar o seu vazio e tende a menoscar os valores das outras nações e da humanidade em geral” (KONDER, 1977, p. 13).

No que diz respeito aos múltiplos reflexos e refrações que do projeto enunciativo de Ricardo Alvim, enquanto signo ideológico, emergiram, pode-se perceber que grande parte das responsabilidades no espectro social brasileiro a esses discursos não foram benéficas ao projeto governamental. O primeiro motivo pelo qual esse discurso foi mal visto por parte da sociedade brasileira, sobretudo a cultural-artística, é pelo fato de muitos brasileiros perceberem, nos

elementos ideológicos levantados por nós anteriormente, uma dialogicidade com a ideologia hitleriana. Nesse sentido, a musicalidade ao fundo foi detectada por diversos musicistas nacionais, que, além de a identificarem e entrelaçarem-na ao imagético de Adolf Hitler, ficaram atônitos pelo fato de a escolha não ser por uma autoria nacional. O segundo motivo que não só reafirma o primeiro, mas torna a dialogicidade mais explícita foi o fato de o final do discurso de Roberto Alvim trazer um fragmento que pode ser associado a um dos discursos do ministro da Propaganda do governo hitleriano, Joseph Goebbels, cuja breve biografia foi citada em nota de rodapé no primeiro capítulo desta pesquisa.

Segundo o site de notícias *GI*, as coincidências retóricas entre os atores sociais podem ser encontradas na obra *Joseph Goebbels: uma biografia*, do historiador alemão Peter Longerich, que se lançou a perscrutar a vida do publicitário nazista e compilara diversos de seus discursos. Vejamos, a seguir, as proximidades retóricas:

Quadro 3 – Proximidade retórica entre Alvim e Goebbels

ALVIM	GOEBBELS
A arte brasileira da próxima década será heroica e será nacional, será dotada de grande capacidade de envolvimento emocional, e será igualmente imperativa, posto que profundamente vinculada às aspirações urgentes do nosso povo – ou então não será nada.	A arte alemã da próxima década será heroica, será ferreamente romântica, será objetiva e livre de sentimentalismo, será nacional com grande páthos e igualmente imperativa e vinculante, ou então não será nada.

Fonte: Secretário (2020, [s/p]).

Como se pode perceber, as relações dialógicas entre os enunciados ocorrem, principalmente, por suas aproximações semântico-lexicais, tanto que refletiram e refrataram, consideravelmente, de forma negativa na atmosfera brasileira, sobretudo pelos inúmeros discursos polêmico-midiáticos que do enunciado decorreram. A seguir, esboçamos algumas manchetes para demonstrarmos, mesmo que tangencialmente, o tom discursivo que as perpassou:

Figura 13 – Reflexos e Refrações do discurso de Alvim



Fonte: Alessi (2020), Ribeiro (2020) e Romano (2020).

Frente às inúmeras manchetes que repercutiram na órbita discursiva nacional e internacional e que, como pode ser avistado nas imagens acima, se coadunam pelo uso dos signos ideológicos “parafraseia”, “imita” e “copia”, diversos sujeitos com expressividade social da esfera artística se pronunciaram, demonstrando repúdio ao projeto enunciativo de Roberto Alvim. Além da esfera artística, outras tantas entidades e seus representantes também se manifestaram. Dentre estas, destacam-se: o então presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli; o então presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ); a Organização dos Advogados Brasileiros (OAB); a Embaixada da Alemanha no Brasil; e a Confederação Israelita do Brasil, que, em nota para o site *GI*, proferiu o seguinte:

Emular a visão do ministro da Propaganda nazista de Hitler, Joseph Goebbels, é um sinal assustador da sua visão [de Alvim] de cultura, que deve ser combatida e contida. [...] Uma pessoa com esse pensamento não pode comandar a cultura do nosso país e deve ser afastada do cargo imediatamente. (POLÍTICOS, 2020, [s/]).

Em contrapartida, o locutor Roberto Alvim, diante das estratosféricas manifestações discursivas, alegou se tratar apenas de uma “coincidência retórica”. Nesse mesmo percurso discursivo, de silêncio amuado, Jair Messias Bolsonaro, na qualidade de chefe de Estado, exonerou o secretário da Cultura, porém, em nenhuma de suas *lives* semanais⁵⁶, orquestradas

⁵⁶ Desde o início de seu mandato, Jair Messias Bolsonaro lança vídeos (*lives*) semanais na plataforma *YouTube*, direcionadas à sociedade brasileira e com temáticas diversas que envolvem questões sobre suas práticas governamentais. No que diz respeito à arquitetônica cenográfica dessas *lives*, indicamos a leitura do artigo científico intitulado *A eugenia de Bolsonaro: leitura bakhtiniana de um projeto de holocausto à brasileira*, de autoria das pesquisadoras Luciane de Paula e Ana Carolina Siani Lopes. Neste artigo, publicado em setembro de 2020, sob a ótica da teoria bakhtiniana, as autoras analisam as ressonâncias eugenistas nos vídeos do atual presidente, dando, em certo momento do percurso investigativo, destaque ao ato de o presidente e alguns de seus ministros tomarem leite puro nas *lives*, algo que, emblematicamente, indicia valores de pureza e higienização.

desde sua posse, proferiu explicações sobre o caso, minimizando a perversidade dialógica em apenas um “pronunciamento infeliz” (BOLSONARO in SCHUCH, 2020). O ato de minimizar a perplexidade que o discurso de Alvim exige, por dialogar explicitamente com o nazifascismo, traz à malha discursiva bolsonarista mais um fio semântico de tom “nós *versus* eles”, no qual os sujeitos que preconizam uma cultura atrelada ao pluralismo ficam desamparados, pois ou as manifestações culturais retratam os fatos “heroicos” do Brasil “ou então não será nada”, nas palavras do próprio secretário da Cultura, que indiciam um enunciado caracterizado por “apagar ou ocultar o embate das avaliações sociais no seu interior, tornando-o monoacental” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 113).

Ademais, esse ar de indiferença do presidente diante da problemática do discurso de Roberto Alvim pode ser associado ao valor do **passado mítico**, circunscrito à esfera cultural, estando os múltiplos tons axiológicos que orbitam em torno dele pulverizados nos índices de **anti-intelectualismo** bolsonarista, valor que avultaremos na sequência investigativa.

5.2.2 O anti-intelectualismo

Desde os seus gestos primeiros de governança, Jair Messias Bolsonaro e seu corpo ministerial, conforme os discursos anteriormente analisados sugerem, entram em embate com os valores pluralistas que uma democracia reclama. Circunscrito a esse tom que reverbera acentos antidemocráticos, está o seu “inimigo” político, lapidado desde o momento de sua posse: “E me coloco diante de toda a nação, neste dia, como o dia em que o povo começou a se libertar do socialismo” (BOLSONARO in BRÍGIDO; GULINO, 2020, [s/p]).

Sendo assim, o bolsonarismo, já em seu momento inicial ao adentrar o poder, apresenta, discursivamente, à sociedade uma antessala ideológica que acentua de forma negativa uma vertente política, o socialismo. Tem-se, assim, um eco nazifascista, uma vez que o presidente, ao utilizar a construção “começou a se libertar”, indica que, a partir de sua posse, o intento será impossibilitar a permanência de ideais socialistas na sociedade brasileira, estando imbuída nesses ideais a dimensão intelectual.

Conforme perscrutado no primeiro capítulo desta pesquisa, sobre o fascismo europeu, o marxismo foi o inimigo intelectual criado por mussolinianos e hitlerianos, na medida em que trouxe à luz de seus patamares intelectuais questões das quais as Ciências Naturais e afins não se apropriaram: subjetividade, fenômenos histórico-sociais, políticos, enfim, objetos de investigação que permitem e demandam a multiplicidade de olhares. Consequentemente, por sua plasticidade fenomenológica ao investigar a sociedade, as Ciências Sociais e Humanas,

desde o início das atividades executivas do bolsonarismo, sofreram perdas de investimentos, acompanhadas de agressões verbalizadas, como, por exemplo, o caso dos universitários manifestantes contrários aos cortes orçamentários que foram chamados de “uns idiotas úteis, uns imbecis” (BOLSONARO in NA ÍNTEGRA, 2019). O que se observa como tom axiológico norteador nesse princípio governamental é que

O argumento da técnica para garantir uma neutralidade inexistente pauta os discursos e os atos governamentais, com reflexos e refrações em todas as esferas e áreas. Um desprezo pelas artes, pela cultura, pela história e pela filosofia em prol de formações profissionalizantes e tecnológicas (calçadas em maquinaria e ensino à distância), com cortes de auxílios às humanidades, à ciência, à pesquisa e à educação [...] inclusive, têm alterado a opinião pública acerca da importância do estudo, da formação universitária e levado a questionamentos acerca da importância dos educadores e das universidades públicas, entendidas como “gastos supérfluos” para o Estado, especialmente ao que concerne às humanidades. (PAULA; LOPES, 2020, p. 50).

Nessa perspectiva, a ótica bolsonarista parece ultrapassar os limites de seu repúdio dado às ciências sócio humanas, atingindo, na conjuntura pandêmica da COVID-19, uma nova dimensão anticientífica: as ciências naturais. Anterior ao contexto viral, essa faceta anti-intelectual já havia sido presenciada, quando, no caso da Amazônia, que crispava em chamas em meados de 2019, denunciava-se a existência de práticas ilegais de desmatamento. Na ocasião, o governo desafiou (e continua a desafiar) todas as evidências científicas que comprovavam o aumento monumental de desmatamento desde a posse bolsonarista. Essa atitude discursiva governamental de negação científica fez emergir na sociedade diversos outros discursos que, além de buscarem macular a imagem do universo científico-acadêmico brasileiro, trouxeram aos debates questões desarrazoadas ao seu desenvolvimento investigativo gradual. Embora as Ciências como um todo (sejam elas humanas, sociais, aplicadas, lógico-matemáticas ou naturais) preconizem a divergência no debate científico,

ninguém acha que a liberdade de investigação exija a inclusão, nas faculdades universitárias, de pesquisadores que busquem demonstrar que a Terra é plana. Tal posição é infrutífera, conforme determinamos por meio de investigação científica conclusiva. Mesmo o mais convicto defensor da liberdade de expressão não afirma que devemos gastar preciosos recursos universitários nessa questão. (STANLEY, 2018, p. 57).

No que diz respeito ao contexto viral, que engendra a situação discursiva do enunciado a ser analisado, trata-se de evento epidêmico em curso denominado de Covid-19, que assolou, imensuravelmente, a sociedade mundial. Segundo a Organização Mundial da Saúde (doravante, OMS), o Novo Coronavírus, nome dado à pandemia por fazer parte de um grupo viral, consiste em uma doença de ordem respiratória, podendo chegar ao estado agudo grave (SARS-Cov-2).

O primeiro caso diagnosticado ocorreu em Wuhan, província de Hubei na China, cuja gênese, ainda não confirmada, faz-se atrelada por autoridades médicas a doenças zoonóticas⁵⁷.

Devido ao impacto internacional quanto ao número de casos confirmados de contaminação, a OMS, por não ter conseguido pormenorizar até o momento a epidemiologia do vírus, indicou em âmbito internacional o isolamento social como sendo uma potencial forma para o retardo da transmissão viral. Conseqüentemente, até os países considerados superdesenvolvidos apresentaram dificuldades de equacionar a díade economia-preservação de vidas. Contudo, grande parte dos países que conceberam a situação sob um olhar humanístico, optando pelo caminho da preservação de vidas, embora impactados com as inúmeras perdas de material humano, atestam, atualmente, ainda que ínfimo, um retorno à normalidade em termos de atividades socioeconômicas.

No que tange ao contexto brasileiro, o primeiro caso confirmado foi datado em 26 fevereiro de 2020, na cidade de São Paulo. Desde então, o fenômeno de transmissão viral adquiriu proporções estratosféricas, chegando a 4.297.949 casos de contaminação e 130.870 mil mortes até o dia 12 de setembro de 2020, conforme relatórios disponibilizados no site da OMS. Entrementes, apesar das diversas estatísticas comprobatórias do aumento ininterrupto de casos de Covid-19 no Brasil, Jair Messias Bolsonaro, concatenado ao seu corpo ministerial, em diversos pronunciamentos, opôs-se às medidas de isolamento indicadas pela OMS, questionando, sob diferentes formas, a veracidade da situação alarmante e sugerindo o fim do isolamento social. Nesse ínterim, a sociedade mundial, sobretudo as organizações que atuam na esfera da saúde, tem se posicionado diante do proeminente discurso negacionista do atual governo brasileiro, situado no espectro político da extrema direita.

É nessa atmosfera social, de negação e desalinho ao paradigma científico, que surge o enunciado a ser analisado, proferido por Jair Messias Bolsonaro, em entrevista ao jornalista José Luiz Datena, no dia 27/03/2020, e apresentado a seguir:

Brasil tem que voltar na normalidade imediatamente. Parabenizo alguns governadores que estão suspendendo a quarentena a partir de hoje, a partir de segunda-feira, tá. Mas que suspendam isso porque não deu certo, né. Num primeiro momento, houve aplauso e, no segundo momento, agora, a situação complica, começa a faltar mantimentos [...]. Alguns vão morrer? Vão morrer, ué, lamento, lamento. Essa é a vida, é a realidade. Nós não podemos parar a fábrica de automóveis porque tem 60 mil mortes no trânsito por ano, está certo? [...] Então, o meu trabalho, como chefe de estado, é, primeiro falar a verdade pro povo. Quando falei em gripezinha, fui massacrado. A realidade está aí. Para 90% da população é uma gripezinha ou nada. Ou nada, tá! Para 10% terá algo um pouco mais, mais, mais, grave, modo de se dizer, né, e uma minoria daquele grupo de risco, acima dos 60, que que é grupo de risco? Acima dos 60, somos nós dois

⁵⁷ Doenças transmitidas por animais a seres humanos.

Datena, tá, e também as pessoas que tem umas doenças, né, bastante e pouca idade abaixo disso aí (BOLSONARO, 27/03/2020 in PRESIDENTE, 2020, [s/p]).

Para que se possa compreender os efeitos de sentidos que emergem do enunciado em voga, faz-se necessária, além do resgate de sua ambientação atmosférica apresentada anteriormente, a consideração da sua instância enunciativa interna. Primeiramente, para compreender o processo de sua construção linguístico-discursiva, é relevante considerar o gênero do discurso ao qual o projeto de dizer se vincula. Trata-se de uma entrevista dada por Jair Messias Bolsonaro, presidente da república brasileira, ao programa *Brasil Urgente*, da Rede Bandeirantes de televisão, cujo âncora é o jornalista José Luiz Datena. Partindo desses elementos informativos, frisam-se três aspectos nodais que constituem, semanticamente, o enunciado do ator sociopolítico: as características relativamente estáveis de uma entrevista, a instituição à qual ela se vincula e, ademais, a relação estabelecida entre locutor e interlocutor.

Em relação ao gênero entrevista, o que se pode destacar como sendo relevante à nossa análise é o fato de, além de estar vinculada à esfera midiática jornalística, tratar-se de um projeto de dizer que cumpre um considerável papel social na sociedade brasileira. Isso se dá pelo fato de a entrevista, que ocorreu no dia 27 de março de 2020, encontrar-se situada no contexto pandêmico mundial, tendo como finalidade central a busca de informações sobre as eventuais medidas governamentais para a equalização da díade medidas econômicas/prevenção de vidas. Pelo fato de a entrevista estar condicionada à transmissão televisiva, cujo alcance é maior na cultura brasileira quando comparado às matérias escritas, a escolha linguística da chamada feita pela emissora é de extrema relevância, uma vez que a sua construção enunciativo-discursiva tem a finalidade estratégica de atingir o telespectador, levando-o a acompanhar a entrevista, como mostra a imagem seguinte:

Figura 14 – Imagem do programa *Brasil Urgente*



Fonte: Presidente (2020, [s/p]).

Se observarmos a imagem, a chamada televisiva traz, em letras garrafais, o mote central da entrevista, destacando, na faixa preta com escritas brancas, os nomes dos sujeitos envolvidos na situação interacional da entrevista que será transmitida. Pelo fato de o Brasil, à época, estar com a curva de transmissão viral acentuada, apontando, segundo dados da OMS, uma crescente veloz, a escolha estilística da chamada sugere uma tentativa da emissora para o maior alcance possível de telespectadores, que, no contexto extraverbal, encontram-se apreensivos quanto à situação socioeconômica nacional.

Voltando aos três aspectos envolvidos na instância enunciativa interna do enunciado, no que diz respeito à instituição Grupo Bandeirantes de Comunicação, responsável pela transmissão da entrevista, o que se pode afirmar é o fato de seu *status quo* se fazer circunscrito à esteira que compreende a grande mídia brasileira, cujos interesses circundam um eixo econômico. O próprio telejornal *Brasil Urgente*, transmitido às tardinhas semanais, tem como mote noticiar casos policiais que, por sua vez, vêm acompanhados de comentários do jornalista Datena, associando-os às práticas políticas nacionais. Sendo assim, salienta-se o fato de a transmissão midiática brasileira se configurar, em termos gerais, em prol do interesse da elite brasileira. Diferentemente da mídia europeia,

Aqui, o interesse unicamente comercial de grandes conglomerados na área da comunicação foi a regra. Todo o poder de fogo, de pressão, de ameaça e chantagem do poder político foi utilizado para destruir no nascedouro, por exemplo, uma televisão pública entre nós. Presa unicamente do interesse comercial, sem a concorrência de televisões públicas como no contexto europeu, esse tipo de imprensa, em vez de ser instância de mediação da esfera pública, assegurando a circulação de argumentos em disputa, pode então transformar-se em arregimentadora e instrumento de interesses privados, que são expostos como se fossem públicos. (SOUZA, 2019, p. 135).

No que tange à relação estabelecida entre locutor (Jair Bolsonaro) e interlocutor(es), sublinha-se que, pela esfera na qual a entrevista é mobilizada, bem como por se tratar de um locutor cujo alcance social é de extrema relevância, não apenas Datena é o seu interlocutor imediato, mas, sobretudo, a sociedade brasileira como um todo, principalmente o público que o telejornal tem como interlocução presumida. Durante a entrevista, foi possível observar vários momentos em que o interlocutor Datena comunga com o direcionamento que o locutor Jair Bolsonaro dá à entrevista, centralizando-se no conteúdo temático **economia** e, ao mesmo tempo, deixando como secundárias as medidas preventivas sanitárias a serem tomadas. Em várias circunstâncias da entrevista, Jair Bolsonaro mostrou-se, veementemente, contrário às necessidades de isolamento indicadas por alguns estados e municípios brasileiros, apresentando, por meio de sua enunciação, índices valorativos que podem ser associados ao **anti-intelectualismo**.

Em um desses hiatos, ao ser indagado pelo interlocutor Datena sobre as sugestões de medidas preventivas para a transmissão viral, podem ser observados ecos nazifascistas que parecem reiterar a pretensão de transformar a crise sanitária em crise política, como, por exemplo, no segmento seguinte do enunciado: “Parabenizo alguns governadores que estão suspendendo a quarentena a partir de hoje, a partir de segunda-feira, tá. Mas que suspendam isso porque não deu certo, né. Num primeiro momento, houve aplauso e, no segundo momento, agora, a situação complica, começa a faltar mantimentos”. Ao utilizar os termos **parabenizo alguns governadores**, o locutor Jair Bolsonaro traça uma linha invisível no espectro ideológico político em âmbito brasileiro que, ao invés de buscar uma união estatal frente à conjuntura pandêmica, ecoa, discursivamente, valores que se segmentam em prospectivos conflitos, considerando-se o contexto aflitivo da atualidade brasileira. A partir dessa escolha estilística, o locutor volta a reafirmar que a política de isolamento não foi frutífera (“**não deu certo**”), acrescentando à sua afirmação o advérbio **né** que, não apenas indica uma presumida concordância de seu interlocutor, mas também sugere questionamentos aos que dele discordaram, uma vez que, “**num primeiro momento, houve aplauso e, no segundo momento, agora, a situação complica, começa a faltar mantimentos**”. Na sequência de sua discursivização, o locutor enuncia:

Alguns vão morrer? Vão morrer, ué, lamento, lamento. Essa é a vida, é a realidade. Nós não podemos parar a fábrica de automóveis porque tem 60 mil mortes no trânsito por ano, está certo? [...] Então, o meu trabalho, como chefe de estado, é, primeiro falar a verdade pro povo.

Nessa passagem selecionada do enunciado, o anti-intelectualismo ressoado na passagem anterior se desmembra, indo ao encontro de outros valores que, em certa medida, decorrem da **ideologia do inimigo**, o que revela vestígios do fascismo. No primeiro momento, o que se observa são valorações do enunciado que remetem a certo desprezo pela vida, como se verifica pelo uso da interjeição **ué**, que, além de indiciar certa irritação do locutor ao tratar do objeto do dizer, sugere sua pouca eloquência ao tentar equacionar a díade economia-preservação de vidas. Essa potencial naturalização da morte também se percebe reiterada pelo uso das expressões **lamento** e **essa é a vida**, uma vez que tais escolhas linguísticas nos permitem a interpretação de que, mesmo se tratando de um locutor com a maior função social do país (presidente), não parece imbuído nessa responsabilidade de perdas humanas (lamenta-se muito, mas afirma que não há o que fazer). Ainda nesse primeiro momento, também chamamos a atenção para a escolha estilística do locutor pelo item lexical **alguns**. Do ponto de vista estritamente linguístico, trata-se de um pronome indefinido que, no nível da língua, significa não definição dos nomes, ou seja, dos sujeitos abstratos, não reais. No entanto, sob o enfoque translinguístico bakhtiniano, o uso da língua corresponde à vida concreta e relaciona-se com o horizonte social dos interlocutores, que são vozes sociais. Sendo assim, considerando-se a realidade social brasileira, embora o locutor Jair Bolsonaro tenha utilizado o pronome indefinido **alguns**, no nível do discurso, o termo não apresenta indefinição semântico-valorativa. Pelo contrário, ao defender a retomada da economia, negando o isolamento social e sua legitimidade científica, o locutor, por exercer uma função social que exige, minimamente, um parâmetro geral do extrato socioeconômico brasileiro, sabe que os “alguns” se referem a uma parcela da população que ou se expõe em risco indo ao trabalho ou, caso escolha isolar-se, perde o emprego que se encontra sob a égide elitista. Com a máquina governamental, representada pelo locutor, pressionando pela retomada econômica, esses sujeitos “aparentemente indeterminados” veem-se imersos numa **necropolítica**, algo que nos revela vestígios da política da **eugenia hitleriana**, que, em uma espécie de ode à morte, recrutava seus inimigos (intelectuais, políticos, étnicos e desfavorecidos), levando-os à tortura e ao assassinato. Assim, no nível da língua, os “alguns” carecem de semântica, mas, no nível do discurso, são preenchidos pela hierarquia social da realidade social brasileira:

Na área da saúde, dados revelam [...] uma inequívoca desigualdade entre os brasileiros e nas diversas regiões da União. [...] as maiores taxas de **não atendimento** guardam as seguintes características: mulheres (3,5%); indivíduos com idade entre 25 e 49 anos (3,7%); pretos e pardos (4,3%); pessoas com baixo ou médio nível de instrução (3,3%) e 4,1%, respectivamente); e o grupo que não possui plano de saúde (4,2%). Há ainda claras desigualdades regionais, com os maiores números de não atendimentos pelos

serviços de saúde concentrando-se no **Norte** e no **Nordeste**. [...] **Pardos e Pretos**, de acordo com as categorias do Censo Nacional, têm 56,7% a mais de chances, em relação aos brancos, de apresentar um estado de saúde classificado como “não bom”. (SCHWARCZ, 2019, p. 131, grifos nossos).

A partir desse breve panorama sobre as desigualdades da esfera da saúde pública, apresentado por Schwarcz (2019), pode-se depreender que o valor do item lexical “alguns”, proferido por Bolsonaro, encontra-se axiologizado pelo horizonte sociológico brasileiro, posto que “as formas do signo são condicionadas, antes de tudo, tanto pela organização social desses indivíduos quanto pelas condições mais próximas de sua interação” (VOLÓCHINOV, 2017, p.109). Além disso, se observarmos as expressões por nós grifadas, podemos sugerir que é nas regiões Norte e Nordeste do território brasileiro que a voz social de Jair Bolsonaro encontra maior resistência (**inimigo político**); além disso, a desigualdade social refletida na saúde de pardos e pretos faz ressoar, mais uma vez, ecos da política de eugenia hitleriana, que buscava práticas de limpezas étnicas em prol da **primazia ariana**.

A partir disso, o locutor reafirma a sua simplificação da complexidade de conjuntura viral (“Nós não podemos parar a fábrica de automóveis porque tem 60 mil mortes no trânsito por ano, está certo?”), trazendo para o debate dados estatísticos que não estabelecem nenhuma relação com a dimensão pandêmica. Emergem dessa construção enunciativa tons valorativos que podem ser associados a aspectos da **ilogicidade fascista**, no que tange ao “culto da ação pela ação. A ação é bela em si e, portanto, deve ser realizada antes de e sem nenhuma reflexão” (ECO, 2018, p. 47). Nessa passagem, destaca-se também a tentativa de o locutor trazer o interlocutor para junto de sua “reflexão” (“está certo?”), tentando convencê-lo com dados estatísticos supostamente averiguados por estudos científicos. Assim, percebemos ecos de outra axiologia fascista, o **culto ao líder**, uma vez que Bolsonaro, ao mesmo tempo que nega evidências científicas no que diz respeito à pandemia, utiliza-se de dados da ciência para defender a sua “verdade”. É a vontade do líder que parece adquirir caráter verossímil em tons discursivos nazifascistas (“Então, o meu trabalho, como chefe de estado, é, primeiro falar a verdade pro povo”), e não outras, mesmo que calcadas em investigações comprobatórias que em nada se relacionam com o contexto pandêmico (mortes no trânsito/mortes por vírus).

Na sequência, é possível observar mais vestígios discursivos que remetem a valores nazifascistas ecoados em seu projeto enunciativo:

Quando falei em gripezinha, fui massacrado. A realidade está aí. Para 90% da população é uma gripezinha ou nada. Ou nada, tá! Para 10% terá algo um pouco mais, mais, mais, grave, modo de se dizer, né, e uma minoria daquele grupo de risco, acima dos 60, que que é grupo de risco? Acima dos 60, somos nós dois Datena, tá, e também as pessoas que tem umas doenças, né, bastante e pouca idade abaixo disso aí.

Podemos perceber, pelo uso do substantivo gripe no diminutivo, “gripezinha”⁵⁸, a negação da gravidade da doença, o que parece ser um indício de seu descaso pela vida (política de eugenia) e de seu negacionismo científico quanto aos estudos realizados por diversas universidades do âmbito internacional que lutam para desenhar a epidemiologia do vírus. Arelados a isso, tem-se, reiteradamente, vestígios da sua construção de inimigo sociopolítico (“fui massacrado”), típico dos líderes que admiram a arquitetônica valorativa fascista que, em seus discursos, declaram sofrer “perseguição marxista”. Ao mesmo tempo, sua aversão à cientificidade chega ao cume ao afirmar que, “Para 90% da população é uma gripezinha ou nada”), dando estatísticas, cujo embasamento científico não é comprovado, para desconstruir a legitimidade das Ciências que estão engajadas na pesquisa acadêmica, em busca de soluções para o caos sanitário mundial. Ao fim, o locutor integra ao seu grupo de “alguns”, anteriormente analisado, mais uma identidade (os idosos), direcionando-se, em entonação irônica, ao seu interlocutor Datena, dando ao objeto do dizer um tom jocoso, um valor de chiste à situação pandêmica e à sua legitimidade científica.

Até o presente momento analítico, pôde ser observada, à luz bakhtiniana, a presença de diversos ecos nazifascistas na posição ideológica do locutor em voga, que se desmembram a partir de sua visão de mundo anti-intelectualista: a política da eugenia, o culto ao líder, a irracionalidade, a criação de um inimigo político-ideológico, enfim, valores que buscam a polarização social, um movimento enunciativo-discurso marcado por uma semântica repetível “nós” *versus* “eles”, como presenciado nos dois primeiros enunciados que fazem parte do nosso *corpus* analítico. Entremeando-se com o enunciado em voga analisado, presenciam-se no palco discursivo brasileiro diversos outros pronunciamentos que reiteram valores que podem ser associados às ideologias nazifascistas. Tornaram-se comum nas discursivizações de Jair Bolsonaro, por exemplo, pistas da presença do negacionismo científico, indicando o uso de hidroxicloroquina, principalmente após o ator sociopolítico, por desrespeitar as regras de distanciamento social, ser contaminado (“Estou tomando aqui a terceira dose de cloroquina (risos) [...] está dando certo [...]!”)⁵⁹.

⁵⁸ O primeiro ator social com expressividade no horizonte discursivo brasileiro a utilizar a expressão “gripezinha” foi o médico Drauzio Varella. Ciente de sua imagem influente na semiose social brasileira, Varella, ao perceber a gravidade do vírus, desculpa-se pelo uso terminológico e, atualmente, tornou-se um dos principais divulgadores cientistas quanto aos riscos pandêmicos. Entretanto, Jair Messias Bolsonaro, por diversos momentos, utilizou o termo fazendo referência a Drauzio Varella. Trata-se de um mecanismo discursivo atrelado à ilogicidade fascista que, falaciosamente, busca uma ancoragem na cientificidade.

⁵⁹ Bolsonaro (2020. [s/p]).

No entanto, segundo a OMS, diversos estudos realizados sobre o uso da medicação não demonstram com conclusividade a sua eficácia, mas sim os efeitos colaterais graves que seu uso irresponsável pode causar. A incitação ao uso do medicamento, acompanhada da negação ao cientificismo presente no enunciado analisado, traça, ao nosso olhar, relações dialógicas com a política de eugenia, por evocar, estilisticamente, uma discursivização que aspira por uma espécie de holocausto à brasileira, como asseveram Paula e Lopes (2020), marcada por uma

política de rebanho estimulada na pandemia do COVID-19 que, em nome da economia, empurra, sem saída (por falta de políticas públicas amplas, principalmente aos mais vulneráveis e às micro empresas), as pessoas para as ruas e, com isso, de certa forma, ao infectar o povo em grande escala, os mais adaptáveis geneticamente, como ele acredita ser (“com seu histórico de atleta”, loiro e de olhos claros, ou seja, com sua “superioridade ariana”), sobrevivem e a nação, social e economicamente, torna-se mais forte. (PAULA; LOPES, 2020, p. 39).

Como mencionado na descrição da metodologia analítica, doravante, passemos a averiguar alguns reflexos e refrações que emergiram no horizonte social brasileiro, decorrentes desse enunciado (e, possivelmente, daqueles com os quais ele dialoga) e proferidos pelo locutor na conjuntura da pandemia da Covid-19. Partindo-se do pressuposto de que o enunciado concreto, enquanto signo ideológico, reflete e refrata a realidade social, no próprio projeto enunciativo de Jair Bolsonaro, podemos averiguar a enunciação desse fenômeno pelo uso terminológico (“fui massacrado”). Quando o locutor faz essa escolha estilística, refere-se às inúmeras refrações que de seus enunciados com valorações derivadas do anti-intelectualismo surgiram. Diversas instituições, de diferentes esferas da atividade humana, mostraram-se contrárias ao posicionamento do presidente, rechaçando, discursivamente, a sua atitude. Além disso, no espectro político, inúmeros partidos que, pela diferença de preceitos, colidem ideologicamente, compactuaram no que diz respeito ao rechaço demonstrado ao locutor, mostrando, por meio desse pacto discursivo, que, independentemente de coalizões políticas, em um Estado de Direito, o eixo central deve ser a democracia.

Todavia, visto que os processos de reflexo e refração são imensuráveis e tomam diferentes direções na órbita discursiva, o locutor Jair Bolsonaro, ao enunciar um valor anti-intelectualista, incitando a retomada econômica nacional, legítima, por sua representatividade, uma parcela da sociedade a desconsiderar o isolamento social e a ressignificar o seu projeto de dizer. Isso resulta do fato de, como explicitado em nosso capítulo teórico-discursivo,

ser a linguagem uma prática social, uma atividade responsiva, que se viabiliza a partir das relações com o outro, seja esse outro o interlocutor, seja esse outro uma posição. Assim, a linguagem se concretiza a partir do modo como o sujeito avalia o outro:

como esse outro se projeta no discurso, como se tem expectativa dele, como ele convoca atitudes ativas (DI FANTI, 2003, p. 107).

Desse modo, ao direcionar o seu projeto de dizer ao interlocutor Datena e, conseqüentemente, à sociedade brasileira, o presidente mobiliza valores que trazem ecos nazifascistas na expectativa de convocar refrações sociais que concatenam com sua visão de mundo. Nesse fenômeno, situa-se o seu coral de apoio, cuja manifestação discursiva responsiva mais emblemática, ao nosso olhar, ilustra-se a seguir:

Figura 15 – O grupo 300



Fonte: Grupo (2020, [s/p]).

Embora, após a entrevista de Jair Bolsonaro dada a Datena, tenham surgido diversas manifestações discursivas que configuram e materializam o seu coral de apoio, a imagem precedente talvez seja a que reúna, emblematicamente, o conjunto das diversas discursivizações que resultaram dos valores evocados pelo locutor em análise. Trata-se de uma manifestação realizada, aproximadamente, após 20 dias da entrevista dada, cuja reação da organização é a atitude responsiva frente às críticas feitas pelas instituições a Jair Bolsonaro, anteriormente mencionadas.

Existem diferentes elementos verbo-visuais que, embora não sejam pormenorizados nesta pesquisa por não fazerem parte do nosso objeto nodal, merecem dois apontamentos. O primeiro deles diz respeito às informações noticiadas na esfera midiática sobre o grupo de sujeitos na foto/imagem. Coordenado pela ativista política Sara Winter⁶⁰, o grupo 300, que

⁶⁰ O nome verdadeiro da coordenadora do grupo 300 que apoia Jair Messias Bolsonaro é Sara Fernanda Giromini. Acredita-se que o condinome Sara Winter, utilizado pela manifestante, faça referência à Sara Winter née Domville-Taylor, falecida em 1944, a qual foi integrante da União Britânica Fascista e espiã apoiadora do regime de Adolf Hitler.

conta com o apoio de aproximadamente 20 pessoas, consistiu em uma aglomeração diária de armamentistas, nos arredores da Esplanada dos Ministérios, em Brasília, desde o dia primeiro de maio de 2020. O principal intento do movimento, segundo a própria coordenadora relata em entrevista dada ao site da *BBC Brasil* (SENRA, 2020, [s/p]), é a luta pelo direito de Jair Bolsonaro adquirir poder de governabilidade. Em prol desse objetivo, tornou-se comumente a organização, considerada como milícia pelo Ministério Público do Distrito Federal, ornamentar cartazes preconizando uma intervenção militar no Brasil, o fechamento do Supremo Tribunal Federal e do Congresso Nacional, bem como o retalhamento de políticos ideologicamente contrários a Jair Bolsonaro e aos seus posicionamentos frente à conjuntura pandêmica. Durante alguns atos, o grupo de manifestantes chegou a lançar rojões em direção ao Supremo Tribunal Federal, buscando a intimidação dos Poderes Legislativo e Judiciário.

Conforme publicações de membros do grupo de manifestantes em redes sociais, a denominação 300 dada à organização consiste em uma fusão de inspiração histórico-religiosa: a primeira faz referência à mitologia *300 de Gideão*, escrita no antigo testamento bíblico; a segunda é uma analogia à batalha dos Termópilas, narrativa de 480 a.C., em que 300 guerreiros civis de Esparta lutaram contra um exército persa. O que se pode apreender nesse conjunto de elementos até então apontados são os efeitos de sentidos que dele emergem. Afora os atos antidemocráticos, vê-se, na própria denominação grupal, um discurso que projeta um imagético que funciona como uma “resposta emocional de um grupo selecionado de cidadãos [...] apresentada e aceita como a voz do povo” (ECO, 2018, p. 57). Entremeadada à “voz do povo”, está a “voz de Deus”, ou seja, um conjunto de cidadãos “heróis” (civis espartas) que, com a força divina (300 de Gideão) lutarão em busca da governabilidade do herói nacional (Jair Bolsonaro). Reverberam-se, assim, minimamente, três valores nazifascistas: o **culto ao líder**, o **ultranacionalismo** e a **religiosidade**, comungados, discursivamente, ao “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”.

O segundo aspecto crucial em relação ao manifesto-resposta ao projeto de dizer do locutor Jair Bolsonaro, analisado neste breve estudo, diz respeito à linguagem visual registrada na imagem. Embora existam diversas imagens do grupo 300 disponíveis na esfera midiática, escolheu-se a precedente pelo fato de nela estar, em certa medida, a sustentação da nossa hipótese, conforme a qual existem ecos nazifascistas nas discursivizações do bolsonarismo. Segundo Bakhtin (2017), não existe interpretação sem avaliação, sendo ambos os processos simultâneos. Assim, os sujeitos, imersos na cadeia ininterrupta do discurso social, encarnam-se em contínua

orientação nesse mundo; é reação às palavras do outro (uma reação infinitamente diversificada), a começar pela assimilação delas (no processo de domínio inicial do discurso) e terminando na assimilação das riquezas da cultura humana (expressas em palavras ou em outros materiais semióticos) (BAKHTIN, 2017, p. 38).

Desse modo, ao se projetarem enquanto coral de apoio da voz social de Jair Bolsonaro, a imagem precedente consiste, dentre muitas coisas, em um enunciado-resposta às enunciações do locutor, sobretudo no que tange ao seu negacionismo científico, uma vez que as manifestações do grupo **300** emergiram no contexto pandêmico. Trata-se de uma das manifestações, realizada na noite de 30 de maio de 2020, durante a qual o grupo marchou carregando tochas, e grande parte dos membros cobriu as faces com máscaras brancas. Durante o ato, presenciaram-se, além do fundo musical fúnebre, manifestantes gritando *ahu*, expressão utilizada em movimentos da extrema direita de vários países. O que de fato está conspícuo na imagem é a sua aproximação semiótico-visual com as manifestações fascistas do grupo americano Ku Klux Klan, que, em seus atos xenofóbicos, também carregavam tochas e cobriam suas faces. Assim, o manifesto 300, para além de responder, mancomunando-se ao enunciado de Jair Bolsonaro, faz dele uma interpretação que concatena e reitera a leitura hipotética defendida nesta pesquisa. O próprio coro de apoio do locutor o percebe como fascista, uma vez que, ao se projetarem discursivamente em prol de sua defesa, fazem-no utilizando recursos visuais que dialogam com movimentos históricos considerados nazifascistas.

Além disso, o anti-intelectualismo investigado até o momento nos revela que, para além de um inimigo intelectual, o bolsonarismo lapida um arquétipo do inimigo que envolve outras facetas sociais, trazendo à sua malha valorativo-discursiva novas nuances ideológicas, como o antissemitismo, apresentado na sequência.

5.2.3 O antissemitismo

O contexto extraverbal que integra o fio axiológico central do quarto enunciado elencado para análise se atrela, cronotópica e ideologicamente, à conjuntura pandêmica e ao negacionismo de sua veracidade, observados no discurso investigado da seção antecedente. Trata-se de uma reunião do Poder Executivo brasileiro, realizada no dia 22 de abril de 2020, coordenada pelo então presidente, Jair Messias Bolsonaro, e por seu vice, Hamilton Mourão. O encontro ocorrera em uma das dependências do Palácio do Planalto, contando, ao todo, com 25 autoridades executivas, sendo que boa parte delas corresponde ao corpo ministerial

bolsonarista. Além dos chefes do Executivo mencionados anteriormente, estavam na reunião outras 24 autoridades atreladas ao poder governamental.

Embora o objeto central deste momento analítico seja o projeto enunciativo do à época ministro da Educação, Abraham Weintraub, faz-se imperativo resgatarmos algumas enunciações e/ou informações contextuais do evento discursivo, que, mesmo que minimamente, fornecem-nos uma noção do todo arquitetônico da reunião ministerial. Esse movimento se justifica porque, do ponto de vista bakhtiniano, “nenhum enunciado pode ser o primeiro ou o último. Ele é apenas o elo na cadeia e fora dessa cadeia não pode ser estudado” (BAKHTIN, 2017, p. 26).

O primeiro movimento a ser ensejado para o resgate semântico do todo enunciativo é levarmos em consideração, como feito nas análises anteriores que compõem a presente pesquisa, o gênero discursivo no qual o acontecimento do(s) enunciado(s) ocorre(m). Nesse sentido, o gênero do discurso **reunião**, ainda que com considerável plasticidade por se fazer presente em diversas esferas de atividade humana, apresenta algumas características repetíveis. Geralmente, uma reunião que envolve atividades executivas públicas tem o propósito de discutir diversos aspectos que orbitam em torno de uma temática central, apesar de, nesse decurso, ser possível o aparecimento de assuntos outros que não necessariamente tenham relação direta com o conteúdo temático nodal que norteia o encontro. No entanto, embora em reuniões surjam diferentes pautas, no que tange às questões relacionadas ao poder público, sempre há um problema a ser resolvido, de modo que a descentralização dos propósitos norteadores do encontro pode levá-lo à não obtenção de resultados, sem projeções de ações a serem tomadas. Além disso, existem inúmeras especificidades em reuniões, a depender da esfera de atividade à qual o gênero se atrela. No que diz respeito às reuniões que envolvem questões governamentais do espaço público, geralmente, o seu funcionamento reclama um considerável grau de formalidade, tendo em vista que os seus propósitos se direcionam às questões executivas de interesse público e, portanto, ocorrem sob a égide de legislações específicas.

Entretanto, considerando essas características, o que se pode observar num primeiro momento é que, no encontro em voga, ocorreu uma subversão do gênero discursivo **reunião ministerial**. Esse fenômeno aconteceu, a nosso ver, sobretudo por dois motivos centrais: o desvio do conteúdo temático nodal da proposta da reunião e a falta de decoro linguístico-discursivo dos seus participantes.

No que concerne ao desvio temático, atenta-se para o motivo pelo qual a reunião foi orquestrada. No vídeo analisado da reunião ministerial, o encontro é iniciado com a fala do ministro Chefe da Casa Civil, general Braga Netto:

Senhores, bom dia. É, é ... essa reunião é por solicitação minha ao Presidente da República, porque, é ... nós iríamos apresentar isso à imprensa que não foi apresentado e começaram uma série de especulações sobre esse plano de retomada. Então eu solicitei ao presidente uma reunião com os ministros, porque o plano não vai ter efeito se todos os senhores não nos ajudarem, cada um na sua área, é claro. (BRAGA NETO, 22/04/2020)⁶¹.

Conforme analisado no enunciado do eixo ideológico da seção anterior, o atual governo, desde o início da situação pandêmica, mostrou-se inclinado a priorizar o aspecto econômico nacional, desconsiderando o impacto letal do vírus na sociedade inerte às restrições de isolamento social – principalmente a classe trabalhadora. Ao que tudo indica na citação precedente, que revela as palavras iniciais de Braga Netto no encontro ministerial, a ideia temática da reunião era a apresentação e a discussão de um esboço socioeconômico para o governo apresentar à nação uma espécie de projeto que, na continuidade do discurso do ministro, seria intitulado de “Plano Marshall brasileiro”, escolha discursiva de signos ideológicos que revelam uma carência de conhecimento histórico e econômico por parte do locutor militar⁶². Todavia, o que se pode perceber, com o vídeo da reunião ministerial, é que, durante o seu percurso, o seu conteúdo temático acaba sendo direcionado para distintos caminhos temático-axiológicos. Isso ocorre pelo fato de que, na conjuntura contextual na qual a reunião ministerial ocorreu, o governo bolsonarista, justamente por apresentar descaso e negacionismo frente à gravidade pandêmica, recebera inúmeras críticas de distintas instituições nacionais, bem como fora pressionado por parte da esfera midiática e da sociedade civil para a apresentação de um projeto governamental em prol do enfrentamento ao caótico quadro social e econômico ocasionado pela pandemia. As críticas endereçadas ao governo e, em especial, ao presidente Jair Messias Bolsonaro, são resultado do vislumbrar da sociedade brasileira diante de um sujeito que

“sem álibi” de sua existência e pela função que ocupa, tenta se eximir pelos atos de não combate à pandemia (com declarações como “E daí, o que você quer que eu faça? Eu sou Messias, mas não faço milagre”, ao ser indagado sobre o número de mortes causadas pelo coronavírus; ou ao imputar a responsabilidade, tanto pelas mortes quanto pela crise econômica, aos governadores e prefeitos), assumindo uma política calcada na imunidade do rebanho. (PAULA; LOPES, 2020, p. 48).

⁶¹ <https://www.youtube.com/watch?v=TjndWfgiRQQ>

⁶² O Plano Marshall consistira em um programa econômico construído pelos EUA com o intuito de auxiliar países da Europa Ocidental após a II Guerra Mundial.

Visto que é característico de ressonâncias fascistas a inversão da realidade (ECO, 2018), Jair Messias Bolsonaro, ancorado no negacionismo, descentraliza a temática da reunião ministerial, dando ênfase às críticas que seu governo recebera à época. A partir desse ato discursivo, a reunião assume assuntos diversos relacionados às medidas econômicas não em prol do contexto pandêmico, mas, principalmente, em busca da continuidade desmedida do invólucro semântico neoliberalista que o seu ministro da Economia Paulo Guedes assumira desde o início das atividades governamentais bolsonaristas. Trata-se, como adverte Poulantzas, da busca fascista pela exploração, sob diferentes formas, da classe operária, alicerçada em um

plano calcado de progressividade e de divisão. O caso é nítido para o primeiro período do fascismo no poder, o dos “compromissos econômicos”, de algum modo impostos ao grande capital durante o período de destruição das organizações da classe operária. Esta política será prosseguida através, sobretudo, da criação sistemática de “categorias privilegiadas” de operários em relação à massa da classe operária. (POULANTZAS, 1978, p. 179).

Arelada ao processo de desvio temático, tem-se a maneira discursiva pela qual a alternância de conteúdo foi arquitetada enunciativamente. Em diversos momentos da reunião, pode ser presenciado um conjunto de enunciações ultrajantes, marcadas por proeminente destempero verbal e contendo diversos palavrões, xingamentos, termos chulos e ameaças destinadas às diversas autoridades, instituições nacionais e atores sociais com expressividade que então exigiam do governo atos procedimentais para o combate à crise instaurada em solo nacional. Para fins de exemplificação parcial do tom pejorativo que perpassou o conjunto de discursos que compuseram a reunião em voga, esboça-se, a seguir, um trecho da fala de Jair Bolsonaro:

E a **putaria** o tempo todo pra me atingir, mexendo com a minha família. Já tentei trocar gente da segurança nossa no Rio de Janeiro, oficialmente, e não consegui! E isso acabou. Eu não vou esperar **foder** a minha família toda, de sacanagem, ou amigos meu, porque eu não posso trocar alguém da segurança na ponta da linha que pertence a estrutura nossa. Vai trocar! Se não puder trocar, troca o chefe dele! Não pode trocar o chefe dele? Troca o ministro! E ponto final! Não estamos aqui pra brincadeira. (BOLSONARO, 22/04/2020, grifo nosso).

Além da falta de decoro linguístico-discursivo por parte do presidente, evidenciada pelos signos ideológicos **putaria** e **foder**, o que se destaca neste trecho enunciativo é o motivo pelo qual a reunião ministerial foi tornada pública, ou seja, divulgada aos meios midiáticos de nível internacional. Como pode ser observado, o locutor Jair Bolsonaro faz uma reclamação sobre o fato de, à época, a esfera midiática trazer à tona denúncias direcionadas a dois de seus quatro filhos. O seu filho Carlos Bolsonaro havia sido indiciado pela contratação de

“funcionários fantasmas” em seu gabinete de vereador do município do Rio de Janeiro. Flávio Bolsonaro, por sua vez, havia se tornado o principal suspeito em um inquérito que apurava o sistema de “rachadinha”⁶³, ocorrido na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, quando nela havia sido deputado. No caso das “rachadinhas”, há o envolvimento direto do seu ex-assessor Fabrício de Queiroz, preso em junho do 2020. Embora reuniões ministeriais não sejam transmitidas publicamente, o vazamento do vídeo se deu pelo fato de que o ex-ministro Sergio Moro, ao se demitir, ter denunciado o presidente Jair Messias Bolsonaro de tentativa de intervenção ilegal na segurança nacional, como o próprio trecho de seu discurso esboçado sugere. Desse modo, a divulgação do conteúdo do vídeo foi viabilizada por meio de exigência jurídica.

Acompanhando a nevrálgia verboaxiológica demonstrada nas discursivizações do presidente, durante a reunião ministerial, diversas autoridades se comportaram, linguística e discursivamente, de modo semelhante. Afora as demonstrações pelo desprezo à legalidade, como demonstram o discurso antiambientalista do ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles (“ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas [...] da baciada”) e o discurso de moralismo fundamentalista de Damares Alves, ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (“A pandemia vai passar, mas governadores e prefeitos responderão processos. E nós vamos pedir inclusive a prisão de governadores e prefeitos”), inúmeras expressões de tom pejorativo acompanharam a reunião (**porra, rabo, hemorroidas, desgraçados, filhos da puta** etc.). Tendo em vista que “manifestamos o nosso sentimento entoando expressiva e profundamente uma palavra eventual” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 235), o uso desses signos ideológicos verborrágicos proferidos pelos locutores da reunião revela a maneira como o atual Poder Executivo percebe o administrar de uma nação. Trata-se dos bastidores discursivos governamentais expostos à sociedade, os quais sugerem uma falta de decoro linguageiro que não apenas revela um “modo de falar”, mas, sobretudo, traz à luz um olhar desrespeitoso aos sujeitos e às instituições republicanas, revestido por fios ideológicos de raiva e desprezo à democracia.

Contudo, dentre os muitos impropérios revelados na arquitetônica discursiva da reunião ministerial em voga, destaca-se parte do projeto enunciativo proferido pelo à época ministro da Educação, Abraham Weintraub, justamente por representar, aos olhos de muitos juristas, um

⁶³ O uso do termo *rachadinha*, popularmente conhecido no horizonte discursivo brasileiro, diz respeito ao desvio salarial de assessores parlamentares ou de secretários do executivo, a partir de acordos pré-estabelecidos entre atores sociopolíticos de alianças partidárias.

aparente ato discursivo criminoso frente às instituições da República. A seguir, apresenta-se um trecho destacado de seu todo discursivo:

[...] Eu, por mim, botava esses vagabundos todos na cadeia. Começando no STF. E é isso que me choca. Era só isso presidente, eu ... eu ... realmente acho que toda essa discussão de "vamos fazer isso", "vamos fazer aquilo", ouvi muitos ministros que vi ... chegaram, foram embora. Eu percebo que tem muita gente com agenda própria. Eu percebo que tem, assim, tem o jogo que é jogado aqui, mas eu não vim pra jogar o jogo. Eu vim aqui pra lutar. E eu luto e me ferro. Eu tô com um monte de processo aqui no comitê de ética da presidência. Eu sou o único que levou processo aqui. Isso é um absurdo o que tá acontecendo aqui no Brasil. A gente tá conversando com quem a gente tinha que lutar. A gente não tá sendo duro o bastante contra os privilégios, com o tamanho do Estado e é o ... eu realmente tô aqui - o aberto, como cês sabem disso, levo tiro ... odeio ... odeio o partido comunista [trecho não liberado pelo STF, que cita outro país]. Ele tá querendo transformar a gente numa colônia. Esse país não é ... odeio o termo "povos indígenas", odeio esse termo. Odeio. O "povo cigano". Só tem um povo nesse país. Quer, quer. Não quer, sai de ré. É povo brasileiro, só tem um povo. Pode ser preto, pode ser branco, pode ser japonês, pode ser descendente de índio, mas tem que ser brasileiro, pô! Acabar com esse negócio de povos e privilégios. Só pode ter um povo, não pode ter ministro que acha que é melhor do que o povo. Do que o cidadão. Isso é um absurdo, a gente chegou até aqui. O senhor levou uma facada na barriga. Fez mais do que eu, levou uma facada. Mas eu também tô levando bordoadas e tô correndo risco. E fico escutando esse monte de gente defendendo privilégio, teta. Tendeu? É isso. Negócio. Empréstimos. A gente veio aqui pra acabar com tudo isso, não pra manter essa estrutura. E esse é o meu sentimento extremamente chateado que eu tô vendo essa oportunidade se perder. (WEINTRAUB, 22/04/2020).

Concentrando o fio de seu discurso no processo de descentralização temática da reunião ministerial iniciada por Jair Bolsonaro, o locutor Abraham Weintraub, durante seu singular pronunciamento no encontro, direciona seu ato discursivo às críticas e às pressões que o governo bolsonarista recebera à época. Se atentarmos para o primeiro momento do trecho elencado para análise, pode-se perceber que o referido locutor inicia o seu projeto enunciativo em tom insultuoso ao se referir às instituições republicanas, dando destaque ao Supremo Tribunal Federal (STF). Ao desejar prisão aos que se opõem às atitudes governamentais, depreciando-os por meio do signo ideológico **vagabundos**, o locutor Weintraub reverte a displicência governamental frente à pandemia apontada pela crítica e, com esse mecanismo discursivo, destaca as práticas bolsonaristas (ou a falta delas) na condição de governabilidade agredida pelos inimigos. Trata-se de lampejos axiológicos do nazifascismo, o qual utiliza, semanticamente, a vitimização para, futuramente, arquitetar contragolpes estatais (“botava esses vagabundos todos na cadeia. Começando pelo STF”). Indicia-se, nesse momento, a busca de uma modificação na organização estatal, típica da visão ideológica fascista que preconiza “a supressão da autonomia relativa dos aparelhos ideológicos no próprio seio do Estado” (POULANTZAS, 1978, p. 337).

A partir disso, Abraham Weintraub reafirma o negacionismo pandêmico, pois questiona a necessidade dos propósitos da reunião que, *a priori*, teria o intento nodal de formular um projeto governamental para o enfrentamento da crise conjectural. Nesse momento, faz-se necessário salientar que, no transcorrer do vídeo vazado, observa-se a sobre-eminência do aspecto prosódico na enunciação do locutor, uma vez que Weintraub, ao modificar seu tom vocálico de grave para um agudo estridente, profere “vamos fazer isso, vamos fazer aquilo”, dando vestígios de ironia às tentativas propostas. Assim, percebe-se o seu intento semântico-objetual de desprezar a finalidade para a qual a reunião havia sido orquestrada.

Entretanto, na continuidade de seu discurso, revela-se não apenas um descaso para com a urgência temática da pandemia de Covid-19, mas também um aparente desprezo por alguns participantes presentes na reunião, pois afirma o próprio locutor: “ouvi muitos ministros que vi ... chegaram, foram embora. Eu percebo que tem muita gente com agenda própria”. A partir desse momento, Abraham Weintraub se dirige, corporalmente, à figura de Bolsonaro, sentado ao centro da reunião. Com esse movimento gestual, vê-se um corpo que, além de acompanhar a palavra, expressa, juntamente com ela, indignação revestida de tonalidade denunciativa:

Eu percebo que tem, assim, tem o jogo que é jogado aqui, mas eu não vim pra jogar o jogo. Eu vim aqui pra lutar. E eu luto e me ferro. Eu tô com um monte de processo aqui no comitê de ética da presidência. Eu sou o único que levou processo aqui. Isso é um absurdo o que tá acontecendo aqui no Brasil. A gente tá conversando com quem a gente tinha que lutar. A gente não tá sendo duro o bastante contra os privilégios, com o tamanho do Estado e é o ... eu realmente tô aqui - o aberto, como cês sabem disso. (WEINTRAUB, 22/04/2020).

Nessa passagem, retirada do trecho discursivo anteriormente esboçado, pode ser observada a indignação de Weintraub com sujeitos que integram o governo e se mostram, sob a ótica do locutor, “adeptos” à institucionalidade. Esse ato discursivo sugere vestígios nazifascistas, pois as construções ideológicas “eu não vim jogar o jogo”, “eu vim aqui para lutar”, “a gente tá conversando com quem a gente tinha que lutar”, por exemplo, coadunam-se com as práticas mussolinianas e hitlerianas avessas ao diálogo institucional diante das contradições de percepção da realidade. Ademais, a necessidade evocada pelo locutor em mostrar-se inclinado à luta faz emergir outro eco do fascismo, que, segundo Stanley (2018), exige de seus adeptos um constante exibicionismo ao líder como sendo guerrilheiros, “homens” com força de vontade, firmeza e fé (“eu realmente tô aqui ... cês sabem disso”).

Na continuidade de seu discurso, marcado por aparente incoerência temática interna, o locutor Weintraub convoca, aleatoriamente (porém, com intento valorativo), mais um culpado para as críticas midiáticas que o governo do qual faz parte recebia à época: “odeio o partido

comunista [trecho não liberado pelo STF, que cita outro país]”. Eis que ressurgue, na malha discursiva bolsonarista, a ressonância fascista do inimigo político, a qual reúne em um mesmo invólucro semântico as distintas interpretações do que vem a ser comunismo, das mais absurdas possíveis – como é o caso da China, país cuja menção, provavelmente, foi retirada pelo STF no momento da liberação do vídeo. Essa probabilidade se deve pelo fato de que, desde o início da pandemia viral, o rol discursivo bolsonarista e seus apoiadores da sociedade civil acusaram o governo chinês de propagar intencionalmente o vírus, uma vez que foi em seu território a gênese pandêmica. Trata-se de “mecanismos de recusa e distorção da realidade política de seu próprio tempo por aquele tipo de homem e de produção simbólica que visa à implementação da violência como política e no discurso” (AB’SÁBER, 2018, p. 124), alicerçados em uma alucinação infundada e sem precedentes (“Ele tá querendo transformar a gente numa colônia”).

Vinculado à desconfiança da possibilidade de o Brasil retornar às raízes coloniais, o locutor Abraham Weintraub, nesse momento, revela-nos o porquê de sua aversão à ancestralidade étnica brasileira, convocando, por meio dessa revelação, o epicentro semântico do seu discurso, ou talvez, a tonalidade axiológica nazifascista até o momento não observada nos enunciados analisados anteriormente. Conforme profere o ex-ministro da Educação:

Odeio o termo "povos indígenas", odeio esse termo. Odeio. O "povo cigano". Só tem um povo nesse país. Quer, quer. Não quer, sai de ré. É povo brasileiro, só tem um povo. Pode ser preto, pode ser branco, pode ser japonês, pode ser descendente de índio, mas tem que ser brasileiro, pô! Acabar com esse negócio de povos e privilégios. Só pode ter um povo. (WEINTRAUB, 22/04/2020).

O primeiro ponto a que damos destaque, no trecho enunciativo precedente, é a mobilização do signo ideológico **odiar**, cuja valoração nos lança a campos semânticos que denunciam a aversão a algo que, no caso do locutor, é em relação aos termos **povo indígena** e **povo cigano**. No entanto, a continuidade discursiva de Weintraub faz emergir vestígios nazifascistas, pois a sua visão estatal se mostra totalitarista (“só tem um povo”...é povo brasileiro”), o que, conforme Eco (2018), preconiza uma nação unificada, mas predominantemente branca. Desse modo, ao atrelar-se à visão unificada de Estado totalitário, Weintraub imprime, às camadas semânticas do seu discurso, ecos hitlerianos. Como pormenorizado no primeiro capítulo da presente pesquisa, a política eugenista de Adolf Hitler se fundamentava no **antisemitismo**, que, para além da aversão ao povo judeu, estendia-se ao povo cigano, aos homossexuais, às feministas, aos deficientes físicos etc. Isso dá indícios de que o antisemitismo, em termos gerais, está sob a égide semântica do preconceito contra aquilo que não se circunscreve como pertencente ao ideário dominante. Consequentemente, revela-se,

por sua visão totalitária evidenciada no discurso, que o ódio de Abraham Weintraub ultrapassa a aversão terminológica. Percebe-se, pelo seu posicionamento estatal, um ódio antissemita que, sob as vestes latino-americanas, alinha-se a Hitler quanto ao povo cigano e, ressignificando o antissemitismo, abarca o preconceito contra o povo indígena. Ao pronunciar a interjeição **pô**, fazendo um movimento abrupto com o braço e batendo sobre a mesa da reunião ministerial, o locutor, por meio de uma exclamação axiológico-emocional, revela-nos a acentuação de seu ímpeto intolerante em relação aos indígenas, como bem mostra a “índole implícita na entonação” (BAKHTIN, 2017, p. 73, grifo do autor).

Além do não álibi que seu discurso totalitário revela, essa interpretação pode ser legitimada também pelo fato de Weintraub pertencer ao bolsonarismo, uma vez que

Bolsonaro é autor de inúmeras falas públicas racistas, e o início de seu governo merece uma análise mais aprofundada diante da agressividade dos ataques contra os povos indígenas, a desestruturação da FUNAI e do subsistema de saúde indígena e a incitação ao ódio contra indígenas [...] comparação de indígenas em seus territórios a “animais em zoológicos”, ou declarações de que “o índio é um ser humano igualzinho nós”. (MILANEZ et al., 2019, p. 2169).

Sendo assim, as ressonâncias antissemitas no discurso de Weintraub possuem respaldo axiológico no discurso do próprio chefe estatal brasileiro, que, com força para continuar com o ex-ministro da Educação na luta contra as críticas recebidas, “levou uma facada na barriga. Fez mais do que eu, levou uma facada”. Irrompe, dessa construção enunciativo-discursiva, mesclas do **ultranacionalismo** entrecruzado com o **culto ao líder**, que, revestidos semanticamente por um tom valorativo de militância subversiva (“eu também tô levando bordoadas e tô correndo risco”), atraem para a órbita ideológica do discurso em voga a voz nazifascista de antissistema (“A gente veio aqui pra acabar com tudo isso, não pra manter essa estrutura. E esse é o meu sentimento extremamente chateado que eu tô vendo essa oportunidade se perder”).

Como efeito de reflexo e refração após a discursivização de Abraham Weintraub na reunião ministerial, destaca-se o fato de o ator político começar a ser investigado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em um inquérito que passou a apurar as valorações que permearam o seu discurso como crimes de racismo. Em ação orquestrada, o ministro da Educação exonerou-se do cargo e, utilizando passaporte diplomático, foi morar nos EUA.

Todavia, o antissemitismo orquestrado pelo ex-ministro no discurso analisado avulta apenas uma das tonalidades valorativas que do olhar nazifascista podem emergir. Na verdade, essa ideologia, ressignificada pelo bolsonarismo, acaba, em solo brasileiro, sendo tonalizada

por nuances outras que vão para além do preconceito contra o povo indígena, dando à sua malha novos fios, vistos, por exemplo, na religiosidade, a ser discutida a seguir.

5.2.4 A religiosidade

O invólucro circunstancial do enunciado a ser analisado nesta seção diz respeito a uma reunião executiva, como a anteriormente analisada, entre o presidente da Fundação Palmares Sérgio Camargo e dois servidores do órgão estatal. Visto que na seção precedente foram desenvolvidas, sumariamente, as características que envolvem o gênero discursivo **reunião**, acredita-se que, para evitarmos redundâncias, não seja necessária a reiteração dos elementos repetíveis em sua configuração. No entanto, é importante destacar que, diferentemente da reunião analisada no momento anterior, a desta seção não fora divulgada em sua plenitude tridimensional, em que se torna possível a averiguação dos “*vestígios* da verbivocovisualidade que contribuem para a construção de sentido” (PAULA; LUCIANO, 2020, p. 116, grifo dos autores), na qual o verbal e o não verbal se fundem em prol da dimensão da vida. Ocorrida a portas fechadas no dia 30 de abril de 2020, a esfera midiática teve acesso a apenas um áudio que integra a reunião, de maneira que, no vídeo da plataforma *Youtube*, encontra-se divulgada somente a dimensão prosódica do encontro.

Orquestrada pelo próprio presidente da fundação, a temática central que norteou a reunião foi o desaparecimento do celular corporativo do ator social que, na íntegra do áudio, por meio de seu tom prosódico, mostra-se irritado com a situação. Dentre os muitos trechos em que o tom valorativo de irritabilidade se faz proeminente, ressalta-se a passagem enunciativa enunciativo a seguir:

Tem gente vazando informação aqui pra mídia. Vazando pra uma mãe de santo, uma filha da puta de uma macumbeira. Uma tal de Mãe Baiana, aquela que infernizava a vida de todo mundo. É. Além de fazer macumba pra mim, essa miserável tá querendo agitar invasão aqui de novo. Eu sei, tem gente no grupo dela de WhatsApp. Tinha esquema. Não vai ter nada, nada pra terreiro, da Palmares, enquanto eu estiver aqui dentro. Nada, sério. Macumbeiro não vai ter nenhum centavo [...] Qualquer um. Eu exonerei três diretores nossos assim que voltei. Qualquer um deles pode ter feito isso. Quem poderia? Alguém que quer me prejudicar, invadindo esse prédio aqui pra me espancar. Quem poderia ter feito isso? Invadindo com a ajuda de funcionários daqui. O movimento negro, os vagabundos do movimento negro, essa escória maldita. (CAMARGO, 30/04/2020).

Dentre os muitos aspectos valorativos que podem ser sublinhados no projeto enunciativo em voga, sublinhamos, de início, a funcionalidade pragmática que o locutor do discurso apresenta, uma vez que foi esse um dos principais motivos que deixou parte da sociedade

brasileira boquiaberta com o conteúdo axiológico de sua enunciação. Esse fenômeno interpretativo ocorre devido ao fato de o discurso de Sérgio Camargo revelar, sobretudo, o modo pelo qual o locutor preceitua a instituição da qual ele é voz social central no horizonte discursivo brasileiro. Criada a partir do Estatuto aprovado pelo Decreto de lei nº418, em 10 de janeiro de 1992, a Fundação Palmares, por meio de ações conjuntas entre membros da sociedade civil e política, teve, desde seu princípio, o intento nodal de promover e cultivar os aspectos culturais da afro-brasilidade que caracteriza o solo nacional. Sendo assim, o que se espera do seu presidente executivo é, principalmente, a busca por enaltecer segmentos étnicos que formam a sociedade brasileira e, juntamente com isso, os elementos culturais que permeiam a sua identidade.

Entretanto, se atentarmos para o início do trecho supracitado, pode ser observado que o locutor Sérgio Camargo contraria a função central de um presidente dessa organização. Tal compreensão se deve às escolhas lexicais que o enunciador faz, mobilizando signos ideológicos pejorativos que maculam uma das principais parceiras da Fundação Palmares. Conhecida como Mãe Baiana de Oyá, Adna Santos é uma das lideranças de maior atuação e expressividade social do Candomblé do Distrito Federal (DF). Ligada à Fundação Palmares há bastante tempo, onde atuou diretamente entre os anos de 2014 e 2019, a religiosa é atualmente Coordenadora de Políticas de Promoção e Proteção da Diversidade Religiosa no Distrito Federal.

No entanto, desconsiderando a importância da voz social da Mãe Baiana de Oyá para a promoção da religiosidade africana, o locutor Camargo, sob a égide semântico-axiológica do inimigo fascista, credita o desaparecimento de seu celular a parceiros da religiosa, enunciando, injuriosamente, um conjunto de impropérios ofensivos à imagem da ativista social. No primeiro momento, o locutor se refere à mulher utilizando o signo ideológico **filha da puta e macumbeira**, palavras que, no horizonte social brasileiro, adquiriram culturalmente estigmas pejorativos e que revelam o preconceito religioso do locutor. Juntamente com esses signos pejorativos, destaca-se também o uso do determinante **tal**, escolha lexical que, neste contexto, sugere o desprezo do locutor pelo seu objeto de dizer (“Uma tal de Mãe Baiana, aquela que infernizava a vida de todo mundo”), uma vez que, do ponto de vista da língua, o item lexical **tal** pode ser considerado com a funcionalidade de um determinante, porém, sob a ótica dialógico-discursiva, ele sugere um determinante que indetermina, pois, ao anteceder o nome do sujeito ao qual o locutor se refere, acaba dando-lhe “ares” de indiferença quanto à própria nomeação. Além disso, em seu discurso, pode ser avistado o fato de Camargo acusar Adna Santos de estar “querendo agitar invasão” no espaço físico da Fundação Palmares. Todavia, em depoimento ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, a babalorixá, mostrando-se

atônita com as acusações, afirma não conhecer Sérgio Camargo pessoalmente. (FERREIRA, 2020, [s/p]).

Na sequência enunciativo-discursiva, o locutor continua, sob tom acusatório, o seu projeto de dizer, dando pistas axiológicas de sua anti-religiosidade africana: “Não vai ter nada, nada pra terreiro, da Palmares, enquanto eu estiver aqui dentro. Nada, sério. Macumbeiro não vai ter nenhum centavo [...] Qualquer um”, o que o mostra avesso às incumbências que o cargo de presidente da Fundação Palmares requer. Além disso, parte de sua discursivização sugere uma inclinação do representante público a práticas de improbidade administrativa, uma vez que suas próprias afirmações revelam o seu ato de demitir, por desconfiança desmedida, três funcionários da organização que, supostamente, coadunam-se à “inimiga” Mãe Baiana de Oyá: “Quem poderia? Alguém que quer me prejudicar, invadindo esse prédio aqui pra me espancar. Quem poderia ter feito isso? Invadindo com a ajuda de funcionários daqui”.

Ademais, em relação ao desdém do locutor quanto à religiosidade africana, faz-se necessário sublinhar que o seu tom axiológico advém de sua coadunação à malha valorativo-discursiva bolsonarista, que, desde sua gênese política, comunga-se ao fundamentalismo pentecostal, no qual, segundo estudos de cientistas políticos, Jair Messias Bolsonaro encontrou o contingente eleitoral de maior expressividade. Conforme desenvolvido no primeiro capítulo da presente pesquisa, o nazifascismo europeu e a Igreja uniram-se pela busca de poder e, por conseguinte, aproximaram-se em termos ideológicos. Assim, as práticas sociodiscursivas hitlerianas e mussolinianas suprimiram o devir de crença das camadas sociais da sociedade civil; e, pelo que sugere o discurso de Sérgio Camargo, o movimento discursivo brasileiro atual anseia pelo mesmo. Trata-se de promover a ideologia dominante, da religião atual dominante no país (os pentecostais), uma busca pelo

ramo do aparelho de Estado que domina os outros: por exemplo, “militarização” da sociedade e do conjunto dos aparelhos – administração –, “clericalização” da sociedade e do conjunto dos aparelhos – Igreja. Este funcionamento particular do Estado de exceção é assim o meio necessário para uma reorganização da hegemonia ideológica [...] o Estado fascista apresenta traços comuns aos da forma de Estado intervencionista. (POULANTZAS, 1978, p. 340).

Associado à questão da religiosidade, destaca-se, por fim, o trecho final do projeto enunciativo do locutor Sérgio Camargo. No segundo capítulo desta pesquisa, com a reflexão de Lilia Moritz Schwarcz (2019), buscou-se desconstruir, dentre muitas coisas, a narrativa discursiva falaciosa que reconta o Brasil como sendo uma nação habitada por relações étnico-raciais harmoniosas. Contudo, ainda que os fatos históricos contradigam a falácia, não se pode negar que, no percurso historiográfico brasileiro, diversas políticas públicas foram fomentadas

para o emudecimento de preconceito às minorias⁶⁴. Apesar dessas benfeitorias, o que se pode observar no horizonte sociológico brasileiro é que, em sua discursividade,

permanece o evolucionismo positivista pela transitividade da condição, como um caminho para ‘virar branco’, superado em termos legais pela Constituição Federal, mas ainda em prática nas políticas públicas racistas, tornadas ainda mais explícitas após a ascensão ao poder de Jair Bolsonaro. (MILANEZ et al., 2019, p. 2167).

Comungando-se a essa tessitura racista do bolsonarismo, observada por Milanez et al. (2019), Sérgio Camargo, mesmo sendo negro⁶⁵ e representante da principal organização da afro-brasilidade, projeta o seguinte dizer: “O movimento negro, os vagabundos do movimento negro, essa escória maldita”. Pode-se perceber, nesse enunciado, o alinhamento do locutor ao preconceito racial, tão sobrejacente na política hitleriana, antevista nesta investigação. Ao se referir ao movimento negro pelos signos ideológicos **vagabundos** e **escória maldita**, Camargo, na contramão das incumbências do seu cargo executivo, desqualifica, por meio de suas adjetivações, Zumbi dos Palmares e o movimento da consciência negra, revelando desdém a todos os aspectos que semantizam a cultura afrodescendente, simbolizados, emblematicamente, na Fundação por ele presidida. Trata-se do chicote discursivo bolsonarista, que, no bojo histórico brasileiro, açoitava a população negra fisicamente e, no momento atual, o faz por meio do uso da linguagem.

Porém, conforme assevera a política e socióloga Alcira Argumedo (1993), no percurso histórico dos países que integram a América Latina, observa-se uma sobrepujança na luta das “minorias” por “afirmar sua dignidade como povos, como comunidades, como homens e mulheres, apesar dos períodos de aparente submissão, quando o genocídio ou a derrota os obrigou a recuar até que recuperassem as forças ou encontrassem novas oportunidades de insurreição”⁶⁶ (ARGUMEDO, 1993, p. 16-17, tradução nossa). Por conseguinte, esse ímpeto de luta e insubmissão do qual a estudiosa fala pode ser avistado, por exemplo, no fenômeno de

⁶⁴ A terminologia "minorias" é utilizada do ponto de vista sociológico, indicando os sujeitos sociais que são colocados à margem da sociedade. No entanto, estatisticamente, as minorias são maiorias, pois a elite dominante é reservada por uma parcela inexpressiva de cidadãos.

⁶⁵ Para a compreensão deste fenômeno, indicamos a leitura da obra *A reprodução*, de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron. Neste estudo, ao analisarem o sistema de ensino francês da década de 1960, os sociólogos esboçam como o sistema educacional funciona como um instrumento de reprodução cultural da ideologia dominante. A reinterpretação da obra, ao nosso olhar, pode subsidiar explicações de o porquê, no seio da sociedade brasileira, há a reverberação discursiva de machismo por mulheres, racismo por negros e homofobia pela comunidade LGBT.

⁶⁶ No original: “afirmar su dignidade como pueblos, como comunidades, como hombres y mujeres, no obstante los períodos de aparente sometimiento, cuando el genocidio o la derrota obligaban a replegarse hasta recobrar fuerzas o encontrar nuevas oportunidades de insurrección”.

reflexo e refração que emerge do discurso do locutor Sérgio Camargo. A seguir, atentemos para a imagem fotográfica:

Figura 16 – Protesto do movimento negro



Fonte: Cruz (2020, [s/p]).

A imagem precedente ilustra um protesto, ocorrido na manhã do dia 5 de junho de 2020, após o vazamento dos áudios do presidente da Fundação Palmares Sérgio Camargo, analisado anteriormente. Trata-se de um fenômeno discursivo de responsividade que, axiologicamente, contrapõe-se aos signos ideológicos proferidos pelo locutor, o qual, ao referir-se à Mãe Baiana de Oyá e ao Movimento Negro, utilizou léxico pejorativo (**maldita, macumbeira, escórnia, vagabundos** etc.). Se observarmos a linguagem imagética da fotografia, podemos perceber que as pessoas que nela se fazem presentes vestem indumentárias que correspondem à religiosidade africana. Desse modo, respondem ao desdém pelo Candomblé posto em funcionamento no discurso de Camargo, reiterando, assim, a importância da identidade religiosa. Ademais, visualiza-se, da esquerda para a direita de quem olha a imagem, uma mulher empunhando a metade da bandeira nacional remontada com a metade da bandeira gay, algo que sugere a contraposição do protesto à malha valorativo-discursiva bolsonarista, que, desde sua gênese, violenta discursivamente o tipo social homossexual⁶⁷. Além disso, ao centro da imagem, uma figura feminina hasteia, manualmente, a imagem de um menino negro que clama justiça,

⁶⁷ Considerando-se as limitações que a presente pesquisa se impôs, é importante salientar que, embora não tenha sido tratada a temática dos homossexuais e das feministas neste estudo, consideram-se suas identidades maculadas reiteradamente pela malha discursiva bolsonarista. Entretanto, essa camada axiológica não foi por nós aqui explorada pelo fato de, em sua semântica, haver o fenômeno do **cristofascismo**, que nos sugere uma hibridização entre as esferas política e religiosa. Acredita-se que esse movimento requer um estudo próprio, merecendo uma pormenorização teórica que ultrapassa o recorte feito nesta investigação.

sugerindo a importância de vidas negras, hostilizadas pela fala do atual presidente da Fundação Palmares.

Como pode ser visto nesta seção, a tecitura bolsonarista é tecida por fios que, com nuances aproximadas ao antissemitismo, mescla-se de tonalidades de preconceito religioso e racial. Evidentemente, como avistado no processo de reflexo e refração ideológica, presenciavam-se na sociedade brasileira discursividades que tecem malhas outras que se distinguem das nuances valorativo-discursivas postas em funcionamento pelo movimento governamental atual. Como forma de sintetizarmos as principais nuances da tecelagem observada nesta pesquisa, passemos à seção subsequente.

5.2.5 Os fios da malha

Tendo em vista o conjunto de enunciados que esta dissertação se lançara a investigar e frente ao processo de reflexo e refração observado nos enunciados selecionados, torna-se salutar uma reflexão sobre a expedição analítico-investigativa que se finda neste momento enunciativo. Contudo, para fins elucidativos e de busca à legitimidade da hipótese que permeou este percurso, cabe-nos retomar alguns de seus pontos cruciais.

Alicerçando-se, desde seu princípio, no olhar processual quanto aos mecanismos nazifascistas, esta pesquisa, em todos os capítulos que a integram, procurou firmar a ideia de que

quanto ao próprio fascismo, cujo ressurgimento permanece possível, será preciso também não julgar que ele se revestiria forçosamente, bem como o processo de fascistização que a ele conduziria, de formas idênticas às do passado. A história nunca se repete absolutamente. Uma mesma forma de regime de exceção e uma mesma espécie de crise política apresentam traços distintos, segundo os períodos históricos no seio dos quais surjam. (POULANTZAS, 1978, p. 384).

Concatenando com essa afirmativa e tendo como objeto analítico o discurso da atual extrema direita brasileira, este estudo observou que, na malha valorativa do governo bolsonarista, há vestígios da política fascista do “nós” *versus* “eles”, sendo que esse mecanismo discursivo, no contexto do Brasil atual, encontra-se ressignificado. De maneira geral, o que se pôde observar a partir dos enunciados analisados, é que a malha valorativo-discursiva do atual governo lapida os arquétipos do **nós** e do **eles** da seguinte maneira:

Quadro 4 – Síntese da malha valorativo-discursiva de atual extrema direita brasileira

	NÓS	ELES
<i>Enunciado 1</i>	extrema direita	esquerda
<i>Enunciado 2</i>	nacionalistas	apátridas
<i>Enunciado 3</i>	detentores da verdade	cientistas mentirosos, socialistas e comunistas
<i>Enunciado 4</i>	povo brasileiro	povo indígena e povo cigano
<i>Enunciado 5</i>	não adeptos da religião africana, pertencentes à religião dominante branca	negros adeptos do Candomblé

Fonte: Elaborado pelo autor.

De forma resumida, o que o quadro precedente esboça é que, no primeiro enunciado analisado, proferido pelo então presidente, Jair Messias Bolsonaro, presenciou-se a tentativa de criação de inimigo político nacional, o qual, contrariando os preceitos da extrema direita (“nós”), diz respeito aos adeptos dos valores esquerdistas (“eles”), cujo centro ideológico é, principalmente, fomentado pelo Partido dos Trabalhadores (PT). No que diz respeito ao segundo enunciado, temos um locutor que integra o coral de apoio do bolsonarismo, Roberto Alvim, e que, traçando dialogicidade com um discurso hitleriniano, coloca como agentes culturais aceitáveis os artistas que glorificam em suas artes o nacionalismo (“nós”) e, em posição contrária, localiza os apátridas (“eles”), que não glorificam o passado heroico da nação. O enunciado posterior, de cunho axiológico anti-intelectualista, dá aos bolsonaristas o estatuto de voz da verdade (“nós”), opondo-se à esfera de cientistas, por expor a gravidade pandêmica, como um campo que falha com a verdade, habitado por socialistas e comunistas (“eles”). No quarto enunciado, percebeu-se que o locutor Abraham Weintraub, mostrando-se um veemente militante da malha discursiva governamental, visa à ideia de nação totalitária, negando a miscigenação de povos. Há, segundo o locutor em voga, apenas o povo brasileiro (“nós”), afirmação por meio da qual deslegitima, discursivamente, as noções de povo cigano e indígena (“eles”). Nesse mesmo tom antissemita ressignificado, analisou-se o projeto enunciativo de Sérgio Camargo que, por meio de signos ideológicos ofensivos, desvestiu o viés preconceituoso governamental quanto à religiosidade e à etnia africanas.

Dessa forma, todos esses valores ideológicos entrecruzados formam a malha valorativo-discursiva do atual governo brasileiro. Trata-se de um movimento dialógico-discursivo marcado, estrategicamente, por uma ideia falaciosa sobre o que vem a ser o “nós”, distorcendo o seu cerne axiológico que deveria convocar a inclusão do coletivo. Contrariando-se a isso, o “nós” bolsonarista sugere traçar uma linha no horizonte discursivo brasileiro, com vistas a excluir e silenciar os sujeitos que não se enquadram ao seu modelo de auditório social, objetificando as diversidades subjetivas, caracterizadas, ao que parece, na categoria de “não-pessoas”. Por conseguinte, percebem-se axiologias que, ao buscarem a estratificação da sociedade (“nós” *versus* “eles”), agem violentamente, como sugere a imagem de Jair Bolsonaro com uma criança no colo, incitando-a a fazer a arminha manual (conforme introdução deste capítulo), um dos traços reveladores de sua aproximação com o fascismo, que concebe a vida como um campo de guerra.

Além disso, observou-se, nesse perscrutar, distintas relações dialógicas traçadas que se aproximam dos valores nazifascistas, de modo a sugerir que o governo brasileiro atual tece uma malha valorativo-discursiva que lhe é própria, por coadunar-se às práticas autoritárias, típicas da visão de mundo fascista. Essa “malha” também remete a um conjunto de vozes discursivas, o heterodiscurso dialogizado, que, num movimento de forças centrípetas e centrífugas, ora remontam ao nazifascismo, ora são confrontadas com atos de resistência por discursividades outras que tentam iluminar que, no horizonte ideológico brasileiro, há várias verdades, “marcadas pela diversidade de experiências dos grupos humanos, com suas inúmeras contradições e confrontos de valorações e interesses sociais” (FARACO, 2009, p.51).

Ademais, como a voz intelecto-social de Lilia Schwarcz assevera na epígrafe verbal que preambula este capítulo analítico, o governo bolsonarista não precisa anunciar um golpe estatal, uma vez que, ironicamente, golpeia a democracia por meio dela mesma. É o que o gesto na fotografia que acompanha a afirmação da estudiosa denuncia: o presidente da república incitando uma criança a fazer, manualmente, o gesto de uma arma de fogo, algo que revela a tentativa de uma psicologia social marcada pela violência. No entanto, cabe lembrar que, como visto no segundo capítulo, a ontogênese sociopolítica brasileira apresenta raízes autoritárias. Nesse sentido, os sentidos fascistas mobilizados pela malha bolsonarista só se tornaram possíveis porque, como declara Bakhtin, “dos meus olhos olham os olhos alheios” (BAKHTIN, 2019, p. 51), ou seja, há no “eles” um grau permissivo para as atuais adversidades discursivas postas em funcionamento pelo “nós”, uma questão do homem em frente ao espelho.

Aclarados, sumariamente, os projetos enunciativos investigados nesta investigação dissertativa, passemos, na sequência, às considerações (nunca) finais deste estudo, que, ao

considerar o uso da palavra enquanto sendo “um ato bilateral [...] *produto das inter-relações do falante com o ouvinte*” (VOLÓCHINOV, 2019, p. 179, grifos do autor), sublinha que os sentidos aqui interpretados e compreendidos não são os únicos possíveis.



Jiménez (2020)

Essas questões impuseram-se a mim, para além de qualquer intenção de pura especulação, em uma série de situações de pesquisa nas quais precisei refletir sobre o modo de conhecimento acadêmico para compreender minhas estratégias ou meu material.

Bourdieu (1996)

6 CONSIDERAÇÕES (NUNCA) FINAIS

Ainda que, do ponto de vista bakhtiniano, “não exist[a] a primeira nem a última palavra” (BAKHTIN, 2017, p. 79), neste momento (nunca final), faz-se necessário darmos “ares” de acabamento estético a esta pesquisa para que se cumpra a totalidade das incumbências que este estudo se lançara a perscrutar. Para tanto, torna-se imperativo retomarmos, sumariamente, a maneira pela qual esta proposta dissertativa fora lapidada, sublinhando os aspectos centrais que integram cada um de seus momentos arquitetados. Nesse sentido, nossas não tão conclusivas palavras serão enunciadas tendo como prisma três pontos norteadores. O primeiro ponto diz respeito aos objetivos firmados por esta pesquisa, descrevendo-se, sinteticamente, a maneira pela qual os capítulos foram configurados e, em concomitância, apontando em que medida eles respondem às objetivações propostas. Atrelado a isso, tem-se o segundo ponto que, ancorado na hipótese que subjaz esta investigação, apresenta os resultados semântico-axiológicos encontrados no movimento analítico-discursivo, bem como a forma como as reflexões construídas contribuem – mesmo que singelamente - para o entendimento, sob a ótica bakhtiniana, de esfera política⁶⁸. O terceiro ponto, por sua vez, finda o conjunto das proposições postas em curso nesta dissertação, apontando algumas limitações de pesquisa que, metamorfoseadas em prospecções intelectuais futuras, aparecerão em forma de questionamentos.

No primeiro momento, no qual foram enunciadas as palavras iniciais da pesquisa, pormenorizaram-se os aspectos fundantes da investigação, trazendo-lhe as características essenciais para o requerimento da necessidade de sua contemplação acadêmico-científica. Dessa seção, destaca-se como elemento principal o conjunto dos objetivos investigativos, uma vez que eles representam o eixo norteador de uma pesquisa que se pretende bakhtiniana por conter “etapas do movimento dialógico da **interpretação**: o ponto de partida – um dado texto, o movimento retrospectivo – contextos do passado, movimento prospectivo – antecipação (e início) do futuro contexto” (BAKHTIN, 2017, p. 67, grifo do autor). Sendo assim, nas palavras preambulares deste trabalho dissertativo, apresentou-se o seu objetivo principal que consistira em investigar o modo pelo qual as ideologias nazifascistas se fazem reverberadas pelo discurso da extrema direita brasileira formando uma malha valorativo-discursiva que lhe é própria, marcada pelo movimento discursivo do “nós” *versus* “eles”. Desmembrando-se do objetivo central da pesquisa, foram esboçados seus objetivos secundários, juntamente com suas

⁶⁸ Esse aspecto encontra-se pormenorizado nas palavras preambulares desta investigação, momento no qual se descrevem os anseios de contribuição intelectual da pesquisa para a área bakhtiniana.

respectivas especificidades: a) Analisar o modo pelo qual as ideologias nazifascistas se fazem reverberadas em enunciados proferidos por representantes da atual extrema direita brasileira; b) Verificar os elementos verbais que compõem os enunciados contemplados, bem como os elementos não verbais e extraverbais que constituem os seus sentidos (atmosfera social, linguagem gestual do locutor, elementos verbo-visuais etc.); c) Perscrutar quais as consequências causadas pela presença de ecos ideológicos nazifascistas nas enunciações de Jair Messias Bolsonaro e seu coral de apoio ministerial no horizonte social brasileiro, sugerindo, nesse vislumbrar, a possibilidade decorrente de um fenômeno de reflexo e refração; d) Averiguar de que maneira o conjunto de enunciados analisados sugerem uma malha discursiva cujos valores são habitados por ideologias nazifascistas, resultando em uma política regimental marcada pelo “nós” *versus* “eles que estratifica a sociedade, dando ao “eles” um arquétipo de inimigo nacional. Tendo em vista tais objetivos, a presente pesquisa se lançou ao trajeto investigativo, constituído por quatro capítulos fulcrais aos seus propósitos, descritos e compreendidos, sinteticamente, na subseqüência.

No primeiro capítulo, intitulado de **O nazifascismo sob o viés filosófico-histórico marxista: gênese, ascensão, princípios ideológicos e expansão**, apresentou-se uma possibilidade, dentre as muitas existentes, de um olhar para o fenômeno do fascismo, partindo da ótica poulantziana. Sob esse viés, o nazifascismo não consiste em um fato histórico, mas, sim, em um movimento possível de ressurgir em qualquer Estado que esteja sob as vestes de um sistema capitalista. A partir dessa premissa, pormenorizaram-se os eixos ideológicos que compõem e fomentam uma visão de mundo fascista, bem como se apresentou, mesmo que brevemente, as tentativas do nazifascismo de expandir o seu conjunto ideológico para além dos limites territoriais europeus, tendo frutificado em solo brasileiro. O que se destaca, nesse momento enunciativo, como sendo o norte central deste capítulo primeiro são os princípios ideológicos que marcaram a visão de mundo nazifascista europeia, iniciada por Benito Mussolini, em solo italiano nos anos 20 e, ampliada, posteriormente, em território alemão, por Adolf Hitler. Firmando-se na voz teórica central poulantziana e contando com o aporte de outras lentes histórico-sociológicas, observou-se que os movimento nazifascista de âmbito europeu fora caracterizado por cinco eixos ideológicos norteadores, dos quais se desmembravam outros tantos fios ideologizantes: o passado mítico, a criação de um inimigo, o anti-intelectualismo, o antisemitismo e a religiosidade.

Em relação ao **passado mítico**, eixo ideológico assim denominado pelo filósofo contemporâneo Jason Stanley (2018), trata-se do apego conservador dos movimentos fascistas a um passado imaginário da nação na qual o movimento totalitário se encontra em curso.

Segundo o pesquisador novaiorquino, esse passado nacional, de vestes honrosas e heroicas, exige a tomada de poder por um líder também “heroico” e “corajoso”, capaz de resgatar a essência de uma nação supostamente de gênese “gloriosa”. Consiste, resumidamente, no ultranacionalismo, característica indissolúvel dos movimentos políticos autoritários.

Decorrendo da visão mítica do passado nacional, tem-se o eixo ideológico de **criação de um inimigo**, uma vez que, sob a ótica fascista, a desconstrução do pretense passado glorioso decorre da existência de um inimigo político que prolifera, por meio de suas práticas, a desintegração dos princípios fundantes nacionalistas. Na esteira desse inimigo político do fascismo, encontram-se, sobretudo, os socialistas e os comunistas. Entretanto, para a visão fascista, o inimigo nacional ultrapassa as arestas da dimensão política, compreendendo as dimensões intelectual e étnico-racial. Assim, emerge o eixo ideológico do **anti-intelectualismo**, no qual se circunscreve o pensamento teórico-filosófico marxista por elevar os ideários sociopolíticos do espectro esquerdista ao patamar de cava intelectualidade, compreendendo a dialética existente entre sujeito e sociedade como um espaço contraditório e de constante devir.

Por conseguinte, no decorrer da explanação do primeiro capítulo teórico desta pesquisa, observou-se que os sujeitos sociais defendidos pela esquerda intelectual, consequentemente, tornam-se inimigos do espectro da extrema direita fascista. Desta problemática, surgira o **antisemitismo**, eixo ideológico do nazifascismo europeu, fomentado e reverberado principalmente pela ótica hitleriana. Construindo uma prática política eugenista, o nazismo, alicerçado na ótica ideológica de pureza racial, perseguira, sobretudo, os judeus. No entanto, como narrado no capítulo histórico do qual, por ora, estamos tratando, a ideia de limpeza étnico-racial se expandiu para o social, ocasionando a eliminação de sujeitos que, à época, se contrapunham ao discurso patriarcal fascista, principalmente os homossexuais e as feministas.

Por fim, no capítulo em voga fora desenvolvido o eixo da **religiosidade**. Devido à carência na ampla literatura que versa sobre regimes totalitários e autoritários sobre a relação entre fascismo e religião, destacou-se que, no geral, muitos investigadores consideram o eixo ideológico da religiosidade como sendo secundário se comparado aos demais. Todavia, sublinhou-se que Nicos Poulantzas (1978), ancorado na filosofia de práxis gramsciana, tratara dessa relação em seus estudos, evidenciando que, na visão de mundo nazifascista, a religião da raça ariana dominante predomina, uma vez que seus interesses se coadunam ao restante do ideário autoritarista.

Nessa mesma linha de pormenorização de elementos históricos, narraram-se, no segundo capítulo intitulado **Brasil: entre amores autoritários e flertes democráticos**, fatos

sociopolíticos brasileiros que denunciam a ontogênese sociopolítica autoritária do ser brasileiro, culminando na atmosfera social tensiva que antecede o contexto imediato dos enunciados contemplados para a análise desta pesquisa. Nesse sentido, do período colonial e monárquico, destacou-se o modo pelo qual seus aspectos sócio-históricos foram protagonizados pelo mandonismo e patriarcalismo, valores sociológicos que violentaram, principalmente, os negros, os índios e as mulheres do território nacional. Ademais, observou-se que

desde o início de nossa breve República, se foram vários os momentos de maior normalidade política, não foram poucas as ocasiões em que a regra democrática foi descumprida e o Estado funcionou na base da exceção. Foi assim na época da República militar de Deodoro da Fonseca (1889-91) e de Floriano Peixoto (1891-94), que governaram parte de seu período presidencial sob estado de sítio. Foi também assim nos anos 1920, quando, sob a presidência de Artur Bernardes, decretou-se um estado de sítio que perdurou por quase todo o seu governo. E ainda, na ditadura do Estado Novo, que durou de 1937 a 1945, com a centralização do poder nas mãos de Getúlio Vargas e a imposição de uma nova Constituição. Não se pode esquecer, por fim, o golpe civil-militar de 1964, o qual destruiu um governo legitimamente eleito e implantou a ditadura que, com a promulgação do AI-5, em 1968, suspendeu o direito de expressão e a liberdade dos brasileiros. **E talvez estejamos vivendo mais um novo capítulo dessa nossa história autoritária, com uma convincente guinada conservadora e reacionária, que surgiu das urnas do pleito de 2018.** (SCHWARCZ, 2019, p. 224-225, grifos nossos).

Em relação ao período eleitoral de 2018, destacado na citação precedente, é importante salientar que sua guisa autoritária e conservadora começara, ao olhar desta pesquisa, no período de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, momento também pormenorizado no capítulo referido e considerado como início contextual do ressurgimento dos valores nazifascistas no espectro político brasileiro. Além disso, faz-se necessário frisar que, neste primeiro momento dissertativo, no qual integram os dois primeiros capítulos destinados aos fenômenos históricos que circundam o totalitarismo, parte de sua narratividade fora arquitetada por meio de discursos proferidos por atores sociopolíticos de ambos os períodos desenvolvidos, tanto da historicidade do nazifascismo europeu, quanto das alternâncias da sociopolítica brasileira entre o autoritarismo e a democracia. Este movimento dissertativo se dera pelo fato de a presente pesquisa ter como cerne o objeto investigativo **discurso**, sendo a palavra “o médium mais apurado e sensível da comunicação social” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 99), que cria e recria a história da humanidade. Tendo em vista a breve descrição dos dois capítulos primeiros que compõem este percurso investigativo, pode-se perceber que a necessidade contemplativa de seus apontamentos ocorre pelo fato de em ambos estarem presentes os subsídios teóricos necessários para o cumprimento de parte do nosso primeiro objetivo específico, cuja incumbência reclama o entendimento dos valores totalitários/autoritários e os aspectos sociais que os circundam.

Na sequência do desenvolvimento das reflexões, mais especificamente no terceiro capítulo denominado **O Círculo de Bakhtin e a festa de renovação dos sentidos: aspectos teórico-metodológicos fundantes**, fizeram-se, num primeiro momento, apontamentos acerca da concepção discursiva da linguagem, postulada pelo Círculo de Bakhtin, arcabouço teórico que ancorou os fundamentos da pesquisa. Todavia, é importante evidenciar que o eco do princípio dialógico do discurso defendido pela ótica bakhtiniana se fez presente não apenas no capítulo teórico destinado ao entendimento do discurso, mas, também, nos capítulos históricos que o antecederam. Esse fato ocorrera não apenas pela convocação de discursos de atores sociopolíticos dos capítulos precedentes, mas, sobretudo, pela riqueza do pensamento bakhtiniano ao defender a ideia de que o discurso possui o poder de imortalizar os sentidos. Embora parte desse pensamento tenha sido esboçado, de diferentes formas, em todos os momentos enunciativos desta dissertação, é importante retomá-lo em sua inteireza textual, visto que é dele que emerge, principalmente, a legitimidade da hipótese presente nesta pesquisa e seu rigor científico:

Mesmo os sentidos **do passado**, isto é, nascidos no diálogo dos séculos passados, jamais podem ser estáveis (concluídos, acabados de uma vez por todas): eles sempre hão de mudar (renovando-se) no processo do futuro desenvolvimento do diálogo. Em qualquer momento do desenvolvimento do diálogo existem massas imensas e ilimitadas de sentidos esquecidos, mas em determinados momentos do sucessivo diálogo, tais sentidos serão lembrados e reviverão em forma renovada (em um novo contexto). Não existe nada absolutamente morto: cada sentido terá sua festa de renovação. Questão do **grande tempo**. (BAKHTIN, 2017, p. 79, grifos do autor).

Ancorando-se nessa premissa e tendo como foco a natureza do enunciado concreto, no capítulo teórico sobre o discurso, buscou-se pormenorizar os elementos constitutivos de sua configuração enquanto produto e de sua fenomenologia enquanto processo. Devido a sua inerência dialógica e ideológica, observou-se que o enunciado constitui um espaço de tensão, em que se ressignificam sentidos já ditos e por dizer. Neste embate semântico de vozes conjuradas por locutor e interlocutor, o verbal e o não verbal entremeiam-se em sua fisiologia social. Lançadas as bases de fundamentação teórica para a realização dos objetivos empreendidos, adentrou-se à metodologia, seção na qual foram descritos os procedimentos de coleta, seleção e análise que do *corpus* contemplado nesta pesquisa. Nesse ínterim, lançamos aos aspectos que envolvem o processo analítico, no qual se buscou cumprir os empreendimentos metodológicos sugeridos na esteira teórica bakhtiniana, mobilizados e adequados à singularidade desta investigação. Assim, para as análises empreendidas, conduziu-se um resgate inicial da ambientação atmosférica que contribuiu para o aparecimento do projeto

do dizer em voga, considerando o extraverbal não como uma força mecânica que age sobre os aspectos valorativos do enunciado, mas, sim, “como uma parte necessária da sua composição semântica” (VOLÓCHINOV, 2019, p. 120). Após esse resgate do extraverbal, tentou-se analisar a construção enunciativo-discursiva dos enunciados, atentando para os elementos verbais e não verbais que os compunham e, posteriormente, visto que os enunciados são signos ideológicos, buscou-se averiguar, dentre muitas possibilidades, um processo responsivo no espectro social brasileiro, provindo dos fenômenos de reflexo e refração que deles emergira.

Tendo em vista essas predileções teórico-metodológicas para o movimento analítico e os objetivos supracitados, adentrou-se ao quarto capítulo, cuja denominação carrega o título da presente pesquisa **A malha valorativo-discursiva da atual extrema direita brasileira: ecos nazifascistas e vestígios da política do “nós” versus “eles”**. Subdividido por duas seções, o quarto capítulo, destinado às análises dialógico-discursivas, fora segmentado por dois momentos que, entrelaçados, representam a visão poulantziana no que tange aos aspectos processuais que envolvem movimentos considerados fascistas. A primeira seção, na qual se analisou um enunciado, diz respeito ao processo de fascistização que, na contextura brasileira, refere-se ao período de campanha eleitoral do então candidato à presidência Jair Messias Bolsonaro. A segunda seção, que integra os demais enunciados cotejados para a análise, corresponde ao período considerado **fascismo instaurado** que, no contexto brasileiro, diferentemente do que ocorrera no europeu dos anos 20, relaciona-se a um governo estabelecido que, por diferentes mecanismos (sobretudo, discursivos), chafurda o sistema democrático utilizando de seus próprios mecanismos permissivos. Ademais, salienta-se que, embora o nosso primeiro objetivo específico tenha sido parcialmente contemplado nos capítulos primeiros, fora no último que sua totalidade semântica se cumprira, uma vez que, durante as análises, os demais objetivos específicos foram respondidos, de modo a formar uma dialética interna entre os propósitos que esta pesquisa se impôs.

No que diz respeito ao momento que se refere ao período de fascistização, analisou-se um enunciado circunscrito no período do pleito eleitoral de 2018, que consistira no pronunciamento de Jair Messias Bolsonaro, em um de seus programas de eleição. Observou-se, no projeto enunciativo em voga, o eco ideológico nazifascista da construção de um inimigo político, que, no contexto brasileiro, refere-se, principalmente, aos apoiadores do petismo. Em decorrência desse epicentro semântico-valorativo de polarização política, percebeu-se como sendo um de seus processos de reflexo e refração o processo de corporificação nazifascista, no qual, sob as vestes tropicais do Brasil, emergira o gesto axiológico da “arminha manual” e, em resposta, o L, de Lula livre, em riste.

O momento denominado de fascismo instaurado trata-se do período em que o movimento bolsonarista consegue ascender à governabilidade. Nessa conjuntura, foram analisados os outros enunciados selecionados pela pesquisa, os quais apresentaram, respectivamente, os seguintes epicentros semântico-axiológicos no fio de suas discursividades: a construção de um passado mítico, o anti-intelectualismo, o antissemitismo e a religiosidade. Além desses eixos ideológicos, percebeu-se que, no conjunto dos enunciados, há a presença de diversos vestígios valorativos do nazifascismo, tais como: *ethos* de força e heroísmo, ultranacionalismo, violência discursiva, culto ao líder, irracionalidade, inclinação aos preceitos eugênicos, ilogicidade, intolerância e preconceito, em suas mais diversas configurações. Todos esses sentidos sugerem, dialogicamente, a existência de uma malha valorativo-discursiva singular do governo bolsonarista que, situada no espectro político da extrema direita, caracteriza-se, dentre muitas coisas, por uma visão axiológica marcada por ecos nazifascistas que insistem em estratificar a sociedade em “nós” *versus* “eles”, concebendo o “eles” como inimigo nacional. Apesar de cada enunciado possuir sua singularidade enunciativo-discursiva, percebeu-se que, na esfera política, há graus de elementos repetíveis que estão para além da língua, situando-se na órbita do discurso, uma vez que dizem respeito à reiteração de sentidos. Os enunciados analisados nesta pesquisa, mesmo tratando de diferentes temáticas, aproximaram-se axiologicamente por meio da forma como aconteceram as suas verbivocovisualidades. Nesse reiterar, avistaram-se os vestígios fascistas que, via estratificação intolerante, marginalizam os não pertencentes a sua malha. Trata-se, como observado neste estudo, de

una característica común de los discursos autoritarios, que fomentan el prejuicio y la intolerancia contralas opiniones, creencias, valores u opciones sexuales, difundiendo estereotipos para afirmarse. El aumento de la intolerancia: racismo, sexismo, misoginia, antisemitismo, homofobia, etc. - muestra la crisis de la democracia, ya que afecta a la libertad y la igualdad en un estado regular de derechos. En Brasil, la intolerancia tiene sus raíces en el pasado, a pesar de la persistente negación del conflicto, y gana terreno con la larga crisis iniciada en 2013 e instalada en 2014 y con la consiguiente recesión que impactó em la disminución de los ingresos, el aumento del desempleo y la aversión, en diferentes niveles, respecto a la corrupción, la inseguridad, el crimen organizado, la desorganización del Estado. (DI FANTI; MUÑOZ; 2020, p. 5)⁶⁹.

⁶⁹ Tradução nossa: uma característica comum aos discursos autoritários, que promovem o preconceito e a intolerância contra opiniões, crenças, valores ou opções sexuais, espalhando estereótipos para se afirmar. O aumento da intolerância: racismo, sexismo, misoginia, antissemitismo, homofobia, etc. - mostra a crise da democracia, uma vez que afeta a liberdade e a igualdade em um estado regular de direitos. No Brasil, a intolerância tem raízes no passado, apesar da persistente negação do conflito, e ganha espaço com a longa crise que começou em 2013 e se instalou em 2014 e com a consequente recessão que impactou na queda da renda, no aumento do desemprego e aversão, em diferentes níveis, em relação à corrupção, insegurança, crime organizado, desorganização do Estado.

Como resultado do conjunto desse norte axiológico que o Brasil vem assumindo, tem-se, por exemplo, a morte exponencial coletiva de inúmeras pessoas, ilustradas na foto que antecede nossas palavras finais (JIMÉNEZ, 2020, [s/p]). São motivos como esses que nos impulsionaram à investigação que permeia este trabalho, uma vez que, pela malha valorativo-discursiva averiguada, calcada na tessitura do “nós” *versus* “eles”, tem-se a dor humana, causada e configurada, sobretudo, na e pela linguagem. Como preambulam as palavras de Bourdieu (1996) nesta seção (não tão) final, são especulações da realidade concreta que nos lançam a perceber o fazer científico de modo diferenciado, um fazer comprometido com o seu tempo, a sua história.

Nessa especulação da práxis humana brasileira, observa-se uma linha invisível que divide o antes e o depois do atual governo. Veem-se autoridades do universo político que legitimam a intolerância, dando-lhe permissividade no horizonte discursivo nacional. Na verdade, como perscrutado nesta pesquisa, nós brasileiros sempre fomos intolerantes. No entanto, tal axiologia tornou-se, permissivamente, desmascarada, infiltrando-se nas camadas protetivas de uma democracia ainda em construção, de maneira complexa e diversa.

Por isso, pela complexidade axiológica que a cadeia discursiva do autoritarismo conjura, esta pesquisa suscita vicissitudes responsivas prospectivas que, para além de responder, trazem-nos mais questionamentos, tais como: De que maneira as esferas jurídica e religiosa se coadunam à malha valorativo-discursiva da atual extrema direita? Quais os mecanismos discursivos dessa aproximação? Há também no campo jurídico e religioso vestígios discursivos do fascismo? De que forma eles são projetados no discurso? Essas, entre outras perguntas, por meio dos estudos da linguagem, podem ser investigadas em estudos futuros, abrindo-se, como pressupõe Bakhtin, para novas respostas e novos diálogos. Desse modo, destacamos a preeminência contemplativa desta pesquisa, a sua busca necessária de registrar a história e desvelar questionamentos revestidos de resistência, pois “o dia de hoje não pode mentir. Quanto mais nele há de ferro e de sangue, mais esses dias de hoje se fixam, nos séculos, pelo peso esmagador da história” (BAKHTIN, 2019, p. 42), estando o caminho de partida e chegada deste revelar no e pelo discurso.

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, Tales. Crise, alucinação e mentira: o anticomunismo do nada brasileiro. In: ALMEIDA, Ronaldo de; TONIOL, Rodrigo (orgs). Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

AGÊNCIA BRASIL. Confirma a íntegra do discurso de Dilma em julgamento do impeachment no senado. 29 ago. 2016. Agência Brasil. Política. Brasília. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-08/confirma-integra-do-discurso-de-dilma-em-julgamento-do-impeachment-no-senado>. Acesso em: 14 fev. 2021.

ALESSI, Gil. Secretário da Cultura de Bolsonaro imita fala de nazista Goebbels e é demitido. El país. Brasil. 17 jan. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-01-17/secretario-da-cultura-de-bolsonaro-imita-discurso-de-nazista-goebbels-e-revolta-presidentes-da-camara-e-do-stf.html>. Acesso em: 17 set. 2020.

ALMEIDA, Fábio Chang de. Neofascismo, uma abordagem histórica. In: Giselda Brito Silva; Leandro Pereira Gonçalves; Maurício Parada (orgs). Histórias da política autoritária: integralismos, nacional-sindicalismo, nazismo e fascismos. 2. ed., Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

ARENDT, Hannah. Origens do Totalitarismo. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARGUMEDO, Alcira. Loas silencios y las voces en America Latina: notas sobre el pensamiento nacional y popular. Buenos Aires: Ediciones del Pensamiento Nacional, 1993.

AZEVEDO, Mauri de Castro; LIMA, Marcus Antônio Assis. Fake news e pós-verdade na construção do Neoconservadorismo no Brasil pós-2013 e os efeitos nas eleições de 2018. Letrônica, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 1-14, abr./jun. 2020.

BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. Trad. Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo: 1992

BAKHTIN, Mikhail. Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2017.

BAKHTIN, Mikhail. O homem ao espelho. Apontamentos dos anos 1940. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019.

BAKHTIN, Mikhail. Para uma filosofia do Ato Responsável. Trad. Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

BAKHTIN, Mikhail. Problemas da poética de Dostoiévski. Trad. Paulo Bezerra. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

BAKHTIN, Mikhail. Questões de literatura e estética: a teoria do romance. Trad. Russo por Aurora Fornoni Bernardini et al. São Paulo: Editora da Unesp/Hucitec, 1988.

BARBOSA, Bernardo. Mussolini, da aliança com Pio XI aos braços de Hitler. *Intrínseca*. Artigos. 26 maio 2017. Disponível em: <https://www.intrinseca.com.br/blog/2017/05/mussolini-da-alianca-com-pio-xi-aos-bracos-de-hitler/>. Acesso em 14 fev. 2021.

BARBOSA, V.F.; DI FANTI, M.G.C. Notas sobre gêneros do discurso em Bakhtin, Volóchinov e Medvipedev. (no prelo) In: Bruno Deusdará, Décio Rocha e Poliana Arantes. Rio de Janeiro: Editora Cartolina, 2020.

BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BOITO, Armando. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. *Crítica Marxista*, São Paulo, n. 50, p.111-119, 2020.

BOLSONARISTAS fazem gesto religioso para presidente na porta do Alvorada. *Catraca livre*. Cidadania. 12 maio 2020. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/bolsonarista-fazem-saudacao-nazista-para-presidente-na-porta-do-alvorada/>. Acesso em: 14 fev. 2021.

BOLSONARO ensina criança a fazer arma com a mão e deputado diz que gesto é cristão. *Bahia notícias*. 20 jul. 2018. Disponível em: <https://www.bahianoticias.com.br/noticia/224538-bolsonaro-ensina-crianca-a-fazer-arma-com-a-mao-e-deputado-diz-que-gesto-e-cristao.html>. Acesso em: 14 fev. 2021.

BOLSONARO viraliza com uso e defesa polêmica da hidroxicloroquina. *BBC News Brasil*. Youtube. 8 jul. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LRKdQnMb5J0>. Acesso em: 16 set. 2020.

BONFIM, João Bosco Bezerra (org). *Palavra de Presidente: Os discursos presidenciais de posse, de Deodoro a Lula*. Senado Federal. Biblioteca Nacional, 2008. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/91988>. Acesso em: 16 set. 2020.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas*. Campinas: Papyrus, 1996.

BRAIT, B. Análise e teoria do discurso. In: BRAIT, B (org.). *Bakhtin – outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2018.

BRÍGIDO, Carolina; GULINO, Daniel. ‘Vamos libertar o povo do socialismo e do politicamente correto’, diz Bolsonaro. *O Globo*. 01 jan. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/vamos-libertar-povo-do-socialismo-do-politicamente-correto-diz-bolsonaro-23339518>. Acesso em: 25 set. 2020.

BRÜGGER, Silvia. *Minas Patriarcal: família e sociedade (São João del Rei – Séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Annablume, 2007.

BURNET, Andrew (org.). *50 discursos que marcaram o mundo moderno*. Porto Alegre: L&PM, 2019.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. O longo Caminho*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTRO, Auremar. *Os artistas na campanha diretas-já!*. Memorial da democracia. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/diretas-ja>. Acesso em: 25 set. 2020.

CHALTON, Nicola; MACARDLE, Meredith. *A história do século 20 para quem tem pressa*. Trad. Paulo Afonso. Rio de Janeiro: Valentina, 2017.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. Trad. Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2006.

[COMPLETO] Jair Bolsonaro (PSL) - Último programa eleitoral do Segundo Turno - Presidente 26/10/2018. Youtube. Arquivo eleitoral. 26 out. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9wpPvXnRXXMQ>. Acesso em: 16 set. 2020.

CORRÊA, Vanessa. *A estratégia fascista: a violência como caminho para o progresso*. *Intrínseca*. Artigos. 13 fev. 2020. Disponível em: <https://www.intrinseca.com.br/blog/2020/02/a-estrategia-fascista-a-violencia-como-caminho-para-o-progresso/>. Acesso em: 25 set. 2020.

COSTA, Marcos. *A história do Brasil para quem tem pressa*. Rio de Janeiro: Valentina, 2016.

CRUZ, Carolina. *Movimento negro protesta em Brasília e pede saída do presidente da Fundação Palmares*. G1. Distrito Federal. 05 jun. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/06/05/movimento-negro-protesta-em-brasilia-e-pede-saida-do-presidente-da-fundacao-palmares.ghtml>. Acesso em: 01 jan. 2021.

DE FELICE, Renzo; GENTILE, Emilio. *A Itália de Mussolini e a origem do fascismo*. São Paulo: Ícone, 1988.

DEFENSOR da Ditadura, Jair Bolsonaro reforça frase polêmica: "o erro foi torturar e não matar". *Jovem Pan*. 08 jul. 2016. Disponível em: <https://jovempan.com.br/programas/panico/defensor-da-ditadura-jair-bolsonaro-reforca-frase-polemica-o-erro-foi-torturar-e-nao-matar.html>. Acesso em: 25 set. 2020.

DIARIO. *Grupo pró-Bolsonaro simula uso de arma em dança e rebate: 'é para legítima defesa do cidadão'*. 17 out. 2018. Disponível em: <https://diarionordeste.verdesmares.com.br/editorias/politica/online/grupo-pro-bolsonaro-simula-uso-de-arma-em-danca-e-rebate-e-para-legitima-defesa-do-cidadao-1.2014338>. Acesso em: 2 mai. 2020.

DIETRICH, Ana Maria. *Nazismo do Oiapoque ao Chuí: a distribuição dos grupos nazistas no Brasil dos anos 30*. In: SILVA, Giselda Brito; GONÇALVES, Leandro Pereira; PARADA, Maurício (orgs). *Histórias da política autoritária: integralismos, nacional-sindicalismo, nazismo e fascismos*. 2.ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

DI FANTI, Maria da Glória. *A linguagem em Bakhtin: pontos e pespontos*. *Veredas, Juiz de Fora*, v. 7, n. 1 e n. 2, p. 95-111, jan./dez., 2003.

DI FANTI, Maria da Glória. Discurso. In: FLORES, V. do N; et al. (orgs.). Dicionário de linguística da enunciação. São Paulo: Contexto, 2009.

DI FANTI, Maria da Glória. Discurso, mídia e produção de sentidos: questões de leitura e de formação na contemporaneidade. Desenredo, Passo Fundo, v. 11, n. 2, p. 418-438, jul./dez. 2015.

DI FANTI, Maria da Glória Corrêa; MUÑOZ, Juan Manuel López. Tonos intolerantes en discursos de grandes medios de comunicación brasileños: un estudio dialógico. Letrônica, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 1-17, abr./jun. 2020.

ECO, Umberto. O fascismo eterno. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2018.

ERNESTO, Marcelo. Bolsonaro condena 'kit gay', tenta expor material na TV e é repreendido por William Bonner. Estado de Minas. Política. 28 ago. 2018. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/08/28/interna_politica,984245/bolsonaro-condena-kit-gay-tenta-expor-material-na-tv-e-e-repreendid.shtml. Acesso em: 25 set. 2020.

EXAME. Com agenda própria, Senado reage a Bolsonaro e dá aval a armas no campo. 27 jun. 2019. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/com-agenda-propria-senado-reage-a-bolsonaro-e-da-aval-a-armas-no-campo/>. Acesso em: 2 mai. 2020.

FALCÃO, Jadson. Referência a Brilhante Ustra abre debate sobre apologia à tortura. A união. 22 abr. 2016. Disponível em: https://auniaio.pb.gov.br/noticias/caderno_politicas/referencia-a-brilhante-ustra-abre-debate-sobre-apologia-a-tortura. Acesso em: 25 set. 2020.

FARACO, Carlos Alberto. Linguagem & diálogo: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

FAUSTO, Bóris. História do Brasil. 12 ed. São Paulo: EDUSP, 2013.

FAUSTO, Bóris. O estado novo no contexto internacional. In: PANDOLFI, Dulce (org.). Repensando o estado novo. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

FERNANDES, Florestan. Antecedentes indígenas: organização social das tribos tupis. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. História geral da civilização brasileira. São Paulo: Difel, 1985, v.1.

FERNANDES, Talita. Bolsonaro diz que combate ao marxismo vai melhorar desempenho na educação. Folha de São Paulo. Educação. 31 dez. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/12/bolsonaro-diz-que-combate-ao-marxismo-vai-melhorar-desempenho-na-educacao.shtml>. Acesso em: 16 set. 2020.

FERREIRA, Afonso. Mãe de santo xingada por presidente da Fundação Palmares presta depoimento ao Ministério Público do DF. G1. Distrito Federal. 04 jun. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/06/04/mae-de-santo-xingada-por-presidente-da-fundacao-palmares-presta-depoimento-ao-ministerio-publico-do-df.ghhtml>. Acesso em: 14 fev. 2021.

FICO, Carlos. Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

FRATESCHI, Yara. Antibolivarianismo à brasileira. In: ALMEIDA, Ronaldo de; TONIOL, Rodrigo (orgs). Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. A filosofia explica Bolsonaro. São Paulo: LeYa, 2019.

GLOBO. O homem que não saudou os nazistas. Fev. 2012. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/o-homem-que-nao-saudou-os-nazistas-3923145>. Acesso em: 1 mai. 2020.

GRAMSCI, Antonio. A concepção dialética da história. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

GRILLO, Sheila V. de Camargo. Esfera e campo. In: BRAIT, Beth (org). Bakhtin outros conceitos-chave. 2. ed., 3 reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

GRILLO, Sheila V. de Camargo. Marxismo e filosofia da linguagem: uma resposta à ciência da linguagem do século XIX e início do XX. Prefácio. In: VOLÓCHINOV, Valentin. Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Trad. Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2017.

GRUPO '300 do Brasil' faz protesto em frente ao STF com tochas e máscaras. Paraná Portal. 31 maio 2020. Disponível em: <https://paranaportal.uol.com.br/politica/grupo-300-protesto-stf/>. Acesso em> 12 jul. 2020.

GUERIN, Daniel. Fascismo y Gran Capital. Madrid: Fundamentos, 1973.

HITLER, Adolf. Hitler's Table Talk, 1941-1944: His Private Conversations, trad. Norman Cameron and R. H. Stevens. New York City: Enigma Books, 2000.

HITLER, Adolf. Minha Luta. São Paulo: Editora Moraes, 1983.

ITUPEVA agora. Lula deixa a prisão em Curitiba, agradece a militantes e critica Lava Jato. 8 nov. 2019. Disponível em: <https://itupevaagora.com.br/2019/11/08/lula-deixa-a-prisao-em-curitiba-agradece-a-militantes-e-critica-lava-jato/>. Acesso em: 3 mai. 2020.

JIMÉNEZ, Carla. Cemitério em São Paulo. A foto que jamais gostaríamos de publicar. El país. Pandemia de Coronavírus. 02 abr. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-04-03/cemiterio-em-sao-paulo-a-foto-que-jamais-gostaríamos-de-publicar.html>. Acesso em: 14 fev. 2021.

KONDER, Leandro. Introdução ao fascismo. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977.

KONDER, Leandro. O que é dialética. Coleção Primeiros Passos:23. São Paulo: Brasiliense, 2008.

LEMOS, Renato. Anistia e crise política no Brasil pós-1964. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, jul/dez, 2002, p. 287-313.

LESBAUPIN, Ivo. In: FACHIN, Patricia; MACHADO, Ricardo. Eleições 2018. A radicalização da polarização política no Brasil. Algumas análises. Entrevistas especiais. 08 out. 2018. Instituto Humanitas Unisinos. Adital. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/espiritualidade/159-noticias/entrevistas/583456-eleicoes-2018-a-radicalizacao-da-polarizacao-politica-no-brasil-algumas-analises-entrevistas-especiais>. Acesso em 17 out. 2020.

LOFF, Manuel. Manuel Loff: historiador português analisa gestão Bolsonaro. Entrevistador: Ricardo Viel. Entrevista concedida à ESBRASIL. 04 ago. 2019. Disponível em: <https://esbrasil.com.br/manuel-loff-entrevista/>. Acesso em: 17 nov. 2019.

LULA, Luis Inácio. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Seminário para Investidores Estrangeiros no Brasil. Biblioteca da presidência. Genebra-Suíça, 29 jan. 2004. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2004/29-01-2004-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-no-seminario-para-investidores-estrangeiros-no-brasil>. Acesso em: 25 set. 2020.

LULA, Luis Inácio. Leia na íntegra o discurso de Lula no Congresso Nacional. Folha. 01 jan. 2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u44275.shtml>. Acesso em: 25 set. 2020.

MAINGUENEAU, Dominique. Análise de textos de comunicação. Trad. Cecília P. de Souza e Silva e Décio Rocha. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MEDVIÉDEV, P.M. O método formal nos estudos literários: uma introdução crítica a uma poética sociológica. São Paulo: Contexto, 2012.

MENGER, Bernardo. Signo ideológico e enunciado na construção e disseminação de fake news: uma possibilidade de análise do fenômeno sob o viés bakhtiniano. *Revista Heterotópica*, [Uberlândia], v. 1, n. 2, p. 136-155, jul./dez. 2019.

MILANEZ, Felipe. et al. Existência e Diferença: O Racismo Contra os Povos Indígenas. *Rev. Direito Práx.*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 03, p. 2161-2181, 2019.

MOSÉ, Viviane. Receita pra lavar palavra suja Viviane Mosé flv. Youtube. 31 maio 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RPaWcbPsSnI&feature=youtu.be>. Acesso em: 14 fev. 2021.

MUÑOZ, Juan Manuel López; DI FANTI, Maria da Glória Corrêa; MALCORRA, Bárbara Luzia Covatti. Discursos (in)tolerantes e democracia pluralista. *Letrônica*, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 1-8, abr./jun. 2020.

MUSSOLINI, Benito. *Discursi Politici*. Exercido pelo tipografo do “Popolo d’Italia”. Milão, 1921.

NARLOCH, Leandro. Nazismo: eles estão entre nós. Aventuras na história. Uol. 01 mar. 2006. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/acervo/nazismo-eles-estao-nos-434592.phtml>. Acesso em: 14 fev. 2021.

NA ÍNTEGRA: Bolsonaro faz discurso à nação. 1 jan. 2019. Vejapontocom. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IwcF1MFR7Is>. Acesso em: 16 set. 2020.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). O tempo do liberalismo oligárquico: da Proclamação da República à Revolução de 1930. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

OLIVEIRA, Márcia. Veja fotos do campo de concentração de Auschwitz, na Polônia. G1. 15 fev. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/turismo-e-viagem/fotos/2014/02/veja-fotos-do-campo-de-concentracao-de-auschwitz-na-polonia.html#F1106321>. Acesso em: 25 set. 2020.

OLIVEIRA, Miguel Darcy de. (org). Discursos selecionados do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

PARIS, Robert. As origens do Fascismo. São Paulo: Perspectiva, 1972.

PARTIDO Nacional Fascista. Wikipédia. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Nacional_Fascista. Acesso: em 25 set. 2020.

PAULA, Luciane de; LOPES, Ana Carolina Siani. A Eugenia de Bolsonaro: leitura bakhtiniana de um projeto de holocausto à brasileira. Revista Linguagem, São Carlos, v. 35, p. 35-76. set. 2020.

PAULA, Luciane de; LUCIANO, José Antonio Rodrigues. A filosofia da linguagem bakhtiniana e sua tridimensionalidade verbivocovisual. Estudos Linguísticos, São Paulo, v. 49, n. 2, p. 706-722, jun. 2020.

PAULA, Luciane de; LUCIANO, José Antonio Rodrigues. A tridimensionalidade verbivocovisual da linguagem bakhtiniana. Linha D'Água (Online), São Paulo, v. 33, n. 3, p. 105-134, set./dez. 2020.

PAULA, Luciane de; OLIVEIRA, Natasha Ribeiro de. Minions nas telas e bolsominions na vida: uma análise bakhtiniana. Letrônica, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 1-19, abr./jun. 2020

PAULA, Luciane de. Verbivocovisualidade – uma abordagem bakhtiniana tridimensional da linguagem. Projeto de Pesquisa em andamento. UNESP, 2017 (Mimeo).

PINHO, J.B. Propaganda institucional: usos e funções em relações públicas. 4 ed. São Paulo: Summus, 1990.

POLÍTICOS, entidades e artistas criticam discurso em que secretário da Cultura usa frases semelhantes às de nazista. G1. Política. 17 de jan. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/17/artistas-politicos-e-entidades-criticam-discurso-de-secretario-da-cultura-com-frases-semelhante-as-de-ministro-de-hitler.ghtml>. Acesso em: 16 set. 2020.

POULANTZAS, Nicos. Fascismo e ditadura. Trad. João G. P. Quintela e M. Fernanda S. Granado. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

PRESIDENTE Jair Bolsonaro falou com exclusividade com o Datena. Brasil Urgente. YouTube. 27 maio 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Q8DaRmkkkq8&feature=youtu.be>. Acesso em: 13 jul. 2020.

11º PROGRAMA eleitoral do 2º turno de Bolsonaro faz críticas ao PT e faz aceno ao Nordeste. Poder 360. Youtube. 26 out. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zbrGspWMtJY&feature=youtu.be>. Acesso em: 16 set. 2020.

PUTSCH da Cervejaria. Wikipédia. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Putsch_da_Cervejaria. Acesso em: 25 set. 2020.

RIBEIRO, Denise. Secretário da Cultura cópia discurso de ministro da Propaganda de Hitler. Exame. Brasil. 17 jan. 2020. Disponível em: <https://exame.com/brasil/secretario-da-cultura-faz-discurso-semelhante-ao-de-ministro-de-hitler/>. Acesso em: 17 set. 2020.

RIBEIRO Júnior, João. O que é nazismo. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 2005.

ROMANO, Giovanna. Roberto Alvim parafraseia o nazista Joseph Goebbels em discurso. Veja. Política. 17 jan. 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/roberto-alvim-parafraseia-o-nazista-joseph-goebbels-em-discurso/>. Acesso em: 17 set. 2020.

SASSOON, Donald. Mussolini e a ascensão do fascismo. Trad. Clovis Marques. São Paulo: Agir, 2009.

SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de linguística geral. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

SCHILLING, Voltaire. Ascensão e queda de Adolf Hitler. 2. ed. Porto Alegre: AGE, 2019.

SCHOT, Bas Van Der. In: FERRAZ, Ian. Jornal holandês publica charge de bandeira brasileira com suástica. Metropoles. 29 out. 2018. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/eleicoes-2018/jornal-holandes-publica-charge-de-bandeira-brasileira-com-suastica>. Acesso em: 14 fev. 2021.

SCHUCH, Matheus. “Pronunciamento infeliz”, diz Bolsonaro sobre discurso de ex-secretário da Cultura. Valor. O Globo. 17 jan. 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/01/17/pronunciamento-infeliz-diz-bolsonaro-sobre-discurso-de-ex-secretario-da-cultura.ghtml>. Acesso em: 25 set. 2020.

SCHWARCZ, Lilia Mortiz. Roda Viva, Lilia Schwarcz, 07/09/2020. Youtube. Roda Viva. 07 set. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=eU_BxcEuXro. Acesso em 14 fev. 2021.

SCHWARCZ, Lilia Mortiz. Sobre o autoritarismo brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SECRETARIA Especial da Cultura lança Prêmio Nacional das Artes. Cultura. Incentivo. 16 jan. 2020. Disponível: <http://cultura.gov.br/secretaria-especial-da-cultura-lanca-premio-nacional-das-artes/>. Acesso em: 25 set. 2020.

SECRETÁRIO da Cultura, Roberto Alvim cita ministro nazista em pronunciamento. Poder 360. Youtube. 26 out. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3lycKFW6ZHQ&t=30s>. Acesso em: 16 set. 2020.

SECRETÁRIO nacional da Cultura, Roberto Alvim faz discurso sobre artes semelhante ao de ministro da Propaganda de Hitler. G1. Política. 17 de jan. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/17/secretario-nacional-da-cultura-roberto-alvim-faz-discurso-sobre-artes-semelhante-ao-de-ministro-da-propaganda-de-hitler.ghtml>. Acesso em: 16 set. 2020.

SENRA, Ricardo. Ativista admite presença de armas em acampamento bolsonarista: 'Servem para proteção dos membros'. BBC News Brasil. 12 maio 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52634816>. Acesso em: 25 set. 2020.

SILVA, Gustavo Jorge. Conceituações teóricas: esquerda e direita. Humanidades Em Diálogo, São Paulo, v. 6, p. 149-162, 2014.

SOBRAL, Adail. Ético e estético. In: BRAIT, Beth (org) . Bakhtin conceitos-chave. 5. ed., 3 reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

SOUZA, Jessé. A elite do atraso. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

STANLEY, Jason. Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”. Trad. Bruno Alexander. Porto Alegre: L&PM, 2018.

STEINER, John Michael. Power Politics and Social Change in National Socialist Germany: A Process of Escalation into Mass Destruction. The Hague: Mouton, 1976.

SUPER INTERESSANTE. Qual é a origem do suástica, o símbolo nazista? 4 jul. 2018. Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/qual-e-a-origem-da-suastica-o-simbolo-nazista/>. Acesso em: 1 mai. 2020.

TRINDADE, Hélió. O nazifascismo na América Latina: mito e realidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

VOLÓCHINOV, Valentin. A palavra na vida e a palavra na poesia: ensaios, artigos, resenhas e poemas. Trad. Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2019.

VOLÓCHINOV, Valentin; BAKHTIN, Mikhail M. Palavra própria e palavra outra na sintaxe da enunciação. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011.

VOLÓCHINOV, Valentin. Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Trad. Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2017.

WEBER, Maria Helena. Comunicação e espetáculos da política. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.

ZWETSCH, Roberto E. Instituto Humanitas Unisinos. Adital. Conferência Internacional de Teologia Prática realizada na Faculdades EST – São Leopoldo, RS, de 04-08 de abril de 2019. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/591229-a-teologia-da-morte-assola-o-brasil-em-edicao>. Acesso em: 25 set. 2020.

ANEXO A – PESQUISA NO PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES

PESQUISA NO PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES (em 16 nov. 2019)				
	Palavras de busca	Número de resultados	Natureza dos textos	Total de textos
ANÁLISE DIALÓGICA DO DISCURSO	Análise Dialógica do Discurso e Bolsonaro	8	7 artigos científicos 1 dissertação	38
	Análise Dialógica do Discurso e Fascismo	16	6 livros 10 artigos científicos	
	Análise Dialógica do Discurso e Nazifascismo	0		
	Análise Dialógica do Discurso e Nazismo	14	5 livros 9 artigos científicos	
ANÁLISE DO DISCURSO	Análise do Discurso e Bolsonaro	21	21 artigos científicos	292
	Análise do Discurso e Fascismo	138	42 livros 95 artigos científicos	
	Análise do Discurso e Nazifascismo	10	4 livros 6 artigos científicos	
	Análise do Discurso e Nazismo	123	43 livros 80 artigos científicos	
CÍRCULO DE BAKHTIN	Círculo de Bakhtin e Bolsonaro	7	6 artigos científicos 2 dissertações	27
	Círculo de Bakhtin e discurso fascista	4	1 livro 3 artigos científicos	
	Círculo de Bakhtin e discurso nazista	4	1 livro 3 artigos científicos	
	Círculo de Bakhtin e Fascismo	3	2 livros 6 artigos científicos	
	Círculo de Bakhtin e Nazifascismo	0		
	Círculo de Bakhtin e Nazismo	3	2 livros 1 artigo científico	